



“A Produção do Flagelo”: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915)

FRANCISCO RAMON DE MATOS MACIEL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: *RELAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS E PRODUÇÃO
DOS ESPAÇOS*

“A Produção do Flagelo”: a re-produção do espaço social da seca na
cidade de Mossoró (1877-1903-1915)

FRANCISCO RAMON DE MATOS MACIEL

NATAL/RN
2013

FRANCISCO RAMON DE MATOS MACIEL

“A Produção do Flagelo”: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do(a) Prof(a). Dr(a). Haroldo Loguercio Carvalho.

NATAL/RN
2013

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Maciel, Francisco Ramon de Matos.

“A produção de Flagelo”: a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915) / Francisco Ramon de Matos Maciel. – 2013.

222 f.: il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em História, 2013.

Orientador: Prof. Dr. Haroldo Loguercio Carvalho.

1. História - Mossoró, RN. 2. Secas - Mossoró, RN. 3. Espacialidade - Mossoró, RN. I. Carvalho, Haroldo Loguercio. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94:551.557.38(813.2)

FRANCISCO RAMON DE MATOS MACIEL

“A Produção do Flagelo” : a re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

BANCA EXAMINADORA

Dr. Prof. Haroldo Loguercio de Carvalho.
Presidente - UFRN

Dr. Prof. Frederico de Castro Neves.
Titular - UFC

Dr. Muirakytan Kennedy de Macedo.
Titular - UFRN

Dr. Sebastião Leal F. Vargas Netto.
Suplente - UFRN

Natal, _____ de _____ de _____

*Essa re-produção é para minha família, amigos, professores e
companheira.*

AGRADECIMENTOS

Essa é sem dúvida uma das partes mais reconfortantes e difíceis do processo de escrita, principalmente pelo caráter de dividir ao público leitor, todos os anseios, motivações, e caminhos dos quais não trilhamos sozinhos para conseguir “concluir” um trabalho, afinal, são muitas as vozes, presenças e orientações consubstanciadas nas linhas, estrofes e argumentos do texto. Desse modo quero agradecer,

Primeiramente a CAPES pela bolsa de pesquisa concedida através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que foi fundamental para a concretização e desenvolvimento do trabalho.

As instituições, Fundação Vingt-Un Rosado/Coleção Mossoroense e Museu Histórico Lauro da Escóssia da cidade de Mossoró, que abriram suas portas, arquivos e traças para levantar as fontes necessárias para iniciar e terminar essa pesquisa.

Aos amigos e colegas da turma de mestrado de 2011, especialmente a Antonia Márcia, Aldinizia Souza, Viltany Oliveira, Cláudia Regina, Otávio Pimentel e Willian Pinheiro.

A alguém que “desistiu” na labuta da jornada e que foi essencial, não apenas como companheiro de leituras e críticas dos textos das disciplinas, mas como um amigo que compartilhou a solidão, a alegria, a fome, sol, chuva e bebidas nos fins de semana da cidade de Natal.

Aos professores das disciplinas cursadas e suas orientações fundamentais nesse caminho do saber: Carmen Margarida, Muirakytan Kennedy, Raimundo Arrais, Durval Muniz, Sebastião Netto e Flávia de Sá.

Agradeço ao meu orientador, Haroldo Loguercio de Carvalho, pelas suas contribuições e confiança depositada no desenvolvimento do trabalho, e especialmente a sua família, Luisa, Luna, Gabriel, André e Marvin, que sempre foram hospitaleiros e amáveis nos momentos que precisei de um tálamo na capital.

Aos meus pais, Geraldo Brandão Maciel e Maria de Matos Maciel, pelo apoio e fé colocada nos meus passos, desde o dia que sai de casa no ano de 2006, para assumir os estudos acadêmicos da deusa Clio.

Aos meus grandes amigos, dentro e fora dos círculos acadêmicos, que contribuíram na minha formação pessoal, profissional e social, mostrando que as sociabilidades e cotidiano compartilhado vêm antes do que os conceitos e teorias sobre os mesmos.

E por último, a minha companheira, Ítala, que compartilhou e suportou ao meu lado, os rigores do tempo, da distância, da saudade, dos livros, da luz elétrica e incertezas dessa vida, além de sempre acreditar no meu esforço e vontade de concretizar esse trabalho.

RESUMO

As grandes secas re-produziram espaços na cidade de Mossoró/RN no final do século XIX ao início do XX. Sua dimensão ultrapassa os efeitos climáticos tornando-se *locus* social quando avança sobre os setores políticos e econômicos, sociais e culturais das sociedades do Norte/Nordeste do Brasil naquele período. Desse modo, analisar a re- produção do espaço social nos episódios de secas em Mossoró será nossa labuta. Assim procuramos desnudar cada segmento, percurso e aspecto da produção espacial na sua dimensão e interface entre o percebido, concebido e vivido, e os sujeitos a ela relacionados – retirantes, população e autoridades – durante as secas de 1877, 1903 e 1915 no espaço citadino mossoroense. Logo, questões como: a constituição e representação da cidade e espaço social na experiência aterradora da seca de 1877, a produção dos objetos fixos e fluxos do tecido urbano através do labor retirante, as tentativas de controle, disciplina e ordenamento espacial e as formas de resistências a essas imposições na esfera cotidiana são questões fundamentais tratadas nesse trabalho. Para isso usamos fontes diversas como atas da câmara municipal, relatórios dos presidentes de província, imprensa, livros de memória entre outras que nos ampara na construção de nossa narrativa e problemática. Deste modo, a produção espacial da seca em Mossoró revela-se no campo das relações e transformações político-econômicas e socioculturais, indissociavelmente, que conforma e mobiliza o próprio espaço social.

Palavras-Chave: Seca, espaço social, produção do espaço, cidade.

ABSTRACT

The great droughts re-produced spaces in the city of Mossoró / RN in the end of the nineteenth century to the beginning of the twentieth century. Its dimension exceeds the climatic effects becoming social locus when advances over the political and economic sectors, social and cultural of the North / Northeast Brazilian societies during that period. This way, analyzing the re-production of social space in episodes of Mossoró's droughts is our toil. So try to reveal each segment, route and aspect of production of space in its size and interface between the perceived, conceived and lived, and subjects related to it - refugees, population and authorities - during the droughts of 1877, 1903 and 1915 within Mossoró city. Therefore, issues such as the constitution and representation of the city and social space in the terrifying experience of the drought of 1877, the production of fixed objects and flows of the urban web through of migrant labor, attempts to control, discipline and spatial planning and ways to resistance to these charges in daily sphere are key issues addressed in this work. For this we use diverse sources as minutes of the city council, reports from provincial presidents, media, memory books and others that sustain us in building our narrative and problematic. This way, the spatial production of Mossoró's droughts reveals itself in the field of relations and political-economic transformations and sociocultural, inextricably, that shapes and mobilizes your own social space.

Keywords: Drought, social space, production of space, city.

LISTA DE FIGURAS

<i>FIGURA 1 Mercado público da cidade de Mossoró na década de 1920.....</i>	<i>73</i>
<i>FIGURA 2 A planta da cidade de Mossoró de 1879.....</i>	<i>86</i>
<i>FIGURA 3 Rio Mossoró no ano de 1947.....</i>	<i>89</i>
<i>FIGURA 4 Casa de câmara e cadeia de Mossoró no início do século XX.....</i>	<i>101</i>
<i>FIGURA 5 Cemitério público “São Sebastião” em Mossoró no início do século XX.....</i>	<i>109</i>
<i>FIGURA 6 Igreja Matriz de Santa Luzia em Mossoró no início do século XX.....</i>	<i>112</i>
<i>FIGURA 7 Igreja São Vicente de Paula em Mossoró na década de 1920.....</i>	<i>134</i>
<i>FIGURA 8 Trapiche da estação em Porto Franco no ano de 1915.....</i>	<i>194</i>

LISTA DE QUADROS

<i>QUADRO 1</i> <i>Petições dos comerciantes em Mossoró (1864-1876)</i>	71
<i>QUADRO 2</i> <i>Tipos de atividades das casas e firmas de Mossoró (1864-1876)</i>	72
<i>QUADRO 3</i> <i>Petições dos comerciantes no triênio da seca (1877-1879)</i>	77
<i>QUADRO 4</i> <i>Tipos de atividades das casas e firmas de Mossoró no triênio da seca (1877-1879)</i>	78
<i>QUADRO 5</i> <i>Arrecadação do imposto sobre mercadorias, meia siza de escravos e procuração dos cativos</i>	81
<i>QUADRO 6</i> <i>Presença dos Tipos de Formas de Trabalho Livre (1850-1890)</i>	116

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO: Por uma História Social da Produção do Espaço</i>	15
<i>Sobre a Seca e Espaço Social</i>	15
<i>Fontes e Métodos</i>	20
<i>Sobre os Capítulos: espaço percebido, concebido e vivido das secas</i>	22
Capítulo 1 A Cidade Revela-se na Seca?! Os narradores de Mossoró e Província na seca de 1877	26
<i>1.1 Cidade, Intelectuais e Literatura: uma discussão em torno do objeto</i>	26
<i>1.1.1 Paisagem e Experiências da Seca de 1877: nova percepção, sentimento e raciocínio de Manoel Dantas</i>	37
<i>1.1.2 A vila mossoroense na tinta de Manoel Ferreira Nobre: uma cidade em crescimento</i>	44
<i>1.1.3 Cidade Morta e Apinhada, Cidade Capital e Libidinosa: as tintas mórbidas descrevem uma experiência da seca em Santa Luzia em Fausto e Guerra</i>	48
<i>1.1.4 Cidade da Promissão, Liberdade e Tradição: olhares de Vasconcellos no teatro da seca na cidade de Mossoró</i>	54
CAPÍTULO 2 O Labor Retirante na Construção do Espaço Urbano Mossoroense	64
<i>2.1 Espaços Fixos e Fluxos e Trabalho na Cidade de Mossoró</i>	64
<i>2.2. A Seca de 1877 e a Cidade de Mossoró: espaços de comunicação, comerciais, cívicos e sagrados</i>	69
<i>2.3 As Secas e a Cidade de Mossoró no Século XX: novas relações espaciais</i>	119
CAPÍTULO 3 Espaço de representação e representação do espaço das Secas em Mossoró (1877-1903-1915)	138
<i>3.1 Cotidiano, Território Alternativo, Ordem Próxima e Distante: abordagens conceituais e metodológicas</i>	138
<i>3. 2 Os Espaços de Representação da Seca de 1877 na Cidade de Mossoró</i>	142
<i>3. 3 Migração ou Fome?: A Seca de 1903 na Cidade de Mossoró</i>	167

3.4 “Os Flagelados de Gravata”: Trabalho, Lugar e Revolta na Seca de 1915 na Cidade de Mossoró.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
REFERÊNCIAS.....	207
<i>Fontes.....</i>	<i>207</i>
1.1 Impressas e Obras.....	207
1.2 Jornais.....	209
1.3 Atas da Câmara Municipal de Mossoró.....	209
1.4 Falas, Relatórios e Mensagens dos Presidentes e Governadores da Província e Estado do Rio Grande do Norte e Amazonas.....	209
<i>Bibliografia.....</i>	<i>210</i>
1.1 Artigos.....	210
1.2 Monografias, Dissertações e Teses.....	213
1.3 Livros e Capítulos de Livros.....	214
1.4 Sites.....	221

Introdução: Por uma História Social da Produção do Espaço.

Sobre a Seca e Espaço Social

A seca de 2012, que ainda prolonga-se nesse ano, começou a causar algumas transformações no espaço social do estado do Rio Grande do Norte. Na cidade de Mossoró, no assentamento Maracanaú, o agricultor Antonio Luis Xavier vem acompanhado a subtração de suas criações. Ele diz que “contava com um bom número de vacas, ovelhas e cabras, mas a seca já levou boa parte do rebanho. “Muitos morreram, outros eu vendi a um preço bem abaixo”, relata¹. Já na vizinha cidade do Apodi, alguns agricultores da chapada e da várzea “deram uma demonstração ontem que não estão dispostos a esperar a boa vontade das instituições de governo para receber o socorro assegurado pelo Governo Federal para as vítimas da seca”. Assim, 70 representantes de comunidades rurais “saíram em caminhada pelas ruas da cidade até a Prefeitura e exigiram uma audiência com a prefeita Goretí Pinto, na próxima sexta-feira, 22” (JORNAL DE FATO, 2012, p. 03). Ainda sobre a estiagem nesse início do corrente, são deliberadas investigações do Ministério Público sobre os recursos públicos de algumas cidades do interior destinados ao carnaval. O promotor Eduardo Medeiros confirmou a abertura de um inquérito civil, junto à 11ª Promotoria de Justiça de Mossoró para “apurar a realização de despesas com o carnaval de 2013 pela Prefeitura da cidade, na vigência do Decreto Estadual 23.037/2012, que prorrogou o estado de emergência nos municípios do Estado afetados pela estiagem”, que segundo a própria prefeitura, “os gatos foram na ordem de R\$ 400 mil”². A partir dessas notícias pensamos que a seca não é apenas um fenômeno climático que atinge uma região específica, mas está estritamente relacionada ao espaço vivido, concebido e percebido dos homens, ou seja, as relações sociais em volta das secas re-produziram espaços nas suas mais variadas formas e contextos específicos.

Voltando a grande seca atual, considerada a pior dos últimos 30 anos, não são poucas as notícias da imprensa a respeito dessa estiagem e seus “danos” na economia do estado do

¹ [Seca em Mossoró]- Agricultores lutam para salvar animais. SOS Notícias do RN. Disponível em:< <http://www.sosnoticiasdorn.com/2013/01/seca-em-mossoro-agricultores-lutam-para.html>> Acesso no dia 12 de fevereiro de 2013.

² CIRO, Marques. *MP abre inquérito para investigar gastos com carnaval em Mossoró*. Jornal de Hoje. Disponível em:< <http://jornaldehoje.com.br/mp-abre-inquerito-para-investigar-gastos-com-carnaval-em-mossoro/>>. Acesso no dia 12 de fevereiro de 2013.

Rio Grande do Norte³. Contudo, quando refletimos sobre esse evento específico, temos a plena certeza de sua intrínseca relação nas esferas políticas, econômicas e socioculturais da região Norte/Nordeste ao longo de décadas da história do Brasil. Desse modo, muitos foram os lugares, cidades e capitais que encontraram na passagem das grandes secas, momentos para transformar e remodelarem seu espaço social, através do âmbito vivido, percebido e concebido de sua produção social (LEFEBVRE, 2006). Assim, nosso trabalho busca compreender o processo de re-produção do espaço social das secas (1877-1903-1915) na cidade de Mossoró⁴, ou seja, analisa os aspectos presentes nesse processo de re-produção do espaço quando a cidade experimentou os “efeitos” desencadeados em seu meio social pelas estiagens. Desse modo, o fenômeno das secas é tratado aqui na esfera das relações humanas em suas mais variadas formas de expressão e significado, indissociável da própria produção do espaço de homens e mulheres na sociedade. Todavia, as secas também proporcionam visualizarmos várias modificações nas relações humanas no espaço urbano, portanto, são relevantes certos apontamentos a esse cenário e sua relação direta com as secas no final do século XIX ao início do XX.

A pobreza, fome, crime e desordem, além de toda uma série de relações entre o campo e a cidade, são colocados em jogo, através das novas experiências concretizadas nesses episódios de secas⁵. Se antes, a seca era enfrentada no meio rural, pautada pelos padrões de

³ *Seca no RN*: Agricultura está com 90% de produção perdida para 2012. Rio Grande do Norte. Net. Disponível em: < <http://www.riograndedonorte.net/2012/04/10/seca-no-rn-agricultura-esta-com-90-da-producao-perdida-para-2012/>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2013.

⁴ Mossoró teve sua formação de aglomeração humana através da fazenda Santa Luzia, propriedade do sargento-mor Antonio de Souza Machado. No decorrer do século XIX, a mesma vai adquirindo vários títulos, desde povoação, vila (1852) e finalmente cidade (1870). Sobre informações da história e memória da cidade de Mossoró ver, SOUZA, Francisco Fausto de. *História de Mossoró*. Edição Especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em: < site. www.colecaomossoroense.org.br>. Acesso em: 13 de mar. 2011, CASCUDO, Luís da Câmara. *Notas e Documentos para a História de Mossoró*. Edição Especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em < site. www.colecaomossoroense.org.br>. Acesso em: 21 de jul. 2011.

⁵ Existe uma considerada literatura da História Social que investiga os efeitos e desencadeamentos gerados pela seca no meio sociocultural urbano do Norte e Nordeste. As temáticas são várias, passando pelas criações de obras públicas nas cidades, apropriação da mão-de-obra retirante, construções de ferrovias, estradas de rodagem e açudes, epidemias ocasionadas pela aglomeração de sertanejos em péssimas condições de salubridade, os saques como ações política coletivas, migrações em massa de sertanejos, a conversão de retirantes em operários, as habitações e abarracamentos nas secas, a política de cercamento de retirantes, entre muitas outras. Alguns desses trabalhos seguem a seguir: GARCIA, Ana Karine Martins. *A Sombra da Pobreza na Cidade do Sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado: PUC - São Paulo. 2006. BEZERRA, José Tanísio Vieira. *Quando a ambição vira projeto: Fortaleza, entre o progresso e o caos*. Dissertação de Mestrado: PUC- SP, 2000; MOTA, Felipe Ronner Pinheiro Imalau. *Progresso, calamidade e trabalho: confrontos entre cidade e sertão em fins dos oitocentos. (Fortaleza/1850-1880)*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP 2000; MORAIS, Viviane Lima de. *Razões e destinos da migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP, 2003. CHAVES, José O. de Sousa. *Fortaleza e os retirantes da seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 1995; BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *Famintos do Ceará: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP,

deferência do paternalismo agrário, agora, a “vida urbana passa a ser o cenário privilegiado do drama da seca”, pois, ela “adentrou o mundo do poder constituído, avançou sobre o centro imaginário deste poder, sem respeitar-lhe os “canais competentes”, e atingiu o cerne da aventura que a elite local imaginava experimentar neste momento” (NEVES, 2000, p. 25). Logo, as capitais e grandes cidades, incluindo aqui Mossoró, serão os lugares designados para essas novas relações, entre a multidão retirante, cidadãos e poderes públicos. Mas como analisar as secas como re-produtora do espaço social na cidade de Mossoró (1877-1915), ao lado dos elementos intrínsecos e novos dessa nova relação? Para isso é necessário explicar a idéia da produção do espaço social apropriado nessa dissertação.

No final da década de 1960, Henri Lefebvre dedicou-se a estudar questões referentes à cidade e a vida urbana⁶. Logo depois, amadureceu suas concepções sobre o espaço urbano e sua produção no mundo capitalista moderno. Dessa forma, preocupado com o “uso” fragmentado do conceito de espaço pelas ciências sociais na década de 1970, decide, reformular a idéia, procurando no método dialético, um sentido unitário, para se compreender a produção do espaço na sociedade. Assim, nasce sua obra “A Produção do Espaço”, que reúne sua teoria e problemática acerca desse conceito.

O autor discorre no seu livro que toda sociedade, seja em qualquer momento, produz seu tempo e espaço, indissociavelmente. E nesse conjunto, existe e coexistem as *relações sociais de reprodução* (família, relações entre os sexos...) e *relações de produção* (funções hierarquizadas, divisão de tarefas, trabalho...). Porém, outro nível se imbrica com o advento do capitalismo no período moderno, o da *reprodução das relações sociais de produção* (relações constitutivas da sociedade capitalista) (LEFEBVRE, 2006). Desse modo, o próprio espaço, que possui sua temporalidade⁷ (história), torna-se, paulatinamente, um espaço

2004; SILVA, Jeovah Lucas da Silva. *As bênçãos de Deus: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880)*. Dissertação de Mestrado: UFC-CE, 2003; NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000; CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da Seca: Sertanejos, Retirantes e Operários (1877-1880)*. Fortaleza, Museu do Ceará, 2005; VILLA, Marcos Antonio. *Vida e Morte no Sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo. Ática. 2000; RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza-CE: Museu do Ceará e Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

⁶ LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001, *A Revolução Urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. *Espaço e Política*. Trad. Margarida M. de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, 192p.

⁷ No seu livro, Lefebvre discute a história do espaço, a partir dos conceitos de espaço absoluto, abstrato e diferencial. O primeiro está relacionado ao período da “antiguidade”, das “Cidades-Estados”, constituídos de “lugares sagrados e malditos”, “históricos” e “relativizados”, penetrado de “simbolismos”, onde a ordem “religiosa e política”, “social e mental”, são intrínsecas nas relações sociais. O espaço diferencial surgiria a partir das “contradições” e “explosões” do próprio espaço abstrato, tornando-se uma “possibilidade” e “virtualidade” social, dentro da ordem e imposições do espaço abstrato na sociedade capitalista moderna (LEFEBVRE, 2006).

abstrato⁸, iniciado a partir do século XVIII e XIX, e intensificado ao longo do século XX e XXI.

Para uma análise da produção do espaço, principalmente na sociedade capitalista moderna, Lefebvre identificou três momentos dessa produção espacial, que são: a) as práticas espaciais; b) as representações do espaço; e c) os espaços de representação. Compreendidos também como espaços percebido-concebido-vivido. A *prática espacial* engloba produção e reprodução, “lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão”. Essa coesão implica no que diz respeito ao espaço social à “relação de cada membro de determinada sociedade com seu espaço, ao mesmo tempo uma *competência* certa e uma *performance*”. Porém, a coesão da prática espacial “não quer dizer uma coerência (intelectualmente elaborada: concebida e lógica” (LEFEBVRE, 2006). As *representações do espaço* estão ligadas às “relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, códigos, às relações frontais” (LEFEBVRE, 2006). Esse *espaço concebido* é aquele dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas, e de certos artistas ligados à cientificidade, “identificando o vivido e o percebido ao concebido. É o espaço dominante numa sociedade (modo de produção)”. Suas concepções de espaço, com algumas reservas, tenderiam para “sistema de signos verbais, portanto elaborados intelectualmente”. Enquanto os *espaços de representação* seria o espaço *vivido* por meio de imagens e símbolos que o acompanham, “portanto espaço dos “habitantes”, dos “usadores”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos”. Esse espaço é o dominado, portanto, submetido, “que a imaginação tenta modificar e apropriar”. Assim, com certas reservas precedentes, esses espaços tenderiam para “sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais”. (LEFEBVRE, 2006). Entretanto, o autor adverte que essa triplicidade intervém “diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modo de produção), segundo as épocas”, e as relações entre essas dimensões, “nunca são simples, nem estáveis, tampouco são, mais ‘positivas’, no sentido em que esse termo opor-se-ia ao ‘negativo’, ao indecifrável, ao não-dito, ao interdito, ao inconsciente” (LEFEBVRE, 2006).

⁸ O espaço abstrato é “produto da violência e da Guerra”, político e instituído por um Estado, “portanto institucional”. Ele parece “homogêneo”, entretanto, não o é, tem a “homogeneidade como fim, como sentido, como ‘objetivo’. Ele a impõe. Por si mesmo, ele é plural”. Nesse espaço, a trindade capitalista (terra-capital-trabalho) se estabelece no espaço absoluto, paulatinamente, mantendo-se num nível “global, fragmentado e hierarquizado”. É possuidor de “dualidades constitutivas”, e por isso de “contradições” em seu meio, isto é, conflitos sócio-políticos que se efetivam espacialmente, abrindo caminhos para um novo espaço, esse, diferencial. (LEFEBVRE, 2006).

Desse modo, o conceito de espaço social, empregado pelo autor emerge através da análise desse espaço abstrato e dos três níveis da produção espacial (percebido, concebido e vivido). Vejamos a seguir os elementos constitutivos desse conceito formulado por Henri Lefebvre.

[...] O espaço social: a) figura entre as *forças produtivas* da mesma maneira que a natureza inicial, que ele desloca e suplanta; b) aparece como um produto privilegiado, ora simplesmente consumido (deslocamentos, viagens, turismo, lazeres) como uma vasta mercadoria, ora *consumido produtivamente* da mesma maneira que as máquinas, nas aglomerações urbanas, como dispositivo produtor de grande envergadura; c) demonstra-se *instrumental politicamente* permitindo o controle da sociedade, e ao mesmo tempo *meio de produção* por seu “ordenamento” (a cidade e a aglomeração urbana não sendo já mais somente obras e produtos, mas meios de produção pelo habitat, pela manutenção da força de trabalho, etc.); d) sustenta a reprodução das relações de produção e de propriedade (propriedade do solo e do espaço, hierarquização dos lugares, organização das redes em função do capitalismo, estruturas de classe, exigências práticas); e) equivale praticamente a um conjunto de superestruturas institucionais e ideológicas não apresentadas como tais: simbolismos, significações e sobre-significações ou ao contrário neutralidade aparente, insignificante, espoliação semiológica e vazio (ausência); f) contém virtualidades, aquelas da obra e da reapropriação, sobre o modo da arte primeiro, mas sobretudo segundo as exigências do corpo, “despertado” para fora de si no espaço, resistindo e em consequência impondo o projeto de um outro espaço (seja espaço de uma contra-cultura, seja contra-espaço ou alternativa primeiro utópica ao espaço “real” existente). (LEFEBVRE, 2006).

Em suma, o espaço social é um produto, logo é consumido produtivamente, é ao mesmo curso, político instrumental e meio de produção da sociedade, além de sustentar a reprodução das relações de produção e propriedade, contém um conjunto de simbolismos, representações, e valores (superestruturas e ideologias), e ainda virtualidades (projeto de outro espaço, uma alternativa, utopia). Assim, o espaço social apresenta-se como “coerência e modelo de coerência. Ele articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real” (LEFEBVRE, 2008, p. 41). É produto da sociedade, mediação e instrumento político, portanto, “povoado segundo os decretos do poder, com um certo arbítrio”, e permite, “impor uma certa coesão (pela violência), quanto dissimular as contradições da realidade (sob uma aparente coerência racional e objetiva)”, além de ser “ideológico (porque político)” e objeto do “saber (pois comporta representações elaboradas)” (LEFEBVRE, 2008, p. 45). Trata-se da produção no sentido amplo, ou seja, a “produção de relações e re-produção de determinadas relações” (LEFEBVRE, 2008, p. 48-49)⁹.

⁹ No seu livro, LEBVRE, Henri. *Reprodução: as relações de produção*. 1º ed. Porto: Publicações Escorpião, (Cadernos O Homem e a Sociedade), 1973, 115p, o autor explica sua concepção a cerca da reprodução das relações de produção na sociedade, ele diz, que as “relações de produção, características da sociedade capitalista carecem elas mesmas de ser reproduzidas. Uma sociedade é uma produção e uma reprodução de relações sociais e não só uma produção de coisas”, essas relações sociais reproduzem-se no “mercado, no sentido mais amplo do

Desse modo, esses três níveis da produção espacial, indissociáveis no seu exercício de reprodução na totalidade, são fundamentais em nossa análise do processo de re-produção do espaço social da seca, pois através deles conseguimos articular e identificar cada segmento característico das relações humanas, como os elementos da vida cotidiana, da organização e controle do espaço social na cidade de Mossoró. Assim, pelo que foi exposto até agora, a seca ganham em nossa perspectiva uma dimensão social, logo, espacial, pois ela torna-se componente da esfera de re-produção das relações sociais num dado tempo e lugar, além de agente transformador do campo sociocultural do espaço urbano de Mossoró. A seguir discutiremos sobre as fontes e métodos aplicados nesse trabalho.

Fontes e Métodos.

A documentação que estamos trabalhando nessa pesquisa, grande parte dela, encontra-se na Fundação Guimarães Duque/Coleção Mossoroense¹⁰, na cidade de Mossoró no estado do Rio Grande do Norte. As fontes analisadas nessa fundação são: *Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1877-80)*, *Códigos de Posturas do Município*, *Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do RN (1877-80)*, livros de *memória* e da *história local*, alusivos às secas e a cidade de Mossoró, alguns de seus principais autores são: Francisco Fausto de Souza, Felipe Guerra, Raimundo Nonato, Raimundo Soares de Brito e Pedro Leopoldo. Utilizamos também uma coleção organizada por Vingt-Un Rosado nessa fundação: o *Livro da Seca* (21 volumes). Nesta encontra-se uma variada documentação contendo estudos, relatórios e memórias acerca das secas (século XIX e XX) quanto da cidade de Mossoró. Sobre a imprensa, a fundação tem alguns jornais microfilmados impressos, como *O Mossoroense* e o *Commercio de Mossoró*. Utilizamos os anos referentes à seca de 1903/04 de ambos os jornais. Para suprir algumas “lacunas” na pesquisa, principalmente nos anos das secas de 1877 e 1915, utilizamos os periódicos originais *Brado Conservador* da cidade de Assú, *O Mossoroense*, *Commercio de Mossoró* e *O Nordeste*. O primeiro traz muitas informações da seca de 1877 na cidade de Mossoró, pois, nesse triênio, não estava circulando periódicos na localidade. Os

termo, na vida quotidiana, na família, na cidade: reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza, se reparte e é despendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros sectores, mesmo no exército” (LEFEBVRE, 1973, p. 109-110).

¹⁰ A Coleção Mossoroense foi criada em 1949, como desprendimento da criação da Biblioteca Pública de Mossoró em 05 de abril de 1948, que editava o Boletim Bibliográfico. (NÓBREGA, 2007, p. 14).

outros jornais ainda não estão impressos, portanto, trabalhamos com a fonte original, encontrada no *Museu Histórico Lauro da Escóssia* da cidade de Mossoró.

Contudo devemos fazer uma “crítica” ao lugar social de nossas fontes, como Michel de Certeau discorre que é uma função deste lugar que se “instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões lhes serão propostas, se organizam” (2007, p. 67). Desse modo, esse lugar é a própria Coleção Mossoroense. Apesar de utilizarmos obras que correspondem a compilações de documentos oficiais, jornais e memória, existem alguns estudos acadêmicos que analisaram a relação entre essa instituição na “construção” da imagem da “cidade” e de seus “personagens”, que em casos específicos foram da própria família Rosado, no processo de “reinvenção” desse espaço¹¹. Assim autores como Nóbrega (2007), Felipe (2001) e Silva (2006) mostraram a influência e papel desempenhado pela Coleção Mossoroense na própria política e história local, do qual muitas vezes serviu para a “fabricação da imortalidade dos Rosados” e, principalmente, para, “através da história local/regional, narradas nos seus diversos títulos, inventarem a sua cultura particular, na qual os fragmentos do passado comparecem para nortear as experiências do presente e a construção do passado.” (FELIPE, 2001, p. 123). Todavia, a partir dessas observações, estamos cientes do *locus* social que fala nossas fontes, e dos devidos cuidados em manuseá-las, apesar de que essa documentação ofereça um grande arsenal de informações sobre nossa problemática, principalmente na temática das secas.

Assim, acreditamos ser possível uma análise da (re) produção do espaço social nas secas periódicas da cidade de Mossoró, através dos três níveis formulados por Henri Lefebvre. Logo, todo esse material documental, proporciona a investigação e análise acerca das representações da seca no espaço citadino (exemplo, discursos da açudagem, códigos de postura), os espaços de representação durante a seca (os jornais e livros de memória), e a prática espacial (relatórios dos presidentes e atas da câmara). Por outro lado, essas fontes no seu conjunto, revelam aspectos de cada dimensão do espaço social da cidade de Mossoró. Desse modo, buscamos manter também uma compreensão relacional e complementar, sobre esses níveis espaciais no trabalho com as fontes utilizadas, procurando focar suas particularidades e interfaces na divisão dos capítulos, como explicaremos na parte final dessa introdução.

¹¹ NÓBREGA, Alessandro Teixeira. *A coleção mossoroense e a construção dos mitos: Dix-Sept Rosado o herói imolado*. Natal/RN, 2007, 93f. Dissertação (Mestrado). UFRN/PPGH, 2007. FELIPE, J. Lacerda Alves. *A (re) invenção o lugar: os Rosados e o “país de Mossoró”*. João Pessoa-PB: Grafset, 2001. SILVA, Lemuel Rodrigues da. *O papel da Coleção Mossoroense na cidade de Mossoró: política, história e sociologia*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. XII Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 07 a 11 de agosto, 2006.

Para tratar do espaço social nas secas escolhemos utilizar a abordagem dos estudos da *história social*, pois, nessa perspectiva, o diálogo e aberturas das idéias, tanto da seca como do espaço social, conseguem uma articulação, na medida em que possam se complementar e problematizar as questões propostas¹². Portanto, é preciso deixar claro, que os agentes históricos investigados nesse espaço social da cidade de Mossoró, são respectivamente os *retirantes* (sertanejos), *populares* e *autoridades*. Enquanto uns (retirantes), tornam-se mais usuários e habitantes dos *espaços de representação* (vivido) nessas secas, outros, procuram o ordenamento e coesão social, o pensamento técnico e administrativo da *representação do espaço* (concebido), porém, todos, em suas performances, possuem uma *prática espacial* (percebido), na qual, produz e reproduzem *o e no* espaço social das secas. Assim, como suporte das relações socioculturais, autores como E. P. Thompson, George Rudé, Raymond Williams¹³, entre outros¹⁴, foram leituras capitais para as discussões acerca da ação e organização da multidão, experiência, estruturas de sentimentos, práticas de resistências, contrateatro e formas de diálogo entre os homens simples, ou *outsiders*¹⁵ com as autoridades nesses episódios de seca. A seguir explicaremos a organização e argumentos dos capítulos nessa dissertação.

Sobre os Capítulos: espaço percebido, concebido e vivido nas secas.

No primeiro capítulo “A Cidade Revela-se na Seca?! Os narradores da cidade de Mossoró e Província na seca de 1877” acompanhamos a constituição da cidade de Mossoró,

¹² Também dialogamos com alguns autores da vertente cultural como Sandra Jatahy Pesavento (estudos sobre cidades) e Durval Muniz de Albuquerque Júnior (discurso e representação sobre a seca)

¹³ Para algumas obras desses autores: RUDÉ, George, F. E. *A Multidão na História: estudos dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991, THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. ZAHAR, 1979.

¹⁴ Podemos citar os historiadores nacionais como Frederico de Castro Neves, João José Reis e Sidney Chalhoub.

¹⁵ Apropriamo-nos da expressão *outsiders* utilizada no livro ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L.; *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Trad. Vera Ribeiro; Trad. do posfácio à edição alemã, Pedro Süsskind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224 p. Os autores analisam as relações de poder entre dois grupos numa comunidade suburbana em uma cidade industrial na Inglaterra, e como os *estabelecidos* estigmatizavam de várias formas os *outsiders*, sendo indivíduos inferiores e não integrantes do grupo mais velho na localidade. Assim, o tempo de residência, era o aspecto central para as manifestações de exclusão e estigmatização do grupo mais velho sobre os de fora na comunidade, revelando-nos a questão de como a anomia (ausência de regras e normas, não-estruturação) tornava-se um sentido *normativo* (espécie de julgamento moral e afetiva) para estigmatizar os próprios *outsiders*. Portanto essa expressão é re-apropriada nesse trabalho para designar as relações de poder existentes entre os retirantes e os habitantes (moradores, autoridades, etc.) da cidade de Mossoró durante essas secas periódicas, e como essas identidades sociais, superioridade, costumes, exclusão e pertencimento, compõem num mesmo espaço social, os rizomas dessa manifestação de poder existente entre os indivíduos dessa sociedade.

sobre os olhares e mentes de alguns de seus narradores (Francisco Fausto de Souza, Phelippe Guerra, José Martins de Vasconcelos e Manuel Ferreira Nobre), durante a passagem da seca de 1877, como também a influência das formas de “resistências” criadas através da experiência dessa seca, a partir da relação sertanejo e espaço natural, nos escritos do jornalista Manuel Dantas. Dessa forma, analisamos a cidade de Mossoró na perspectiva de como esse espaço social é retratado no seu momento de crise (seca), na tentativa de compreendermos a relação do drama da seca nesse lugar. Assim, esse evento ocorreu, coincidentemente, nos primeiros anos de Mossoró como cidade na província do Rio Grande do Norte, logo, no seu período de florescimento econômico e político local. Desse modo, criou-se uma forte memória dessa seca de 1877, entre os homens de letras, que narraram Mossoró no início do século XX, em seus primeiros anos de municipalidade nos oitocentos, do qual, descrições diversas sobre a urbe no seu plano socioeconômico, dariam lugar a signos de uma experiência aterradora, constituindo, assim, imagens de uma Mossoró diferente, no “espetáculo da miséria”¹⁶ da seca de 1877. Desse modo, abordamos a questão dos *intelectuais* e sua função na sociedade, identificando nos textos utilizados, três aspectos norteadores nesse capítulo: as formas de resistências derivadas da experiência dessa seca no espaço social da Província, através do homem potiguar e de sua relação com o meio natural, o processo de construção socioeconômica da cidade quando a mesma ainda era uma vila, e como as narrativas e descrições dos intelectuais, recriam outra cidade e espaço social, a partir dos signos aterradores trazidos pela experiência dessa seca. Os estudos sobre *cidade*, *intelectuais* e *história social da literatura*, foram fundamentais na análise das fontes e construção dos argumentos desse capítulo. Assim veremos como esses signos e representações, que constrói a cidade de Mossoró e Província, num dado momento de drama (seca), apresentam elementos do espaço percebido, concebido e vivido, logo da re-produção do espaço social daquela sociedade.

No capítulo dois “*O Labor Retirante na Construção do Espaço Urbano Mossoroense*” analisamos a produção dos *objetos fixos e fluxos* na malha urbana de Mossoró, durante as secas de 1877, 1903 e 1915. Desse modo, preocupamo-nos, não apenas “mostrar” a influência política da seca na construção da tessitura urbana, mas como no próprio meio social, esses arranjos no espaço são produzidos, e o papel atribuído aos retirantes nessa

¹⁶ Sobre essa seca de 1877 e seu “espetáculo da miséria” na cidade de Mossoró ver FALCÃO, Marcílio Lima. *O espetáculo da miséria: Mossoró e a seca de 1877-1879*. In MENDES, Fabiano; FONTELES NETO, F. Linhares; LINS, Lindercy (orgs.). *História Social e História Cultural de Mossoró: métodos e possibilidades*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2009, p. 159-171.

produção. Assim, nesse capítulo, enfocamos a questão da produção do espaço social no seu aspecto material na cidade de Mossoró, procurando mostrar a *prática espacial* (percebido) da urbe, através da riqueza do trabalho retirante. Para isso, invertemos os discursos oficiais, com sua carga de símbolos da miséria sob os retirantes, para, assim, mostrar a riqueza de seu trabalho no aformoseamento da cidade nessas secas. Desse modo, o *trabalho*, teve seu enfoque nesse capítulo, como aspecto (re) produtor do espaço social da cidade de Mossoró durante as três secas. Logo, nossa análise girou em torno dos aspectos funcionais e simbólicos sobre os objetos espaciais no espaço urbano, ou obras públicas que os retirantes atuaram. As discussões acerca dos elementos fixos e fluxos como dos objetos no espaço social, foram pautados na geografia (Milton Santos) e filosofia (Henri Lefebvre). Por fim, nesse capítulo, discutimos que em cada seca na cidade de Mossoró, influenciou e produziu, nas suas particularidades e conjunturas, aspectos materiais do espaço urbano e uma prática espacial. Na seca de 1877, ela surge como aliada ao florescimento econômico, político e urbanístico da cidade. Desse modo, Mossoró encontrou nessa seca e momento de crise no Norte imperial, a possibilidade de “ascensão”, através da riqueza do labor retirante na produção de seu espaço urbano e social. Porém, nas outras estiagens de 1903 e 1915, os elementos fixos do espaço mossoroense tiveram aspectos bastante diferenciados da experiência de 1877. Enquanto no Império a cidade concentrou os recursos e investimentos da Província, no contexto republicano, crises econômicas (indústria salineira), minguadas verbas pelo Governo, a atuação das Obras Federais Contra as Secas, além da migração retirante para alhures do país, foram quadros vividos nessas duas estiagens na cidade.

No capítulo três “*Entre a ordem Próxima e Distante: os espaços de representação nas secas em Mossoró*” procuramos estabelecer interconexões entre a ordem próxima e distante¹⁷ no espaço social da cidade de Mossoró, nessas três secas periódicas. Desse modo, analisamos as tentativas de controle, disciplina e ordenamento espacial pelas autoridades, por meio de práticas de deslocamentos (migração e segregação), e trabalho (combate a ociosidade) sobre a população advéncia nessas secas. Na contramão, abordaremos as formas de resistências e apropriações dos retirantes para impor ou conquistar seu espaço na própria cidade, a partir das ações em massa (saques, depredações, protestos) e estratégias espaciais. Desse modo, é abordada a interface do espaço vivido (espaço de representações) com o espaço concebido

¹⁷ Essa expressão ou idéia é desenvolvida por Henri Lefebvre em seus livros sobre cidade, urbanismo e espaço. Assim, essa ordem próxima e distante está ligada a análise que o filósofo emite acerca das representações e os diferentes âmbitos da reprodução social. Para uma abordagem conceitual e metodológica ver LIMONARD, Ester (Org.) *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante*: contribuição a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/GECEL, 2003. 1 CD-ROM. No terceiro capítulo aprofundaremos esse debate.

(representações do espaço) nessas secas, e sua influência na re-produção do espaço social da cidade de Mossoró. Nesse âmbito, a questão do *cotidiano e território*¹⁸ será fundamental, para compreendermos o diálogo entre a ordem próxima (a cidade, seus agentes e suas relações sociais) com a ordem distante (a sociedade imperial e republicana, os dirigentes) na própria dinâmica socioespacial naqueles contextos.

Em suma, nos dois primeiros capítulos procuramos dar visibilidade a própria cidade de Mossoró nas três secas, relacionando-a com a constituição de seu espaço social nesses episódios. Logo, através das narrativas dos intelectuais sobre os signos aterradores da seca no espaço urbano e Província, como na produção dos elementos fixos e fluxos, ou objetos espaciais, a partir do trabalho retirante na própria cidade mossoroense. No último capítulo nossa atenção girou em torno das interfaces entre os espaços de representação e as representações do espaço nessas três secas. Desse modo abordando a dimensão subterrânea da vida, as práticas de resistências e ações dos retirantes sobre as tentativas de ordenamento e controle espacial do espaço concebido no cotidiano da cidade. Assim, essa dissertação buscou abordar, diluída nos capítulos, os três momentos da produção do espaço social das secas na cidade de Mossoró (percebido, concebido e vivido), mostrando que antes de aceitar ou conceber um espaço social já dado, pré-fabricado e estático no exercício historiográfico, é preciso compreender a influência que esse possui na constituição das relações humanas em sociedade ao longo do tempo, e por que não dizer agora, espaço.

¹⁸ Para a discussão das idéias de cotidiano e território, os autores escolhidos, foram respectivamente Agnes Heller, Henri Lefebvre (1991), Rogério Haesbaert (2004) e Jacques Ravel (1990).

Capítulo 1: A Cidade Revela-se na Seca?! Os narradores de Mossoró e Província na seca de 1877.

1.1 Cidade e Espaço Social, Intelectuais e Literatura: uma discussão em torno do objeto.

Uma cidade conta sua história de várias maneiras. Ela respira os sonhos, medos, desejos, paixões e ilusões, transpirando paralelamente a rotina diária, a cadência dos passos e gestos, as tensões e solidariedades em seu espaço social. Toda cidade é datada, transformada pela força do tempo-espaço, reinventando assim sua morfologia, fisiologia, subjetividade e personagens. Ela é capital, sagrada, nostálgica, política, idílica, ociosa e transgressora. Juíza na maior parte do dia; justiceira à noite. Possuem várias escritas e vozes, mas nem todos a escrevem e a falam, apenas a vivem e são representados. Seu âmago é heterogêneo e fragmentado, embora busquem homogeneizá-la, segregando a sua aparente alteridade. É a segunda natureza humana, lugar da relação de poder, desafios e possibilidades. Arte, cultura, memória e esquecimento fazem parte do seu *ethos* e cotidiano. Ela é mobilidade, distância e espera. Tragédia, solidão e vício... Catarse...

Diante da amplitude de apreender os vestígios e analisar uma cidade no trato histórico¹⁹, nossa perspectiva voltar-se-á de como esse espaço social é pintado em momento de crise, ou melhor, nossa preocupação cerca-se em mostrar as imagens criadas por agentes da própria cidade (políticos, literatos, memorialistas), na tentativa de ler e compreender a relação do drama presente nesse espaço. Essa tragédia será a seca de 1877. A cidade, Santa Luzia de Mossoró.

¹⁹ Existem várias abordagens para se tratar da cidade como objeto de estudo nas ciências sociais. Na história, temos as linhas como da história social, cultural, econômica e política que se preocupam com os estudos urbanos, seja em assuntos como: o processo de acumulação, produção e reprodução do capital e do capitalismo nas cidades, as representações, o imaginário e sensibilidades de seus lugares, as relações de sociabilidade, o cotidiano, entre outras. Ver os trabalhos: BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, CHALOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996. WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia da Letras, 2011. ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, LEFEBVRE, Henri. *A Cidade Capital*. 2º Ed. Rio de Janeiro. DP&A Editora. 2001, PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *O Imaginário da Cidade: Visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização Ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997, e DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: Scritta Editora, 1993.

Esta passou por todas as etapas institucionais até ganhar o título de cidade em 1870, pela lei provincial nº 620 em 9 de novembro²⁰. Nessa década viu seu florescimento econômico e político ganhar força na região oeste da província do Rio Grande do Norte, principalmente no crescimento das casas comerciais, aumento da circulação no seu porto (Areia Branca) e da atividade salineira em seu território. Mas nos anos de 1877-1879 a seca surgiu trazendo graves consequências sociais como a migração em massa, doenças, mortes e pauperismo. Dessa forma, criou-se uma forte memória social²¹ desse evento, entre os homens de letras que narraram Mossoró nos seus primeiros anos de municipalidade dos oitocentos, onde esse episódio dividiria, ao lado de descrições diversas sobre a urbe, páginas negras dessa experiência²² inédita, constituindo, assim, imagens de uma Mossoró díspar, com novos habitantes, cenários, tramas e odores.

Os intelectuais que utilizaremos para essa discussão serão: Francisco Fausto de Souza (1861-1931), Phelippe Guerra (1863-1951), Manoel Ferreira Nobre (1824-1897), José Martins de Vasconcelos (1873-1960) e Manoel Dantas (1867-1924)²³. Três deles fizeram

²⁰ “Povoação, a princípio, ou Arraial, em 1817, distrito de paz, depois, elevada a vila, sede do município, em 15 de março de 1852, Lei nº 264, Cidade, pela Lei Provincial nº 620, de 9 de novembro de 1870, e comarca desmembrada de Assu, a 23 de maio de 1861”(LIMA, 1982, p. 14).

²¹ Utilizamos essa noção a partir dos apontamentos do historiador Jacques Le Goff, quando ele discorre que essa memória social está posta num jogo de “luta das forças sociais pelo poder”, logo, tornam-se senhores da “memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (1990, p. 422). Assim, lemos as narrativas, ou memórias desses intelectuais, no sentido de compreender que seus escritos (fontes) são um “monumento”, ou seja, não é uma verdade absoluta do passado, mas uma “escolha” que aquele fez para legá-la ao presente. Desse modo, toda escolha, principalmente tratando-se da memória social é transpassada de “esquecimentos”, e os mesmos são reveladores dos “mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 1990, p. 422).

²² Apropriamos do conceito de “experiência” abordado pelo historiador E. P. Thompson, quando essa noção implica um conjunto de elementos dos quais tratam de uma linha culturalista da tradição Inglesa, que enfatiza o simbolismo, o imaginário, os discursos e as retóricas de homens, que utilizando desses segmentos “contestaram o poder e a subordinação vindos de cima, criando seus próprios rituais de resistência e experiência compartilhada” (TAYLOR, 1998, p. 77-90). Desse modo, tomamos essas narrativas dos intelectuais como documentos de uma expressão das “experiências compartilhadas” na relação da seca de 1877 com a cidade de Mossoró, sejam através da memória social ou individual desses sujeitos. Todavia, a própria definição de “experiência”, nas palavras do historiador é quando os “homens e mulheres retornam como sujeitos”, não apenas indivíduos livres, “mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos”, tratando essas experiências em sua “cultura e consciência das mais complexas maneiras, e em seguida, agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”, enfim, a experiência é compreendida como uma “resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 225-226).

²³ As obras que vamos utilizar desses autores são: SOUZA, Francisco Fausto de. *História de Mossoró*. Edição Especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em: < www.colecaomossoroense.org.br>. Acesso em: 13 de mar. 2011, GUERRA, Phelipe; GUERRA, Theophilo. *Seccas Contra a Secca*. Seccas e invernos. Açudagem, irrigação, vida, costumes sertanejos. 4º Ed. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 1203, 2001, VASCONCELLOS, José Martins de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 04, 1956 e NOBRE, Manoel Ferreira. *Mossoró em 1876*. In: *Breve Notícia sobre o Rio Grande do Norte*: baseada nas leis, informações e fatos considerados na História Antiga e Moderna. 2º Ed. Porgetti: Rio de Janeiro, 1971. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “B”, Vol. 438, 1986. DANTAS, Manoel. *Homens de Outrora*. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

parte da vida pública e literária da cidade de Mossoró, construindo suas carreiras políticas em pleno momento da Primeira República no estado do Rio Grande do Norte, com exceção de Manoel Ferreira Nobre e Manoel Dantas. Contemporâneos ao crescimento da cidade e das grandes secas na província do Rio Grande do Norte, suas obras formam um panorama importante para compreendermos três aspectos centrais para a discussão desse capítulo: as formas de resistência derivadas do espaço vivido da seca de 1877, através do homem potiguar e de sua relação com o meio natural, a transformação urbana e socioeconômica de Mossoró, e como essas narrativas recriaram uma nova cidade e espaço social sob os signos aterradores desse evento. A seguir falaremos brevemente sobre esses intelectuais.

Francisco Fausto de Souza nasceu em Mossoró no dia 19 de maio de 1861, sendo que foi no município de Areia Branca que construiu sua vida política. Foi presidente da intendência nos anos de 1911 a 1928, em seis legislaturas sucessivas, e prefeito da mesma cidade de 1929 a 8 de outubro de 1930. Exerceu ainda o cargo de deputado estadual em seis legislaturas, além de ser maçom e abolicionista na campanha de 1883. Atuou como memorialista, pesquisador e genealogista da cidade de Mossoró. Lançou em vida o livro "Breve notícia sobre a vida do Padre Antônio Joaquim Rodrigues, vigário de Mossoró/RN (1844-1894)" e "Apontamentos Históricos da Freguesia de Mossoró, fundada pelo Sargento Mor Antônio de Souza Machado (1760-1772)". Utilizamos nesse trabalho o livro "Historia de Mossoró", que reúne artigos esparsos, organizado por Vingt-Un Rosado na segunda metade do século XX, que abordam aspectos da cidade e os seus momentos na seca de 1877.

Phelippe Neri de Brito Guerra nasceu na Província do Rio Grande do Norte no município de Triumpho (antiga Augusto Severo onde hoje é a cidade de Campo Grande) em 26 de maio de 1867. Filho do Barão Luis Gonzaga de Brito Guerra (27/09/1818 – 06/06/1896) e da Baronesa Josefina Augusto da Nóbrega, Phelippe Guerra formou-se bacharel em direito em 1890 na faculdade de Recife/Pernambuco. Exerceu cargo de deputado estadual em 1891/92 e 1936, sendo promotor público da cidade do Apodi, e juiz de direito das comarcas de Caicó, Macau e Mossoró. Ele lançou centenas de artigos em jornais (*Diário do Natal* e *Comércio de Mossoró*) e livros acerca das secas e suas soluções para a região Nordeste. Guerra participou de outras atividades políticas e cargos públicos ao longo de sua vida, falecendo com seus 84 anos de idade na cidade de Natal (capital do Rio Grande do Norte) no dia 4 de maio de 1951. Utilizaremos referências do seu livro "Seccas Contra a Secca" em

parceria com seu irmão Theophilo Guerra²⁴, publicado em 1909, que traz passagens sobre a influência da seca de 1877 na cidade de Mossoró²⁵. Trabalharemos parte do livro intitulada “Notas Sertanejas”, que é um conjunto de informações extraídas de seu pai e do Coronel Luiz Manoel, contendo notas e fatos de cada seca e inverno entre os anos de 1840 e 1908.

José Martins de Vasconcellos nasceu na cidade do Apodi em 11 de novembro de 1874, filho de Gaudêncio de Góis Vasconcellos e de Antonia Maria da Conceição. Desenvolveu muitas de suas atividades públicas na cidade de Mossoró, sendo músico, jornalista e literato. Fundador do jornal “O Nordeste” que durou entre os anos de 1916 a 1934, sempre participava dos movimentos literários e políticos de seu tempo. Foi ainda sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e membro da Academia Norte Rio Grandense de Letras. Veio a falecer em 22 de dezembro de 1947, aos seus 73 anos de idade. Casou-se duas vezes (a primeira esposa faleceu em 1903), tendo oito filhos com a segunda esposa, Dona Silvia Freire de Vasconcellos. Utilizaremos nesse trabalho alguns de seus contos do livro “Obras Completas”, que abordam a seca, principalmente a de 1877 na cidade de Mossoró²⁶.

Manoel Ferreira Nobre nasceu na cidade de Natal no ano de 1824. Filho de Alferes de mesmo nome com D. Inácia Joaquina de Almeida. Ele destacou-se em sua carreira política, sendo oficial-menor da Assembléia Legislativa e oficial-maior²⁷ em 1856. Foi ajudante das ordens do presidente de província Antônio Francisco de Carvalho (1853), exercendo cargo de deputado provincial entre 1860-61. Em 1877 lançou um inventário com fatos e informações sobre a província do Rio Grande do Norte, contendo dados sobre a política, território, receita

²⁴ Theophilo Guerra é um autor secundário que ajudou seu irmão na coleta de crônicas e dos dados sobre as secas do Rio Grande do Norte. Especificamente o livro reúne mais artigos e informações produzidas pelo próprio Phelippe Guerra no cenário político, jornalístico e educacional na primeira década do século XX.

²⁵ Esse livro estrutura-se a partir de artigos produzidos por Phelippe Guerra, obedecendo a uma ordem cronológica de suas datas de publicações (alguns oriundos dos jornais “Diários de Natal” e “Commercio de Mossoró”), como ainda de uma parte histórica ou crônica, correspondente a manuscritos de seus familiares, entre eles, pai e bisavô. Um artigo que discuti acerca da seca, açudagem e instrução sertaneja através dessa obra de Guerra é MACIEL, Francisco Ramon de Matos. “*Phelippe Guerra Contra as Secas*”: Instrução sertaneja e açudagem nas crônicas de um potiguar. Campina Grande. II Seminário Nacional fontes e documentais e pesquisa histórica: sociedade e cultura de 07 a 10 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/iisnfdph/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=38>. Acesso em: 25 de dez. de 2011.

²⁶ Para saber mais sobre essas três personalidades públicas da cidade de Mossoró consultar o livro ESCÓSSIA, Lauro. *Cronologias Mossoroenses*. 2º Ed, Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2010, 305p.

²⁷ A hierarquia brasileira tinha influências no exército francês. Todavia, a partir da “ameaça” que os exércitos foram adquirindo, principalmente depois da “primavera dos povos” em 1848, ele acabou sendo “desmobilizado”, isso é, diminuindo sua efetividade e influência na sociedade, de modo que só depois com a guerra do Paraguai, que esse quadro sofre alguma mudança. Assim, o oficialato antes da guerra do Paraguai, era definido em sua maioria por indicações e pela hierarquia social presente naquele período, de modo que existem as distribuições, de tenentes, sargento, alferes, etc. Como essa nomenclatura era pouca “usada”, em alguns documentos da época, surge o oficial encarregado, que presumimos ser o “oficial menor”, que está uma posição à cima de cabo, na primeira linha da hierarquia dos oficiais, muito usado nas artilharias, e “oficial maior” que são os que pertencem a uma posição superior. Para uma leitura sobre as hierarquias consultar, MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento Militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte, MG, Argymentvm, 2010.

das cidades, aspectos do clima, solo e vegetação, costumes e número de habitantes, entre uma série de outros assuntos²⁸. Nessa mesma obra, encontramos referência à vila de Mossoró, mas diferente dos autores anteriores, que escrevem sobre a ação da seca no espaço urbano, Nobre oferece-nos características socioeconômicas dos seus primeiros anos de municipalidade nesse período²⁹. Adiante falaremos do último intelectual.

Manoel Dantas nasceu na cidade de Caicó no Rio Grande do Norte em 26 de abril de 1867. Ele teve uma vida pública agitada, sendo advogado, juiz, educador, jornalista e político. Faleceu na cidade de Natal no ano de 1924, deixando vários trabalhos publicados como “Natal D’aqui a Cinquenta Anos” (21-03-1909), “Denominação dos Municípios” (27-08-1922), e da monografia “O Rio Grande do Norte – Ensaio Chorographico”, apresentado no XV Congresso Brasileiro de Geographia, realizado em Salvador/Bahia no ano de 1915. Utilizaremos parte do livro “Homens de Outrora” (1941), que reúne cinco ensaios, especificamente o texto “O Problema da Seca”, que corresponde a um conjunto de artigos subscritos por Manoel no jornal “A República” da cidade de Natal no período de julho a outubro de 1901³⁰. A seguir comentaremos conceitualmente sobre a função dos intelectuais nesse momento da modernidade (XIX-XX).

O sociólogo Zygmunt Bauman (2010) argumenta que o conceito de “intelectual” entrou no vocabulário europeu ocidental no início do século XX para representar a memória coletiva da produção e disseminação do conhecimento no Iluminismo, pois, nessa fase, estabeleceu-se a síndrome “poder/conhecimento”, isto é, o “atributo mais visível da modernidade”. Essa síndrome era o resultado do conjunto de dois desenvolvimentos até então novos, que tiveram lugar no início dos tempos modernos: “a aparição de um novo tipo de poder estatal, com recursos e a vontade necessária para modelar e administrar o sistema social segundo um estilo preconcebido de ordem”, e a instituição de “um discurso de relativa autonomia e autoadministração capaz de gerar esse modelo, completado pelas práticas exigidas” (BAUMAN, 2010, p. 17). Deste modo, a hipótese do autor gira em torno de que a combinação desses dois desenvolvimentos gerou um tipo de “experiência enunciada” na visão

²⁸ Sobre esse sujeito e seu livro consultar BARBOSA, Janio Gustavo. “Breve Notícia” sobre um tal de Manoel Ferreira Nobre. Disponível em: < <http://dc317.4shared.com/doc/EpAkc4k-/preview.html>>. Acesso em 19 de mar. de 2012.

²⁹ Manoel Nobre chegou a Mossoró quando ainda era uma vila e não cidade da Província, isto é, na década de 1860. Por outro lado, suas informações oferecem-nos analisar os aspectos sociais, econômicos e urbanísticos da localidade, importantes para a construção da própria cidade nesse contexto. Portanto, tomaremos seus apontamentos, como elementos de “construção” de uma cidade promissora, e com aspectos já presentes da vida urbana em seu espaço social, mesmo sendo institucionalmente ainda uma vila.

³⁰ Para saber mais sobre essa personalidade consultar ONOFRE JÚNIOR, Manoel (ET ALL.) *400 Nomes de Natal*. Natal: Prefeitura de Natal, 2000.

de mundo particular e nas estratégias intelectuais a ela coligadas que receberiam o nome de “modernidade”. Para Bauman, a estratégia do trabalho intelectual no período moderno é mais bem caracterizada na metáfora da função do “legislador”. Esse consiste em fazer

[...] afirmações autorizadas e autoritárias que arbitrem controvérsias de opiniões e escolham aquelas que, uma vez selecionadas, se tornem corretas e associativas. A autoridade para arbitrar é, nesse caso, legitimada por conhecimento (objetivo) superior, ao qual intelectuais têm mais acesso que a parte não intelectual da sociedade. Esse acesso se dá graças a regras de procedimento, garantido que se alcance a verdade, que se chegue a um juízo moral válido e se selecione um gosto artístico apropriado. (BAUMAN, 2010, p. 20).

Assim a prática dessas regras de proceder torna as profissões intelectuais (cientistas, filósofos morais, etc.) proprietárias coletivas de um conhecimento de grande valor direto e decisivo na manutenção e aperfeiçoamento da ordem social. Dessa forma, esses intelectuais transformam-se em “metaprofissionais” nas suas atividades de trabalho, sendo responsáveis na formulação de regras de proceder, e ao controle de sua aplicação correta na sociedade. Eles e seu próprio saber produzido não são restringidos por tradições localizadas e comunais. Ambos são “extraterritoriais, o que lhes dá o direito e o dever de validar (ou invalidar) crenças que possam ser sustentadas em vários segmentos da sociedade” (BAUMAN, 2010, p. 20). Pensar os autores que estamos trabalhando, a partir das observações de Bauman, amplia a visualização da prática e estratégia intelectual, aplicada pelos mesmos, no contexto da cidade de Mossoró e estado do Rio Grande do Norte, nessa passagem da modernidade, pois estamos cientes de suas “metafunções” (políticos, jornalistas, escritores, memorialistas, etc.) inseridas naquela sociedade quanto no próprio estado nesse período.

O filósofo marxista Antonio Gramsci também abordou o mesmo tema nos seus “Cadernos do Cárcere”. Ele percebe que todo grupo intelectual, emergente de um processo histórico, seja de uma estrutura econômica, política e social anterior, encontrará categorias de intelectuais preexistentes naquele momento. Assim, o filósofo argumenta que qualquer grupo social que nasce de uma função essencial no mundo da produção econômica gera para si, organicamente, “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2010, p. 15). O autor defende que todos os homens são intelectuais, mas nem todos na sociedade praticam essa atividade. Dessa maneira, formam-se historicamente, categorias especializadas para o “exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas, sobretudo em conexão com os grupos sociais

mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante” (GRAMSCI, 2010, p. 18-19). Assim como Bauman, o filósofo marxista discorre que essa categoria (intelectual) ampliou-se enormemente no mundo moderno, sendo elaboradas pelo sistema social democrático-burocrático, “imponentes massas, nem todas justificadas pelas necessidades sociais de produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante” (GRAMSCI, 2010, p. 22). Dessa forma, para o autor, os intelectuais seriam os “prepostos” do grupo dominante, responsáveis nas funções subalternas da “hegemonia social” e do governo político, isto é;

1)Do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2010, p. 20).

Os apontamentos do filósofo marxista, apesar de estarem focados na organização político-econômica e cultural (hegemonia) do capitalismo na modernidade, fazem-nos perceber a função dos cinco intelectuais utilizados nesse texto na sociedade norte - rio-grandense, ou seja, sujeitos que fizeram parte dos setores da elite local e estatal, nos assuntos econômicos, políticos e culturais, estando imbuídos de responsabilidades do poder e saber nos seus lugares de atuação e representação, preocupados em criar uma memória coletiva, que aqui apresenta-se, na narrativa de fatos e signos sobre a cidade de Mossoró e a seca de 1877. As observações dos dois autores, sobre os intelectuais e seu labor nesse período da modernidade, trazem-nos subsídios para compreendermos socialmente o *lócus* que nossos sujeitos falam (setor burocrático, jornalístico, literário), quanto aos elementos constitutivos de seu discurso, ideais e sensibilidades. Antes de iniciarmos a descrição de Mossoró durante a seca de 1877 é interessante mostrar nossa abordagem e posicionamentos acerca dos estudos sobre cidade e história social da literatura.

A história cultural ao longo da década de 1990 proporcionou uma “nova abordagem” ao fenômeno urbano. O que se ressalta desses estudos, é o tratamento da cidade, não mais apenas como lugar privilegiado da realização da produção e ação dos novos sujeitos sociais, mas, sobretudo, “como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 13).

Desses enfoques, não se destituiu o aspecto da *materialidade* da cidade, isto é, ela sempre é criada pelo homem, uma segunda natureza, obra e artefato. Por outro lado, a *urbis*, no olhar cultural é também *sociabilidade*, ou seja, “comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos”. E porque não ainda *sensibilidade*? Como fenômeno cultural, que atribui significados ao mundo, a cidade se revela “pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo *viver urbano* e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia” (PESAVENTO, 2007, p. 14). A partir dessa dimensão da sensibilidade é que poderíamos alcançar essa cidade sensível, ou seja, aquela responsável pela “atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam *na e por causa* da cidade” (PESAVENTO, 2007, p. 15).

Outra colocação relevante dos estudos culturais da cidade, apresentado pela autora, seria a percepção da influência das *espacialidades e temporalidades* em todas as construções imaginárias de sentido que se faz presente no universo citadino. Destarte, a cidade é

[...] sempre um lugar no tempo, na medida em que é um espaço com reconhecimento e significação estabelecido na temporalidade; ela é também um momento no espaço, pois expõe um tempo materializado em uma superfície dada. Porém, em termos de cidade, esse tempo contado se dá sempre a partir de um espaço construído, e não é possível pensar um sem o outro. Quando se trata de *representificar* a memória – ou a história – de uma cidade, a experiência do tempo é indissociável da sua representação no espaço. (PESAVENTO, 2007, p. 15-16).

Essa perspectiva de abordagem dos estudos culturais urbanos, tendo em vista as *sociabilidades e sensibilidades* num determinado espaço-tempo, utilizando como ferramentas o resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação, mostra caminhos para uma leitura desses *ethos*³¹ urbanos. Assim, são de extrema importância para nossa investigação as sociabilidades e sensibilidades presentes nas descrições dos narradores da cidade de Mossoró na seca de 1877. Porém, acreditamos que é necessário um *olhar crítico* sobre esse processo de construção das representações acerca das cidades. Pois, os discursos, imagens e práticas sociais não são descoloridas de intenções, tramas e até ideologias, ou melhor, de vida humana. As *representações*, pedra angular dos estudos culturais³², não podem

³¹ Conjunto de características que compõe os traços sociais e culturais de um grupo, sua identidade e costume.

³² Ver os trabalhos como CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela galhardo. Lisboa: Difel, 1990, e PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

cair na armadilha do trato essencialista ou idealista, adquirindo um caráter autônomo e atemporal, ante a realidade social e suas mudanças no processo histórico, elas também devem ser *historicizadas*, pois como argumenta Henri Lefebvre “las representaciones circulan, pero en torno a fijezas: las instituciones, los símbolos y arquetipos. Interpretan la vivencia y la práctica; intervienen en ellas sin por ello conocerlas ni dominarlas. Forman parte de ellas, solo las distingue el análisis” (LEFEBVRE, 1980, p. 28). Deste modo, acreditamos que as representações são um artifício de *mediação* para compreendermos a dimensão do espaço social na própria cidade. “La representacion no consiste en una imaginaria, en un reflejo o en una abstracción cualquiera, sino en una medición” (LEFEBVRE, 1980, p. 37). Ou seja, ela não se define apenas pelo *concebido*, mas pela relação de vivência e prática espacial, num *feedback*, isto é, uma *presença* no meio social. Assim, a contribuição de Lefebvre à teoria das representações tem como fundamento “a não-separação de vida e conhecimento e o movimento que essa concepção e prática trazem consigo” (MARTINS, 1996, p. 97). Desse modo, pensamos as descrições e representações da cidade de Mossoró na seca de 1877 na tentativa de compreendermos a produção de outro espaço citadino, que não parte apenas do espaço concebido para chegar ao vivido e sua prática (percebido), mas de sua interconexão com essas duas dimensões espaciais.

Nossa tarefa nesse capítulo será perceber as tensões e diálogos presentes nessas três dimensões da produção do espaço social na cidade de Mossoró, através dos escritos dos intelectuais que descreveram aquele lugar durante a experiência da seca de 1877. Dessa forma, teremos combinações bastante diferenciadas no entrecruzamento entre - o vivido, o percebido e o concebido - nos textos abordados, que (re) criam uma cidade e sua configuração espacial num dado momento de tragédia na Província. De antemão, observamos que as imagens e descrições da cidade de Mossoró, efetuam-se em maior grau nas esferas do concebido e vivido, ou seja, revela tanto uma ordem e instrumentalização (penetrados de saber e poder) do espaço da própria cidade quanto à sua dinamização e fluidez do âmbito vivido (lugar do imaginário, simbólico, apropriação e contra-ação) durante a seca de 1877, mas que ao mesmo tempo, podemos identificar uma prática espacial que os sujeitos estão re-produzindo, numa certa coesão e coerência durante o episódio da seca³³. Passaremos agora

³³ Esses conceitos apresentados, sobre a produção do espaço social (percebido, concebido e vivido) serão fundamentais nos outros capítulos dessa dissertação. Assim, no Capítulo 2, voltaremos nossa atenção para uma “prática espacial” das secas, ou seja, como o espaço percebido transforma e re-produz espacialidades, enquanto no último, discutiremos a interface do espaço concebido e vivido das secas, e sua fundamental importância na produção do espaço social de Mossoró.

para o método de análise empregado para tratar dos intelectuais e suas respectivas obras nesse capítulo.

Aproximamo-nos das abordagens dos historiadores Nicolau Sevcenko e Frederico de Castro Neves em seus respectivos textos, *Perfis Urbanos Terríveis em Edgar Allan Poe e A Miséria na Literatura*. O primeiro estuda as imagens produzidas pela literatura de Edgar Allan Poe, perante o espetáculo do surgimento das grandes cidades no século XIX. Assim, signos como a solidão, doença e sedução, surgem no emblema aterrador da morte enquadrada na cidade moderna pelo escritor norte-americano. A cidade não é analisada pela sua fisionomia, mas “pelo exame cuidadoso de uma sensibilidade altamente excitada” (SEVCENKO, 1985, p. 77). A visão trágica da grande cidade é identificada com a morte em três contos de Poe, mas o interessante de ressaltar que, diferente de seus contemporâneos, “ele não fala *sobre* da cidade, mas parece metamorfosear-se na voz pela qual a experiência desenraizada da vida na metrópole procura pronunciar a sua identidade inconsistente”. Seu estado de melancolia não nasce da razão e nem da moral e sim da “solidão em que a metrópole enclausurou cada um dos seus milhares ou milhões de habitantes” (SEVCENKO, 1985, p.73). Dessa forma, através das idéias de Nicolau sobre uma “sensibilidade”, conformada na experiência da vida urbana, apropriamo-nos desse enfoque para estudar os signos e representações dos intelectuais sobre a cidade de Mossoró durante a passagem da seca de 1877, ou seja, compreender a construção de outro espaço citadino, marcado pela tragédia e símbolo da morte, doença, crime e imoralidade, além dos valores morais intrínsecos aos próprios narradores em suas literaturas.

No mesmo caminho dialogamos com o texto de Frederico de Castro Neves, do qual trata da construção de um olhar intelectualizado acerca da seca de 1877 no Ceará, sobre o emblema da *miséria* naquele contexto de crise. O autor analisa os escritos do jornalista José do Patrocínio (Rio de Janeiro) e o impacto simbólico que a miséria de milhares de retirantes causou nas mentes cultas no final do Segundo Reinado. Assim, expressando um olhar moralizante sobre a desagregação dos sertanejos, o jornalista constata ainda que aquele episódio da seca revela-se como um elemento de ruptura da ordem senhorial nesse fim-de-século. Desse modo, procuramos também entender a construção da cidade de Mossoró naquele momento, a partir dos olhares intelectualizados de seus narradores, articulando as imagens e signos criados com os posicionamentos e valores morais dos mesmos, compreendendo as tensões e contradições, ocasionadas pelo encontro dessas duas polaridades na descrição daquele episódio na própria cidade e província do Rio Grande do Norte.

Para encerramos a discussão sobre a abordagem aplicada nesse capítulo, à produção literária utilizada (crônica, conto e inventário) é tratada como um *testemunho histórico* no teor da história social, ou seja, inseri-la no “movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 07) é nossa perspectiva de trabalho. Qualquer obra literária é uma evidência histórica, situada no processo histórico com propriedades peculiares, que precisa ser interrogada, desnudada. Desse modo, necessita-se de dois pressupostos ao tratamento dessa fonte. A primeira é a “necessidade de destrinchar sempre a especificidade de cada testemunho”. Ou seja, o historiador precisa interrogar essa fonte, como qualquer outra, no sentido de buscar a “*lógica social do texto*”. O segundo traço é “ponderar as características específicas da fonte literária” (CHALHOUB, PEREIRA, 1998, p. 08), isto é, esclarecer o estatuto de uma obra literária como testemunho histórico. Assim, para uma análise do testemunho histórico (independentemente que seja), deve-se sempre ter em vista que “os sujeitos vivem a história como indeterminações, como incerteza, como necessidades cotidianas de intervir para tornar real o devir que lhes interessa”. Portanto, autores e obras literárias são “acontecimentos datados, historicamente condicionados, valem pelo que expressam aos contemporâneos. O sentido de um autor ou obra literária não se explica ou se esgota nas suas apropriações futuras” (CHALHOUB, PEREIRA, 1998, p. 09).

1.1.1 Paisagens e Experiências da Seca de 1877: nova percepção, sentimento e raciocínio de Manoel Dantas.

A escrita de Manoel Dantas sobre a seca de 1877 possibilita-nos compreender como aquele evento específico causou uma série de mudanças no modo de sentir, raciocinar e perceber o mundo natural, ou seja, homens e mulheres potiguares que viveram aquela experiência e que acabaram sofrendo transformações sociais e culturais, além de re-produzir outro espaço social. Todavia para iniciarmos esse tópico são necessários alguns apontamentos que ajudaram na construção de nossas idéias e argumentos. Assim dialogaremos a seguir com dois historiadores que contribuem na discussão da relação sociocultural dos homens com o mundo natural.

O historiador inglês Simon Schama em seu livro “Paisagem e Memória”³⁴ discorre acerca da “percepção” humana para situar a natureza, ambas, inseparáveis. Como também trata da noção de “paisagem”, esta, “antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõem-se tanto de camadas de lembranças quanto de extratos de rochas” (1996, p. 17). Assim a paisagem parte de nossa percepção transformadora que “estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem” (SCHAMA, 1996, p. 20). Desse modo, a “paisagem” não deixa de ser um documento, uma fonte de leitura, um lócus portador de memória. Dessas questões levantadas por Schama surge à reflexão de como as secas tornaram-se um fator de extrema importância, tanto na paisagem como no imaginário local e nacional da região Norte/Nordeste, quando a mesma é concebida de uma “tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões” (1996, p. 24). O historiador discorre ainda que esses “mitos” e “lembranças” da paisagem, apesar de variações recorrentes, dividem duas características comuns: “sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos” (SCHAMA, 1996, p. 26). Assim os escritos de Manoel Dantas revelam que a experiência da seca de 1877 é indissociável do processo de mudança sociocultural, logo, da re-produção do espaço social, e também da própria percepção transformadora desse fenômeno natural como elemento da paisagem potiguar.

Outro historiador inglês que delinea sobre a relação dos homens com seu espaço natural é Keith Thomas. Em seu livro, “O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)”³⁵, o autor analisa a mudança de conduta dos homens com os animais e plantas no início do período moderno na Inglaterra. Desse modo ocorreu uma “série de transformações na maneira pela qual homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor” (THOMAS, 2010, p. 19). Logo surgiram novas sensibilidades e um universo mental com relação a esse espaço natural. Dessa forma o autor discorre sobre “os pressupostos, alguns tenuemente articulados que fundamentaram as percepções, os raciocínios e os sentimentos dos ingleses no início da época moderna frente aos animais, pássaros, vegetação e paisagem física” (THOMAS, 2010, p. 19). Assim apropriamo-nos das idéias de Keith Thomas no sentido de compreender, a partir dos escritos de Manoel Dantas, as transformações ocorridas na percepção, raciocínio e

³⁴ SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

³⁵ THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo. Companhia das Letras. 2010.

sentimento do sertanejo potiguar diante aos animais e plantas através da experiência da seca de 1877.

No estudo do problema das secas, afirma Manoel, “não se pode deixar de conceder uma atenção especial à seca de 1877-79, não só pela extensão devastadora do flagelo, como pelas conseqüências que adivieram depois” (2001, p. 118). Como ele argumenta, na história das secas, “a de 1877 marca o ponto de partida de um ciclo diferente” (DANTAS, 2001, p. 118). Assim não serão poucas as descrições de Dantas sobre a relação dessa seca com a província do Rio Grande do Norte. O autor descreve a situação de cada homem, pobre e rico, quando foi decretado calamidade. “O povo pobre pôs os cacarecos à cabeça e tratou de emigrar, ao azar de sua desgraça, em busca dos brejos e portos, morrendo de fome e doenças ao longo das estradas” (DANTAS, 2001, p. 119). Interessante no relato de Manoel é sua participação ocular nesse episódio, “não me demoro no esboço desse quadro horrível, que tive a infelicidade de presenciar na minha infância, por que é de importância secundária na minha argumentação” (2001, p. 119). Desse modo sua memória torna-se co-existente na construção da imagem e alegação dos signos aterradores e experiência humana da seca de 1877. Voltando a descrição dos sujeitos, as “classes mais abastadas, para se aprovisionarem, socorreram-se dos meios ao seu alcance: o escravo e as jóias” (DANTAS, 2001, p. 120). Vejamos o que o autor escreveu acerca do primeiro elemento de sobrevivência das classes abastadas.

Levas elevas de escravos desceram para a praça do Recife, onde eram vendidos para os cafezaes do sul, sendo com o seu produto compradas as mercadorias que iriam matar a fome de seus antigos possuidores. Bocado bem amargo deve ter sido esse amassado com lágrimas de filhos da generosa terra sertaneja, onde o escravo foi sempre tratado com brandura, quase como pessoa de família, e que a seca atirava á vida dura e cruel das senzalas do sul! (DANTAS, 2001, p. 120).

Devemos frisar que Manoel Dantas foi um político republicano e que escrevia para o jornal “A República” da cidade de Natal em 1901, logo seu “oxigênio” social e cultural, consubstanciados também em seus textos, estava contextualizado numa determinada temporalidade e sociedade, porém sua escrita não é insusceptível de análise. Desse modo quando narra à venda de escravos para os cafezais do sul do país, como uma das formas encontradas de sobrevivência dos grupos abastados, ele oferece-nos uma idéia das estratégias do espaço vivido desses sujeitos frente aos problemas econômicos acarretados pela estiagem. Por outro lado constrói duas imagens desse espaço social da seca: que os escravos viviam

num regime de “brandura” no Rio Grande do Norte, e que a chegada da seca de 1877 é a principal responsável pelas vendas dos mesmos aos trabalhos duros do sul. Essa questão estará presente em alguns dos intelectuais que iremos analisar nesse capítulo, por hora, voltemos na outra estratégia desses sujeitos: as vendas de jóias.

Cargas de jóias buscaram também os mercados exportadores. É conhecida a vaidade ingênua das populações simples. Nos tempos de fartura, que foram muitos e sucessivos, avaliava-se da importância e da riqueza de uma família pelo número e tamanho das jóias que exibia. Obtido assim o dinheiro, foi fácil a aquisição de comedorias transportadas dos portos e brejos em costas de burro e a cabeça de carregadores. (DANTAS, 2001, p. 120).

Interessante é percebermos a riqueza de detalhes do espaço vivido que Manoel Dantas descreve nesse fragmento. Ele revela certa “cultura material” indissociável ao costume e cotidiano dessas famílias abastadas, ou seja, “quando as produções do homem estão no centro da identidade e das relações do indivíduo com a família, com o grupo” (ROCHE, 2000, p. 19). Desse modo, não foram apenas os itens valiosos que acabaram “convertendo-se” em alimentos para a sobrevivência desses grupos, mas todo um padrão sociológico de consumo conspícuo³⁶, ou capital simbólico do período foi colocado em cheque na experiência da seca de 1877. Assim todos viveram os rigores da seca, porém de diferentes maneiras e dramas no espaço social. Um aspecto importante salta no final dessa fonte, e que vai tomar muitas linhas da descrição de Manoel Dantas, isto é, a relação homem, animal doméstico e a seca.

[...] Somente em 77, o burro começou a prestar seus inestimáveis serviços. Até então, era um animal despresado, repetindo-se frequentemente uma espécie de anaxim – *burro é quem burro tem*. O sertanejo que possuía um burro, a não ser por espírito de curiosidade, tornava-se objeto de chacota. Em 1877, foi que se verificou a força de resistência de que o burro era dotado. O burro tornou-se uma verdadeira providência para o transporte de cereaes aos pontos mais distantes flagelados pela seca. (DANTAS, 2001, p. 120).

³⁶ Em linhas gerais esse conceito significa os gastos esbanjados em objetos e serviços na finalidade de ostentar, manter, imitar a riqueza e *status quo* em uma determinada sociedade. Esse conceito pode ser interpretado de várias formas e contextos específicos, por isso, consultar BURKE, Peter. *Consumo Conspícuo e Capital Simbólico*. In. História e Teoria Social. Trad. Klauss B. Gerhardt, Roneide V. Majer. São Paulo: UNESP, 2002, p. 97-100.

Esse testemunho histórico de Manoel oferece-nos uma compreensão de uma mudança de atitude do sertanejo com relação ao burro, através da drástica experiência da seca de 1877. Se tempos atrás esse animal era desprezado frente aos outros bichos domésticos, agora era uma verdadeira provisão possuí-lo nas fazendas e atividades comerciais em épocas de longo estio. Interessante é a expressão encontrada na fonte, “*burro é quem burro tem*”, Keith Thomas argumenta que o uso contínuo da “analogia e metáfora animais no discurso cotidiano reforçou o sentimento de que homens e bichos habitavam o mesmo universo moral e que termos de louvor ou reprovação podiam ser aplicados de maneira intercambiável a qualquer deles” (THOMAS, 2010, p. 139). Desse modo, temos uma pequena amostra desse mundo mental dos sertanejos frente aos animais domésticos, e como as relações de ambos no espaço vivido eram igualmente construídas a partir dos valores e moral dos primeiros. Mas não acabou por aqui.

Manoel Dantas argumentou que a seca de 77 “fora uma escola proveitosa”, pois depois dela, “surgiram meios de resistência até então ignorados” (2001, p. 121). Assim, mesmo tendo seu efeito devastador na vida de milhares de homens e mulheres potiguares, aquela seca trouxe também, além do “efeito moral produzido no espírito do sertanejo pela certeza que adquiriu de ser possível resistir ao flagelo, vieram ensinamentos práticos do maior alcance” (DANTAS, 2001, p. 121). Esses ensinamentos, aprendidos no âmbito vivido da seca, girarão em torno da relação do homem sertanejo com seu mundo natural. Desse modo, outra vez os animais surgem na escrita de Dantas.

O burro, que até então dava certa nota de ridículo às fazendas que o possuíam, tornou-se o animal preferido, e veio contribuir, pela sua força de resistência no trabalho, para o desenvolvimento comercial, barateando os fretes, facilitando a troca dos produtos sertanejos como o queijo, a carne, o couro, que começaram a aparecer em grande escala nas praças exportadoras. (DANTAS, 2001, p. 121-122).

Novamente o burro aparece como o animal salvador das atividades comerciais nesse período de grande seca. Mesmo não possuindo a notoriedade de outros animais domésticos, como a vaca e o cavalo, ele tornou-se um estimável trabalhador pela sua força e resistência. Lembrando que uma das características centrais dos animais domésticos é seu “valor produtivo” (THOMAS, 2010). Desse modo, se as fazendas criadoras de burros eram tomadas como ridículas no meio latifundiário, a experiência da seca de 1877 veio ensinar aos seus proprietários as virtudes do animal nesse período de crise. Contudo os burros não foram os

únicos animais a destacarem-se. Logo outros ensinamentos da seca de 1877 vieram mostrar que o “aproveitamento da vaca de leite e a exploração do queijo como uma indústria rendosa” (DANTAS, 2001, p. 122). Assim o autor descreve que as antigas formas de criação do *gado vacum* sofrerão mudanças no regime da seca, levando os sertanejos a adquirirem novos hábitos e práticas ligadas ao trato e comércio derivado desse animal na província.

Até 1877, julgar-se-ia amesquinhado o sertanejo que, ao entrar o mês de julho, não tivesse soltado a vacaria, ficando às vezes sem uma vaca no curral para fornecer leite. Isto obedecia ao preconceito de ter uma produção forte e bem desenvolvida. Em 1877 e 78, porém, ele aprendeu que o bezerro da vaca de ração ficava tanto ou mais desenvolvido do que aquele que se criava no campo. Esta circunstância, aliada à lei da necessidade que obrigou a aproveitar uma fonte preciosa de alimentação e de negócio, como o leite e o queijo, fe-lo encetar o *trato da vacas* com caroço de algodão, hervas e capim verde. Veio também a certeza da inconveniência das grandes aglomerações de gado num ponto determinado, o que, nos tempos bons, pouco influía para o aumento da riqueza pastoril, atenta a barateza dos produtos; nos tempos maus, diminuía as probabilidades de salvação (DANTAS, 2001, p. 122).

Esse fragmento evidencia claramente uma transformação dos padrões de raciocínio e percepção dos sertanejos com seus animais domésticos, e como essas novas atitudes também influenciaram nas relações comerciais pastoris da época. Assim, numa espécie de jogo de erros e acertos, Manoel Dantas continua a descrever os ensinamentos que essa “escola proveitosa” ensinou ao norte-rio-grandense, e a agricultura também entrou como dever de casa. “Refiro-me á que pode ser praticada com proveito: o plantio do algodão e o aproveitamento do leite dos rios e dos *frescos* dos açudes” (DANTAS, 2001, p. 122).

Até 1877 cultivava-se o algodão, mas em pequena escala, plantando-se de preferência o algodão herbáceo e o *quebradinho*. Os sertanejos olhavam com certo desinteresse este gênero de cultura. O algodão produzia pouco. Não aproveitavam o caroço, que era quase sempre queimado depois da safra. As espécies cultivadas não compensavam os gastos do plantio. As dificuldades do transporte contribuíam também para o descrédito da indústria algodoeira. Tudo isto, porém, tendeu desde logo a melhorar. O algodão herbáceo e o *quebradinho* foram substituídos por outras variedades mais produtivas e mais resistentes, de modo que o algodão é considerado hoje quase um bem de raiz, produzindo sempre alguma coisa, até nas épocas de seca (DANTAS, 2001, p. 133).

A cotonicultura e a atividade açucareira entre as décadas de 1850 e 1860 vão representar os principais produtos de importação e exportação da Província (TAKEYA,

1985). Porém na década seguinte, principalmente com a queda dos preços do algodão em 1872 e com a chegada da própria seca de 1877, a cotonicultura teve um baixo rendimento, levando o açúcar deter a superioridade no quadro econômico. Assim não foi à experiência da seca de 1877 que veio “ensinar” ao norte-rio-grandense as vantagens da produção do algodão como alega Manoel Dantas, mas a própria crise do açúcar anos depois como a historiadora Takeya argumenta, “a exportação de açúcar atingiu seu ápice nos anos de oitenta. A partir daí declinou, seguindo uma tendência comum a todo o açúcar brasileiro no final do século XIX” (TAKEYA, 1985, p. 33). Desse modo, a cotonicultura, diferente do açúcar, não teve uma estagnação ou retrocesso nesse período, mas foi só a partir da década de 1880 “que se expandiu o cultivo pelo sertão norte-rio-grandense, de uma variedade de algodão característico do meio – o algodão mocó ou algodão seridoense” (TAKEYA, 1985, p. 33). Por outro lado, até a década de 1890 ainda não era considerada uma cultura promissora pela política estadual, e essa descrença na “capacidade do algodão como uma cultura de exportação alternativa ao açúcar, fica patente na forma como o governo estadual dispunha por essa época sobre o crédito agrícola”, logo, a cana-de-açúcar era “privilegiada na concessão de empréstimos do governo, através de apólices do Tesouro, à lavoura do Estado” (TAKEYA, 1985, p. 33). Assim, o investimento da cotonicultura potiguar está mais relacionado com os processos de mudanças na esfera da política agrária da passagem do século XIX ao XX, que apenas uma experiência local da lavoura norte-rio-grandense pela seca de 1877. Voltando a outra forma de resistência derivada da seca seria a utilização dos frescos dos açudes.

Um outro meio de resistência oriundo da seca de 77 foi o aproveitamento sistemático dos *frescos* dos açudes. Antes de 77, já existiam alguns açudes, porém, tirante o peixe, a única serventia deles era o pequeno plantio de *vasantes* de capim verde, arroz, batatas, gerimús, etc. a lei da necessidade e o exemplo do que foram as poucas *vasantes* plantadas em 77 obrigaram o sertanejo a utilizar-se de todos os terrenos alagados ou refrescados pelos açudes para o plantio de cereais, que se desenvolveram tão bem como na estação invernososa. O leito dos rios, quase estéril e improdutivo, tornou-se francamente adaptável ao plantio do feijão e da batata. Bastou, para isso, o emprego do estrume de curral, que determinou o aproveitamento de uma certa área de terrenos sempre frescos, mesmo nos anos de seca. (DANTAS, 2001, p. 123-124).

A utilização de terrenos férteis dos açudes e leitos de rios acabou tornando-se uma estratégia capital para os sertanejos plantarem mais variedades de leguminosas e cereais. Se o bom emprego dos *frescos* não era uma prática sistêmica da agricultura potiguar, depois da “lei da necessidade” causada pela seca de 1877, era uma providência empregar ao máximo os

recursos naturais encontrados da região. Entretanto o relevante de toda escrita de Manoel Dantas, diferente dos outros autores que vamos abordar, é o caráter pedagógico da seca de 1877, ou seja, o sertanejo norte-rio-grandense veio aprender no seu espaço vivido os meios de resistência futuros a esse tipo de flagelo. Como próprio Manoel argumenta em seu ensaio, “precisávamos uma vez por outra ter um 77 para aprender a viver” (2001, p. 124).

Esses elementos da escrita de Manoel Dantas surgem na análise do historiador Muirakytan Kennedy de Macêdo, quando ele analisou a “construção” do espaço diferenciado do Seridó³⁷ no Rio Grande do Norte, a partir das redes de discurso regionalista pelas elites ao longo do tempo³⁸. Assim o Seridó aparece numa configuração discursiva durante o século XIX como um *espaço da provação*³⁹, ou seja, um lugar “percebido como estratégia do plano divino para testar a fé humana, ao mesmo tempo em que Deus lembra a promessa de bem-aventurança” (MACÊDO, 2005, p. 26). Desse modo as secas vão marcar essa “estratégia divina”, reformando os homens e seu espaço natural (animais, plantas, etc.) para um futuro de promessa. Logo essa interpretação está próxima das descrições de Manoel Dantas sobre a seca de 1877, quando essa torna-se um fenômeno climático-pedagógico aos hábitos e costumes dos homens para sobreviverem no seu espaço natural. Mas o Seridó também emerge no discurso regionalista das elites no início do século XX como um *espaço da produção*, isto é, lugar apreendido exclusivamente para a produção da cotonicultura no Estado. Assim a preocupação com os trabalhos sistemáticos na lavoura e cultivo do algodão, são aspectos presentes nos escritos de Manoel Dantas, levando esse intelectual a se inserir numa cultura ilustrada da elite regionalista do período, “época do processo de mudança do eixo político potiguar do litoral para o sertão” (MACÊDO, 2005, p. 26).

Até agora acompanhamos como os escritos de Manoel Dantas formam um conjunto de imagens sobre as mudanças de atitude dos sertanejos frente aos animais e plantas no espaço vivido da seca de 1877. Frisando novamente que esse ensaio, “O Problema das Secas”, feito para o jornal “A República” da cidade de Natal em 1901, revela ainda uma série de problemáticas não tratadas nesse capítulo (exemplo a questão da açudagem e irrigação), pois nossa perspectiva foi compreender como sua escrita, a partir de mitos, lembranças e obsessões (SCHAMA, 1996), constrói uma paisagem potiguar fortemente marcada pela presença da seca, principalmente através da experiência de 1877. Assim, como discorre Simon Schama,

³⁷ O Seridó localiza-se na “Mesoregião Central do Rio Grande do Norte, dividido em duas Microrregiões: Seridó Ocidental e Seridó Oriental” (MACÊDO, 2005, 27).

³⁸ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal/RN: Editora Sebo Vermelho, 2005, 230p.

³⁹ O autor vai analisar esse aspecto a partir de uma crônica do fazendeiro seridoense Manoel Antônio Dantas Corrêia de 1847, logo depois de uma grande seca em 1845.

“as paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social” (1996, p. 26), logo, não é estranho que esse intelectual potiguar torne pública sua convicção de que as secas devem ser tratadas como um problema político nacional, resolvido através de investimentos no setor agrícola e industrial sobre os estados afetados. Contudo temos que admitir que os danos causados na estrutura social do Norte imperial pela seca de 1877 – mortes, doenças, migração, etc. – não foram apenas frias representações construídas pelos seus narradores e co-participantes, mas reconhecer que o legado e tradição ambígua dos mitos e da percepção transformadora da natureza, pelo menos nos fazem admitir que “a paisagem nem sempre é mero “local de prazer” – o cenário com função de sedativo, e topografia arranjada de tal modo que regala os olhos. Pois esses olhos, como veremos não registra apenas bucólicos piqueniques” (SCHAMA, 1996, p. 28). Exemplo claro é a construção da imagem da cidade de Mossoró durante a seca de 1877, através dos escritos de Francisco Fausto de Souza, Phelippe e Theophilo Guerra, criando-se outro espaço social naquele lugar como veremos ainda nesse capítulo. Agora passaremos para os escritos de Manoel Ferreira Nobre e sua construção do arranjo físico e social de Santa Luzia.

1.1.2 A vila mossoroense na tinta de Manoel Ferreira Nobre: uma cidade em crescimento.

“Pois não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura”.
E. P. Thompson.

Os escritos de Manoel Ferreira Nobre sobre Mossoró em seu livro são um arsenal de dados e informações relevantes, no que tange ao seu crescimento econômico, urbano e político em sua constituição como uma vila e futura cidade nas décadas de 1860 e 1870. Mostraremos como o autor reuniu suas ideias para construção de uma imagem de Mossoró, que cada vez mais, estava adquirindo *status* na província do Rio Grande do Norte, além de grande centro comercial dos sertões do Norte. Assim, sua descrição revela elementos para tornar a cidade uma opção de sobrevivência e chamariz para milhares de retirantes nos três anos de longo estio.

“Setenta e duas léguas ao Norte da capital e sete longe do mar, esta a comerciante e populosa cidade de Mossoró à margem esquerda do rio do seu nome”, essas são as primeiras

informações sobre Santa Luzia em seu livro. Os limites da cidade “princípios da Praia do Tibau, no lugar onde confina esta província com a do Ceará, e daí pelo cimo da Serra de Mossoró até o sítio Pau de Tapuia, inclusive; deste compreendendo o sítio das Aguilhadas no Rio Mossoró”, que se estende até a fazenda Chafariz, da freguesia do Campo Grande, no rio Upanema; e “daí pelo rio abaixo por uma e outra parte, até a sua embocadura no mar. Este território foi desmembrado do município do Apodi, a que então pertencia”. Enquanto ao seu clima, Mossoró é sadia, “raras vezes se desenvolvem moléstias com caráter epidêmico”. (NOBRE, 1986, p. 9-10). O autor nessas passagens tem a preocupação de construir o território da vila, ou melhor, dar idéias das dimensões que o conforma e delimita fisicamente. Temos uma primeira idéia de uma prática espacial e espaço concebido de Mossoró nesse contexto.

Manoel argumenta que os costumes da cidade são seu principal destaque, pois o “povo se lança ao trabalho com uma atividade verdadeiramente pasmosa”, mesmo pelos “rigores do tempo, a rudeza dos campos e a falta de braços não o fazem empecer”. O autor mostra-nos aqui seu olhar sobre as condições complicadas (materiais e sociais), a dureza da vida dos campos e a falta de mão-de-obra, mas mesmo nesse quadro, não vê obstáculos para a promissora cidade de Mossoró. Até as mulheres não escaparam de seu olhar e pincel; essas “distinguem-se por sentimentos sublimes, profundos e generosos”. Como político do partido conservador e homem de espírito forte, aponta que o luxo, “esse cancro, companheiro fiel dos vícios, é completamente desconhecido da população de Mossoró” (NOBRE, 1986, p. 11). A cidade de Santa Luzia, na percepção do autor, é livre desse câncer, isto é, dos vícios urbanos⁴⁰, que se espalham e destroem qualquer sociedade saudável, pois a rusticidade de sua população, de alguma maneira, age como um baluarte contra esse inimigo, e escudeiro aos sentimentos nobres e labores espantosos. Temos aqui uma espécie de casamento entre os valores “tradicionais” com as mudanças socioeconômicas do período. Assim quando Nobre destaca os costumes, as mulheres e valores daquele espaço, deixa-nos uma imagem do espaço vivido em seus escritos.

Manuel Nobre discorre ainda sobre a “Barra de Mossoró” e o “Porto de Areia Branca”. A primeira é uma das mais “abrigadas e mais calmas do Norte do Brasil. Navios de todo porte podem descarregar e tomar seus carregamentos ali com muita economia e prontidão”. Tempestades são desconhecidas, além de o canal ser regular e livre de pedras.

⁴⁰ É interessante frisarmos que o primeiro código de postura da cidade de Mossoró foi criado em 1855, e nesse encontra-se a preocupação com o ordenamento social no território da cidade. Assim as infrações e delitos ocorridos já eram motivos para multas e prisões dos responsáveis. Consular, *Códigos de Postura do Município de Mossoró*: 1855, 1881, 1888, 1908 e 1940. Fundação Vingt-Un Rosado. Coleção Mossoroense, Série C, Nº 1192, 2002.

Enquanto seu porto “é um dos mais próximos da Europa. Muitas embarcações estrangeiras e vapores o visitam anualmente”. Até aquela data nunca recebeu melhoramento material, entretanto, “navios, calando 12 pés d’água, entram e saem francamente”. Tanto a Barra como o Porto possui distância de sete léguas com a cidade de Mossoró. A mesma ainda possui o “Porto da Ilha”, que por uma gamboa navegável saindo de Areia Branca, fica a distância de uma légua da cidade. “Pequenas embarcações vão constantemente ao Porto da Ilha descarregar e tomar carregamentos, com muita facilidade. É considerável o movimento diário entre a ilha e a cidade”. Cem carros de bois levam as mercadorias e gêneros de produção da terra, “cada um desses carros conduz, de uma só vez, 16 a 18 sacos”, além de existir sempre no Porto da Ilha “três carruagens, conduzindo e reconduzindo passageiros, por preço cômodo” (NOBRE, 1986, p. 11, 12 e 13). Notamos nessa descrição a mobilidade comercial entre a cidade e seus portos. O mar e o rio trazem e levam o estrangeiro ao seu espaço, seja por bois e carruagens, ou pelos navios e vapores. Desse modo, identificamos o caráter contínuo e descontínuo do espaço da cidade, que contêm elementos “modernos” da técnica (navios e barcos a vapor) com a força de animais (carroças) ao desenvolvimento comercial local e interprovincial. Novamente percebemos na escrita de Nobre uma prática espacial que reproduz e dá coesão aquele lugar específico.

Seguindo na mesma linha, sobre a descrição do comércio, Manoel Nobre afirma que de “dia em dia, vai fazendo progresso espantoso”. O território da cidade é “fertilíssimo para todo o gênero de cultura”. O lugar chamado “Serra Verde”, que fica sete léguas ao sul da cidade de Santa Luzia, até pouco tempo “era coberta de espinhos, e cercada de cardos, hoje em dia é o primeiro ponto de agricultura de Mossoró”, chegando ele a escrever que sua “uberdade não pode ser excedida pelas mais fecundas das províncias”. A sua produção agrícola vêm do “algodão, e de gêneros alimentícios, como a farinha de mandioca, milho, feijões, etc., é prodigiosa em outras serras, que ficam no mesmo território” (NOBRE, 1986, p. 14). Sobre a indústria ele aponta que “as artes mecânicas vão tendo algum merecimento”. Entre os produtos exportados estariam a “Borracha da mangabeira”, a “fabricação de velas de ceras, tirada dos carnaubais [...] que se emprega uma grande parte da população, com muito proveito”, queijos e o sal. Esse último encontra-se em “riquíssimas salinas de uma superfície de perto de 50 quilômetros quadrados, produzindo uma qualidade de sal superior, o mais estimado dentro e fora da província”. O cálculo de sal fabricado chega a seis milhões de quilogramas, que, “quase todos, são transportados para o centro no dorso de cavalos e burros, em comboios de até 200 animais”. O município exporta os seguintes produtos: “sal, courama, queijos, algodão, cera de carnaúba, grande quantidade de velas da mesma cera, chapéus de

couro e esteiras de palha de carnaúba”. (NOBRE, 1986, p. 15, 16 e 25). É relevante destacar que a cidade já contava com casas “comerciais estrangeiras”, como a do próprio suíço Ulrich Graf, que em 1867 pediu “licença para edificar dois armazéns em terreno aforado a Joaquim Nogueira” (NONATO, 2010, p. 08).

O processo de expansão das casas comerciais estrangeiras da segunda metade do XIX foi bem explorado pela historiadora Denise Monteiro Takeya no seu livro “Europa, França e Ceará”⁴¹. Ela discorre que dentre “algumas das casas mais importantes que se instalaram nos anos sessenta [...], encontravam-se a Kalkmann & Cia; a Brunn & Cia e a J. U. Graff”, esta, tinha uma “matriz em Paris e filiais no Rio Grande do Norte e Ceará, parece ter abandonado seus negócios, nesta última província, ao iniciar-se o decênio de setenta” (TAKEYA, 1992, p. 136-137). No livro de Câmara Cascudo, “Notas e Documentos sobre a História de Mossoró”⁴², encontra-se que “João Ulrick Graff e seus companheiros Henrique Burly, Rodolfo Guysne, Conrado Mayer” tiveram o firme propósito de “abrir uma casa comercial importadora de fazendas e exportadoras de produtos do Nordeste Brasileiro – Algodão, peles, cera, etc.” (CASCUDO, 2011, p. 301). Assim as duas províncias, Ceará e Rio Grande do Norte, encontraram sua integração de mercados nas correntes do comércio internacional, com a chegada e implantação da expansão agro-exportadora das décadas de 60 e 70 do século XIX. Desse modo a observação de Manoel Ferreira Nobre, acerca do comércio da cidade de Mossoró, mostra-se muito mais consubstanciada ao contexto socioeconômico do Norte Imperial, que um simples registro da temática em seu livro.

Sobre os elementos “físicos” de Mossoró encontram-se também passagens sobre as “edificações” e “hospedarias” da urbe, nas “construções modernas, alguma coisa possui que honra a cidade. Já algumas ruas estão arborizadas”, enquanto no hotel, no largo da Matriz, “ocupam dois vastos edifícios nos melhores pontos da cidade, tendo quartos mobilhados, salas de jantar, etc. O tratamento é bom e variado o serviço de mesa”. Ele ainda acomete sobre a construção da “igreja Matriz” e da “receita e despesa” municipal. Essas últimas anualmente são orçadas na quantia de 2: 000\$000, enquanto sua despesa é “fixada na quantia de... 1: 062\$000”. A receita da cidade provém da “aferição de pesos e medidas, conforme o sistema

⁴¹ TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995, 202p. A historiadora delinea as transformações econômicas e “teias” de relações comerciais entre o Brasil, especificamente a província/estado do Ceará, com a casa comercial estrangeira “Boris Frères” entre as décadas de 1860 a 1930.

⁴² CASCUDO, Luiz da Câmara. *Notas e Documentos para a História de Mossoró*. Edição Especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em: < www.colecaomossoroense.org.br>. Acesso em: 20 de mar. 2011

métrico decimal. Foros de seu patrimônio. Licenças. Multas por infração de posturas. Ditas estabelecidas pelo Código do Processo e mais leis em vigor” (NOBRE, 1986, p. 24-25).

Até agora tentamos mostrar a construção da imagem da Santa Luzia de Mossoró, nos escritos de Manoel Ferreira Nobre, como uma vila em pleno desenvolvimento socioeconômico da segunda metade do século XIX, embora faltassem alguns detalhes a atingir, essa urbe acabaria tornando-se o refúgio e chamariz de milhares de famílias sertanejas na seca de 1877, causa provável da sua influência no setor agro-exportador e político da província naquele período. Também acompanhamos que as dimensões da produção do espaço (percebido, concebido e vivido) estão presentes na escrita do intelectual sobre esse lugar específico, logo, construindo uma imagem do espaço social de Mossoró. Enquanto o livro de Ferreira Nobre que circulou nessa época, apesar de não mencionar a seca de 1877, chegou a passar pelas mãos de alguns cidadãos no ano de 1878, “pedimos aos distintos cavalheiros que receberam exemplares do livrinho “Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte”, o grandioso favor de remeterem a importância de suas assinaturas, ao autor, Manoel Nobre” (OLIVEIRA, 1992, p. 33-34). Contudo não temos fontes que comprovam que sua leitura tornou-se popular ou parte de algum grupo específico do período, porém podemos dizer que foi uma das primeiras a construir uma “imagem”, social e física, da cidade de Mossoró⁴³.

1.1.3 Cidade Morta e Apinhada, Cidade Capital e Libidinosa: as tintas mórbidas descrevem uma experiência da seca em Santa Luzia em Fausto e Guerra.

O comércio de Mossoró, pois “não obstante as repetidas secas, a datar de 1868 para cá continua sempre animado, podendo dizer-se que esta cidade comercialmente falando é a primeira do Estado” (SOUZA, 2011, p. 23). Até Francisco Fausto corrobora com a imagem de Mossoró como uma cidade em expansão econômica na década de 1870. Um detalhe chamamos a atenção: as repetidas secas como estorvo periódico desse crescimento. Por outro lado, o autor enxerga a possibilidade econômica, encontrada por alguns na cidade, nesses momentos de crises socioclimáticas. No período da seca, muitas

[...] casas comerciais em Mossoró fizeram ponto, porém outras negociaram com o governo na venda de gêneros alimentícios ganharam em pouco tempo muito

⁴³ Outro relato antigo ocorreu quando Mossoró ainda era um Arraial em meados de 1810, feito pelo viajante Henry Koster. Ver KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. “Travels in Brazil”. Trad. Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Editora Brasileira, Série 5º, V. 221, 1942.

dinheiro, tal era os preços elevados pelos que vendiam esses gêneros. No período de 1878 a 1879, foi muito útil ao comércio de Mossoró o negociante comprador de gêneros do país, com especialidade peles de cobra e carneiro, Conrado Mayer, antigo empregado da casa Graf, também de nacionalidade suíça, o qual ganhando em pouco tempo uma fortuna, nesse gênero de negocio talvez superior a 400 contos, quebra em 1887. (SOUZA, 2011, p. 22).

Phelippe e Theophilo Guerra abordam também em seu livro “Seccas Contra a Secca” sobre o comércio desses gêneros na cidade, e como muitas vezes eram transportados.

Os viveres conservam-se por preços fabulosos: a farinha de mandioca custa 102\$000 o alqueire de 160 litros; o milho-128\$ o alqueire; rapaduras, grandes, 64\$ o cento; feijão-192\$ o alqueire, arroz em casca 7\$ por 15 kilos. Esses gêneros conservavam sempre esses preços, eram conduzidos para os sertões, como Catolé, em Cabeça de gente, recebendo cada indivíduo para transportar até alli, o peso de 30 kilos, distancia de cerca de 190 kilometros, cerca de 32 léguas, a quantia de 4\$000. (GUERRA; GUERRA, 2001, p. 27).

Observamos como alguns comerciantes da cidade de Mossoró conseguiram, de alguma forma, manter e lucrar nos seus negócios nesse momento de crise financeira na seca de 1877⁴⁴. Todavia, essa “estratégia” comercial não passava de um sistema de distribuição, armazenamento e taxação de preços aos gêneros alimentícios pelas autoridades e grupos comerciantes locais, numa espécie de economia de mercado, que excluía a grande parcela da população necessitada naquela calamidade, sem verbas para comprar sua mínima subsistência⁴⁵, além dos casos de corrupção sobre os recursos destinados aos socorros públicos, envolvendo comissões e grupos particulares nesse contexto de seca⁴⁶.

⁴⁴ Para o memorialista Raimundo Nonato, a cidade de Mossoró nessa década de 1870, viu seu crescimento comercial no triênio da seca de 1877, como ele discorre, “ao atravessar desses dias de miséria, o comércio florescia, pois só nesse primeiro ano, nada menos de 80 firmas encaminharam petições à Câmara, solicitando permissão para comerciarem, e, no fim da calamidade, bem 70 casas de negócio procuraram legalizar seus ramos de atividade no mercado” (NONATO, 2010, p.18). Em capítulos seguintes exploraremos novamente esse assunto.

⁴⁵ Uma obra relevante que se insere na discussão sobre historia ambiental e a temática das secas é a do historiador Mike Davis em *Holocaustos Coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo*. Editora Record. Rio de Janeiro. 2002. 488p. Nesse livro o autor abordou a história, a climatologia e a teoria social para elaborar uma “ecologia política da fome”, que serviu de mecanismo para a compreensão da dinâmica no processo de construção hegemônica do império britânico no final do século XIX a início do XX, em frente à maioria dos países considerados de “terceiro mundo”. Seu livro argumenta que os genocídios acarretados nos períodos de extrema escassez pelas secas, como na Índia, China, África do Sul e Brasil, foram pautados e assegurados numa deliberada política imperial de dominação e opressão desses países, não tendo justificativa, simplesmente aos fenômenos climáticos ocorridos nesses espaços, faltando mesmo uma política econômica e social mais justa e racional nesses episódios.

⁴⁶ No Capítulo Dois trataremos mais especificamente das discussões sobre trabalho, comissões e verbas aos retirantes da cidade de Mossoró. Porém, como nos relata o pesquisador Raimundo Soares de Brito, sobre a

Fausto descreve que a cidade de Mossoró no ano de 1876 teve seu inverno um pouco fraco, “pronunciando uma seca, conforme se dera em 1877”. No mês de julho do ocorrido, já se achavam em Mossoró milhares de retirantes, “famintos e andrajosos que, muito embora houvessem recebido socorros alimentícios do Governo imperial, tudo roubaram em sua passagem e permanência na localidade não ficando uma criação se quer tivesse sido subtraído pelos retirantes”. A situação foi aumentando quando o “número de retirantes se avolumou em poucos dias”. Estes, “tinham por único ideal tudo fazer, contando que matassem a fome que os devorava. Lançaram mão de tudo, inclusive da prostituição”. O autor narra que “milhares de donzelas foram desvirginadas aqui por indivíduos sem escrúpulos, sem humanidade, que se aproveitando da miséria dessas infelizes criaturas, facilmente as seduziam a troca de uma migalha qualquer” (SOUZA, 2011, p. 116-117). Nessas passagens notamos como a dimensão do espaço vivido da seca da cidade de Mossoró é tomada pela figura dos novos personagens urbanos: os retirantes. É perceptível como a multidão de retirantes é representada pelo autor: esfarrapada, faminta, miserável, ladina, degenerada e vitimada. A historiadora Maria Stella M. Bresciani argumenta que é nas ruas que a multidão estabelece uma presença, “seja na sua dimensão anônima, mecânica de massa amorfa, seja na apreensão de detalhes seus exploráveis até certo ponto”. Assim, o movimento de “milhares de pessoas deslocando-se por entre o emaranhado de edifícios da grande cidade compõe uma representação estética da sociedade” (BRESCIANI, 1982, p. 08). Da descrição de Fausto, identificamos o “comensalismo social” dos estabelecidos na própria cidade: enquanto uns exploram economicamente outros preferem a ludibriadez dos corpos. Assim a cidade de Mossoró surge na seca de 1877 não como uma imagem “física” de seu arranjo urbano, mas a partir do avultado de corpos seminus, multidões famintas e degeneradas habitando seu espaço social.

Existiam na cidade de Mossoró, no fim de dezembro de 1877, “cerca de 25.000 pessoas, cuja ocupação única era terem fome, e morrerem de miséria ou de peste a tudo expunham-se para receber um litro de farinha”. Dessa população adventícia, como narra Guerra, rara era a “pessoa que vestia uma camisa sã, ou vestido, sem remendos; muitos, que antes eram possuidores de média abastança, estavam agora ali esmolando de porta em porta, por haverem atingido a máxima miséria” (GUERRA; GUERRA, 2001, p. 26). A identificação da “população adventícia”, a multidão, começa pelas suas vestimentas, ou melhor, quais vestimentas? Farrapos e trapos cobrem os corpos seminus, que caminham pelas ruas e portas da cidade a procura da caridade particular.

cidade de Mossoró e as comissões nessa seca, “verificou-se no ano de 1879, com o Presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado, em viagem de fiscalização aos Serviços de Socorros Públicos.” (BRITO, 2001, p. 07).

Phelippe e Theophilo Guerra delineiam que para a cidade de Mossoró e outros pontos do litoral “retiram-se as famílias acoçadas pela seca; todos andrajosos, famintos e na maior miséria vão perecendo pelas estradas. Mossoró para os destes sertões foi o ponto principal para onde fugiam todos”. Os autores advertem que o governo geral procurou mitigar esses males e horrores, “enviando para ali recursos, que pelo contrário vieram aumentar a calamidade”, pois sabendo que ali estavam distribuindo gêneros do governo, “aglomeravam-se de tal forma e em tão grande número que não tardariam epidemias: anazarca, beribebi, e por fim bexigas, reservas que apoiam e secundam os destruidores elementos da fome e da miséria” (GUERRA; GUERRA, 2001, p. 26). Nessas notas, observamos como a cidade tornava-se o lugar de escolha das famílias sertanejas na seca, e sua maior concentração devido aos socorros enviados pelo governo, além de mostrar o rápido crescimento de doenças, pela péssima condição e carestia dos retirantes vivendo na cidade e seu subúrbio⁴⁷.

Francisco Fausto também comenta que o índice de mortes na urbe atingiu seu ápice⁴⁸. Diariamente, “grandes números de infelizes retirantes amanheciam mortos pelas ruas e calçadas da cidade e nas latadas ao redor da mesma e que serviam de habitação a essa infeliz gente” (2011, p. 117). Guerra também delineia que muitos vão “cahindo mortos em seus casebres improvisados, ou pelas ruas e calçadas, d’onde são levados para o cemitério, para a valla comum, por homens pagos para transporte”, e com os corpos atados numa vara, “sobre o ombro de dous carregadores, seguem a cantarolar, no desempenho da lúgubre missão”. O obituário de 1877 acusa na cidade de Mossoró “uma diária de 30 a 40 pessoas”. Em 1878, a quantidade de vitimas

[...] que tem feito, e continua a fazer, sem conta. Em Mossoró existe ainda crescidíssimo numero de retirantes, que continuam a ter fome, e a morrer de bexigas que agora assolam com mais violência [...] A população manteve-se pelo litoral... Morrendo. Em Mossoró a mortalidade duplicou, com o crescimento da população

⁴⁷ Obra clássica que vai trazer discussões sobre a fome e as doenças encontradas nessas secas, devido às péssimas condições de saúde e salubridade que os sertanejos eram encontrados no Nordeste é CASTRO, Josué. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro, pão ou aço*. 10ª Ed. Rio de Janeiro. Antares, 1984. Uma Dissertação que trabalha a questão das habitações, higienização e ordenamento dos retirantes na cidade de Fortaleza nessa seca de 1877-80 é de GARCIA, Ana Karine Martins. *A Sombra da Pobreza na Cidade do Sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX*. São Paulo, 2006, 208p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.

⁴⁸ É interessante ressaltar o choque sociocultural que o impacto da morte ocasionou na cidade de Mossoró nessa seca, pois o grande obituário e as doenças que o acompanhavam, revela novas preocupações com a salubridade pública e higienização das cidades, mostrando as “mudanças no modo de pensar e sentir. Estava em curso um movimento de secularização da mentalidade da época” (REIS, 1997, p. 141). Dessa forma, a seca de 1877, como o surto de cólera que atingiu grande parte do Império (1856), serviu como “catalisador das mudanças que vinham lentamente trabalhando a mentalidade do século, inclusive no que diz respeito ao modo de morrer” (REIS, 1997, p. 141).

forasteira e miserável. Quem de outros pontos ia à Mossoró, ao aproximar-se do perímetro urbano, tinha o olfacto vivamente impressionado pelo mau hálito que da população penteada e imunda exalava-se. (GUERRA; GUERRA, 2001, p. 27-28).

Morte, doença e fome eram os companheiros e signos inseparáveis da multidão forasteira, como elementos da construção da imagem da cidade de Mossoró na descrição do autor. Porém um novo elemento salta para anexar-se aos indivíduos e fazer parte do perímetro urbano de Santa Luzia: o cheiro. O olfato, esse sentido natural esquecido em detrimento de outros, revela-se na descrição de Phelippe e Theophilo Guerra, como um mecanismo veraz, capaz de diferenciar os indivíduos que ali chegam aos imundos que exalavam seus odores no espaço citadino⁴⁹. Mossoró respirava outros aromas, ao mesmo tempo, despertava aos novos valores e preconceitos sociais do espaço vivido da seca de 1877.

Nas notas de Guerra o “desregramento de costumes, o desprezo pelos sofrimentos, à improbidade, o avanço da lascívia”, dos retirantes “batem-se vantajosamente contra os sentimentos contrários que tentam refreá-los” é o principal fator da desordem social na cidade. A multidão não consegue parar no espaço urbano pela descrição dos intelectuais. Ela desconhece limites, afundam-se na libidinagem, violando as normas e valores de uma sociedade dita civilizada, mesmo com sentimentos contrários a tais atos lascivos, esses últimos, encontra na Mossoró, seu máximo denominador comum, dividindo e fragmentando a “índole” do povo sertanejo. A urbe nessa seca é espaço da transgressão, mas o próprio poder provincial possuía também sua arbitrariedade como nos relata Francisco Fausto de Souza. Ainda em 1879, Mossoró

[...] recebeu a visita do Presidente da Província, Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado, tendo aqui mandado fazer um recenseamento da população flagelada que era ainda avultada. Este Presidente, nessa ocasião, mandou fazer nesta cidade um ato arbitrário: Existia em Mossoró uma família de retirantes composta de mãe e filhas moças que muito gostavam de cantar. Eram até mesmo conhecidas como as “Cantadeiras”, na expressão popular. Essa família havia conseguido passagem para o sul do Império. Sucedeu, porém que a mesma devia o aluguel do prédio onde morava e o proprietário havia requerido do juiz o competente embargo da bagagem das Cantadeiras, que, concedido, foram os objetos depositados em cartório. O presidente Lobato, num desrespeito à lei, mandou o Delegado de Polícia acompanhado de numerosa força tomar a bagagem que estava depositada

⁴⁹ Um livro que analisa os valores, crenças e preconceitos sociais sobre o prisma do comportamento olfativo, a partir da diferenciação das classes sociais, com o crescimento da burguesia e seus respectivos ideais, que buscaram uma “purificação dos odores”, seja em lugares públicos como aos próprios corpos é CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: O Olfato e o Imaginário Social nos Séculos VXIII e XIX*. Trad. Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras. 1987, 367p. O autor faz uma análise histórica do processo de mudança de sensibilidade, mostrando ao mesmo tempo, as transformações antropológicas (imaginário social) e as tramas sociais por baixo desse novo sistema de apreciação e domesticação dos odores.

mandando-a para o porto de embarque onde já estavam as Cantadeiras. A lei não prevaleceu e ficou nisso. (SOUZA, 2011, p. 120).

As formas de sobrevivência de uma família na cidade de Mossoró, através do ato de cantar, conseguindo até mesmo não residir em barracões e palhoças no subúrbio, é um dado relevante sobre as estratégias encontradas na cidade pelos retirantes no espaço vivido da seca. Mas o assunto de Fausto é outro. Para ele, o não pagamento do aluguel do prédio que a família estava com o desrespeito da lei pelo presidente Lobato, ao mandar entregar a bagagem apreendida aos seus donos, para viajarem ao Sul do país, é o mesmo lado do vintém da seca: a violação da ordem. Dessa forma, uma cidade onde as leis e normas são desobedecidas pelo contingente de emigrados, o seu representante maior (presidente da província), também poderia cometer certos “julgamentos” na sua viagem e estadia na urbe. Mossoró é, na seca de 1877-79, retratada como uma cidade onde a lei não prevalece.

Observamos até agora como esses autores (Francisco Fausto, Phelippe e Theophilo Guerra) construíram imagens de uma cidade, através de seus escritos, como um espaço que transformou-se, momentaneamente, durante a seca de 1877-79. A Mossoró, o grande empório do comércio oeste e cidade promissora, parece deparar-se pela primeira vez nessa seca, com os vícios, a libidinagem, a aglomeração nas ruas, o desregramento dos bons costumes e das normas, por fim, todo “resíduo social” que as grandes capitais e cidades do século XIX no país estavam vivenciando em seus territórios⁵⁰. Assim, os registros desses intelectuais, surgem aqui como uma dupla leitura e interpretação: tanto sobre a seca de 1877-79, que produziu e reproduziu novos espaços sociais, como da cidade durante esse episódio. Nessa última, através de olhares moralizantes e impetuosos da miséria dos retirantes, os autores fazem emergir outra face da cidade: a Santa Luzia da Seca. Essa pintada pelas cores e tons melancólicos dos signos da morte, doença, luxúria, impunidade e apinhamento, onde um pequeno feixe da ordem política e filantrópica, tenta refrear essa cidade do caos social que se instalava no espaço vivido.

Adiante iremos analisar a cidade de Mossoró e sua relação com a seca, a partir dos contos do escritor/poeta José Martins de Vasconcelos. Nossa hipótese será de que outros

⁵⁰ Algumas capitais e cidades do século XIX ao início do XX, já encontravam em seus espaços, problemas sociais decorridos de vários fatores, como a industrialização, crescimento populacional, ações políticas de saneamento e controle, a abolição, etc. Para saber mais ver trabalhos como: PESAVENTO, Sandra. Jatahy. *Uma Outra Cidade: O Mundo dos Excluídos no Final do Século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, (Brasília, Novos Estudos), Vol. 5º, 2001, CHALOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996, e EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Campinas: Unicamp, 1977. AZEVEDO, Cecília Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

elementos na escrita desse intelectual, acerca da cidade, apresentaram-se sobre os mesmos matizes dos autores anteriores: morte, fome, doença e imoralidade.

1.1.4 Cidade da Promissão, Liberdade e Tradição: olhares de Vasconcellos no teatro da seca na cidade de Mossoró.

Nessa última parte do capítulo escolhemos trabalhar com três contos de José Martins de Vasconcellos do livro “Obras Escolhidas” de 1958. Esses são: “O Corvo”, “Prenúncio Fatal (João Grilo e a seca de 77)” e “A Mendiga”. Encontramos nessas fontes, um precioso material de análise da relação intrínseca entre a seca com a cidade de Mossoró, no que consta a produção e reprodução de um novo espaço social. Assim a descrição e representações da cidade/seca nos escritos de Vasconcellos, mostram o teor histórico de sua literatura, e características de seu pensamento moralista e civilizador⁵¹ de seu tempo na constituição de seus enredos. Como ele comenta no prefácio, o seu livro é apenas “conjunto modesto de insulsas e mal narradas histórias imaginárias, diversas das quais de origem verdadeiras, rudemente ornadas com incolores rodeios de frases”. (VASCONCELLOS, 1958, p. 04).

No conto “O Corvo” nosso autor começa a narrativa sobre o ano de 1877. Seus personagens centrais são dois negros (Cirino e Cassiano), e é claro, o próprio corvo. “Da fazenda à vila era meia légua, e Luciano, nesse dia, fora à rua, como de costume, a negócios domésticos dos patrões”. De volta, um corvo, “pousado nos galhos fuscios de uma jurema, avistando-o, granou, e os cabellos enroscados do negro parecem-lhe arripiarem-se, e ele teve medo... muito medo mesmo, pois um corvo a arasnar sem carniça não é um bom signal, conjecturava o supersticioso” (VASCONCELLOS, 1956, p. 19). Os dois logo pensam na morte, ou numa possível desgraça, “pai Cazumba dizia muito, não te lembras? Corvo a grasnar, desgraça a se dar!”. Vasconcelos escreve que o

⁵¹ O livro de ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, Vol. 1 e 2. Trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994 trata da formação dos Estados Nações e das mudanças nos costumes acerca dos processos civilizadores que aconteceram na sociedade ocidental a partir do século XVI. Desse modo, Elias analisa a *psicogênese* e *sociogênese* (desenvolvimento em longo prazo das estruturas de personalidade e sociais) inerentes ao processo de civilização, ou melhor, da formação do Estado Moderno, que terá como suporte o *poder* e a *violência* para poder controlar e disciplinar, homogeneizar as condutas e aplicar novos padrões de sensibilidade nas sociedades.

Terror dos bruxos e o mal das superstições tão ligados aos povos incultos estavam agora roendo nalma daqueles dois míseros escravos, a serem na palavra profética, vidente, do pai Cazumba, um estúpido espécime grotesco dos penúltimos extorquidos da África, pela trágica cilada dos nefandos negreiros que tanto nos aviltaram: e eles, como outros de sua raça, únicos servos garantidos pela lei, únicos da casa do Cel. Cassiano, tiveram a visão ideal de serem vendidos, presos e açoitados para os senhores de engenhos do Sul! [...] O direito do senhor sobre o escravo era uma vergonha perante o mundo civilizado! (VASCONCELLOS, 1956, p. 20).

A condição dos cativos do Norte naquele período, ou seja, depois da proibição do tráfico transatlântico (Lei Eusébio de Queirós de 1850), viu-se na forte comercialização interna, entre a região Sul do Brasil. Assim, muitos senhores do Norte, acabaram vendendo seus escravos para as lavouras de café no Sul do Império⁵². Dessa forma, o medo entre os cativos, ao deixarem familiares ou suas condições de vida no Norte, ao serem vendidos alhures, era um fator presente naquele momento. Até agora estava omissa a questão da escravidão nas descrições de Fausto e Guerra sobre a relação entre a cidade de Mossoró e a seca de 1877⁵³, por outro lado, em Manoel Dantas essa questão ganhou notoriedade, quando ele discorreu que a venda dos escravos foi uma das formas dos grupos abastados sobreviverem nesse período de crise na Província. Entretanto, em Vasconcellos, ela surge de maneira peculiar, sobre a construção da imagem de Santa Luzia, como veremos a seguir.

Os dois escravos, Cirino e Luciano, percebendo o prenúncio do Corvo, instigam a vontade dos sujeitos para que deixem seu senhor. “O patrão é bom... só dá na gente quando se bebe aguardente; mas está tão pobre! E aquele comprador de escravos que anda por aqui?”. Assim, para o Norte seguem seu rumo. Mas, uma semana depois, um “capitão de mato, com mais cinco camponeses, escoltava Cirino e Luciano, que não puderam alcançar a abençoada cidade de Mossoró, onde, naquele ano, dava-se agasalho aos famintos que se refugiavam”. E os fugitivos, como escreve Vasconcellos, “ignoravam ainda essa magna, novidade da nova

⁵² O historiador Evaldo Cabral de Mello comenta que o “comércio inter-regional atingiu seu nível mais elevado nos anos setenta. Para isto, contribuiu não só a crise da agricultura nortista (aniquilamento da lavoura algodoeira e redução dos preços do açúcar no mercado internacional, que a elevação da taxa cambial durante o ministério Rio Branco tornara ainda mais insuportável) como também a grande seca de 1877-1879. No Ceará, a província mais atingida, a exportação de escravos, que fora em média 800 por ano durante o triênio 1874-1876, subia acerca de 2.000 durante os três anos de estio. Por outro lado, verificava-se um incremento marcante das exportações de café com a expansão dos cafezais.” (MELLO, 1999, p. 47-48).

⁵³ Não que seja negligência dos autores, pois em outros trabalhos, como de Francisco Fausto de Souza, existem textos específicos sobre a abolição na cidade de Mossoró, ver, *A Abolição da Escravatura em Mossoró*. In. CASCUDO, Luís da Câmara. *Notas e Documento para a História de Mossoró*. Edição Especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção Mossoroense. Disponível em: < www.colecaomossoroense.org.br >. Acesso em 15 de mai. de 2011.

terra de promessa” (1956, p. 20), enquanto o capitão do mato vociferava, perguntando se eles iam para Mossoró, buscando as comissões de socorros, os negros respondem:

-Ai seu Gregório... foi com medo do corvo!...[...] Nós não sabíamos disso que há em Mossoró... Por Nosso Senhor Jesus Cristo... Não nos mate, meu branco honrado... [...] Porque fugiram? – Foi com medo do corvo... e do Sul... seu capitãozinho! – diziam, soluçando os desgraçados presos, réus sem culpa, assim forçados e algemados, jungidos como duas bestas bravias! [...] Foram vendidos ao negreiro, dias depois, e eles, caminho das senzalas longínquas, referiam quase desesperados, a mortecidos dalma, aos outros seus desconsolados companheiros de sorte, ainda crentes do mau agoiro da ave negra da estrada da vila, áquela hora plangente do sol posto, a história sombria que os envolvera, e terminavam sempre com essa adolorosa e ilógica exclamação: “foi o maldito corvo a causa disto tudo, camaradas! foi o corvo... foi o corvo!... (VASCONCELLOS, 1956, p. 21).

O autor conclui que esses pobres entes, “vítimas não somente de seus mesquinhos raciocínios, mas de suas baixas condições”, tiveram um dia uma “aurora de prazer na vida agreste e austera que trilhavam: - Mossoró deu-lhes a liberdade sonhada, equilibrando-os e nivelando-os a comunidade livre! 1883!” (VASCONCELLOS, 1956, p. 21). Identificamos nesse conto elementos relevantes para nossa discussão. A temática da escravidão aparece relacionada ao contexto da seca de 1877, juntamente com a cidade de Mossoró. Porém, essa assume no enredo o lugar da liberdade cativa, e promessa (1883), quanto refúgio contra a venda interprovincial de escravos, para os engenhos do Sul. Todavia deixa também a leitura de que novamente a seca de 1877 foi à responsável pela venda dos escravos, já que seus senhores não possuíam recursos para suportar a crise como alegou Manoel Dantas. Sobre a questão das fugas de cativos nesse período da seca de 1877, encontram-se casos pertinentes na província do Rio Grande do Norte. O jornal da cidade de Assú, *Brado Conservador*, próximo de Mossoró⁵⁴, registrou alguns episódios desse fato, como mostra a matéria “Falso Retirante” a seguir:

Em dias de Fevereiro deste anno fugiu da casa de seu senhor – Francisco Antonio Mariz, morador na sua fazenda – câimbra – da freguesia de Serra Negra, nessa

⁵⁴ Mossoró teve seu primeiro jornal em 1872 (*O Mossoroense*), dirigido pelo advogado e jornalista, Jeremias da Rocha Nogueira. De caráter liberal, fazia oposições aos ideais do partido conservador. Em 1876, ele fechou suas portas, sendo o prelo vendido ao Coronel Antônio Soares de Macedo da cidade de Assú, imprimindo nele o jornal *O Brado Conservador*. *O Mossoroense* retoma as suas atividades no início do século XX, sobre a direção de João da Escóssia. Consultar ROSADO, Cid A. da Escóssia. *Síntese Histórica de O Mossoroense*. Mossoró, Coleção Mossoroense: Série “B”, nº 1224, 1992, e FERNANDES, Luiz. *A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908*. 2ª Ed, Natal, Fundação José Augusto: Sebo Vermelho, 1998.

provincia -, o escravo João, de idade de 40 anos pouco mais ou menos, de cor preta, já um tanto pouco calvo, e tem em uma das pernas uma mancha branca; a estatura é regular; e cheio de corpo. É de suppor que tenha procurado o caminho de baixo em procura dos Brejos, acobertado com o nome de retirante. Quem o pegar, ou delle der notícia certa, será generosamente recompensado. (BRADO CONSERVADOR, 1878, p. 04).

A cidade de Mossoró teve seu processo de abolição em 1883 no dia 30 de setembro. Entretanto, a maioria dos cativos tinha sido vendida para as áreas cafeeiras do Sul, como argumenta a historiadora Maria Patrícia de Souza, libertar escravos era “mais lucrativo do que caridoso para fazendeiros”. A abolição em Mossoró “está mais relacionada às transformações sócio-políticas do final do século XIX que à ação isolada de um grupo local” (2009, p. 184). Por outro lado essa citação revela uma possibilidade de fuga, seja do cativo ou da comercialização interprovincial, que existia aos escravos no espaço vivido da seca de 1877. Dessa forma, o texto de Vasconcellos mostra-se com forte caráter histórico sobre esse episódio na cidade de Mossoró, que aponta outra estratégia político-econômica dos grupos locais, para lucrarem nesses anos de estio e crise financeira da região Norte do país, pautada na contradição social do espaço da cidade naquele triênio de seca: enquanto ela abrigava a multidão miserável, fome e mortes, também abria suas portas para o capital interprovincial, florescendo sua atividade comercial. Enquanto ao papel do Corvo nessa história? Pássaro “agourento” e não natural da América Latina, podemos fazer um paralelo com os emblemas aterradores da morte (solidão, doença e sedução) nos escritos de Edgar Allan Poe sobre a cidade moderna como bem analisou Nicolau Sevcenko, ou seja, esse pássaro surge tanto como figura representativa da loucura, superstição e desenraizamento desses cativos quanto componente das imagens da “construção” de Santa Luzia como lugar da promessa e liberdade, embora “responsável” também pelo destino de Cirino e Cassiano nas lavouras do Sul.

O segundo conto do autor aproxima-se muito do anterior, pois nesse, quem assume a função de mensageiro da tragédia da seca de 1877 não é um animal, mas um “louco e profético sertanejo”. O título da história é “Prenúncio Fatal (João Grilo e a Seca de 1877). No fim de 1876 na pequena vila de Caraúbas, ocorria o dia de todos os santos. É o dia de finados. O povo em romaria ao cemitério e um padre sisudo dizia as almas dos que morreram, “e os sinos dobram a defuntos, todos juntos! E os sinos dobram todos juntos, A defuntos!”. Na noite, “o sono impera e jamais, todavia, viva alma alguma ousa perambular”, mas o silêncio é quebrado, “alerta, povo: que urubu come gente!”. Assim se deu boa parte da noite naquela

vila. Todos com medo daquele “hediondo profeta da destruição, o arauto noturno de um fatal desenlace, bradava no âmbito do povoado [...] incidindo, como um estilete de fogo, sobre a alma do povo, como Tião e Rita” (VASCONCELLOS, 1956, p. 32-33). Veio o dia, e as doze horas da manhã, novamente como “um aboio estarrecedor, como um pregão de morte, atroar nas ruas do povoado! Todos viram a olhos nus... Era um homem esgrouvinhado, moreno, roto e sujo, erguendo as mãos e a gritar: Alerta povo [...]”. Era o velho João Grilo, um dos “cabôcios da cachoeira, do município de Caraúbas, convertido, assim, no fatal mensageiro, nesse pregoeiro que fazia arrepios e aterrorizava a gente!”. Desse fato, nunca souberam se essa loucura fosse um aviso prévio ou obra do acaso, “infelizmente tornado realidade! Terrível prenúncio de doido! Eis que veio 77!” (VASCONCELLOS, 1956, p. 33-34). O autor escreve que a derrocadora,

[...], a mortífera seca que ultrapassou dois anos, ceifando vidas, causando desenras, cevando crimes! A fome, a peste e tudo mal grassava! Em tudo a morte! A morte! A Morte! Feriu-se, então, o grande êxodo: Todas as classes, em debandos, deixando seus pagos e seu lares, buscavam em terra estranha o amparo a suas misérias [...] E foi Mossoró, nesse tempo de horrores, teatro da morte, assistindo e sepultando, em seu solo, milhares de cadáveres desses que foram vítimas da peste e da fome!... Enquanto o Império derramava, com abundância, o pão do corpo em toda zona flagelada. Bendito sejas, ó Santo Imperador que no desterro pagaste a tua filantropia, teu grande amor pelo povo brasileiro! [...]. Mas, nesse tempo, havia o Imperador e o sacrifício da corte fez prodígios de salvação! Havia socorros e mais socorros; e, entretanto, a Morte acampava, nas cidades, vilas e povoados, ceifando vidas, ceifando sempre! (VASCONCELLOS, 1956, p. 34-35).

O interessante desse conto de Vasconcellos é retratar a cidade de Mossoró com a já conhecida tríade da seca de 1877: morte, fome, doenças. Assim, a cidade “teatro da morte”, viu-se acompanhada nesse drama em seu espaço. Por outro lado, o escritor chama a atenção ao papel do Império e da figura de Dom. Pedro II nessa seca: ambos derramando o pão, sacrificando-se para salvar os filhos desolados da zona da seca, através da política e filantropia. Contudo, mesmo pelos Socorros Públicos, a morte em todo lugar parecia incorrigível. No conto anterior surge também essa gratidão às ações políticas do Império sobre a seca de 1877, mas nessa história, Mossoró deixa de ser a cidade da promessa e lugar de sobrevivência para vestir a persona da morte, fome e peste. Assim, sem entender o porquê da contradição social, estabelecida dentro da cidade de Mossoró durante esse evento, Vasconcellos descreve o desfecho do jogo de cabo de guerra, entre as mortes e os socorros públicos, sendo a primeira, vencedora dessa disputa. Até agora vimos como um conjunto de

imagens do espaço vivido da seca de 1877 constrói os enredos dos contos do autor, ora tecida pela sensação de medo (escravos), ou agouro de um sertanejo. O último conto de Vasconcellos chamado “A mendiga” não será diferente, pois sua construção narrativa efetua-se na esfera cotidiana do espaço vivido da seca, e que traz a questão da quebra da moralidade na cidade de Mossoró dentro dos chamados “lugares malditos”⁵⁵ que ela abrigava, e as condições favoráveis que as secas proporcionavam aos mesmos.

Assim era Maria, a nossa personagem, “pobre, formosa e pura! Quatorze anos tinha. Alva, dessa brancura que o cravo branco ostenta com uma sombra rósea, palpitante e fresca!”. Não é de se estranhar que a protagonista dessa história não fosse branca, além de conter comparações que a constrói, ajustada aos parâmetros estéticos da mulher e moral desse período, frisando que o autor escreve no contexto da Primeira República. “Nas turquesas de seus olhos vagava, em cada canto, uma lágrima mística, humedecendo aqueles dois astros maravilhosos”. Seus cabelos castanhos, quase louros, “ondulados por um crespo vago, Caim-lhe sobre os ombros, velados por um pobre chalé roto; e, às vezes, presos do alto por um grampo qualquer ou deslisavam-lhe também em flexíveis madeixas pela espádua branca de gesso!”. E a força de sua expressão angélica na face, “feria suavemente o coração humano, despertando um puro sentimento de simpatia, e o seu todo engraçado e belo, inspirava a mais doce compaixão, ante os apupos e a cupidez dos maus, dos tipos danjuanescos, degenerados!” (VASCONCELLOS, 1956, p. 54-55).

Maria representava o ideal de pobreza e pureza da mulher, pois sob os andrajos “velhos, mas limpinhos, sinal evidente da pureza daquela alma boa, abrigava-se a mais grácil e sedutora forma de mulher virgem, primorosamente modelada, ao seu desabrochar de rosa, aos primeiros estudos da mocidade pungente de vida e graça”. Nota-se como a roupa velha, mas limpa e cheirosa, é garantia de pureza na descrição do autor. Assim, Maria diferencia-se dos outros mendigos, que sujos e fedorentos, não possuem sinal da candura e confiança, além dela conter as imagens da mulher juvenil e virgem. Só que dentro, “no íntimo da mendiga formosa, não batia ainda a sineta sensível do prazer que convida a carne as alvoradas do gozo, do amor e da paixão”. Não haveria ela “sonhado com um desses instantes anacreônticos, onde a mulher e o vinho são deslumbramento do homem! Era uma santinha de carton Pierre estendendo a mãozinha de pétala à caridade pública!” (VASCONCELLOS, 1956, p. 55). De porta em porta ela conseguia o fruto de seu ofício, que outro meio não tinha. A terrível seca

⁵⁵ Esse termo é muito utilizado pela historiadora Sandra Jathay Pesavento no texto, *Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro* (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). Rev. bras. Hist. vol.19 n.37. São Paulo. 1999, para designar o discurso e prática da ordem cidadina sobre os seus espaços indesejáveis.

[...] sacrificava-a, assim, á vergonha de tão jovem e robusta, viver do suor alheio, a pedir esmolas! Mas quantas outras criaturas de Deus andam, também assim a mendigar! [...] mas, no meio de toda essa benévola compaixão, de todo esse ardor caritativo dos esmoleres da cidade, uns menos sinceros, verdadeiros faunos, debochados, atiravam-lhe, em vez de esmolas, pilhérias lascivas e prêmios á sua queda, oferecendo-lhe um leito banal nos alcoices dos perdidos, uma cadeira patibular nos círculos das orgias dos bordéis, onde os bacanais ardem em fogo de concupiscência, ao crepitar de beijos impuros, ao contacto sensual das carnes popuídas... Onde esses famulentos do pecado maceram o corpo e entorpecem a alma na vertigem dominante do século que marcha! Era na taverna do Rufião. (VASCONCELLOS, 1956, p. 56).

A cidade da luxúria, dos faunos e dos bordéis revela-se. A seca, ou a crise, como escreve Vasconcellos, não concebeu esses sujeitos e seus leitos na Santa Luzia. Os antros constituíam a morfologia das médias e grandes cidades no século XIX e XX. A seca apenas oferecia o cortejo de novos “desgraçados”, que encontravam nesses espaços, entorpecentes de esperança e pesadelo. Assim era a taverna do Rufião em Mossoró.

[...] nenhuma esteia apontava no espaço turvo e fero; nenhuma! Caia friorento chuveiro, desde meio-dia, ora mais ora menos, que, nessa quadra de desolação contínua, vinha pondo no coração dos desgraçados, feridos pela inclemência das crises, um leve lenitivo de esperança, para depois duma desalentadora reflexão, mergulhá-lo num mais tormentoso pesadelo, num morasmo terrível, de mais fatais conseqüências que dantes, de mais aniquilantes impressões, e essas gotas esfaceladas pelo vento, caindo promíscuas, numa chiante monotonia, como poeira de pulmões asmáticos, pareciam grandes cuspidas que a adversidade lançasse á face dos homens e das coisas! (VASCONCELLOS, 1956, p. 56).

A mendiga Maria, “abandonou o catre e buscou pelas desertas ruas da cidade dormida, alguém que lhe mitigasse a dor... E foi pairar á taverna do Rufião, naquela escura viela”. Naquele recinto, no desespero brutal, “não trepidou em aceitar do mais ousado libertino, sem vacilar, insensível a voragem que a tragava, o prêmio de uma infâmia, somente entregue, aos zelos inadiáveis do estomago incendiado por essa fome acerba, terrível...” (VASCONCELLOS, 1956, p. 58). E naquele botequim onde

[...] as horas mortas da noite tripudiavam os gênios maus de carne e osso, havia homens que, se a desgraça não os houvesse impelido para ali, a cara de uma sobra de mesa, que os pernoitados deixam sobre a toalha porca de café e azeite, dariam exemplo de moral, uma vez em paralelo nos faustos da sociedade, onde se

equiparam muitas vezes as grandezas, mas se diferem os caracteres. Certo é que a honra existe onde a desonra campeia! Mas, que fazem esses bons, se a miséria lhes vedava o direito da reação?... A fome não tem altivez, a menos que não seja para devorar um acervo de alimento!... E aquela mísera criatura julgou-se coitadinha, mais feliz que tântalo arquejante e, sedento, ante o líquido precioso que lhe fugia tortuosamente!... E afogou-se, precipitou-se, cevando o instinto de conservação, enquanto matava interiormente a alma, agonizante como uma lebre nas garras do tigre esfaimado! Depois... Depois o vácuo do estomago da infeliz Maria era substituído por outro mais doloroso e profundo... Como um pássaro que a seta do caçador feriu e fez presa, eternamente deixando o adorado ninho, assim daquele sacrário pulquérrimo de outrora, a virgindade indefesa, na extrema hora da fatal penúria, fugira agonizante, para sempre atassalhada, vilmente pelo manchil do magrafe da honra! (VASCONCELLOS, 1956, p. 58-59).

Nesse último conto de Vasconcellos percebemos como a questão da moralidade da cidade de Mossoró está relacionada ao cotidiano e espaço vivido da seca. A personagem Maria, uma mendiga formosa e pura, acaba cedendo à pressão de seu pauperismo, deixando-se macular na taverna de Rufião, encontrando depois, o vazio profundo em sua alma e estômago. As tavernas e suas derivações existiam na Santa Luzia desde seu crescimento comercial⁵⁶ nas décadas de 1860 e 1870, tanto legalmente como em surdina, e nesses espaços de “sociabilidades transgressoras”⁵⁷, via-se ampliar sua clientela, através das relações de poderes, criadas no próprio cotidiano durante as secas, entre o jogo de interesses e dissimulações de seus participantes. No caso das mulheres pobres, nesse contexto de crise, sua presença era ostensiva na cidade, mas apenas enxergá-la-emos como sujeitos atuantes no seu espaço social, nas frestas do sistema e das relações de poder e trabalho, marginalizados na sociedade oitocentista, pois, como ressalta Maria Odila Leite da Silva Dias, seu lugar “era o da desordem e confusão reinante entre esferas pública e particular” (1995, p. 16).

Para Vasconcellos e muitos outros de sua geração, o assunto da moral e “bons costumes”, deveriam adentrar nas camadas populares e nos seus respectivos espaços, pois, as

⁵⁶ O memorialista Raimundo Nonato discorre que as petições na câmara municipal para abrirem botequins na cidade iniciaram-se na seca de 1877, sendo que, “no ano seguinte as licenças para esse ramo são por demais numerosas [...] O negócio dos botequins ia aumentando de vulto” (NONATO, 2010, p. 23-24).

⁵⁷ Um trabalho que estuda o processo de remodelamento da cidade de Mossoró, na Primeira República, e que teve influência no cotidiano dos homens comuns que habitavam a cidade é ALVES, Ítala Raiane Trajano. *Sociabilidades Transgressoras: Álcool, jogos e vadiagem em Mossoró na Primeira República (1880-1920)*. Mossoró, 2010, 63p. Monografia (Graduação em História na UERN), Mossoró, 2010. Com a aquisição dos elementos do viver moderno para setores da população da cidade, encontra-se a tentativa de remodelamento dos “outros lugares” que viviam no “atraso”. Assim a imprensa, a política local e os códigos de posturas do município foram artificios encontrados para colocar essas “sociabilidades transgressoras” nos paradigmas modernos que estavam em voga naquele momento. Porém, a cidade e seus homens comuns, continuaram com suas próprias formas de lazer e sociabilidades. Um texto que também aborda os códigos de posturas nas décadas finais do oitocentos na cidade de Mossoró, como leis municipais que viriam proibir as práticas sócias da população menos favorecida e os espaços considerados “perigosos” é FONTELES NETO. F. L. *Crime, Violência e Sociabilidades: Mossoró nas últimas décadas do Império*. In: MENDES, F.F.; FONTELES NETO, F.L.; LIINS, L.F. T. S. *Historia Social e História Cultural de Mossoró: Métodos e Possibilidades*, Mossoró, Vingt-Un Rosado, 2009. (Coleção Mossoroense, Serie C; v.1556).

práticas de sociabilidades de setores da população como o jogo, a prostituição, o álcool e a vadiagem, eram mazelas que não se condiziam com os paradigmas modernizadores vigentes. Dessa forma, a forte coerção e sensibilização, nesse caso literária, ocorreram em grande escala nesse período no Brasil. Nicolau Sevcenko, ao tratar do *ethos* dos homens de letras da Primeira República, argumenta que quatro princípios regeram esses intelectuais e a sua época.

[...] a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de toda e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVCENKO, 1995, p. 30).

Sobre a pobre mendiga Maria e sua possível “queda” (prostituição) nesse momento da seca, Vasconcellos deixa-nos fragmentos do seu olhar intelectual e de sua sensibilidade, afinal, sua preocupação não se reduz à “honra” da personagem, mas da própria cidade de Mossoró, que outrora, viveu seus momentos de glória e fortuna, mas devido ao descaso da política nacional nas secas, percebe-se denegrada pela fome e andrajos, ameaçando, assim, suas tradições.

E quantas vezes dentro de nós, como um lamento tristíssimo dalma, parece-nos formula-se esta dolorosa declamação pungente: - “A tua grandeza copiosa urbis, a miséria em seu esplendor! Mossoró, Mossoró, empório comercial, amparo dos famintos, que serão de tuas glórias, de tuas tradições, se o abandono dos maiores da pátria condena-te ao nada desdenhosamente?! Não bela cidade! Não és aquela Jerusalém, onde não ficaria pedra sobre pedra, por que tu não tiveste ainda o teu messias!... Não foste ainda ingrata! Por baixo de teus andrajos palpita, ainda a sublime deuterose de teus passados dias!... (VASCONCELLOS, 1956, p. 57).

A reprodução das tradições de outrora da cidade de Mossoró, mesmo sob a ameaça das secas, é ainda capaz de enfrentar essa inimiga periódica em total abandono, como descreve Vasconcellos. Assim, nesses três contos do autor, pudemos identificar o conteúdo histórico e político de seus textos, além da sensibilidade e representação que constituiu seus enredos, produzindo uma Mossoró, que além de conter todos os sujeitos, cenários e signos do “teatro da seca” (multidão de miseráveis, escravos, fome, mortes, doenças, libidinagem, etc.) também

foi cidade da promessa, liberdade e tradição, personificada através das suas personagens e narrativa.

Acompanhamos nesse capítulo a “constituição” da cidade de Mossoró, sobre os olhares e mentes de alguns de seus narradores, durante a passagem da seca de 1877 na urbe. Num primeiro momento analisamos as formas de resistências derivadas da experiência dessa seca no espaço social da província do Rio Grande do Norte, através do homem potiguar e de sua relação com o meio natural. Em seguida buscamos compreender o processo de construção socioeconômica da cidade quando a mesma ainda era uma vila, e como as narrativas e descrições dos intelectuais, recriam outra cidade e espaço social, a partir dos signos trazidos pela experiência dessa seca. Portanto, percebemos a força da escrita desses autores na memória da cidade e de sua relação com a seca de 1877, criando a partir desse episódio, imagens e espaços de uma cidade em plena tragédia, sob os signos aterradores dessa grande seca dos oitocentos. Lembrando-nos mais uma vez, que três desses sujeitos moraram e trabalharam na cidade de Mossoró, edificando suas vidas públicas e deixando de existir nesse mesmo chão. Paramos aqui nas palavras bem assentadas do filósofo Walter Benjamin sobre a difícil tarefa de retratar qualquer cidade.

O estímulo superficial, o exótico e o pitoresco só têm efeito sobre o estrangeiro. Para retratar uma cidade, o nativo tem que ter outros motivos, mais profundos – motivos de alguém que viaja para o passado ao invés de na distância. O livro de um nativo sobre sua cidade será sempre relacionado às suas memórias, o escritor não passou sua infância lá em vão. (BENJAMIM, Apud, DAVIS, 1993, p. 13).

Capítulo 2. O Labor Retirante na Construção do Espaço Urbano Mossoroense.

Tá vendo aquele edifício moço?

Ajudei a levantar.⁵⁸

2.2 Espaços Fixos e Fluxos e Trabalho na Cidade de Mossoró.

No primeiro capítulo acompanhamos a influência da experiência da seca de 1877 na interface entre homem-natureza na província do Rio Grande do Norte, como a construção da cidade de Mossoró e de seu espaço social, através dos signos e imagens aterradores dessa seca, nas descrições e narrativas dos intelectuais contemporâneos ao período. Vimos tanto uma cidade nos seus aspectos morfológicos, antes da grande seca de 1877, como também um lugar construído pelas imagens e experiências da morte, libidinagem, apinhamento, tradição, liberdade e desonra a esse episódio. Porém, outra característica da cidade mossoroense e de seu espaço social durante as secas merecem ser evidenciadas, ou seja: a produção dos objetos fixos e fluxos (SANTOS, 2009) na malha urbana em seu território. Antes de tudo queremos dizer que nossa preocupação não é apenas “mostrar” a influência das secas na construção da tessitura urbana, mas como, na esfera das relações sociais, essas configurações no espaço são produzidas, e o papel desempenhado pelos retirantes (função) a elas veiculados.

Partimos da concepção que não podemos “falar” pelos retirantes, afinal sua “construção” representativa nasce do posicionamento oficial das fontes, que lhes atribui todo um conjunto de elementos estigmatizadores e pitorescos, diluindo assim, sua voz, aparência e articulação no meio social. Por outro lado, existem caminhos para que se possa “enxergar” e “ouvir” esses sujeitos, e o que é melhor, sua função na própria cidade nessas secas. E qual é esse percurso? Criando “espaços” através dos quais eles possam articular-se, e trabalhando “contra” a subalternidade dos discursos hegemônicos do poder⁵⁹. Destarte, será nossa meta nesse capítulo como nos demais por vir.

⁵⁸ Música *Cidadão*, compositor Lucio Barbosa, terceira faixa do LP “Terceiro Mundo” de Zé Geraldo – CBS – 1979.

⁵⁹ Para uma discussão teórica acerca das possibilidades do sujeito subalterno “falar” ou “atuar” na sociedade, ver o trabalho dos estudos pós-coloniais como de SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Trad. Sandra Regina G. Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 133p.

Para tal proeza, nossa abordagem aproxima-se da perspectiva do historiador Jeovah Lucas da Silva, quando estudou a *riqueza do trabalho retirante* nos projetos de embelezamento e civilidade da província do Ceará na seca de 1877-79⁶⁰. O pesquisador “inverteu” o enquadramento social negativo, atrelado aos retirantes, ou seja, os símbolos da miséria nos discursos oficiais. Logo, a “possibilidade de vermos os retirantes positivamente só é exequível se invertermos o objeto do discurso, pois as elites pretendiam ocultar a riqueza do seu trabalho expondo a sua miséria” (SILVA, 2001, p. 114). Tanto os documentos como os lugares de origem de suas falas, referem-se aos retirantes associando-lhes sempre à fome, morte, doença, dor, miséria etc., “criando com essa operação um importante mecanismo que com uma força precisa – quase imperceptível, mas também muito poderosa – afasta-nos de suas ações positivas” (SILVA, 2001, p. 118). Desse modo, conseguiremos apenas a “superação da imagem negativa dos retirantes quando deslocarmos o foco de nossa atenção de sua miséria para a riqueza do seu trabalho”. Portanto, ao invés de personificadores das mazelas sociais nas cidades nessas secas, eles “construíram-na e embelezaram-na” (SILVA, 2001, p. 115).

O Trabalho (e suas implicações), portanto, será nosso enfoque central nesse capítulo, como elemento re-produtor do espaço social da cidade de Mossoró nas grandes secas dos anos de 1877-1903-1915. O historiador Frederico de Castro Neves, ao falar das mudanças nas *estruturas de sentimentos*⁶¹ entre retirantes e a vida urbana durante as experiências das secas de 1877 até 1919, argumenta que o *trabalho* será um dos elementos dessas transformações. Os socorros públicos serão sempre associados a uma retribuição em forma de trabalho. Assim sendo, não só a seca equipa “as propriedades rurais com açudes, as cidades com calçamentos e obras e o Estado com estradas de ferro – os “melhoramentos da seca” -, como igualmente constitui uma força de trabalho periodicamente disponível e permanentemente disciplinada” (NEVES, 2000, p. 95). Logo, a cobrança da assistência social ao Estado pelos sertanejos vai ser pautada por meio do “trabalho regular, disciplinado, árduo e mal remunerado”, numa espécie de pedagogia na qual a aprendizagem está “condicionada pela necessidade e pela fome”. Desse modo, o “direito” à proteção estatal é, portanto, dependente de uma “disposição incondicional para o trabalho; sendo o trabalho nas obras públicas um “favor”, os direitos assegurados nas relações costumeiras – seja na fazenda, seja no trabalho doméstico ou

⁶⁰ Consultar SILVA, Jeovah Lucas. *As bênçãos de Deus: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880)*. Dissertação de Mestrado: UFC-CE, 2003, e *Retirante e Trabalho: a seca de 1877-79 e o ideário de civilidade no Ceará*. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, V. 7º, nº 1, 2001, p. 109-122.

⁶¹ Para saber mais dessas mudanças nas “estruturas de sentimentos” nas secas no Ceará, NEVES, Frederico de Castro. *Novas Estruturas de Sentimentos*. In: *A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 92.

artesanal – são temporariamente suspensos” (NEVES, 2000, p. 95). Assim, percebemos que essas práticas e discursos sobre o trabalho nas secas, não eram um fator isolado apenas no estado do Ceará, mas uma mudança ampla na *estrutura de sentimentos*⁶² de outros lugares, no caso, a cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte, onde passou por transformações parecidas no seu *ethos* urbano, com relação às secas e aos retirantes. Na cidade de Natal também não foi diferente, como mostra o texto de Angela Ferreira e George Dantas⁶³. Os autores abordaram as ações e representações que os retirantes provocaram no espaço urbano “dito civilizado” da cidade de Natal na Primeira República. Dessa forma, os retirantes são vistos sobre vários signos (mão-de-obra para reformas urbanas, justificativa para o envio de verbas, elemento perigoso à salubridade e ordem pública, tema de debate sobre sua identidade e lugar social na formação da nação), que de alguma forma, são segmentos da estruturação de muitas cidades nesse período, em especial no próprio Norte/Nordeste. Portanto, o trabalho retirante foi fundamental para a capital potiguar no início dos novecentos, como os autores discorrem a seguir.

Dentro do primeiro ciclo de reformas urbanas por que Natal passou, na primeira década do século XX, com a criação e estabelecimento de diversos serviços e equipamentos urbanos, de instituições e prédios públicos e privados, de um novo bairro, enfim, de uma infra-estrutura urbana que se diria capaz de incluir a cidade no circuito do capitalismo comercial, o retirante teve um papel decisivo, como mão-de-obra, mas não só isto, tanto na construção de espaços públicos destinados ao usufruto das elites como na de obras de infra-estrutura necessárias à modernização. (FERREIRA, 2001, SP).

Por outro lado, não vamos abordar nesse momento, o trabalho como um dos mecanismos de controle/disciplina da ordem distante e próxima, imposto aos retirantes na cidade de Mossoró durante essas secas, ou seja, as estratégias socioespaciais e representações

⁶² Raymond Williams discorre que a estrutura de sentimentos seria “significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente, e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são, na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis), em relação a vários aspectos, que vão do assentimento formal com dissentimento privado até a interação mais nuançada entre crenças interpretadas e selecionadas, e experiências vividas e justificadas”. Metodologicamente falando a estrutura de sentimentos é “uma hipótese cultural, derivada na prática de tentativas de compreender esses elementos e suas ligações, numa geração ou período, e que deve sempre retornar, interativamente, a essa evidência” (WILLIAMS, 1979, p. 134-135). Para saber mais sobre esse conceito trabalhado em muitas obras desse autor ver FILMER, Paul. *A Estrutura de Sentimentos e das Formações Sócio-culturais: o sentido de literatura e de experiência para a sociologia da cultura de Raymond Williams*. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.14, n.27, p.371-396, 2009. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1944>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

⁶³ FERREIA, Angela Lúcia de Araújo; DANTAS, George A. F. *Os “indesejáveis” na Cidade: as representações do retirante da seca (Natal, 1890-1930)*. Scripta Nova. Universidade de Barcelona, 01 de agosto de 2001, n° 94 (96). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-96.Htm>>. Acesso no dia 14 de 2011.

do espaço para conformar esses *outsiders* no território da *urbis*, ou fora dele – até porque essa perspectiva solicita uma análise *relacional* de contra-ação dos retirantes, ao estabelecer seu lugar e presença no espaço social, aspecto que faremos no próximo capítulo – e sim, analisar a produção dos aspectos funcionais e simbólicos, em volta dos arranjos urbanos (elementos fixos e fluxos do espaço), criados a partir do labor retirante, em obras públicas e particulares da cidade, durante essas três grandes secas periódicas, pois, nessa equação, articularíamos o papel desses sujeitos na construção do espaço social mossoroense. Adiante, falaremos dos aspectos fixos e fluxos e de sua re-produção no espaço, empregados nesse capítulo.

Para se tratar dos aspectos *fixos e fluxos*⁶⁴ do espaço é necessário abordar um dos elementos explicativos e inerentes a ele: as *técnicas*⁶⁵. Essas são de extrema importância nas relações concretas, materiais ou não, da re-produção das relações sociais, e qualquer que seja a fração do espaço, “cada variável revela uma técnica ou um conjunto de técnicas particulares. Pode-se também dizer que o funcionamento de cada uma dessas variáveis depende, exatamente, dessas técnicas” (SANTOS, 2008, p. 57). Assim, o estudo das técnicas ultrapassa o foco “puramente técnico e exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais” (SANTOS, 2008, p. 59). Elas também se encontram na configuração “espaço-temporal”, numa relação sincrônica e diacrônica, ou seja, existem de duas formas, interligadas e indissociáveis, com idades variáveis num mesmo lugar e totalidade espacial. Como Milton Santos discorre o sistema histórico (temporal), as “variáveis evoluem de maneira assíncrona; no sistema espacial, elas mudam sincronicamente”, portanto, a sincronia e a assincronia, no domínio das relações espaciais, “não são realmente opostas, mas complementares, pelo simples fato de que as variáveis são as mesmas” (2008, p. 62). Portanto, perceber os modos aplicados aos elementos fixos e fluxos do espaço através das técnicas é uma de nossas preocupações nesses episódios de seca na cidade de Mossoró, frisando que esse aspecto “técnico”, está concatenado a re-produção das relações sociais no próprio espaço-tempo da cidade. Porém, há outro detalhe da tecnicidade: sua relação com os *objetos*⁶⁶ na dimensão espacial.

⁶⁴ Para o geógrafo Milton Santos o espaço é constituído de elementos fixos e fluxos. “Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições sociais, e redefinem cada lugar”. Dessa forma, os fluxos são um “resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também se modificam” (SANTOS, 2009, p. 61-62).

⁶⁵ As técnicas seriam um “conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2009, p. 29).

⁶⁶ Milton Santos argumenta que os objetos na perspectiva geográfica seriam “tudo que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade” (2009, p. 72-73).

O geógrafo argumenta que o *espaço*⁶⁷ é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações numa sociedade. Ambos os sistemas interagem entre si e se transformam. Desse modo, “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou realiza-se sobre os preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2008, p. 106). Dessa forma, os objetos e sua difusão no espaço-tempo, estão imbuídos de um conteúdo técnico e informacional. Destarte, o espaço é constituído de objetos, por outro lado, não são esses que determinam os objetos, mas é o “espaço que *determina* os objetos”. Portanto, o espaço é visto como “um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica” (SANTOS, 2009, p. 40). Para melhor compreensão das idéias de Milton Santos é preciso explicar a noção de sistema de *ações* no espaço.

Para o geógrafo a ação é um processo dotado de propósito, subordinada a normas (escritas ou não) formais e informais, reclamando sempre um gasto de energia. A corporeidade do homem é um mecanismo da ação, que está sempre limitada a escolhas e comandos no meio social. As ações resultam de necessidades, sejam estas naturais ou criadas. “Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções”. Essas últimas desembocam nos objetos, “realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem á criação e ao uso de objetos, formas geográficas” (SANTOS, 2009, p. 82-83). Nos sistemas de ações-objetos o conteúdo da “intencionalidade”, ou seja, resultado da interface entre “o homem e o mundo, entre o homem e seu entorno” (SANTOS, 2009, p. 90) está sempre presente nessa relação. Assim, os objetos e as ações não podem ser tratados isoladamente, como tipos ideais, pois, o espaço na percepção de Milton Santos, deve ser analisado a partir de sua *forma-conteúdo*, indissolivelmente (SANTOS, 2009). Portanto, analisaremos a construção dos aspectos *fixos* do espaço mossoroense não apartado de seu elemento *fluxo*, nesses eventos de secas na cidade, mantendo sempre o diálogo no âmbito social da produção dessas configurações

⁶⁷ É importante ressaltar que o autor apresenta diferentes idéias de espaço geográfico, ao longo de seus trabalhos. Assim, ele discute três concepções distintas, porém, complementares, da categoria espaço. Dessa forma, conceitos como o espaço sendo um sistema de fixos e fluxos, ou organizado pelas relações de forma-função-estrutura-processo, a mais recente como um sistema de objetos e um sistema de ações, estão presentes nas respectivas obras: SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1978, *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985, e *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2009. Para esse capítulo, nos apropriamos dos termos “fixos” e “fluxos”, para compreendermos as relações sociais presente na dimensão espacial, mais ainda, dialogando com outros referenciais teóricos do próprio autor ao seu conceito de espaço na geografia.

espaciais. Mas qual a relação entre esses objetos fixos e as ações (fluxos) com o próprio espaço social?

O filósofo Henri Lefebvre discorre que o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, ele “engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa)” (LEFEBVRE, 2006). Desse modo, ele é efeito de uma seqüência e de um conjunto de operações, não se reduzindo à simples objetos. Porém, o espaço social contém objetos diversos, sejam esses naturais como sociais, pois, esses objetos “não são apenas coisas, mas relações” (LEFEBVRE, 2006). Logo, esses objetos, possuem suas particularidades, contornos e formas, do qual o trabalho social os transforma; “ele os situa diferentemente nos conjuntos espaço-temporais, mesmo quando respeita sua materialidade, sua naturalidade: de uma ilha, de um golfo, de um rio, de uma colina etc.” (LEFEBVRE, 2006). Para o filósofo, esse espaço social, “implica, contém e dissimula *relações sociais*. Se bem que não seja uma coisa, mas um conjunto de relações entre as coisas (objetos e produtos)” (LEFEBVRE, 2006).

Partindo dessas observações, estamos atentos ao processo de inserção dessa mão-de-obra retirante, aos trabalhos nas obras públicas e particulares da cidade de Mossoró, pois, como os próprios autores (Santos e Lefebvre) pensam acerca do espaço – conjuntos de relações sociais – esses sujeitos e os objetos produzidos nessas secas, fazem emergir, dialeticamente, várias *contradições* do mesmo espaço, que se modelavam aos seus ritmos sociais como, por exemplo, a exploração desses trabalhadores, a fragmentação e hierarquização dos objetos e lugares edificados na própria *urbis* etc. Desse modo, partindo da perspectiva da produção do espaço de Henri Lefebvre, esse capítulo tem como foco a dimensão da *prática espacial da seca*, ou seja, do espaço percebido, pois estaremos observando as formas como esse espaço social foi constituindo-se, a partir das relações sociais desencadeadas naqueles momentos de seca da cidade de Mossoró. Por fim, vamos à narrativa e construção dos fatos.

2.2. A Seca de 1877 e a Cidade de Mossoró: espaços de comunicação, comerciais, cívicos e sagrados

A cidade de Mossoró teve seu florescimento econômico e político (e porque não territorial) na década de 1870 na província do Rio Grande do Norte. Esse quadro corresponde

que, nas décadas finais de 1850 a 1860 (quando ainda era vila⁶⁸), seu espaço urbano já abria passagem para as primeiras casas e firmas⁶⁹, como mostra o quadro a seguir, acerca das petições para abrir e continuar com estabelecimentos comerciais, entre os anos de 1864 a 1876.

Quadro 1 – Petições dos comerciantes em Mossoró (1864-1876)

Anos	Abrir Estabelecimentos	Continuar Estabelecimentos	Indeterminados	Total
1864	01	00	–	01
1865	02	00	–	02
1866	03	00	–	03
1867	02	00	–	02
1868	00	01	–	01
1869	07	00	03	10
1870	01	03	–	04
1871	Sem Dados.	Idem.	Idem.	Idem.
1872	01	00	–	01
1873	13	05	–	18
1874	02	29	01	32
1875	03	11	04	18
1876	02	05	26	33

Fonte: NONATO, Raimundo, *Negociantes & Mercadores: Mossoró e suas velhas firmas*. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

⁶⁸ O termo vila refere-se a uma “localidade que constitui o centro de uma jurisdição territorial, a sede do município”. Ela é formada basicamente de um “governo local, o Senado da Câmara, com sua casa e pelourinho na praça central. A expressão implica assim uma dimensão político-administrativa” (TEIXEIRA, 2009, p. 57).

⁶⁹ Para os dados sobre as casas comerciais da cidade nas décadas de 1860-1870, utilizamos o livro do memorialista NONATO, Raimundo, *Negociantes & Mercadores: Mossoró e suas velhas firmas*. Natal: Sebo Vermelho, 2010. Esse material foi publicado na década de 1950 pela Coleção Mossoroense, no qual, o autor utilizou basicamente informações das Atas da Câmara Municipal de Mossoró para fazer esse balanceamento das antigas firmas na cidade. É clara a tentativa de seu esforço, como também, as lacunas de seu exercício de catalogação. Porém, esse documento oferece-nos um panorama desse período, e ampara-nos na construção dos elementos fixos e fluxos do espaço social da cidade no momento da seca de 1877.

O total de petições feitas pela Câmara Municipal ao longo desses anos registra a cifra de 116. Esse dado é importante para iniciarmos nossa análise sobre os elementos fixos e fluxos do espaço social da vila/cidade de Mossoró antes da chegada da seca de 1877. Todavia devemos relativizar essas informações em nossa análise, pois a organização efetuada pelo memorialista Raimundo Nonato como a própria fiscalização e registro da Câmara Municipal, podem não apresentar todas as movimentação dos estabelecimentos e comerciantes do período. Contudo identificamos pelo quadro que os números de petições crescem a partir dos primeiros anos de 1870, quando Mossoró já adquire o título de cidade⁷⁰ na Província. Porém, isso não garante que suas atividades econômicas, quando vila, sejam inexistentes ou pouco expressivas. Um marco na década de 1860 é a chegada de duas casas comerciais na localidade: Uma em 1867 do suíço João Ulrich Graf, que pediu “licença para edificar dois armazéns em terreno aforado a Joaquim Nogueira (19/10/1867)” (NONATO, 2010, p. 08), e a outra do Barão de Ibiapaba chamada “Mossoró & Cia, instalada em Mossoró, a 16 de novembro de 1868 com elemento humano e capital vindos do Ceará” (NONATO, 1975, p. 17). Essas duas casas comerciais, uma estrangeira e outra interprovincial, mostram que a vila de Mossoró, paulatinamente, tornava-se um chamariz dos mercados do Norte Imperial. Dessa forma, interpretaremos nesse tópico que os pedidos de licença para abrir e continuar com os estabelecimentos comerciais são aspectos dos elementos fluxos encontrados no espaço social de Mossoró. Todavia, numa análise relacional, fizemos também um balanço das possíveis atividades dessas casas e firmas, que configuram-se como aspectos fixos (objetos) do espaço urbano nesses anos de 1864-1876.

⁷⁰ Para Rubenilson Teixeira o termo cidade, como a vila, “dispõe de um *status* político”, composta de um “poder local, o Senado da Câmara, com sua casa de câmara e cadeia, constituindo, desse modo, a sede de uma jurisdição territorial” (2009, p. 57-58). Pelo que parece, o título de cidade não diferenciava-se efetivamente da vila, mas apenas a primeira que poderia ser a sede de uma arquidiocese, entretanto, para o autor, “pelo menos no que diz respeito ao Rio Grande do Norte, a cidade precedia, em ordem de importância hierárquica, a vila” (TEIXEIRA, 2009, p. 58-59).

Quadro 2 – Tipos de atividades das casas e firmas de Mossoró (1864-1876).

Atividades Comerciais	Licença para Abrir	Licença para Continuar
Aguardente	02	01
Casa de Comércio/Negócio	02	01
Molhados e Fazendas	02	01
Armazém	01	–
Gêneros e Retalhos	01	–
Açougue	20	05
Fazendas e Secos	02	–
Estabelecimentos (Sem definição)	10	33
Secos e Molhados	–	01
Fazendas	07	03
Molhados e Miudezas	02	–
Molhados	04	07
Gêneros Nacionais e Estrangeiros	01	–
Secos, Fazendas e Molhados	13	–
Farmácia	01	01
Padaria	01	01
Casa de Drogas	01	01

Fonte: NONATO, Raimundo, *Negociantes & Mercadores: Mossoró e suas velhas firmas*. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

O quadro 2º possibilita-nos uma “visualização” de como esse comércio era constituído durante esses anos de 1864-1876. Assim percebemos que as atividades mais presentes no espaço urbano, a partir do número de petições, eram dos setores de açougues, fazendas, secos e molhados. Interessante destacar também que entre os anos de 1872 e 1874, pelo menos “dezoito firmas estrangeiras se registram na cidade, entre as quais a Lagér e Cia, Henry Adams e Cia, Tales Finizola, e a Conrado Mayer” (PERICÁS, 2010, p. 240). Sobre algumas dessas firmas encontramos nas petições da câmara municipal de Mossoró a de “LAGER &

CIA – Licença para abrir um estabelecimento de fazenda e molhados (2/9/1873)” e “Henri Adams & Cia – Licença para abrir um estabelecimento de fazendas (8/10/1873)” (NONATO, 2010, p. 11). Assim, graças ao crescimento de seu comércio interno nesses anos, Mossoró viu-se obrigada a construir seu mercado público, autorizada pela lei nº 739 de 23 de agosto de 1875. No mesmo ano, Antonio Figueira Secundes, Francisco de Miranda e Jorge Alexandre de Carvalho, seus proponentes

[...] apresentam o projeto do mesmo á Câmara. O contrato para sua construção foi aprovado, de acordo com a ata de 21 de abril de 1876. Inaugurado em 12 de julho de 1877, e situado num grande espaço parcialmente aberto por trás da igreja matriz, o mercado estava á altura do comercio florescente da época, notadamente após a reforma de 1907 (TEIXEIRA, 2009, p. 443-444).

Para Teixeira, sobre a evolução urbanística e o processo de laicização das aglomerações potiguares, Mossoró seria uma cidade de origem “não-missionária”, ou seja, seu ritmo de evolução urbana é decorrente de seu desempenho socioeconômico (2009, p. 280). Desse modo podemos afirmar que a construção do mercado público nesse período, talvez o maior exemplo do elemento fixo de caráter econômico, representa tanto uma conquista dos comerciantes locais como simboliza um grau de *status* a recente cidade da Província.



Figura 1 – Mercado Público da cidade de Mossoró na década de 1920.
Fonte: Acervo do Museu Municipal Lauro da Escócia.

Mas se a estrutura física do mercado público ficou pronta apenas em 1877, então qual seria o lugar utilizado para esse comércio local? Provavelmente era uma casa alugada pela câmara municipal ou doada pelos comerciantes, como ocorreu em 1874, que Dr. Diocleciano de Albuquerque Lima, Primênio Duarte Ribeiro, Gustavo dos Prazeres Brayner, Oliveira Irmãos, Ricardo & Cia. e Etelvino Pereira da Cunha, “vêm, em petição, oferecer uma casa para mercado publico desta cidade. (26/1/1874)” (NONATO, 2010, p. 12). Desse modo, não é cogente afirmar que as redes de sociabilidades entre os comerciantes e a própria câmara municipal, ao seu modo, era uma relação “saudável” em prol do desenvolvimento de Santa Luzia. Portanto, através dos dados dos quadros e informações levantadas, vimos como essa possível movimentação dos estabelecimentos e seus agentes, vão ganhando notoriedade nessa passagem de vila para cidade de Mossoró, ampliando assim os elementos fixos e fluxos do espaço percebido.

Devemos focalizar também a vila/cidade de Santa Luzia no contexto de transformações socioeconômicas ocorridas na própria província do Rio Grande do Norte, a partir da segunda metade do século XIX, isto é, Mossoró estava muito mais “acompanhado” as mudanças e tendências do período que agindo de maneira isolada e autônoma. Dessa forma, os anos de 1850 e 1860, na perspectiva econômica, “foram anos de intenso desenvolvimento comercial na província, com o estabelecimento de comerciantes, principalmente estrangeiros”, dos quais trabalhavam com os mercados de “importação de produtos manufaturados europeus e exportação de matérias primas locais para o mercado externo” (MONTEIRO, 2007, p. 101). Nesse período também encontraremos de forma sistemática, a “primeira linha regular de navegação costeira a vapor ligando o Rio Grande as outras províncias”. Esta se tratava da “Companhia Pernambucana, que incluiu, inicialmente, Natal e Macau entre seus portos de escala (1857), e mais tarde o porto de Areia Branca (1867)” (MONTEIRO, 2007, p. 103). Assim, como Mossoró, até meados do século XIX,

[...] toda a produção do oeste da província, onde se situava a vila, era escoada para o porto de Aracati, no Ceará, por onde encontravam também as mercadorias importadas da Europa. Com a decadência desse porto – devido ao crescimento de Fortaleza – e à abertura do porto de Areia Branca em 1867, no contexto de grande surto exportador de algodão desses anos, Mossoró se tornou um importante centro comercial na província (MONTEIRO, 2007, p. 104).

Desse modo, com o desdobramento de novas atividades e agentes comerciais, além de um porto (Areia Branca) na circulação dos capitais, Mossoró entrou na segunda metade dos oitocentos, como uma relevante praça comercial da província do Rio Grande do Norte. Por outro lado, desde o final do século XVIII ao início do XIX, esse lugar manteve um forte papel no processo de produção da carne seca com a vila de Aracati, na vizinha capitania/província do Siará/Ceará. A dissertação de Leonardo Cândido Rolim⁷¹ estuda justamente essa dinâmica social da vila de Santa Cruz do Aracati, capitania do Siará Grande, durante a produção e o comércio das carnes secas no século XVIII. Assim quando Monteiro escreve sobre a “decadência” do porto de Aracati nos oitocentos, tempos atrás, o mesmo configurou-se como ponto de convergência dos “interesses econômicos que vincularam tanto o Recife, e outras importantes praças de comércio, como aos sertões próximos à ribeira do Jaguaribe, principalmente nas capitanias do Rio Grande, Parahyba e do próprio Siará Grande” (ROLIM, 2012, p. 157). Desse modo, o suprimento de sal nas oficinas de carnes secas em Aracati era tão fundamental para a produção que “acabou se formando certo “circuito mercantil” para o fornecimento deste item, principalmente vindo das salinas do Açu e Mossoró, da vizinha capitania do Rio Grande” (ROLIM, 2012, p. 166). Portanto, todo esse conjunto de ações socioeconômicas, que reúne tanto a Província como a própria Santa Luzia, foi essencial na produção de um espaço preexistente, ou melhor, de uma forma espacial que não desaparece facilmente no processo histórico, mas que acaba modelada e reagrupada com outras ações de fluxos e fixos, reproduzindo outro espaço-tempo. Como estamos analisando as formas de reprodução do espaço social da cidade de Mossoró, mas especificamente na questão de sua *prática espacial*, ou espaço percebido (LEFEBVRE, 2006) durante a seca de 1877, não podemos deixar de lado a influência do tempo histórico antecedente, transformado e incorporado a própria malha urbana da cidade. Estamos falando aqui da idéia das *rugosidades* (SANTOS, 1990), intrínsecas no processo de relações espaço-tempo dos homens.

Sobre esse conceito Milton Santos discorre que elas oferecem-nos, mesmo sem uma tradução imediata, “restos de uma divisão do trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizado” (1990, p. 138). Desse modo, as rugosidades são um “testemunho de um momento de um mundo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo” (SANTOS,

⁷¹ ROLIM, Leonardo Cândido. *Tempo das carnes no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati (c. 1690-c. 1802)*. João Pessoa/PB, 2012, 245f. Dissertação (Mestrado) na UFPB/CCHLA, 2012.

1990, p. 138). Como o próprio espaço é uma forma, isto é, uma forma durável, “que não se desfaz paralelamente às mudanças de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro deles” (SANTOS, 1990, p. 138). Assim na experiência de Santa Luzia, antes da chegada da seca de 1877, ou seja, da passagem de vila a cidade, é visível que os novos fixos e fluxos – casas comerciais, atividades estrangeiras, crescimento do mercado interno, criação do porto de Areia Branca (1867), etc. – sobre o espaço (forma) preexistente, sofreram adaptação e combinações variadas para poderem re-produzir novas relações espaciais. Desse modo, as rugosidades de Mossoró (herança do tempo histórico transformado em espaço) entram como componentes fundamentais na própria mobilidade e manutenção desse novo espaço produzido nas décadas de 1860 e 1870, e que será novamente modelado e transformado no triênio da seca de 1877.

Nossa intenção inicial até agora foi mostrar uma breve imagem do ritmo socioeconômico de Santa Luzia, antes do triênio da seca (1877-1879), e o papel das rugosidades incorporadas nesse processo. Mas antes de entrarmos na discussão do trabalho retirante no processo de aformoseamento da cidade de Mossoró, primeiramente analisaremos como esse mesmo comércio local e seus agentes sociais, encontraram “oportunidades” de florescimento durante a experiência da seca de 1877 na própria cidade. Parece-nos uma anedota afirmar que num momento de crise econômica e gastos de recursos provinciais, pudesse ao mesmo tempo ocorrer algum desenvolvimento econômico na cidade de Mossoró. Entretanto pelo que vamos acompanhar, alguns sujeitos encontraram “meios” de abrir ou expandir negócios durante esse período de seca, principalmente pelo comércio de gêneros alimentícios e verbas imperiais para os socorros públicos. Um primeiro exemplo é o quadro demonstrativo dos gêneros remetidos à comissão dos socorros públicos pelo presidente da Província em 1877, constatando a cidade receber a maior quantidade de volumes de mercadorias, entre sacos de farinha, milho, feijão, arroz e fardos de carne, que no total, chegam ao número de 1541 volumes. A menor quantidade foi para Santa Anna do Mato, com 116 volumes desses gêneros. E para as cidades de Imperatriz e Pau dos Ferros, os 319 volumes de ambas, ainda foram parar na Mesa de Rendas de Mossoró, “não verificada a repartição deles feita ainda no documento” (FALLA COM QUE O EXM. SR. DOUTOR..., 1877, p. 55).

Isso nos coloca uma visibilidade dos recursos que seriam distribuídos na cidade de Santa Luzia, e que desses socorros públicos, fariam parte não apenas as famílias de retirantes, mas um comércio local oportunista e sedento pela miséria alheia nessa seca. Até Raimundo

Nonato, quando fez sua pesquisa na década de 1950, escreveu que aquele momento, verdadeiramente, “tem começo a expansão comercial de Mossoró, nascida, assim, por estranho que possa aparecer do meio do imenso mundo de 40 mil flagelados adventícios, que aportavam de todos os lugares, enchia suas ruas, ou morria à sombra das suas árvores” (2010, p. 18). O próprio autor admite que naquele tempo, muitos viveram dessas “transações”, sem se preocuparem com os registros e obrigações de ordem pública, “facilmente se poderá compreender que o número dos negociantes, de então, era mesmo muito maior do que os anotados na repartição pública” (NONATO, 2010, p. 18). Mais uma vez, as estratégias encontradas no espaço vivido da seca da cidade de Mossoró, podem-se obter, também, grandes negócios. Assim, para termos uma noção da movimentação das petições efetuadas pela Câmara Municipal no triênio de seca elaboramos o quadro a seguir:

Quadro 3 – Petições dos comerciantes no triênio da seca (1877-1879)

Anos	Abrir Estabelecimentos	Continuar Estabelecimentos	Indeterminados	Total
1877	42	29	00	71
1878	35	00	18	53
1879	39	25	01	65

Fonte: NONATO, Raimundo, *Negociantes & Mercadores: Mossoró e suas velhas firmas*. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

É evidente que o número total de petições, apenas no triênio da seca (total de 189), é superior ao balanço de petições dos anos de 1864-1876. Por outro lado o número para continuar com os estabelecimentos é inferior ao de abrir, mesmo ainda com a cifra dos indeterminados encontrados na documentação⁷². Todavia frisamos que estamos diante de um quadro das ações legais da atividade econômica mossoroense, durante a passagem da seca de 1877, e como Raimundo Nonato argumentou, esse registro e fiscalização do comércio devem-se computar uma grande margem de erro. Portanto, podemos interpretar que esse aumento das petições na Câmara, mostra uma parcela dos elementos fluxos da cidade de Mossoró, durante a seca de 1877, que comparado-se aos anos anteriores, isto é, a subtração do total de petições

⁷² Os “indeterminados” seriam as cifras de comerciantes que não identificamos claramente na fonte se queriam abrir ou continuar negócios na cidade de Mossoró.

das tabelas 2º e 3º, teve um considerado aumento (73) num curto prazo de três anos. Adiante elaboramos outro quadro que mostra as possíveis atividades comerciais naquele período de seca.

Quadro 4 – Tipos de atividades das casas e firmas de Mossoró no triênio da seca (1877-1879).

Atividades Comerciais	Licença para Abrir	Licença para Continuar	Total
Açougues	00	04	04
Padaria	07	01	08
Molhados	17	01	18
Fazendas	17	02	19
Farmácia	01	00	01
Sortimento	01	00	01
Botequim	37	02	39
Gêneros Alimentícios	03	02	05
Secos e Molhados	07	01	08
Indústria e Profissão	02	00	02
Botica	01	00	01
Molhados e Miudezas	02	00	02
Casa de Negócio	11	03	14
Fazendas e Molhados	01	00	01
Drogas	00	01	01
Bodega, Compra e Venda	03	00	03

Fonte: NONATO, Raimundo, *Negociantes & Mercadores: Mossoró e suas velhas firmas*. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

Pelo quadro 4º observamos que as atividades de secos, molhados, fazendas e açougues, ainda são presentes nesse triênio de seca no espaço urbano mossoroense, por outro lado, surgem também outras atividades como os botequins, gêneros alimentícios, casa de negócio e indústria e profissão⁷³. Sobre os estabelecimentos de “gêneros alimentícios” nessa época temos os seguintes envolvidos: Emiliano Dantas de Oliveira Rocha, licença para “expor a venda gêneros alimentícios de primeira necessidade, como sejam farinha, de mandioca, arroz e milho, comprados da praça de Pernambuco (7/11/1877)” , e Luis Manuel Filgueira e Ferreira Maia, “licença para venderem gêneros alimentícios (7/11/1877)” (NONATO, 2010, p. 22). A respeito do comércio de gêneros de primeira necessidade, Denise Takeya discorre que essa atividade ocorreu durante toda a seca de 1877, e que eram “importados do exterior ou de outras províncias brasileiras” (1995, p. 142-143). Desse modo não é estranho que esse ramo surja na cidade de Mossoró nesse contexto de crise de abastecimento em muitas províncias do Norte. Outro fator existente nesse triênio de seca são as disputas legais pelos negociantes no último ano da seca (1879), para conseguir abrir ou manterem seus estabelecimentos no quadro do comércio ou mercado público da cidade.

João Francisco de Carvalho – licença para continuar com seu negócio no quadro do comércio público. (1/5/1879). José Alves de Oliveira – licença para continuar com o negócio no quadro do comércio público. (2/5/1879). Antonio Brito de Souza – licença para continuar com seu estabelecimento nos quadros do mercado público. (2/5/1879). José Ferreira da Rocha Baraúna – licença para abrir uma casa de negócio em um quarto do mercado público (2/5/1879). Francisco Amorim Pereira – licença para abrir um negócio em um dos quartos do comércio público (2/5/1879). (NONATO, 2010, p. 26-27).

Dessa citação, percebemos a própria configuração dos elementos fixos e fluxos no espaço da cidade de Mossoró. Seu comércio central inscrevia-se na malha urbana em uma espécie de “quadra”, contendo a edificação do mercado público como ponto referencial da atividade econômica, e é claro, um aspecto fixo do espaço da cidade. Assim é compreensível a corrida desses petionários para não perderem seus cômodos, enquanto outros, para conseguirem seu lugar ao sol (e que sol!) na cidade. Assim a cidade de Mossoró, mesmo enfrentado uma crise na Província, conseguiu manter e lucrar-se de algum modo nesse triênio

⁷³ Não é nosso interesse explicar, individualmente, cada função das casas comerciais da cidade de Mossoró. Apenas compreender que seu surgimento configura todo um conjunto de relações sociais no processo de reprodução do espaço social.

da seca, fato que foi preciso comprar seu primeiro cofre para guardar os rendimentos da câmara municipal no ano de 1879, pois sendo a cidade já um pouco populosa e que por conseqüência de seu “rendimento municipal tinham de assumir a uma atitude mais avultada, e não havendo ainda nela um cofre em que com melhores cautelas se guardasse suas arrecadações, [...] se mandasse comprar na praça de Pernambuco um cofre” (OLIVEIRA, NETO BATISTA, 2000, p. 15-16). Ainda sobre os rendimentos locais devemos frisar também que algumas das antigas firmas estrangeiras e interprovinciais continuaram atuando no espaço urbano. Dessas as que mais se destacaram nesse triênio da seca foram a Conrado Mayer, que pediu “licença para ter aberto seu estabelecimento. (13/1/1877)” (NONATO, 2010, p. 19), e Mossoró & Cia do barão de Ibiapaba. Sobre essa última, Luis da Câmara Cascudo escreveu que em 1881 “não há mais notícia da grande casa comercial “Mossoró & Cia”, do barão de Ibiapaba, estabelecida na rua Conde d’Eu” (CASCUDO, 2011, p. 155). O memorialista Francisco Fausto de Souza também registrou sobre as atividades dessa casa comercial na cidade durante essa seca de 1877.

Os ricos criadores sertanejos proprietários de muitas léguas de terra e de escravos também sofreram os efeitos desoladores da seca, e por isso, acoçados pela necessidade enviavam para aqueles cidades litorâneas, principalmente Mossoró, os seus muitos escravos que ali eram vendidos. Estabelecia-se, deste modo, o comércio dos escravos! Em Mossoró, diversas casas comerciais tornaram-se compradoras de escravos, destacando-se entre elas, a Mossoró & Cia, de propriedade do Barão de Ibiapaba. Os escravos comprados em Mossoró eram remetidos para Fortaleza e dali para as províncias do Sul. (SOUZA, Apud CASCUDO, 2011, p. 222).

A descrição de Souza deixa-nos uma idéia de como a venda interprovincial de escravos cresceu no período da seca de 1877, transformando certas cidades, inclusive Mossoró, como verdadeiros pólos comerciais de cativos da região Norte. Nos anexos do Relatório do Presidente da Província de 13 de março de 1879, acerca do Tesouro Provincial, consta-se que entrou certos lucros a tesouraria através do imposto de 3% sobre as mercadorias importadas, pelo aumento da renda da meia siza de escravos⁷⁴ e do imposto sobre as procurações para as vendas dos mesmos.

⁷⁴ O imposto de meio siza (5%) foi criado a partir da chegada da Família Real ao Brasil, e que corresponde ao valor tributário sobre todas as transações mercantis envolvendo escravos ladinos (nascidos na América Portuguesa). Esse imposto durou até o fim da escravidão. Ver artigo de FERNANDES, Guilherme Vilela. *Tributação e escravidão: o imposto de meia siza sobre o comércio de São Paulo (1809-1950)*. São Paulo: Almanack Braziliense, nº 2, 2005, 102-113p. Disponível em: <

Quadro 5 – Arrecadação do imposto sobre as mercadorias, meia siza de escravos e procuração dos cativos.

Renda	1876-1877	1877-1878	Diferença
Imposto de 3%	20: 905\$811	90: 029\$667	69: 723\$856
Meia Siza de Escravos	7: 171\$581	23: 022\$607	15: 851\$020
Impostos sobre procurações	5: 120\$000	36: 540\$000	31: 120\$000
Total	33: 197\$392	150: 192\$ 271	116: 991\$876

Fonte: *Anexos*. In: Falla com que o exm. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado, presidente da província, abriu a 2ª sessão da Assembléia Legislativa provincial do Rio Grande do Norte, em 27 de outubro de 1879. Rio Grande do Norte. Rua da Conceição. Typografia do Correio do Natal, 1880, p.2.

Com o fim do tráfico externo algumas décadas atrás, o imposto de meia siza sobre o comércio de escravos adquire grande importância, repercutindo no cenário político, econômico e social, pois como atuava no comércio interno das províncias, esse imposto era uma das “únicas formas de taxar o comércio escravo, uma vez que o tráfico externo, tornado ilegal, passava a escapar da arrecadação” (FERNANDES, 2005, p. 103). Pelo quadro 5º é visível a renda do Tesouro Provincial do Rio grande do Norte nos dois primeiros anos da seca, sobre o imposto de meia siza de escravos (15: 851\$020) e de suas procurações (31: 120\$000). Desse modo, cidades como Natal, Mossoró e Macau, as únicas que possuíam portos e uma rota de navegação regular para outras províncias do Norte, foram entrepostos da organização e arrecadação do comércio interno de escravos no período da seca de 1877. Portanto, os apontamentos do memorialista Francisco Fausto de Souza sobre à casa comercial *Mossoró & Cia.* revela que essa atividade tinha seus fundos de garantia e projeção nesse contexto.

Anteriormente dissemos que essa nova inserção dos fluxos e fixos na cidade de Mossoró durante a seca de 1877, especialmente no aspecto socioeconômico, estava relacionada às estratégias encontradas por algumas das casas comerciais e sujeitos no próprio espaço social. Assim a grande questão levantada é que tanto nas fímbrias do sistema como nas ações legais, esses novos conjuntos de ações e objetos (SANTOS, 2009) ligados as atividades

comerciais, vão re-produzir uma *prática espacial* da cidade de Mossoró ao longo dessa seca, logo, assegurada pelas verbas provinciais dos socorros públicos e nos próprios disparates da administração e fiscalização da Província sobre os órgãos responsáveis na arrecadação das rendas da cidade. Sobre esse primeiro ponto, durou cerca de dois anos da seca, onde os membros das comissões de socorros eram diretamente comerciantes e dirigentes da Mesa de Rendas. No Relatório do Presidente de 4 de dezembro de 1878 encontramos a seguinte declaração sobre esse assunto das comissões de socorros na cidade.

Por acto do dia seguinte completei essa comissão, nomeando os cidadãos Ricardo Pereira de Santanna e João Belisario da Silva Cumarú, que por acto de 15 de novembro foram dispensados juntamente com outros membros, Antonio Filgueira Secundes, Targino Nogueira de Lucena, Jeremias Gomes Galvão Guará e José Ferreira da Rocha Baraúna, para serem substituídos exclusivamente pelo administrador da mesa de rendas geraes, João Avelino de Vasconcellos Lima, nomeando na mesma data, para se encarregar da distribuição dos gêneros de socorros somente à cegos, aleijados e doentes, medida a gratificação mensal de 300\$000, pela verba Soccoros Públicos, despeza esta de muita necessidade, porque incontestavelmente dará lugar a mesma economia superior a 20: 000\$000 ficando entretanto Ella dependente de aprovação do ministério do Império (RELATÓRIO COM QUE INSTALLOU...,1878, p. 13-14).

Pela fonte de Raimundo Nonato identificamos que Antonio Filgueira Secundes e José Ferreira da Rocha, ambos eram comerciantes da cidade de Mossoró. O primeiro pediu “licença para continuar com estabelecimento comercial e açougue (12/1/1877)” e o outro uma “licença para abrir uma casa de negócio em um quarto do mercado público (2/5/1879)” (NONATO, 2010, p. 19-27). Enquanto aos outros indivíduos não encontramos registros na documentação utilizada, mas a possibilidade de serem comerciantes e dirigentes deve-se levar em consideração nesse contexto. Sobre essas autoridades públicas, nesse mesmo relatório de 1878, o presidente nomeou apenas “um” indivíduo para o cargo de distribuição dos gêneros aos retirantes, sobre a gratificação de 300\$000 rs. mensais, sendo esse o próprio administrador da Mesa de Rendas da cidade, isto é, o órgão responsável pela tributação do município. Como Denise Takeya argumenta, “o governo provincial agiu no sentido de acordar, com os maiores comerciantes, o abastecimento da província”, logo, foram então “instaladas “Comissões de Socorros Públicos”, articuladas as Mesas de Rendas – organismos que cuidavam da cobrança de impostos – em diferentes cidades” (1995, p. 155).

Assim, essa parceria entre comerciantes, comissões de socorros e Mesas de Rendas, encontrou na cidade de Mossoró, durante essa seca de 1877, uma harmonia perfeita, pois, a

irregularidade da fiscalização, além dos “problemas” da administração da Mesa de Renda era fatores preponderantes naquele espaço social⁷⁵. Realidade que não agradou aos futuros presidentes como Bezerra Montenegro e Marcondes Machado entre os anos de 1879 e 1880, levando ao primeiro passar esta Mesa de Rendas da cidade de Mossoró “para a barra, em ordem a melhor fiscalização, que se deve exercer na arrecadação dos dinheiros, cujo resultado será ao mesmo tempo ficaram igualmente resguardados aos interesses da Província” (RELATORIO COM QUE INSTALLOU..., 1878, p. 14). A resolução teve reações por parte dos comerciantes da cidade de Mossoró como mostra as atas da câmara municipal a seguir.

Ilmos. Srs. Presidente e vereadores da Câmara Municipal de Mossoró. Os comerciantes desta Cidade, abaixo assinado, necessitam a bem de seus cômodos e interesses, que esta respeitável Corporação se digne de atestar ao pé da presente: 1º) Qual a distância que medeia desta mesma Cidade ao porto e Areia Branca, onde está atualmente estabelecida a Mesa de Rendas provincial. 2º) Se existe ou não grande dificuldade nos meios de transporte desta áquela localidade, quer pelo rio, quer pela terra. 3º) Se causa ou não prejuízo ao comercio a permanência da dita Mesa no lugar onde se acha. 4º) Finalmente se o respectivo Administrador reúne as necessárias habilitações para o desempenho do cargo. Nestes termos: P. P. deferimento por justiça e Mercê. Mossoró, 3 de Dezembro de 1878. Francisco Gurgel de Oliveira, Joaquim Gurgel de Oliveira, Antonio Pompilio de Albuquerque, Borges & Irmão, Manoel Benecio & Cia., Manoel José Pinto Bandtira, Manoel Maria, Vieira França, João dos Reis Guilherme Filho, Romualdo Galvão, Oliveira & Irmão, Alexandre de Souza Nogueira, Antero Focio Maria de Miranda, Geraldo Justiniano de Souza, Leopoldo & Cia., Manoel Gonçalves de Oliveira, Medeiros & Valério, Por Mossoró & Cia Manços Valente Calvacante, Joaquim Zeferino de Holanda Cavalcante, Francisco Borges Filgueira, José Alves de Oliveira, Joaquim Nogueira da Costa, Constantino Carneiro da Cunha Lobato (OLIVEIRA, 1992, p. 41-42).

Esse abaixo assinado dos comerciantes de Mossoró não conseguiu anular a decisão do presidente de transferir a Mesa de Rendas para a localidade Barra de Mossoró, mas pelo menos mostra-nos uma parcela desses sujeitos que estavam “lucrando” nesse período da seca de 1877, como suas ações (fluxos) na busca de manterem seus negócios. Para explicações pormenorizadas atribuídas ao episódio de transferência da Mesa de Rendas da cidade de Mossoró temos a seguinte declaração do presidente Marcondes Machado.

⁷⁵ Sobre os “problemas” da administração da Mesa de Rendas de Mossoró, temos a seguinte declaração do Presidente da Província do exercício de 1877 até o final de 1878, do qual não estava está satisfazendo praticamente “as exigências de uma estação arrecadora, achando-se por isso no caso de ser melhorada. [...] o systema é confuso e antiquado: o livro caixa de uma escripturação é a sua chave com relação aos dinheiros entrados e dispendidos. (RELATORIO COM QUE INSTALLOU..., 1878, p. 13).

Esta medida há muito reclamada pelos interesses do fisco e pela prosperidade das finanças, deu lugar a queixas e reclamações da parte de alguns negociantes que, tendo seus estabelecimentos na cidade, julgarão-se prejudicados em seus interesses, por se verem privados de despachar a vontade as mercadorias que, muitas vezes, se achavam já recolhidas aos próprios estabelecimentos. Com o movimento que se operava no commercio do sobredito povoado, já não podia o guarda *proceder a fiscalização* de que ali se achava encarregado, não só porque no estreito circulo de suas atribuições faltavam meios para fazer respeitar os direitos da fazenda em toda sua plenitude, como porque a meza geral, ali estabelecida, negava-lhe auxilio sempre que precisava. Assim, não achando embaraços no porto principal, as mencionadas mercadorias seguirão rio á cima e desembarcavão, onde convinha aos interesses dos donos; resultando dahi graves prejuízos aos da fazenda, como ficou provado pelos documentos que fez chegar ao conhecimento da presidência o administrador da meza geral; em vista dos quaes se verificou ter sido este Thesouro, em pouco tempo, prejudicado na quantia de 7: 936\$ 613 réis. Foi, em face de tão ponderosa razões, que determinei a transferência da meza, convencido de que seriam improfícuas quaesquer outras providencias, que tomasse, no intuito de por termo a fraude (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR...., 1879, p. 33).

Esse fragmento, apesar de extenso, revela muitos aspectos da “parceria” encontrada entre comerciantes e Mesa de Rendas da cidade nesse triênio da seca de 1877. Os primeiros circulavam suas mercadorias diacordo com seus “cômodos” e “interesses”, entre o porto principal (Areia Branca) a seus estabelecimentos na urbe e vice-versa, pois sem uma “fiscalização” regular como “auxílio” da Mesa de Rendas, muitos encontraram chances para efetuarem suas “transações” livremente, criando nesse jogo, novos elementos fluxos e fixos do espaço da seca de 1877, além é claro dos prejuízos (7: 936\$613 rs.) para o Tesouro Provincial. Essa medida provincial não restringiu-se apenas a Mesa de Rendas da cidade, as comissões de socorros também tiveram suas modificações no último ano da seca (1879).

Os últimos acontecimentos, que tanto enlutaram a cidade de Mossoró, dão a medida do mau systema de distribuição dos socorros dessa localidade, que, deixando de ser feita por uma comissão criteriosa, se achava á cargo de um só individuo, que para isto era estipendiado pelos cofres públicos, vencendo uma gratificação de trezentos mil rs. Mensaes. Para ali nomeei uma comissão, composta de juiz de direito, Vigario da freguesia, Presidente da camara e dos cidadãos Joaquim Bezerra Costa Mendes, Manoel José Pinto Bandeira e José Alexandre Freire de Carvalho, a qual autorizei à comprar gêneros nos casos mais urgentes, e fazer a distribuição com todo o critério, que é lícito esperar de seus sentimentos de honradez, philantropia e humanidade. (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR...., 1879, p. 02)

Assim, no último ano da seca (1879), é que são tomadas algumas medidas a nível provincial sobre os gastos e gestão dos recursos destinados aos socorros públicos em todo Rio

Grande do Norte⁷⁶. Mas não podemos acreditar que essa nova comissão formada na cidade de Mossoró, estivesse fora das “regalias” do dinheiro público. Pelo contrário, é a partir desse último ano da seca que novas estratégias vão ser implantadas no espaço social, e como estamos tratando especificamente da re-produção de uma *prática espacial* da seca (espaço percebido), a utilização da mão-de-obra (trabalho) retirante (elementos fluxo) para o melhoramento material (fixos) de Santa Luzia, vai entrar em peso no processo da re-produção do espaço dessa seca. Adiante utilizaremos uma planta da cidade de Mossoró do ano de 1879, feita graças ao projeto de instalação do telégrafo na localidade, para ao mesmo tempo identificarmos os elementos fixos e as ações humanas na re-produção do espaço social.

⁷⁶ Uma das deliberações foi a nomeação da casa comercial da cidade de Recife (PE), a Amorim Irmãos & C^a; para abastecer os armazéns de gêneros alimentícios da capital Natal como remeter os mesmos para a cidade de Mossoró, talvez uma forma direta de “controlar” as verbas dos socorros destinados aos gêneros de primeira necessidade, diminuindo o “monopólio” e “lucro” de certas casas comerciais, ou até mesmo favorecendo economicamente a praça de Recife nesse cenário de especulação da fome.

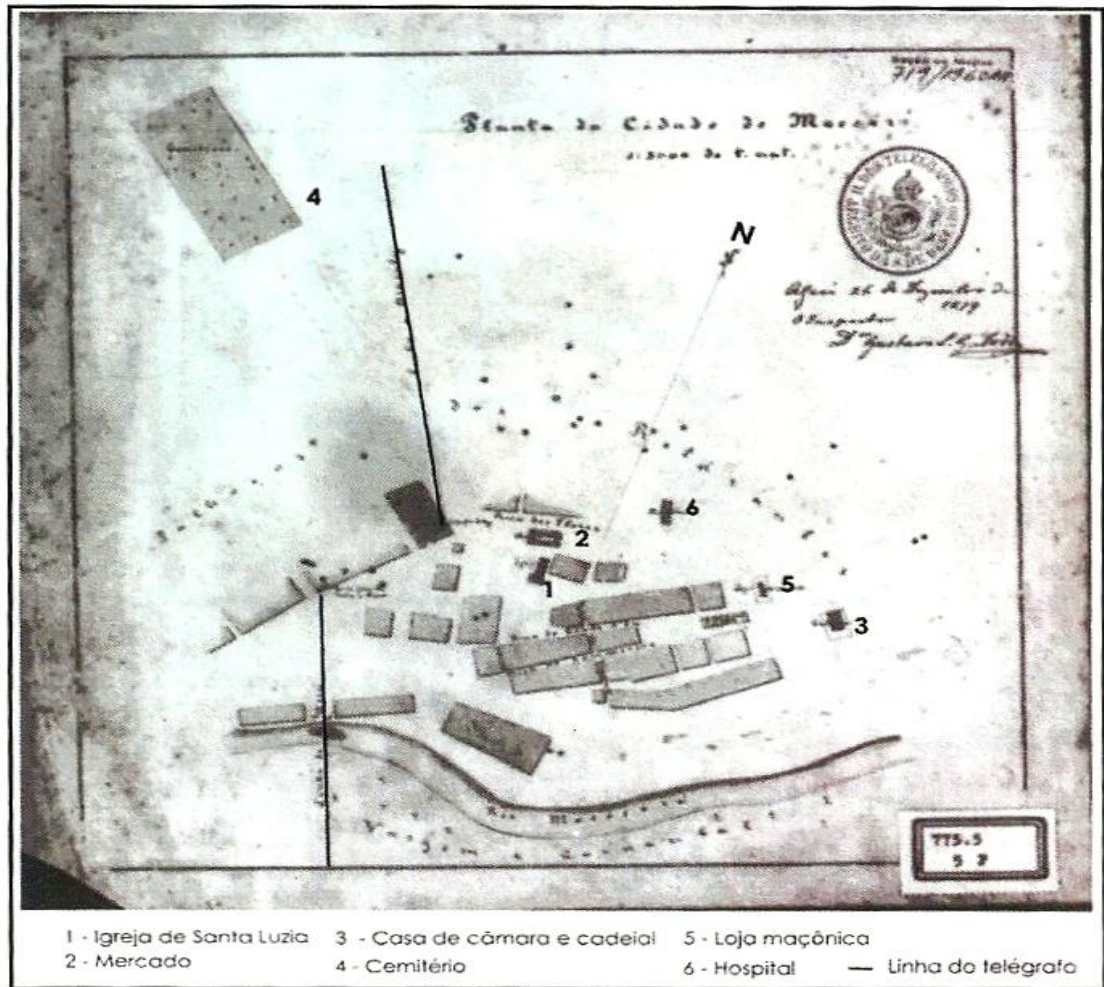


Figura 2 – A planta da cidade de Mossoró, 1879.

Fonte: AMRJ. MACOP-DA 99/2 2. Planta da cidade de Mossoró/ dr. Gustavo L. G. Dodt, inspetor. Esc. Original 1: 500 – Assu (RN). [s.n], 26/12/1879. 1 planta MS. Color.; 29 x 29 cm. Rep. Geral dos telégrafos. Arquivos da Secretária de Desenhos. In: TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *Da Cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana*. Natal/RN: EDUFRN, 2009, p. 532.

Nessa planta podemos visualizar alguns dos elementos fixos do espaço urbano, produzidos ou reformados, pela mão-de-obra retirante (fluxos) nos serviços de obras públicas do ultimo ano da seca (1879) da cidade de Mossoró. Estes seriam o rio, a casa de câmara e cadeia, o cemitério, a igreja matriz e o próprio telégrafo⁷⁷. Todavia ainda existem outras obras públicas que não estão inseridas nessa planta da cidade, como dois açudes e uma casa para instrução, mas que iremos abordar no decorrer dessas linhas. Através da planta é possível

⁷⁷ Nas legendas de nº 2, 5 e 6 da planta da cidade, tiradas do livro de Rubenilson Teixeira, que correspondem respectivamente aos prédios do Mercado, Loja Maçônica e Hospital de Mossoró, os dois últimos não entram em nossa análise sobre os elementos fixos e fluxos do espaço, pois a Maçonaria foi fundada em 1872, enquanto ao hospital não encontramos fontes sobre sua construção nesse momento da seca de 1877. Sobre o mercado público visto anteriormente nesse capítulo já era um item presente no espaço urbano, além de lugar das sociabilidades dos comerciantes e populares na passagem dessa seca.

identificarmos alguns desses objetos no espaço urbano, como também outros arranjos da cidade – mercado público e hospital – logo, temos um “panorama”, e é claro representação, da malha urbana no triênio da seca de 1877. Como ponto de partida, refletiremos no próprio projeto de instalação do telégrafo da cidade de Santa Luzia. Todavia não podemos afirmar com clareza que sua montagem foi feita via mão-de-obra retirante, pois não encontramos nas fontes informações a tal respeito, entretanto, acreditamos que esse sistema de comunicação está relacionado às mudanças socioeconômicas da cidade de Mossoró e Província naquela década. Assim apenas três cidades nesse período adquiriram linhas telegráficas: Natal (4/8/1878), Mossoró (21/8/1879) e Macaíba (17/7/1880) (SOUZA, 2008, p. 95). No Relatório do Presidente da Província de 4 de dezembro de 1878 encontramos a seguinte declaração sobre o telégrafo.

No dia 4 de Agosto do corrente anno inaugurou se aqui grande melhoramento verdadeira maravilha do século XIX. Compareceram ao acto as principaes autoridades e pessoas distinctas desta capital, que repletas de jubilo, dirigiram ao Governo Imperial e à amigos de outras províncias festivas congratulações pelo importante progresso, que acabava de realizar-se nesta província, transmitindo-se nesse dia 187 telegrammas, e receberam-se 95. (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1878, p. 95).

É evidente que a inauguração em torno do telégrafo da cidade de Natal mostra uma parcela do “oxigênio cultural” do período sobre esse veículo moderno de comunicação do século XIX⁷⁸. Expressões como “verdadeira maravilha” e “importante progresso” esboça claramente a satisfação dessas autoridades potiguares frente a essas inovações técnicas dos oitocentos. E esse desejo pelo “moderno”, ou melhor, “progresso”, era almejado por outras cidades nesse período, como a cidade de Assú, próxima de Mossoró. Seu jornal escrevia que “ultimamente resolvera o governo estabelecer nesta cidade uma estação para o fio telegraphico que tem de ligar a capital desta província a suas irmãs do norte” (BRADO CONSERVADOR, 1879, p. 02). Infelizmente o telégrafo não veio, mas as matérias sobre sua instalação na cidade de Santa Luzia, essa sim ganhou atenção.

⁷⁸ Sobre os aspectos culturais e tecnológicos em volta dos serviços de instalação dos telégrafos no Brasil, MACIEL, Laura Antunes. *Cultura e Tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil*. São Paulo: Ver. Bras. de Hist., V. 1, nº 41, 2001, p. 127-144.

Consta-nos que a 20 do passado aqui chegou, vindo da cidade de Mossoró, o engenheiro encarregado da medição e exploração da estrada em que deverão ser colocados os postes para a linha telegraphica que tem de por em comunicação com a capital da província, e mais pontos onde já funciona tam admirável invento. Cremos que em breve dará o Assú este gigantesco passo no caminho do progresso. (BRADO CONSERVADOR, 1879, p. 03).

Se refletirmos sobre os serviços de instalação dos postes e preparo da estrada para a linha telegráfica, Natal-Mossoró, provavelmente foi utilizada a mão-de-obra retirante para esses serviços. Nosso principal argumento seria a inserção da mão-de-obra sertaneja nos serviços de melhoramento material da Província, desencadeado entre os anos de 1879-1880 nessa seca. Desse modo, todos os serviços de obras públicas edificados na cidade de Mossoró são correspondentes ao final da seca de 1877, logo, o próprio telégrafo, poderia entrar nessa estimativa, afinal sua planta data do dia 26/12/1879, ou seja, entre o recorte temporal dos outros trabalhos. Mesmo não encontrando nota da utilização do trabalho sertanejo, devemos levar em consideração todo o contexto social que foi construído essa linha telegráfica na cidade, ou seja, milhares de sertanejos como mão-de-obra barata e pouco qualificável, onde só poderiam receber os gêneros alimentícios, mediante ao labor das obras públicas, ordenados pelas comissões de socorros. Assim, como alguns dos elementos fixos produzidos no espaço urbano nessa seca – casa de câmara e cadeia e casa de instrução – o telégrafo de Mossoró seria finalizado somente no ano de 1880, “acha-se concluída a estrada que tem de receber o fio electrico do Natal a Mossoró, estando cavados quase todos os buracos em que têm de assentar os postes” (BRADO CONSERVADOR, 1880, p. 02). Dessa forma, a partir da imagem da planta da cidade de 1879, o telégrafo seria um dos primeiros aspectos dos fixos e fluxos do arranjo espacial de Mossoró, sobre influência do trabalho retirante nessa seca de 1877. Adiante falaremos de outro item que entrou nos serviços de melhoramentos da comissão de socorros de Santa Luzia: o rio Mossoró.

O rio Mossoró (ou Apodi) marca profundamente o espaço social da cidade. Desde o comércio (agricultura, transporte fluvial...) aos costumes locais. O intelectual Nestor dos Santos Lima (1887-1959) escreveu um artigo na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1938-1941) acerca do município de Mossoró. Nele o autor delinea que o rio Mossoró (ou Apodi) forma-se nas “fraldas da Serra das Queimadas, município de Luiz Gomes, atravessa os municípios de Pau dos Ferros, Portalegre, Martins, Apodi e entra neste, no lugar “Passagem do Bonito” e sítio das “Aguilhadas”, e com a denominação “Mossoró”, atravessa a cidade, entrando no de Areia Branca, desde a “Serra Vermelha e vai

desaguar no Atlântico, dois quilômetros á esquerda desta última cidade, e á direita do povoado “Barra de Mossoró” (LIMA, 1982, p. 22). Seu percurso de “300 quilômetros” está dentro do Estado do Rio Grande do Norte e “90 quilômetros” no município de Mossoró. É, porém, “rio torrencial, à exceção do trecho entre a foz e o Porto da Ilha, onde é navegável pela montante das marés ou nas enchentes do inverno”, além de possuir “margens férteis, peixes e vastos carnaubais, de que se extrai a cera, que é valioso produto de exportação” (LIMA, 1982, p. 22-23). Percebe-se pela Figura 2º que o rio localiza-se próximo do quadro central da praça, onde estavam o mercado público e a igreja matriz de Santa Luzia.



Figura 3 – Rio Mossoró no ano de 1947. Foto de Manuelito.
Fonte: Acervo do Museu Histórico Lauro da Escossia de Mossoró

O pesquisador e memorialista, Francisco Fausto de Souza, afirma que o rio Mossoró é navegável em “todo tempo desde a barra até a povoação Porto da Ilha, lugar de embarque da cidade a Barra e do Porto ate a cidade por pequenos barcos em tempo de inverno” (2011, p. 44). O autor discorre que a “navegação do rio Mossoró, data do povoamento de sua ribeira

[...]. Segundo a tradição, desde o primeiro quartel do século 19^o, que começaram a entrar no rio Mossoró pequenos barcos e lanchas” (SOUZA, 2011, p. 45). O primeiro vapor a entrar no rio fora da *Companhia Pernambucana* em 1869, o qual “subira rio acima até a Roncadeira, encontrando fundura suficiente para navegar e só voltara daí por desânimo do comandante e ignorância do prático sobre a profundidade do rio” (SOUZA, 2011, p. 46). Destarte, é evidente a influência deste rio ao cotidiano e comércio local nessa época. Por outro lado, esse fiel aliado da cidade de Mossoró, em tempos de invernos caudalosos, mostrava-se um grande problema para a gestão pública e à população. No ano de 1875 ocorreu um rigoroso inverno, sendo que “inundações do rio Mossoró foram extraordinárias, devido ao que a lavoura às suas margens foi toda perdida. O inverno foi uma calamidade em vez de bonança” (SOUZA, 2011, p. 116). Precisou que o governo da Província mandasse distribuir “viveres aos habitantes, por uma comissão composta do vigário Antonio Joaquim e outros e a importância de oitocentos mil réis” (SOUZA, 2011, p. 116). Observamos, até aqui, como esses efeitos socioclimáticos (enchentes e secas) estão periodicamente interligados no espaço social da própria cidade.

Voltando aos objetos fixos produzidos na seca de 1877-79, o presidente da Província, Marcondes Machado, em sua administração (1879-80), foi um dos principais responsáveis nos melhoramentos materiais da Província do Rio Grande do Norte nesse período. Utilizando-se do discurso e prática do *trabalho*, como elemento regenerador dos vícios e da ociosidade plantada nas cidades nessa seca, além de mecanismo regularizador da distribuição dos gêneros aos indigentes, através das comissões de socorros, foram construídas em algumas localidades pela mão-de-obra retirante, obras públicas, desde edificações a serviços gerais nesses lugares. Como o próprio presidente escreve

Aproveitando-me do trabalho dos indigentes, que procuro empregar para impedir que e percam na ociosidade, e principalmente como medida econômica e única capaz de regular a distribuição dos gêneros, tenho promovido a realização de algumas obras de utilidade pública, e autorizado outras de iniciativa das comissões de socorros, interessadas em melhorar a sorte das localidades em que residem. (FALLA COM QUE O EXM. SR. DOUTOR..., 1879, p. 15).

O historiador Frederico de Castro Neves argumenta no seu livro⁷⁹ que na seca de 1877, a ajuda oficial, ao contrário da “caridade pública”, estava condicionada, pelo menos em parte, ao trabalho. Assim, se “fosse como medida de mero combate à seca, como necessidade

⁷⁹NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

de disciplina social, ou como ideal de progresso material para a província”, pode-se falar que a política assistencialista do Império, “que assegurava a todo brasileiro o direito de receber socorro em caso de calamidade pública, foi rapidamente transformada pelas elites locais num instrumento de coerção ao trabalho” (CHAVES, apud NEVES, 2000, p. 30-31). Assim, as mudanças de atitude de proteção aos pobres na seca de 1877, que antes se efetuava no domínio privado e paternalista, agora, nas esferas públicas estatais, revelam que o trabalho cumprirá uma “função moralizante explícita: a caridade, por si só, leva o pobre à resignação e ao ócio, ao receber alimentos e outros benefícios sem contribuir com o esforço de seu trabalho para com a sociedade que lhe sustenta neste momento de crise” (NEVES, 2000, p. 52). Dessa forma, um novo mercado de trabalho se constituiu graças à presença de uma “mão-de-obra muito barata e disponível para qualquer atividade”, que ia desde os carregamentos de pedras até a “abertura de novas estradas, a construção de prédios públicos e o prolongamento das linhas da estrada de ferro são serviços executados pelos retirantes”. Assim, sem poderem trabalhar a terra ou encontrar alternativas de subsistência no meio rural, eles foram jogados nas mãos do Estado como uma “mão-de-obra pouco qualificada, mas submissa e disponível para qualquer tarefa”. Logo, a “degradação do homem do campo que se vê obrigado a mendigar o coloca, a princípio, disponível para qualquer trabalho, sob quaisquer circunstâncias” (NEVES, 2000, p. 52).

Não diferente da experiência dessa seca no Ceará, a “sorte” era melhorada em localidades do Rio Grande do Norte, isto é, os aparelhos urbanos e seus elementos de organização do espaço citadino. E Mossoró, diferente dos outros lugares na Província, possuía os privilégios político-administrativo do título de cidade⁸⁰. Assim, nossa hipótese será de que foi através dessa seca de 1877, que a cidade conseguiu adquirir ou remodelar os principais aspectos fixos de seu espaço urbano, ou seja, o rio, açudes, a igreja matriz, o cemitério, a casa de câmara e cadeia e casa de instrução. E isso só foi possível graças à demanda de braços para esses serviços e aos gastos do Tesouro da Província naquela localidade. Quanto a esses aspectos, estamos vendo consubstanciados durante a construção de nossa narrativa, mas, por hora, voltemos ao caso do rio Mossoró e sua influência no espaço comercial da cidade nessa seca de 1877.

No relatório do presidente Bezerra Montenegro de 1878, tendo em vista, a necessidade de dar as primeiras ocupações aos migrantes, que por falta de trabalho, viviam “esmolando e recebendo em pura perda os socorros do governo, resolvi aproveitar melhor os gêneros, que

⁸⁰ No século XIX, somente foram elevadas à cidade: Assú e São José de Mipibu em 1845, e entre os anos de 1851 a 1889, Caicó, Apodi e Mossoró (TEIXEIRA, 2012, p. 68).

tão profusamente se estavam esbanjando em favor das pessoas ociosas, e no intuito de concorrer para o melhoramento da província” (RELATORIO COM QUE INSTALOU..., 1878, p. 15). Dessas melhorias, os rios e portos foram seus grandes alvos. O sistema fluvial e sua canalização em lugares como Natal, Macaíba, Canguaretama, Ceará-Mirim e Mossoró tiveram seus cuidados e reformas nesse período. Em Santa Luzia, o presidente designou o cidadão, João Avelino de Vasconcellos Lima, administrador da mesa de rendas gerais de Mossoró, “da abertura do rio respectivo, cujo serviço trará para aquella praça comercial da Província uma vantagem extraordinária, reduzindo a distancia á metade da que actualmente existe, e melhorando a navegação” (RELATORIO COM QUE INSTALOU..., 1878, p. 18). Francisco Fausto de Souza afirma que nessa seca,

[...] a custa dos socorros do governo, fora aberto o “rio novo”, perto do Porto e o Furadinho perto de lugar Remanso, encurtando o rio com essas aberturas, muita diferença para menos, perto de 3 léguas. Fora administrador de ambos esses serviços o cidadão Faustino Filgueira de Melo, já falecido. (2011, p. 46).

No relatório do presidente Marcondes Machado, em 1º de maio de 1880, o presidente da comissão de socorros, Dr. Manoel Hemetrio Raposa de Mello, “não poupou esforços para converter em proveito da localidade o serviço dos emigrantes”. Desses esforços, realizou em “proveito do commercio o importante melhoramento de cortar uma grande curva do rio que dá o nome à cidade e a communica com a Barra por meio da navegação, e em favor da lavoura a abertura de dous açudes” (RELATORIO COM QUE O EXMO SR. DOUTOR..., 1880, p. 12). A utilidade do melhoramento no sistema fluvial (transporte, comunicação, agricultura) para a localidade, está intimamente ligada a uma das questões funcionais do próprio espaço urbano, ou seja, a atividade comercial local. Assim, não era de se estranhar, que num período de crise financeira, os olhares gestores da Província, não derramassem sua atenção aos aspectos lucrativos desses lugares, afinal, Mossoró, era considerada um empório comercial relevante na economia nesse período. Dessa forma, o trabalho retirante, com sua mão-de-obra abundante na cidade, trouxeram a condição material para tal empreitada do governo provincial e municipal, obviamente sob condições subumanas de labor aos indivíduos.

Para continuar ainda na discussão da produção de elementos fixos relacionados às atividades econômicas de Mossoró, uma das medidas da comissão da cidade foi à construção de açudes e roçados no território municipal, como citou o presidente na citação anterior. Essa

medida já vinha sendo implantada na Província no ano de 1879, pelo presidente Marcondes Machado, “sabeis praticamente e por experiência própria os benefícios, que produzem os açudes no sertão, onde os rios não procedem do seio da terra e sim das águas congregadas das chuvas, aparecendo e desaparecendo com ellas”. Desse modo, sem estes corretivos “da intelligencia a natureza lhes recusaria um elemento indispensavel de vida a sêcca” (FALLA COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1879, p. 15). Assim algumas comissões “aproveitando” da mão-de-obra retirante abriram alguns açudes nos lugares como “Principe, Jardim, Acary e Imperatriz” (FALLA COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1879, p. 15). Em Mossoró não foi diferente. No dia 9 de janeiro a Câmara Municipal registra o seguinte ofício do juiz de direito Manoel Hemétrio Raposo de Melo, membro da comissão de socorros⁸¹.

[...] se os roçados e açudes feitos por ordem da comissão de socorros são em terrenos devolutos ou de particulares, tendo a dizer que é público e notório pertencer os terrenos onde se edificam açudes e abriu-se roçados ao domínio nacional, e tanto exato que, durante todo serviço ninguém se opôs, sendo o mesmo administrado por homens da localidade, ou que muitos anos residiam, e apesar de a pouco tempo aqui residir em virtude da nomeação para exercer o lugar de Juiz Municipal e de órfãos deste Termo e Comarca, todavia, sei que todos os terrenos além da légua da margem do Rio são devolutos (OLIVEIRA, NETO BATISTA, 2000, p. 71).

A resposta do ofício foi sancionada pela câmara municipal de Mossoró no mesmo dia.

[...] Acusando o recebimento do ofício que Vossa senhoria nos dirigiu com data de hoje, temos a declara-lhe em resposta que esta Municipalidade, aceitando o oferecimento da Comissão de Socorros de que fez menção o seu citado ofício, tomou a resolução de nomear provisoriamente um administrador para aquela obra e levar ao conhecimento do Exmo. Senhor presidente da província pedindo a sua aprovação e instrução, caso apareça algum particular em cujo o terreno possa estar encravado qualquer dessas obras (OLIVEIRA, NETO BATISTA, 2000, p. 72).

⁸¹ A comissão de Socorros Públicos da cidade de Mossoró durante o ano de 1879 a início de 1880 corresponde aos seguintes sujeitos: “Juiz de Direito interino Dr. Manoel Hemetrio Rapôso de Mello, presidente da comissão. Joaquim Bezerra da Costa Mendes, Vigário Antonio Joaquim Rodrigues, João Belisário da Silva Cumarú. José Ferreira da Rocha Baraúna” (FALLA COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1879, p. 36). Tirando o presidente e o vigário da freguesia, o resto possuía atividades comerciais diretas na cidade de Mossoró nesse período (NONATO, 2010).

Os administradores dos açudes e roçados feitos pela comissão de socorros foram nomeados na 5ª sessão do dia 12 de janeiro de 1880.

[...] passa a Câmara a fazer a nomeação de dois Administradores para os açudes feitos a ônus do Governo, pelos indigentes nesta cidade emigrados, que pondo o senhor presidente em votação tiveram maioria de votos: Os senhores Lino Justino Gondinho, e o senhor Francisco Antonio de Carvalho; este como Administrador do Açude da Serra de Mossoró, e aquele, como Administrador do Açude da Baixa, com cuja votação acomodou-se o senhor presidente. E deferido propôs o senhor presidente que deveria ser nomeada uma comissão composta de três membros, e de homens instruídos, que se dirija ao lugar Baixo, e Serra de Mossoró, onde estão os Roçados que esta Câmara acaba de aceitar, fabricados com dispêndios do Governo, pelos indigentes, afim de irem-nos medir, bem com também medir os açudes, suas profundidades e extensão das respectivas paredes; e dada a votação, racaiu maioria nos senhores Cosmo Nunes, morador e proprietário nesta Cidade, Francisco Antonio de Carvalho, pessoas que a Câmara aprovou por serem idôneas ao fim pretendido (OLIVEIRA, NETO BATISTA, 2000, p. 76).

A construção dos açudes e roçados pelos retirantes mostra-se como os únicos elementos fixos e fluxos distantes do espaço urbano, pois localizavam-se nos arredores da cidade de Mossoró. O pesquisador Nestor Lima na década de 1940 identificou os seguintes “lugares” afastados da área urbana pertencentes à Santa Luzia.

Lugares: Hipólito, Pau do Tapuia, Retirinho, Bom Sucesso, Vertentes (onde há Capela de Santo Expedito), Sereno, Malhada dos Angicos, Riacho do Nogueira, Panela do Amaro, Cupim, Riacho-grande, Riachinho, Barrinha, Volta da Mofina, Lagoa do Genipapo, *Serra do Mossoró*, Rancho da Casca, Olho d'Água do Carrinho, Olho d'Água da Escada, Olho d'Água do Virgínio, Lagedo, *Baixa*, Jicuri, Lagoinha, Ortigão e Alagoas. (grifos nossos) (LIMA, 1982, p. 22).

Muitos desses lugares talvez não existissem ainda na década de 1870, mas a Serra de Mossoró como a Baixa, ambos já eram locais conhecidos na época, e que eram propícios na construção dessas obras no território do município. Se num primeiro momento, essas obras eram para “satisfazer” as necessidades da ordem e bem público, no final acabaram tornando-se meros objetos de interesse particular, “consta que algumas destas estão colocadas em terreno e propriedade particular, neste caso necessitamos que V. Excia. nos transmita esclarecimentos a semelhante respeito, a fim de ser garantido o direito de propriedade, e salvar a nossa responsabilidade” (OLIVEIRA, NETO BATISTA, 2000, p. 78-79). Assim podemos dizer que a construção desses açudes pelas comissões e retirantes nessa seca de

1877, possivelmente, foram os primeiros a compor essa prática de representação do espaço (espaço concebido) das secas na cidade de Mossoró, fato que irá ganhar relevância durante as obras do IOCS na seca de 1915, como ainda veremos nesse capítulo. Adiante falaremos sobre a edificação da casa de câmara e cadeia, com sua influência prático-simbólica do poder e ordem municipal, quanto ao seu *status* arquitetônico das cidades dos oitocentos.

Para tratar das edificações das casas de câmara e cadeia na província do Rio Grande do Norte, o livro de Rubenilson Brazão Teixeira será fundamental⁸². O autor analisa as casas de câmara e cadeia do período da Colônia e Império⁸³, tanto no sentido estético e urbanístico, como em sua relevância na organização do poder municipal e evolução das aglomerações urbanas, procurando, sempre, perceber as peculiaridades da experiência do caso potiguar, nesse tipo de edificação, com os “padrões” nacionais, encontrados em outras cidades brasileiras. Assim, Teixeira aborda a edificação da casa de câmara e cadeia de Mossoró, levantada nos anos da seca de 1877-80, no qual vamos tratar nesse tópico. Mas antes, o autor discorre sobre a relevância desse objeto na própria história do espaço urbano nacional. Sede do poder municipal,

[...] centro das decisões que diziam respeito aos mais variados aspectos relacionados à urbe nascente e ao município, símbolo de poder e de prestígio da comunidade e, em particular, dos homens bons que ocupavam os cargos de edilidade, a Casa de Câmara e Cadeia – acompanhava do inseparável Pelourinho chantado à sua – compunha, juntamente com a igreja, dois edifícios de inegável importância para as localidades. Mas do que um simples marco físico-espacial de nossas aglomerações urbanas, o edifício-sede do poder municipal representa um dos testemunhos materiais de nossa história cultural, social, política, econômica. (TEIXEIRA, 2012, p. 19).

Teixeira defende em seu trabalho a idéia de que o município e sua evolução são indicadores do processo de urbanização na experiência potiguar, ou seja, que a “formação e a consolidação das aglomerações urbanas e de uma rede urbana no estado está diretamente relacionada à formação dos municípios” (2012, p. 67). Apoio seu argumento, pois, quando Mossoró recebeu o título de cidade no ano de 1870, ela começou a transformar seu espaço

⁸² TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *O Poder Municipal e as Casa de Câmara e Cadeia: semelhanças e especificidades do caso potiguar*. Natal: EDUFERN, 2012, 274p.

⁸³ O autor define essas edificações como um objeto que congregava “os serviços administrativos, judiciários e da cadeia pública”. Desse modo, seu prédio era dividido em dois setores distintos: um superior e outro inferior. O primeiro era “destinado ao Senado, que reunia os cômodos para a realização de reuniões dos nobres oficiais, cerimônia de posse e audiências com juízes e ouvidores”, o segundo era a cadeia, “o qual abrigava a guarda municipal e os presos que, muitas vezes, se dividiam por sexo e categoria social”. Desse modo, como “forma de manter as duas partes em separado, adotou-se a tipologia do sobrado, a cadeia ocupando o pavimento térreo e a câmara o pavimento superior” (TEIXEIRA, 2012, p. 117).

urbano e social, paulatinamente, nessa década, procurando tornar-se cidade nos mais variados sentidos, possuindo já nos seus primeiros anos de municipalidade, um jornal (*O Mossoroense*), Recreio Dramático, Prédio Maçom, biblioteca, escolas entre outros aspectos⁸⁴ que constituem os elementos fixos de seu espaço (claro que algumas mudanças ocorreram quando ainda era vila; exemplo, as atividades comerciais e suas relações tratadas anteriormente). Assim, faltava remodelar e construir, outros objetos fixos no seu espaço urbano, que representaria e acomodaria os poderes municipais, estes, religiosos (cemitério e igreja matriz) e cívicos (Casa de Câmara e Cadeia e Casa de Instrução). Portanto, o trabalho dos retirantes na construção desses prédios para edilidade local, foi de extrema importância no processo de urbanização da cidade de Mossoró, que se efetivou durante a seca de 1877-80, mesmo sob as imagens negativas da miséria (ociosidade...) do discurso das elites da Província.

No período do Império, o prazo de construção dessas edificações passou a ocorrer num limite de oito anos, contando a partir da elevação da localidade a foros de vila ou de cidade. Em Mossoró, quando a povoação foi elevada a vila e município (1842 a 1852), depois cidade (1870), sua casa de câmara e cadeia ainda não estava construída. Teixeira comenta que na “ausência da Casa de Câmara e Cadeia, os vereadores se reuniam provisoriamente nas igrejas ou em casa alugadas a indivíduos da comunidade” (TEIXEIRA, 2012, p. 89). No exemplo de Mossoró, sua primeira casa estava em fase de construção no ano de 1869, porém, foi demolida “porque o local onde se localizava fora considerado inconveniente. A casa de câmara e cadeia definitiva foi concluída somente em 1880, por iniciativa da comissão de primeiros socorros, que começou a atuar a partir da grande seca de 1877” (TEIXEIRA, 2012, p. 87). Nas atas da câmara municipal de 1874 encontramos a seguinte descrição do ocorrido.

[...] o Excelentíssimo Senhor Doutor Manoel José Maria da Cunha, presidente da então, atendendo as razões apresentadas por esta Câmara, mandou demolir as obras da dita cadeia, por estarem estas obras edificadas no centro de um dos mais belos quadros desta cidade em consequência do progresso material que tem se desenvolvido nesta cidade, porquanto as obras da cadeia outrora estavam bastante fora do quadro da cidade e hoje estariam em seu centro, sendo ainda se conservasse no mesmo lugar, desaformoseando aquele quadro. A demolição foi, pois, conforme a ordem dita feita em princípio do ano de 1869, pela Câmara de então [...] (BRITO, 1985, p. 83-85).

⁸⁴ Ver LIMA, Nestor dos Santos. *Três Estudos Mossoroense*. Mossoró: Coleção Mossoroense (Fundação Guimarães Duque), V. CXC, 1982.

A edificação custou na época, aproximadamente 791 mil réis, entre os 202 mil do dinheiro municipal e o restante das finanças da Província do Rio Grande do Norte. Porém, dois anos depois (1876), a câmara comunicou ao presidente da província a compra de um novo terreno, custando 500 mil réis, pertencente ao próprio presidente da câmara da cidade de Mossoró. E foi “nesse terreno que se construiu a edificação que chegou até os dias atuais” (TEIXEIRA, 2012, p. 241). Como o autor delinea as razões declaradas para a mudança do local da cadeia “eram de natureza estética e paisagística”. Dessa forma, os termos encontrados na fonte citada *alinhamento* e *aformoseamento* foram “palavras-chave na estética urbana do século XIX” (TEIXEIRA, 2012, p. 241), que de algum modo, influenciaram na edificação desse prédio na cidade⁸⁵. Porém, existem outros aspectos (sem citar o econômico, ou seja, a venda do terreno pelo maior representante da câmara municipal), que não necessariamente, estão dissociados do foco estético e paisagístico, como veremos a seguir.

A construção desse prédio na cidade de Mossoró revela uma característica peculiar dessa obra. Poucas são as edificações que estão distantes da praça central (quadro) e da igreja matriz das cidades na época da Colônia e Império brasileiro. Dessas exceções, Mossoró e Acari, ambas construídas na mesma época da seca, foram edificadas nos limites urbanos, “mais do que isso, elas talvez tenham sido erigidas fora deles” (TEIXEIRA, 2012, p. 238). Teixeira descreve que as casas de câmara e cadeia, geralmente, compunham ao lado da igreja matriz e da praça central, o arranjo físico-espacial do poder municipal nas cidades brasileiras, mas, tratando-se do caso periférico do Rio Grande do Norte, ele acentua que não há uma “regra ou modelo predominante dessa relação entre o referido edifício e o espaço central das aglomerações urbanas” (TEIXEIRA, 2012, p. 242), sendo que a cidade que mais se aproximou desses parâmetros nacionais foi a própria capital Natal.

A partir da Figura 1 podemos observar a organização físico-espacial da cidade de Mossoró, e de como a sua casa de câmara e cadeia, estava afastada do quadro da praça e da igreja matriz de Santa Luzia. Porém, existe um detalhe importante. Essa edificação fica bem próxima do prédio da Maçonaria *24 de Julho*⁸⁶, fundada em 1873. Assim, o espaço físico mossoroense, leva-nos a crer que estabeleceu “fragmentações” no poder municipal, pois, ao

⁸⁵ O alinhamento refere-se à “organização dos logradouros públicos de maneira a permitir sua regularidade”, enquanto o aformoseamento “comporta uma dimensão estética mais evidente do que o anterior”. Desse modo, os logradouros públicos regulares “conduziriam necessariamente à concretização da beleza plástica e paisagística do espaço urbano” (TEIXEIRA, 2012, p. 60).

⁸⁶ A maçonaria foi fundada em 24 de julho na cidade de Mossoró. Seus membros atuaram na política local, chegando a participar do processo de abolição em 1882. Manteve escolas primárias e secundárias na cidade, como participou de outras demais atividades. A igreja (representante do partido conservador local, na figura do vigário Antonio Joaquim Rodrigues) chegou a se confrontar com essa entidade por alguns anos em Mossoró. Ver SOUZA (2011) e LIMA (1982).

longo da década de 1870, o caráter civil e político nas cidades brasileiras, atenuam a representatividade religiosa nas aglomerações urbanas⁸⁷ que outrora foi responsável direta na organização e gestão dos primeiros núcleos urbanos que surgiam no seu entorno. Quando escrevemos “fragmentação”, diz respeito à criação de novos centros de poderes, atuando no aspecto físico-espacial da própria organização da cidade de Mossoró, que é claro, não estão dissociados entre si e de possíveis tensões ao exercício de manutenção desse poder local. O espaço social, antes de tudo, é confronto, consenso, coerção, coesão, dominação e apropriação, indissociavelmente, pois estamos tratando da interface entre o percebido, o concebido e o vivido da mesma produção do espaço.

A seguir, mostraremos que as casas de câmara e cadeia, não era somente uma preocupação com a manutenção da lei e da ordem nas cidades e municípios da Província, mas, também, ideário e projeto civilizatório, que deveria compor o repertório de elementos culturais e sociais da modernidade naquele momento. Como já frisamos, era preciso que Mossoró alcança-se seu *status* de cidade naquele período. Assim, o teor simbólico desses novos elementos da modernidade (teatro, bebidas, charutos, botequins, telégrafos, jóias, jornal, navios a vapor, etc.) sejam esses, nas esferas do consumo, produção e reprodução da cotidianidade, era necessário que as próprias leis e normas (incluindo no caso a segurança pública), também em processo de mudanças, influenciassem nas formas de sociabilidades e estruturas de sentidos da população naquele período, numa espécie de “pedagogia social”, para esses novos tempos de progresso e promessa. Na Mossoró e Província, essa iniciativa, embasou considerado segmento dos discursos e práticas dos dirigentes, que viram nessa seca de 1877, a importância de conjurar o ideal de trabalho com o processo de urbanização, tendo os emigrantes como os primeiros discentes e construtores dessas modificações. Daí a relevância de seu papel, mesmo sob os signos da ociosidade e perversão dos costumes “civilizatórios” que a sociedade os impõe e almejava naquele momento.

No relatório de 18 de outubro de 1877 do presidente José Nicolau Tolentino de Carvalho, as péssimas cadeias da província eram uma realidade preocupante naquele contexto. A exceção da capital e alguns municípios (José de Mipibú, Extremoz, Angicos, Assú, Apodi, Portalegre, Flor e Príncipe), nenhuma outra “existe que ofereça a devida

⁸⁷ O processo de ruptura política e as tentativas de modernização da sociedade e da economia imperial nos anos de 1870 configuraram uma crise política interna que desestabilizou a “ordem saquarema”. Dessa forma, duas regras tácitas foram violadas do regime. “Na forma, violaram o princípio do consenso na tomada das decisões no Império, que lhes dava o caráter de responsabilidade coletiva. Substantivamente, abriram as questões indiscutíveis, a escravidão, a religião de Estado, o sistema representativo, inserindo na agenda política os fundamentos do *status quo* imperial” (ALONSO, 2002, p. 87). Portanto, a questão religiosa, torna-se segmento dessas transformações políticas e sociais nos espaços de muitas cidades do Império nacional.

segurança. Em geral são pequenas casas alugadas, em acomodações precisas” (FALLA COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1877, p. 09). No ano de 1878, no relatório do chefe de polícia da Província, encontra-se a seguinte declaração:

Todos os Governos civilizados mostram grande solicitude pelo bom estado das cadeias, porque modernamente se entende, com toda razão, que a prisão é um retiro para a expiação, arrependimento e regeneração moral do delinquente. As cadeas actuaes não são, nem podem ser modeladas pelos antigos cárceres da inquisição, onde tudo era horror, desespero e morte. (RELATORIO COM QUE INSTALLOU..., 1878: 05).

O relato do dirigente revela a preocupação com a realidade precária da Província acerca dessas edificações, pois a atitude dos Governos civilizados e modernos nesse período seria a prisão, como recanto de regeneração a indivíduos transgressores da sociedade⁸⁸. Desse modo, a Província deveria modificar esse terrível quadro que ainda era evidente em muitas localidades e aglomerações urbanas de alto prestígio, como em cidades

[...] S. Gonçalo, Canguaretama, Papary, Panellas, Macahyba, Ceará-Mirim, Sant’Ana do Mattos, Touros, Mossoró, Imperatriz, jardim, Santa Cruz, Pao dos Ferros, S. Miguel as prisões são em casas particulares, obtidas por aluguel, em geral são casas de taipa, mal seguras e pessimamente ventiladas. (RELATORIO COM QUE INSTALLOU..., 1878, p. 09).

No relatório do presidente Marcondes Machado de 27 de outubro de 1879 ele argumenta que “não é fácil o respeito a vida e a propriedade, quando o poder não encontra os meios phisicos de garantir a execução das leis penaes”. Assim, como medida anódina ao combate à ociosidade e aos crimes durante essa seca de 1877, o presidente ordenou que as comissões não poupassem esforços para edificação de casas de câmara e cadeia em alguns municípios da província, “[...] em Mossoró, Jardim e Acary as commissões envidam os maiores esforços para dotar esses municípios com casas de prisão, accomodando-as ao

⁸⁸Michel de Foucault em seu livro *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 33 ed. Petrópolis, Vozes, 2007, explica como a instituição carcerária constitui-se no século XIX, a partir de uma série de mudanças com relação ao Corpo, o Saber, as Tecnologias de Poder, Disciplinas e Normas entre outros elementos, que vão racionalizar o sistema carcerário e criar novas políticas de economia do poder, quanto de normalização desses espaços e seus indivíduos, ao contrário do suplício de outrora. Sobre esse “novo” sistema carcerário moderno e sua influencia direta com o sistema capitalista de produção na organização de alguns Estados Nacionais, como Itália e Inglaterra, MELOSI, Dario. PAVARINI, Massimo. *Cárcere e Fábrica*. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Revan, 2006, 272p.

serviço das audiências e camaras municipaes” (FALLA COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1879, p. 14). Foi assim que, em meados de 1880, a comissão de socorros da cidade de Mossoró, “deixou em termos de concluir-se, e já em ponto de prestar serviços, uma grande cadeia com commodos para todas as funções do poder administrativo e judiciário” (RELATORIO COM QUE O EXMO..., 1880, p. 12). E não demorou muito para a Câmara Municipal iniciar sua mudança para o novo prédio público, que transferiu o “seu arquivo da casa onde fazia suas sessões para a Cadeia Nova, uma vez que ali já oferecia proporções para os trabalhos e evitando desta maneira a continuação do pagamento de aluguel da casa onde funcionava” (OLIVEIRA, BATISTA NETO, 2000, p. 96). Encontramos também alguma referência sobre os tipos de materiais de construção desse elemento fixo do espaço na Ata da Câmara Municipal da 4ª sessão do dia 10 de abril de 1880.

Um ofício do senhor Encarregado dos Socorros Públicos desta cidade, Antero da Araujo Pinto, de data de oito de abril corrente de mil oitocentos e oitenta, ponderando a esta Câmara que lhe constava ter cerca de cem alqueires de cal, e não havendo presentemente obra em que esta municipalidade empregasse-o, mas que havendo urgente necessidade de utilizar daquele emprego do reboco da Cadeia Pública da cidade, e não havendo de presente com que cobrar materiais para este fim, isto pela razão da porquidade de recursos do Governo no presente, mas, e que por isto vinha requisita-lo desta Câmara, e em vista de sua exposição, tomou a Câmara a deliberação de fornecer ao mesmo Senhor Encarregado com a cal que pedia, comunicando logo ao senhor Encarregado, e a autorizado para o seu Procurador haver o referido cal, e entregar ao Senhor Encarregado. (OLIVEIRA, BATISTA NETO, 2000, p. 97).

Interessante na fonte é o registro de um dos materiais de construção, destinado para finalizar os serviços de reboco do prédio (cal), que podemos interpretar como um aspecto “técnico” das ações nesse objeto fixo no espaço, além é claro da própria diminuição dos recursos da Província para a comissão de socorros nesse ano de 1880. Assim, Santa Luzia é, talvez, “o melhor exemplo da sofisticação do programa das Casas de câmara e cadeia no Rio Grande do Norte”, do qual sua edificação “coincide cronologicamente com uma fase de desenvolvimento econômico da cidade” (TEIXEIRA, 2012, p. 153). Essa coincidência não era para tanto, afinal, como temos mostrado até agora, a seca de 1877 foi um dos principais componentes do florescimento econômico e arquitetônico mossoroense, tendo os retirantes como co-autores dessas transformações em seu espaço social.



Figura 4 – Casa de câmara cadeia em Mossoró no início do século XX. Fonte: Acervo do Museu Histórico Lauro da Escóssia de Mossoró.

Outra construção ou elemento fixo feita pelos sertanejos nessa seca, que possui caráter cívico foi de uma casa para instrução pública. No relatório do presidente de 1880, encontra-se que uma casa, “feita para hospital e dividida em duas partes distintas, com quintal também separado, está concluída e a muito tempo prestando serviços. V. Exe. Póde agora destinal-a para a escola publica de ambos os sexos” (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1880, p. 13). A instrução pública teve suas “baixas” nesse triênio de seca na província do Rio Grande do Norte, fato que chamou a atenção do presidente Marcondes Machado em toda sua administração, a “secca tem de algum modo embaraçado a marcha regular do ensino publico, não só impedindo a freqüência dos alumnos como a dos professores” (FALLA COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1879, p. 15). Logo, uma de suas preocupações no final de seu mandato foi agir sobre esse quadro do ensino público.

Inscrevi este titulo para fazer sentir a V. Exe. A necessidade de providenciar desde logo sobre este ramo do serviço público. Há cadeiras que precisam ser preenchidas, e

grande numero de lugares vagos de delegados literários, falta estas sensíveis para regularidade do ensino; professores avulsos que devem ser providos nas cadeiras vagas, de preferência. [...] Durante a secca o ensino luctou com grande embaraço em quase todas as localidades do centro. (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR....., 1880, p. 04).

Assim, diante dessas irregularidades da instrução pública, principalmente nas “localidades do centro”, sua ordem de converter aquela “Casa Nova”, construída pelos retirantes, em uma escola de ambos os sexos na cidade de Mossoró, foi uma forma de ampliar o ensino público que a Província tanto necessitava naquele contexto. A câmara municipal de Mossoró registrou a entrega desse novo prédio para a instrução local.

Um ofício do administrador e Encarregado dos Socorros Públicos desta cidade, Dr. Antero de Souza Pinto, comunicando a Câmara que passava às suas mãos as chaves e a administração da Casa Nova, edificada nesta cidade, com os Socorros Públicos, para nela funcionar as Aulas de Instrução, prioridade de ambos os sexos, sendo isto ordens do Exmo. Presidente da Província ratificado, digo, comunicado a Câmara que aquela casa ficava destinada a educação e ensino das aulas do sexo masculino desta cidade, e que isto era uma ordem do Exmo. Senhor presidente da província. Foram nesta sessão entregues as chaves da referida casa á Câmara e esta mandou entregá-las ao Inspetor da Instrução Pública, o senhor vigário desta Freguesia, por um ofício que se fez em continente (OLIVEIRA, NETO BATISTA, 2000, p. 93-94).

Traço relevante da citação é a própria relação da Igreja Católica com a instrução pública, ou seja, o próprio vigário, Antônio Joaquim Rodrigues, membro da comissão de socorros, também era o inspetor do ensino público da cidade de Mossoró. Assim temos uma idéia de como a “fronteira social” entre o sagrado e a ordem cívica de Santa Luzia não era “rígida”, mas sim maleável. Como Teixeira argumente na experiência potiguar, “a progressão em direção à Cidade dos Homens não pode jamais suprimir as manifestações da Cidade de Deus, da mesma forma como esta nunca conseguiu anular as expressões relacionadas aquela” (2009, p. 280). Fato esse que os últimos elementos fixos remodelados pelo trabalho retirante nessa seca de 1877, foram estritamente dois arranjos espaciais que possuíam uma relação direta com o sagrado no espaço urbano: o cemitério e a igreja matriz de Santa Luzia.

Os cemitérios brasileiros no decorrer do século XIX tiveram sérias mudanças em seus aspectos. Dessas, podemos falar da questão da salubridade publica, ou seja, as políticas de higienização nas cidades e vilas brasileiras, como também do caráter religioso e civil que

estavam agregados a esses novos espaços⁸⁹. Outrora era costume enterrar os mortos dentro das igrejas e capelas, ou até mesmo no seu entorno, às vezes causando confrontos, nas tentativas de mudanças dessas práticas. Na historiografia encontramos trabalhos importantes que estudam essa interface entre espaços sagrados, ações de políticas públicas e costumes fúnebres populares no século XIX.

Uma delas é a do historiador José João Reis, no seu livro “A morte é uma festa”⁹⁰. O autor delinea as práticas fúnebres da população baiana no primeiro quartel do século XIX. Seu objeto central foi uma revolta popular ocorrida em 25 de outubro de 1836 na cidade de Salvador, pela construção de um cemitério nessa cidade. Assim, na trama de interesses econômicos (monopólio funerário a uma companhia privada por 30 anos) e no confronto de mentalidades e costumes (aos grupos étnico-raciais, as irmandades negras, os ritos fúnebres de tradição católica e africana, e aos elementos do barroco) é que podemos perceber as tensões sociais que estavam em jogo na resistência daquele cemitério. Dessa forma, através de novas sensibilidades e racionalidades de grupos em ascensão no período, as políticas sanitárias e sociedades médicas locais, estiveram engajados para sanar e combater essas antigas práticas e costumes populares, por meio dos discursos dos miasmas (vapores danosos a saúde que infectavam os ares vindos de matéria orgânica em estado de decomposição) e da política de sepultamento, que no Brasil, já estava decretada desde 1825, mas, sua execução em nível municipal, tornava-se uma tarefa difícil pela própria lei não definir claramente os responsáveis ao ônus da edificação desses novos cemitérios (REIS, 1991).

O livro da historiadora Cláudia Rodrigues, “Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos”⁹¹, também é importante para compreensão dos “lugares” dos mortos na sociedade ocidental, no caso específico, o Rio de Janeiro do século XIX, pois ela parte da perspectiva de que os “lugares de moradia” desses mortos, “correspondia uma dada relação dos vivos com eles, de modo que ocupavam uma determinada posição nas representações culturais e fúnebres da época” (RODRIGUES, 1997, p. 21). Assim, sobre o costume do sepultamento nas igrejas na Corte, essas práticas eclesiásticas estiveram embasadas numa “familiaridade existente entre vivos e seus mortos, expressa na inumação no interior da comunidade, mas propriamente dentro do espaço das igrejas”. Desse modo, essa familiaridade, “assentava-se

⁸⁹ Para saber sobre as novas práticas culturais e cívicas em volta dos cemitérios: CATROGA, Fernando. *O Céu da Memória: cemitério e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, e BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Assim na Morte como na Vida: Arte e Sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915)*: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto, 2001.

⁹⁰ REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

⁹¹ RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

numa relação de vizinhança cotidiana entre os habitantes e as sepulturas” (RODRIGUES, 1997, p. 21). Contudo, a partir de uma série de experiências acumuladas no decorrer dos oitocentos, principalmente decorridos das epidemias e práticas sanitárias, esses “lugares dos mortos”, sofreram um processo de secularização, logo agindo nas representações culturais fúnebres, que no Rio de Janeiro estabeleceu-se através do decreto nº 583 de 1850. Porém, a Igreja Católica não perdeu seu “monopólio” nas questões fúnebres e sagradas das comunidades, ficando os novos cemitérios públicos, em sua grande maioria, “sob a jurisdição eclesiástica, que imporia as regras inibidoras de profanação de um espaço consagrado aos mortos” (RODRIGUES, 1997, p. 132).

No caso da província do Rio Grande do Norte, sobre o processo de “dessacralização” dos mortos e instalação de cemitérios durante os séculos XIX e XX, a tese de Alcineia Rodrigues dos Santos é de grande estima⁹². A autora vai analisar o impacto sociocultural experienciado pela população seridoense acerca da morte e de seus mortos, através dos surtos epidêmicos de cólera-morbo, varíola e febre amarela, logo, provocando modificações na cultura fúnebre da região potiguar a partir da década de 1850. Desse modo a historiadora aponta que somente na segunda metade dos oitocentos, que a província do Rio Grande do Norte, “buscou de forma mais presente uma reorganização de seu espaço urbano e, por assim dizer, de seu ambiente social, preocupação que já vinha sendo percebida desde os anos 30”. Assim, carente de normas mínimas de organização pública, teria a Província que “passar por consideráveis modificações, com a finalidade de proporcionar um ambiente mais saudável á população”. Por conseguinte, essas modificações ocorriam com uma disputa “entre o novo e a tradição, já que, para a constituição de uma cidade higienizada, seria necessário destruir antigos costumes e reorganizar os espaços em função da técnica, da higiene e da norma” (SANTOS, 2011, p. 139).

Todos esses apontamentos apresentados são fundamentais na compreensão da inter-relação da cultura fúnebre, espaços sagrados e ações públicas em volta dos cemitérios públicos do século XIX. Porém, devemos frisar que esse processo de “secularização” deve ser relativizado, pois se por um lado as transformações materiais dos cemitérios eram mais “efetivadas” nos espaços urbanos, entretanto, mudanças nas mentalidades, valores e costumes assumem outros padrões de duração e expressão ao longo desse processo de secularização nas sociedades. Todavia, o que mais chamou nossa atenção é sua influência como arranjo espacial urbano, ao mesmo tempo sagrado e laicizado das aglomerações humanas (cidade e vilas), que

⁹² SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. *O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó. Séculos XIX e XX*. Goiás, 2011. 301f. Tese (Doutorado) em História UFGO, 2011.

procuravam “enquadrar-se” nas normas de higienização colocadas em vigor, a partir da segunda metade do século XIX, e que na experiência potiguar foi desencadeada através dos momentos de grandes epidemias na Província. Desse modo, pensar uma cidade desse período, nas suas formas e oxigênio cultural, é levar em consideração os agentes e aspectos intrínsecos de seu processo de aformoseamento, ou seja, o espaço social que compõe como um todo esse “ideal” e prática de cidade. Assim no caso de Mossoró nesse triênio da seca, que conseguiu adquirir uma atividade comercial como objetos fixos de seu espaço urbano, eram necessários também, remodelar determinados espaços sagrados, pautados no discurso e prática sanitário-urbanística. Afinal, nosso objetivo até agora foi mostrar a influência da interface da produção do *espaço percebido* da seca com o crescimento urbano de Santa Luzia, ao longo da década de 1870.

Voltando a questão dos sepultamentos na localidade, a igreja matriz e outras casas de oração, exerceram esse papel na antiga povoação, mas a partir da elevação de títulos à comunidade, foram necessárias mudanças dessas práticas fúnebres, coisa que já vinha paulatinamente ocorrendo no cenário brasileiro. Francisco Fausto de Souza descreve esses costumes e sua possível localização físico-espacial no caso mossoroense.

[...] já havia sido edificada uma casa de oração, de pedra e cal no lugar hoje conhecido de “Igreja Velha”, o qual fica entre os lugares Paredões e Barrocas, arrabaldes desta cidade. [...] afirmando-nos a tradição que nela, sepultaram-se muitas pessoas o que garantimos ser verdade em vista dos vestígios que ainda ali hoje existem. (SOUZA, 2011, p. 12).

O relevante nessa descrição é percebemos a prática de sepultamento na igreja (como seus vestígios) e sua localização (arrabaldes) no espaço físico da cidade de Mossoró. No geral, acerca dessas práticas, Souza comenta que antes de 1772, a população da Ribeira de Mossoró, quando alguém falecia, “eram sepultados na igreja da Mata Fresca; depois na Capela de Santa Luzia e na Casa de Oração do Bairro da Igreja Velha; depois na Igreja Matriz e de 1869 para cá no cemitério público desta cidade” (2011, p. 19). Destarte, observamos como essa urbe não se diferencia de outras no contexto imperial sobre esse costume de sepultamento, e também, é claro, em suas modificações. Souza delineia que foi no ano de 1863, quando Mossoró já era vila, o missionário capuchinho Frei Agostinho

[...] marcara o mesmo, um terreno, onde atualmente se acham edificadas casas do cidadão Delmiro Rocha, à Rua do Campo Santo, para nele ser edificado um

cemitério, chagando-se para isso alguns materiais. Reconhecendo mais tarde, porém, o vigário Rodrigues, que esse terreno não era apropriado para o fim destinado, com auxílio do povo construíra o mesmo vigário em 1869 um cemitério de madeira, mais acima daquele lugar em terreno elevado, plano e muito enxuto. (SOUZA, 2011, p.18).

O interessante desse fragmento é notarmos a própria Igreja (vigário e frei) gerindo essas transformações de hábito secular no espaço físico da cidade, além do amparo dos habitantes locais para as novas edificações no espaço urbano. Assim, como já foi frisado, a Igreja Católica não queria perder o “monopólio” de suas ações sagradas na comunidade, principalmente no processo de secularização da própria cidade de Mossoró. Outra característica importante é a preocupação com a qualidade do terreno (elevado, plano e enxuto) para tal empreitada. Aqui não vemos abordar a questão da salubridade pública, mas o discurso implícito da fonte, acerca do primeiro terreno “não ser apropriado para o fim destinado”, enquanto o outro mostra-se “adequado”, é de se esperar que essa atenuante esteja presente, afinal, nessa época, a cidade iniciava sua expansão urbana, ou seja, o aformoseamento e alinhamento de seus prédios e logradouros públicos, sendo assim, o caráter sanitário deveria ser uma meta a se cumprir no próprio ordenamento da urbe. Porém, um cemitério simples, feito de madeira, não era uma obra respeitável para uma recente cidade, que a cada dia dava seus saltos de progresso. Era preciso algo mais paisagístico e estilizado, primando à verdadeira arte urbana. Foi assim, que no ano de 1872 em 17 de agosto, o vigário Antonio Joaquim Rodrigues, solicitou uma licitação à câmara municipal para

[...] edificar um cemitério de pedra e cal, obra de que tanto se recente esta freguesia, para servir de restos mortais das pessoas católicas, e de qualquer crenças religiosa, mediante o concurso de seus parochianos, que estão dispostos a prestar seus serviços para a mencionada obra, com o intento de ser propriedade de irmandade de Nossa Senhora Padroeira, a Santa Luzia [...] vem portanto pedir a VV. Sa. Se dignem conceder licença, para que no sentido indicado se possa levar a efeito dita obra. (SOUZA, 2011, p. 19).

Novamente identificamos a presença da Igreja Católica “gestando” esse elemento fixo do espaço urbano, agora aceitando até sepultamentos de outras confissões mediante a edificação desse cemitério de pedra e cal. A câmara municipal despachou tal “licença para a construção do novo cemitério”, entretanto, considerou a dita obra de “caráter particular”, pois não possuía recursos suficientes para construção desse projeto, “Paço da Câmara Municipal da Cidade de Mossoró, em Sessão Extraordinária de 18 de agosto de 1873” (SOUZA, 2011, p.

20). Contudo, no dia 23 de agosto do corrente, o tenente Coronel Miguel Arcanjo Guilherme de Melo, fez

[...] doação, na terça de seus bens, da terra que lhe pertencesse e que por ventura se achasse encravada dentro do respectivo cemitério, isto enquanto ela pertencesse a Padroeira ou outra qualquer irmandade religiosa, no caso, porém, de que o dito cemitério passasse á administração da câmara desta cidade ou de qualquer outra corporação (SOUZA, 2011, p. 20).

Esse cemitério de tijolos e cal só foi construído no antigo local do cemitério de madeira no triênio da seca de 1877 como evidenciamos. Essa estiagem trouxe para a cidade um elevado número no obituário, preocupando, assim, a salubridade pública na localidade. Talvez esse fosse o principal argumento da construção desse novo cemitério, como mostra o relatório do presidente Marcondes Machado em 1880 sobre as obras públicas efetuadas na cidade de Mossoró naquela seca.

[...] Uma das causas que actuaram poderosamente para o péssimo estado sanitário de Mossoró foi o abandono dos cadáveres de milhares de victimas à flor da terra, quase insepultos. Não havia senão um pequeno cemitério feito para as necessidades ordinárias do lugar, e o enterro já se fazia fora dos muros. (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1880, p. 13).

O teor estilístico ou urbanístico não é o principal aspecto aos olhos do presidente da província para a construção desse cemitério, e sim a preocupação com o estado sanitário da cidade e suas possíveis conseqüências no aumento do obituário local. Coisa que não elimina a outra, pois, quando iniciaram a edificação dessa obra pelas comissões de socorros da cidade, observamos o caráter pomposo acerca da edificação.

[...] O Snr. Dr. Manoel Hemetrio Raposo de Mello e o seu distincto companheiro de comissão Joaquim Bezerra da Costa Mendes, começaram logo em Abril do anno passado a construção de um grande cemitério, abrangendo não só tôdo o terreno occupado como o necessário para não faltar em caso nenhum espaço às sepulturas que a morte fosse exigindo. Esta grande obra, com uma bonita capella logo na entrada, foi concluída dentro em pouco tempo e determinou principalmente aquella rápida redução do obituário, de que já fallei a V. Ex^a. (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1880, p. 13-14).

Na descrição de Francisco Fausto de Souza sobre o episódio, algumas informações e datas contradizem-se. Para o memorialista, no ano de 1877, o frei capuxinho Fidelis, o vigário Rodrigues e o próprio povo, transformaram o antigo cemitério de madeira em um de tijolos, “bem como foi também por essa ocasião construída dentro do mesmo cemitério uma capelinha, própria para celebrar o sacrifício da missa” (SOUZA, 2011, p. 18). Só que na seca de 1877-79, tornando-se o cemitério pequeno para muitos sepultamentos, resolvera a comissão de socorros mandar “abrir grandes valas por detrás do mesmo e nelas diariamente eram lançadas centenas de cadáveres, devido ao que mandou a mesma comissão aumentar o cemitério dois tantos mais do que era, presumindo que seja hoje o maior do Estado” (SOUZA, 2011, p. 18). Temos aqui um desencontro de fatos. Afinal, o grande cemitério (com capela, tijolos e maior em extensão) fora construído pela comissão de socorros nos dois anos finais da seca ou pelo frei e vigário de Mossoró em 1877?

Apostamos na comissão de socorros da cidade com algumas ressalvas. Se confrontarmos as fontes e o contexto específico, percebe-se que não haveria possibilidades, sejam esses recursos como a mão-de-obra, para edificar esse cemitério na cidade antes dos anos finais da grande seca de 1877. No relatório do presidente Marcondes Machado, registra-se a construção do novo cemitério com todos os outros elementos descritos por Souza, como a capela, sua ampliação e a questão sanitária pelo elevado obituário na cidade, somente a informação do material usado na edificação (tijolos) não é mencionada, aparecendo, apenas, na construção do cemitério em 1877 no início dessa seca descrito por Souza. Logo, acreditamos que o memorialista possa ter se confundido com algumas informações acerca da obra de 1877 (como a capela em seu interior), porém, o cemitério poderia realmente ter sido construído com tijolos, substituindo o de madeira nesse mesmo ano, pois, o próprio presidente Machado comenta que o enterramento “já se fazia fora dos muros”, apesar de que essa expressão traz outro sentido sobre esses sepultamentos, isto é, estavam sendo feitos em lugares não sacralizados como não regulamentados pela municipalidade durante a passagem dessa seca.



Figura 5 – Cemitério público “São Sebastião” em Mossoró no início do século XX.
 Fonte: Acervo do Museu Histórico Lauro da Escóssia de Mossoró.

Em suma, o importante nessa discussão é outra perspectiva, isto é, como os próprios migrantes nessa seca, acabaram edificando esse grande cemitério e espaço sagrado, que ao mesmo curso, aos olhos dos dirigentes, serviu como panacéia ao obituário e estado sanitário local, além de congregar novos valores urbanísticos e civis que se construía com a elevação de Mossoró a cidade naquela década. Se ao longo da história da construção desse cemitério tinha a administração da Igreja Católica envolvida, pelo menos no ano de 1880, a câmara municipal passava a sua gestão para as mãos de “Pergentínio Agripino da Silveira para o lugar de Administrador do Cemitério desta cidade, por nomeação do senhor presidente da Província, a qual nomeação esta Câmara muito aprova, menos que fosse ela que propusesse o nomeado” (OLIVEIRA, JOAQUIM NETO, 2000, p. 67). Como Alcineia Santos discorre, mesmo em meados do século XIX,

[...] o cemitério público ainda não se tornara um ambiente laicizado, mantendo grande parte das características e dos fundamentos das necrópoles eclesiásticas. Observamos que os recursos para a construção dos cemitérios vieram das Irmandades e de seus fiéis e, apesar de eles terem sido representantes da comunidade, foram entregues aos cuidados da Igreja, embora, mais tarde, a municipalidade tenha assumido a administração (SANTOS, 2011, p. 156).

Assim, mais uma vez, a força do trabalho (fluxo) retirante mostrou-se como um dos componentes produtores do espaço mossoroense, mesmo ocultada no discurso oficial ou sepultada na nova edificação pública, literalmente. Deixamos para discutir a reforma da igreja matriz de Santa Luzia no final da jornada desse tópico. Seu motivo restringe-se devido à pouca informação documental do período tratado sobre esse elemento fixo do espaço urbano.

A igreja (e capela) de Santa Luzia passou por várias metamorfoses em seu aspecto físico, desde a sua criação (1772) até nos anos da seca de 1877 na cidade de Mossoró. Grande parte de sua história foi marcada pela criação da Irmandade da Senhora Santa Luzia⁹³ (1854), a partir do padre Antonio Joaquim Rodrigues. Essa personagem local marcou tanto a administração da igreja quanto a própria cidade de Mossoró, pois, como afirma Souza “[...] todos os atos políticos ou administrativos que se fizeram em Mossoró no período de 1850 à 1879, foram de iniciativa ou com aprovação do Padre Antonio Joaquim” (SOUZA, 2011, p. 141). Dessa forma, nosso foco está direcionado à igreja Matriz de Santa Luzia concomitante à gestão desse vigário na cidade⁹⁴. No ano de 1858, o padre Antonio Joaquim, de acordo com a mesa da irmandade de Santa Luzia,

[...] demoliu a primitiva Capela de Santa Luzia, e fez os alicerces da Igreja Matriz de Mossoró, no mesmo lugar do da referida capela, aproveitando desta algumas paredes, as quais eram de pedra e cal. A reconstrução da Matriz foi muito morosa, devido a falta de meios pecuniários com que lutou o Padre Antonio Joaquim, que levou 10 anos – de 1858 a 1868 – para fazer o corpo da Igreja um pouco maior do que era a primitiva, os corredores e a cobertura, conservando-se a mesma em preto, extremamente, e sem as torres ainda por muitos anos. (SOUZA, 2011, p. 148).

Essa demora em deixar a “primitiva” capela com ares de matriz, afinal Mossoró era nesse tempo uma vila, prejudicou de alguma forma, os festejos da padroeira da cidade, no decorrer da década de 1860.

⁹³ É relevante ressaltar que Mossoró até o final do século XIX possuía as seguintes irmandades e confrarias, “N. S. Rosário, em 1876, a de S. Luzia, fundada a 2 de fevereiro de 1855 e com o compromisso aprovado pela Resolução Provincial nº333, de 6 de setembro de 1855, a do S. S. Sacramento, S. Vicente de Paulo (1894) e Apostolado da Oração (1899)” (LIMA, 1982, p. 20).

⁹⁴ O poder do catolicismo, principalmente na primeira metade do século XIX, era considerado um dos pilares da tradição imperial, seja institucionalmente quanto à liturgia. Como religião do Estado, a separação entre as “esferas política e religiosa não se fazia, de modo que as instituições políticas não eram laicas”. Dessa forma, a Igreja católica era auxiliadora vital ao “Estado no controle social, especialmente onde os braços estatais eram mais curtos: no meio rural” (ALONSO, 2002, p. 64). Portanto, não é novidade um vigário fazer parte das decisões político-econômicas na própria cidade de Mossoró nesse período.

Consta na ata de reunião da mesma irmandade do dia 8 de dezembro de 1860, que a mesa da mesma, resolveu que não se festejasse a Padroeira enquanto não fosse terminado o serviço da Igreja Matriz, que continuava em obra. [...] Idêntica resolução ainda se encontra em um livro de atas da mesma irmandade do ano de 1865, em cuja ata se declara que deixava de ser festejada a padroeira devido ao estado da igreja que ainda se achava em obra, e que os dinheiros fossem aplicados no serviço da mesma. Finalmente os trabalhos da matriz terminaram, em 1866 para 1867, mais ou menos. (SOUZA, 2011, p. 81-82).

Observamos aqui que apesar dos esforços de edificação da igreja matriz de Santa Luzia, ela ainda não estava pronta, faltando suas torres e melhoramentos no geral. Com a seca de 1877, o próprio padre Antonio Joaquim, integrante da comissão dos socorros na cidade, percebendo a utilidade da mão-de-obra migrante e dos recursos enviados pelo Governo aos projetos de transformação e melhoramentos urbanos via obras públicas, conseguiu inserir a própria igreja matriz no itinerário das edificações que passariam por reformas e modificações no espaço citadino. Devemos considerar que a respectiva igreja estava no quadro (praça) central da cidade, como mostra a figura 2º, onde se localizava o comércio e as principais casas e prédios da municipalidade, além de simbolizar um dos poderes políticos no território urbano. Das obras públicas no relatório do presidente Marcondes Machado ele cita que “foi reconstruída a Matriz pelo digno Vigário, que também fazia parte da comissão” (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1880, p. 13).



Figura 6 – Igreja Matriz de Santa Luzia em Mossoró no início do século XX.
Fonte: Acervo do Museu Histórico Lauro da Escóssia de Mossoró.

O próprio memorialista Francisco Fausto também descreve o episódio da reforma da matriz, que sobre a direção do padre Antonio Joaquim, de auxiliares e da verba dos socorros públicos, “foi aumentada nos anos de 1878 e 1879, fazendo-se, nessa época, uma das torres (não toda); e em 1880 o altar mor, com donativos particulares” (2011, p. 149). Interessante é sabermos que na cidade de Mossoró, não recuperada dos “efeitos” dessa seca de 1877, tivesse ainda indivíduos que contribuíram através de doações para a construção do altar-mor da matriz no ano de 1880. Contudo, na documentação utilizada não encontramos referência de quem eram esses donatários. No entanto, pelo que foi exposto até agora, alguns sujeitos conseguiram encontrar a “sorte” de fazer fortuna, convivendo ao lado da miséria como da devoção de Santa Luzia. Assim, esse espaço sagrado compõe, juntamente com a casa de câmara e cadeia, casa de instrução, telégrafo, o rio Mossoró (comércio), cemitério público, açudes e roçados, os principais objetos fixos da dinâmica espacial, encontrados na cidade de Mossoró naquele último quartel dos oitocentos. Para concluirmos o presidente Marcondes

Machado escreveu no seu relatório de 1880, sobre as obras públicas efetuadas pelas comissões de socorros da província, a seguinte declaração.

Todas estas edificações e melhoramentos foram feitos pelos indigentes. Eles tiravam e queimavam a pedra e preparavam a cal, faziam tijolos, as telhas, cortavam e lavravam a madeira, e dentre elles sahiam os officiaes constructores. Os profissionaes recebiam então no fim do dia, ou da semana, ração de gêneros superior à dos outros. Pouco, muito pouco, foi o dinheiro empregado em compra de materiaes, principalmente fóra da capital. Pela sensível diminuição nas despesas de socorros, e pelo proveito que tirou dellas a província no curto prazo de 12 mezes e menos, por que a maior parte das obras foram começadas de junho em diante, pode V. Exc. Fazer idéia dos relevantes serviços que me prestaram esses cidadãos que acabam de ilustrar seus nomes no serviço da pátria (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1880, p. 14).

Os nomes desses “cidadãos” a serviço da pátria que o presidente Marcondes Machado referiu-se não eram dos trabalhadores retirantes, e sim dos presidentes das comissões de socorros das vilas e cidades da Província⁹⁵. Contudo, esse fragmento deixa visíveis as “técnicas” utilizadas pelos retirantes na produção dos elementos fixos (pedra, cal, madeira, etc.), o tipo de pagamento que recebiam (gêneros alimentícios) e as “hierarquias” (oficiais construtores) de trabalho criadas nesses serviços. Assim, acompanhamos nesse tópico a produção dos objetos fixos no espaço urbano mossoroense, através do trabalho migrante (elemento fluxo), ao longo do triênio da grande seca de 1877. Analisamos a influência dessas configurações espaciais na própria identificação de Mossoró como cidade nessa década de 1870, onde a seca possibilitou as condições para o processo de transformação de seu espaço social naquele momento. Desse modo, nosso argumento central girou em torno de que os projetos das autoridades locais e provincial sobre os melhoramentos materiais nas cidades e vilas do Rio Grande do Norte conseguiram concretizar-se graças aos recursos dos socorros públicos e mão-de-obra sertaneja, levando esses últimos, ao importante papel desempenhado para essas povoações (no caso aqui analisado, a recente cidade de Mossoró). De tal modo, a questão do trabalho retirante e o ideário civilizador nesse contexto, foram fundamentais na

⁹⁵ Alguns deles são: “Sr. Dr. Hemetrio Rapozo de Mello, juiz municipal de Mossoró, Dr. José Ignacio Fernandes Barros, juiz de direito de Ceará-Mirim, capitão José Thomaz de Aquino Pereira, da comissão do jardim. Dr. Francisco Amyutlas da Costa Barros, juiz de direito de Páu dos Ferros, a comissão de Macáu, tendo a sua frente o prestimoso e intelligente padre José Joaquim Fernandes, e o encarregado dos armazéns dos gêneros do Estado, capitão José Gomes Ferreira (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1880, p. 15). Relevante nesse fragmento é que a maioria dos chefes das comissões escolhidos pelo presidente Marcondes Machado eram os juizes municipais, ou seja, sujeitos com alto poder representativo em suas localidades, somente em Macáu foi uma presença religiosa.

própria produção do espaço mossoroense durante essa seca de 1877. Como diria o historiador Jeovah Lucas da Silva.

A seca não trouxe apenas a oportunidade das elites fundamentarem mais explicitamente seu discurso, trouxe também a rara condição de reunir a preciosa mão-de-obra dispersa e em condições extraordinárias, permitindo maior facilidade na quebra do homem do campo em adotar novas relações de trabalho. (SILVA, 2001, p. 112).

Pouco se falou da origem desses trabalhadores sertanejos da província do Rio Grande do Norte, que se viram coagidos, a princípio, nessa seca de 1877, a “pegar no batente” em Mossoró, dando-lhe formas e aparência de cidade nesse contexto. Para essa questão, os apontamentos das historiadoras Maria Regina Mattos (1985) e Denise Monteiro (2007) serão relevantes nesse momento.

A primeira autora analisou em sua dissertação⁹⁶ os fatores que “frearam” o desenvolvimento socioeconômico da vila do Príncipe (atual município de Caicó) no século XIX, a se caracterizar pela “extrema pobreza em que vivia sua população”. Desse modo, temas como o “trabalho do homem pobre e livre nas lavouras de subsistências e suas vinculações com o mercado interno”, além do próprio “fenômeno das secas” são elementos presentes no seu estudo na contribuição da pobreza da região (MATTOS, 1985, p. 05). Todavia o que mais chamou nossa atenção foi seu mapeamento social dos tipos de trabalhadores, isto é, “homens pobres despossuídos” (MATTOS, 1985), e de suas relações de trabalho livre na região do Seridó na província do Rio Grande do Norte. Assim como os trabalhos acadêmicos voltados aos estudos dos sertanejos potiguares no século XIX são quase inexistentes, a dissertação de Regina Mattos auxilia-nos a compreender um pouco do universo desses sujeitos marginalizados, afinal, ela trata especificamente de uma vila e região potiguar, que provavelmente migrou uma parcela desses sertanejos/trabalhadores para a cidade de Mossoró durante a seca de 1877.

Primeiramente ela aborda que a implantação da lei de terras de 1850⁹⁷, ou seja, quando a terra é transformada em mercadoria, “a posse de novas pequenas propriedades, com

⁹⁶ MATTOS, Maria Regina M. Furtado. *Vila do Príncipe-1850/1890 Sertão do Seridó* – Um estudo de caso da pobreza. 1985. 247f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁹⁷ Sobre a Lei de Terras (1850) como fruto de conflitos por terras, do qual indivíduos buscavam consolidar ou modificar determinadas “situações” de posse, ou ainda para um exame dos direitos à terra na dinâmica dos conflitos sociais nos oitocentos ver MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do poder*. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, 247p.

alternativa de trabalho, por estes homens pobres, tornou-se impossível”. Logo, restou-lhes colocar sua força de trabalho na dependência dos grandes proprietários rurais da região. Assim as formas de trabalho, “parcialmente assalariadas já existentes se consolidaram e foram tomando conta do mercado de trabalho, criando os mais diferentes tipos de subordinação da mão-de-obra” (MATTOS, 1985, p. 148). Como método de análise para compreender esses tipos de mão-de-obra livre e subordinada, a autora utilizou-se dos inventários *post-mortem* entre as décadas de 1850-1890. Desse modo, a partir dessas fontes ela conseguiu “visualizar” indícios da utilização da mão-de-obra livre, com as especificidades de suas modalidades. Entre as “formas de trabalhador livre, a mais comum nos inventários foram os agregados, que pareceram em 41 processos (28, 2%) e em maior número na década de 80 (17 inventários)” (MATTOS, 1985, p. 150). Outro tipo de relação comum de trabalho livre encontrado foi o arrendamento. Entre os “acordos de trabalho firmados entre rendeiros e arrendatário, totalizaram 21 (14, 3%), sendo que na década de 70, esta modalidade de trabalho livre aparece em 8 inventários” (MATTOS, 1985, p. 150). A seguir temos um quadro que traz os dados da presença dessa mão-de-obra livre que a autora analisou através dos inventários.

Quadro 6 – Presença dos Tipos de Formas de Trabalho Livre (1850-1890)

FORMAS DE	1850/60	1860/70	1870/80	1880/90	TOTAL	%
TRABALHO LIVRE						
MORADOR	3	7	4	4	18	12, 3%
MEEIRO	2	3	5	5	15	10, 3%
LOCATÁRIO	7	9	8	3	23	15, 7%
RENDEIRO	3	7	8	3	21	14, 3%
AGREADO	15	5	4	17	41	28, 2%
JORNALEIRO	3	3	11	2	19	6, 2%
MORADOR/JORNALEIRO	–	2	–	3	5	3, 4%
JORNALEIRO/LOCATÁRIO	2	1	–	2	5	3, 4%
RENDEIRO/AGREADO	–	3	2	4	9	6,2%
TOTAL GERAL	–	–	–	–	146	100

Fonte: QUADRO XLV – NÚMERO DE INVENTÁRIOS POR DÉCADA EM QUE HÁ INDÍCIOS DA PRESENÇA DE TRABALHADORES LIVRES – 1850-1890. In: MATTOS, Maria Regina M. Furtado. *Vila do Príncipe-1850/1890 Sertão do Seridó – Um estudo de caso da pobreza*. 1985. 247f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 149.

Sobre esses homens livres do Seridó e seus “tipos” de relação de trabalho no meio rural nesse período, a historiadora classificou da seguinte forma a partir de suas fontes: *trabalhador familiar, meeiro, agregado, locatário e jornaleiro*. O primeiro correspondia aos pequenos proprietários rurais que “utilizavam o trabalho familiar como forma de produzir algum sustento e da sua família”, pois não tinha possibilidade de pagar e acolher moradores em suas propriedades. No trabalho familiar, “nem mesmo as crianças eram poupadas quando a necessidade se impunha” (MATTOS, 1985, p. 152-153). O *meeiro*, no caso do Seridó, era o trabalhador que era subordinado ao sistema de “meia”, em “qualquer tipo de propriedade ou bem”, do qual muitas vezes “instalava-se na propriedade com a sua família, utilizando-se do trabalho familiar” (MATTOS, 1985, p. 156-157). Já o *agregado* tinha como única propriedade “a sua força de trabalho (também auxiliado pelo trabalho familiar) e sua moradia,

que era construída em terreno alheio, com o consentimento prévio do proprietário”. Assim, essa consolidação de relação de trabalho está diretamente ligada à lei de terras, da qual privou a ocupação de terras livres e disponíveis aos homens despossuídos, levando-os a “buscar permissão de um senhor para se agregar à sua propriedade” (MATTOS, 1985, p. 157). O *locatário* na Vila do Príncipe era o trabalhador sertanejo que “recebia do proprietário da fazenda apenas uma parte de terra, geralmente não beneficiava, para “uso e habitação” mediante um pagamento previamente estipulado na escritura registrado em livro de nota”, na mesma eram assentados o “prazo de locação, o seu valor e forma de pagamento (sempre em dinheiro) (MATTOS, 1985, p. 162). O último dessas relações era o *jornaleiro*. Esses poderiam ser livres ou alforriados, e recebia uma espécie de salário, “mediante prestações de serviços, previamente combinados com a pessoa interessada”. O jornaleiro caracterizava-se ainda por ser um “trabalhador solitário ou pobre camponês casado que não utilizava mão-de-obra familiar para o auxiliar” (MATTOS, 1985, p. 165).

Devemos considerar que essas formas de trabalho livre da província do Rio Grande do Norte não eram formas “rígidas” socialmente, ou seja, “se mesclavam, surgindo apenas alguns pontos quase imperceptíveis que os distinguiam” (MATTOS, 1985, p. 157). Assim, quando refletimos sobre os milhares de sertanejos que acabaram chegando à cidade de Mossoró nessa seca de 1877, temos que imaginá-los não apenas como uma mão-de-obra abundante e barata, disponível para quaisquer serviços das comissões de socorros públicos, mas como sujeitos já inseridos num processo de transformação das relações de trabalho no meio rural, e que cada vez mais estava tornando-se o centro das atenções dos governantes para essas mudanças em curso⁹⁸.

Voltando a província do Rio Grande do Norte, acerca da discussão de incorporação maciça dos sertanejos como mão-de-obra nas atividades comerciais agrícolas, a historiadora Denise Monteiro tem alguns apontamentos a contribuir. No século XIX, a cotonicultura e o comércio açucareiro, com algumas variações, começam a ganhar destaque no rol das atividades econômicas da Província. Todavia, não durando muito, pois, devido aos anos críticos da década de 1870 (crise política e economia no Segundo Reinado), essa crise atingiu, sobretudo, “a população livre e pobre das áreas secas, que, na província [...], correspondiam a grande parte de seu território” (MONTEIRO, 2007, p. 107). Dessa forma, a autora explica que a incorporação dos

⁹⁸ Um artigo que aborda essas preocupações de torna legalmente reconhecidas a mão-de-obra agrícola frente à crise escravocrata é, LAMOUNIER, Maria Lúcia. *O Trabalho Sob Contrato: a lei de 1879*. São Paulo. Ver. Bras. de Hist. V 6, n° 12, 1986, p. 101-124.

[...] homens livres pobres ao processo produtivo passou a ser uma preocupação dos grandes proprietários de terras da província, sobretudo a partir dos anos de 1870. Acompanhando um discurso comum à elite agrária brasileira na segunda metade do século XIX, eles passaram a se queixar da *falta de braços para a lavoura*. Mas, na prática, proporiam medidas e viabilizariam mecanismos que garantissem a venda de força de trabalho. A coerção ao trabalho, ou em outras palavras, a transformação dos braços que não faltavam em força de trabalho disponível para a lavoura de exportação, seria o objetivo central da política de mão-de-obra na província, a partir da década de 1870. Ela garantiu a manutenção da estrutura social sobre a qual se assentaria a expansão algodoeira nas décadas seguintes. (MONTEIRO, 2007, p. 109-110).

As formas de “coerção” ao trabalho da Província encontraram nesse triênio de seca, outra utilidade inicial, daquela esperada pelos latifundiários da grande lavoura de exportação, isto é, melhoramentos materiais em algumas localidades e cidades. Assim, como essa seca adentrou na esfera pública e governamental, e acabou reunindo uma mão-de-obra barata, que não podendo trabalhar diretamente a terra e os campos potiguares, poderia agora desenvolver através das obras públicas as vilas e cidades que desempenhavam papéis fundamentais na atividade agro-exportadora da Província. Por isso, grandes pólos comerciais como Macau e Mossoró, ambos, produtores e exportadores de mercadorias do litoral e sertão (sal, algodão, cera de carnaúba, por exemplo), tiveram durante essa seca de 1877 uma atenção constante das autoridades no mesmo curso dos próprios emigrantes, que viram nesses locais espaços estratégicos de sobrevivência, diálogo e pressão com o Governo. Desse modo, Mossoró chegou a “reunir para mais de 70 mil pessoas, e nunca teve menos de 47 mil”, local em que a miséria representou “scenas mais tristes, e fez maior numero de victimas, e o lugar onde o Governo dispendeu quase dous terços da somma gasta na província com socorros públicos” (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1880, p. 18). Logo, os cofres da cidade, segundo os cálculos do presidente da comissão de socorros, Dr. Manoel Hemetrio Raposo de Mello, no final da seca, corresponderam a uma economia de “40: 000\$000 réis mensaes” (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1880, p. 19). Portanto, se a cidade viu a possibilidade de crescimento, a partir da riqueza (não apenas miséria) do trabalho retirante na produção de seu espaço urbano, ela não viu duas vezes a chance de repetir a mesma cartada nas secas futuras. Porém, Santa Luzia não esperava outros contextos, sujeitos e espaços sobre a mesa.

2.3 As Secas e a Cidade de Mossoró no Século XX: novas relações do espaço percebido.

A formação dos elementos fixos do espaço urbano em Mossoró nas duas grandes secas no início do século XX – 1903 e 1915 – teve aspectos bastante diferentes do episódio de 1877. Nessas duas encontraremos crises econômicas (indústria salineira), minguadas verbas enviadas pelo Governo e serviços das Obras Novas Contra as Secas. Distinta da seca de 1877 que a cidade conseguiu impulsionar, de alguma forma contraditória, seu comércio e aquisição/melhoramentos de seus aparelhos e prédios públicos, dignos a uma recente cidade provinciana, nessas outras secas, Mossoró aspirou além de meras construções urbanas, dando passagem a sonhos modernizantes em seu espaço, como uma estrada de ferro até o rio São Francisco⁹⁹. Desse modo, iremos investigar as possíveis transformações ocorridas nos elementos fixos e fluxos da cidade de Mossoró, a partir do trabalho retirante nessas duas secas, procurando, assim, compreender sua inserção nos contextos daqueles eventos na cidade.

As precipitações pluviométricas da cidade de Mossoró, entre os anos de 1903 e 1904, registraram respectivamente, 180 e 280 mm. Uma quantidade baixa se comparada aos anos de 1902 (394) e 1905 (463) (AMORIM ET. AL., 1983, p 11.). Esses dados oferecem uma visibilidade da falta de chuvas na região, como também uma possível interpretação para alhures do Estado. Logo não demoraria a chegada de retirantes e os “problemas” das secas na cidade de Mossoró. Na ata da câmara de 9 de maio de 1903, a respeito dos socorros nessa seca, o município escreve ao Governador.

[...] está cidade em época de tais calamidades é o ponto para onde emigra grande preferências os que se vêem acoçados pela fome e pela nudez, e essa emigração já começa verificar-se pois os bandos de famintos nus já aqui a estão aglomerados sem que encontre trabalho de qualquer espécie, ou coisa alguma que lhe garanta meio de subsistência. Como efeito o único trabalho que os podia socorrer seria as salinas, mas os industriais não podem desenvolver conforme alegam. Entretanto o desenvolvimento do trabalho das ditas salinas daria como resultado a salvação de numerosas famílias dos que nesse trabalho se ocupassem. Passou o tempo do inverno e oito meses seca nos esperam o que importa dizer que oito meses de fome

⁹⁹ A estrada de ferro foi iniciada em meados de 1912 e concluída seu primeiro ponto inicial no ano de 1915. Como obra particular, sua construção demandou braços de inúmeros trabalhadores, alguns vindos até do estado do Ceará, porém, não arregimentou mão-de-obra retirante, pois nesses três anos de construção não foi registrado nenhuma grande seca na região. Por outro lado, ela será o componente principal do “discurso” dessa obra, desde o final do século XIX até na sua ampliação nessa seca de 1915, coisa que não chegou a acontecer. Sobre a relação do discurso da seca e estrada de ferro de Mossoró, LIMA, Alysson Paulo Holanda. *Entre trilhos e Tramas: A campanha em favor da Estrada de Ferro de Mossoró*. Mossoró, Rio Grande do Norte, 2012, 57p. Monografia (Graduação em História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte). Mossoró, 2012.

trarão inevitavelmente a morte de milhares de Brasileiros privados dos favores e que já mendigam o pão. (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL..., 1903, SP).

Nesse fragmento encontramos informações importantes sobre a seca de 1903 na cidade. Os “socorros” locais para os retirantes seria sua inserção na indústria salineira, sendo esse, o único trabalho que acomodaria as numerosas famílias nessa estiagem. Porém, os industriais¹⁰⁰ não poderiam “desenvolver conforme alegam”. Entra aqui um detalhe essencial para esse contexto. A indústria salineira vem sofrendo crises há alguns anos, através de contratos efetuados pelo Governo para com a empresa *Companhia de Sal e Navegação*, sediada no Rio de Janeiro, acerca de impostos de exportação (cabotagem) e monopólio da atividade salineira na região. Explicaremos melhor sobre esse fato a seguir.

A indústria salineira começaria a mudar nas vésperas da proclamação da República através do decreto nº 10. 413 de 1889. O Governo, ainda monárquico, fez uma concessão a Antonio Coelho Ribeiro Roma (ficou conhecida como concessão Roma) para a exploração das salinas nos terrenos devolutos compreendidos entre as margens do rio Mossoró e Água-Maré pelo prazo de trinta anos. A companhia executora foi a Nacional da Salina Mossoró-Assú (chamada depois de Sal e Navegação). Mas a efetivação do monopólio do sal ocorreu no ano de 1897, durante o mandato de Ferreira Chaves. A partir de um contrato entre governo do Estado e tal empresa, com representantes do Rio de Janeiro, esta saiu com vantagens sobre as demais do ramo, inclusive pelas cláusulas 5º e 6º¹⁰¹ do corrente. Reações vieram alegando o referido contrato ser inconstitucional, contrário à liberdade comercial, industrial e atentatória ao direito de propriedade. Porém, no ano de 1901, o contrato foi renovado nos termos da lei nº 157, que restituiu a liberdade de produção e comercialização, anulando as cláusulas anteriores do antigo contrato, mas, por outro lado, a empresa do Rio de Janeiro continuava contendo os lucros na atividade de exportação. Em suma, o Governo, ainda influenciado pela oligarquia Alberto Maranhão, manteve fortes laços com a Companhia Sal e Navegação durante alguns anos, causando embaraços na concorrência do produto, principalmente com um novo contrato

¹⁰⁰ No jornal *Commercio de Mossoró*, entre os anos de 1904-1906, encontramos alguns dos nomes de industriais salineiros da cidade de Mossoró como Miguel do Monte, Francisco Tertuliano de Albuquerque e A. de Souza Nogueira.

¹⁰¹ Sobre essas duas cláusulas e suas vantagens: “Os contratantes poderão entrar em acordo com os demais exportadores e produtores para o fim de auferirem as vantagens e se sujeitarem aos ônus do contrato, ficando, os que se recusam ao acordo, obrigados a pagar pelo sal que exportam um imposto equivalente à metade da taxa fixada no orçamento da União para a entrada do sal estrangeiro. Cláusula Sexta: No acordo a que se refere à cláusula antecedente, deverão ser observadas as seguintes bases: a) Os exportadores e produtores de sal, querendo, poderão entregar aos contratantes, pelo tempo do presente contrato, para exploração do cloreto de sódio (sal de cozinha) e outros produtos químicos, os terrenos, embarcações e utensílios que possuírem destinados à mencionada exploração, precedendo acordo sobre o valor, dos mesmos (...) (SOUZA, 1985, p. 29).

feito no ano de 1905, oferecendo mais regalias a atividade de exploração do sal no estado. Somente em 1914, com a posse de Ferreira Chaves, o referido contrato foi anulado, através do decreto nº 5 de 23 de janeiro, que reduziu de 30 réis para 10 o valor cobrado pelo Estado sobre a exportação do sal¹⁰².

Não demoraria muito para que industriais e operários salineiros de Mossoró utilizassem meios para chamar a atenção da crise econômica que a região salineira estava enfrentando, além de outro problema que acabara de chegar ao espaço urbano: a seca de 1903.

Comissão abaixo assignada representando operários Salinas, hoje aqui reunidos meeting numero praça publica telegraphou Presidente Republica levando seu conhecimento estado lamentável operários desocupados, sem trabalhos, condemnados miséria pelo monopólio industria sal mantido contracto governo Rio Grande do Norte com Empresa Sal Navegação (...) operários salinas numero superior mil aqui reunidos meeting praça publica telegrapham Presidente Republica protestando inconstitucionalidade monstruoso contracto celebrado entre Governo Rio Grande Norte e Empresa Sal Navegação senhora monopólio absorvente industria sal. Industriaes preteridos exportação, impotentes competência sindicato official fecham fabricas, paralisam serviço, ficando operários desocupados sem pão. (O MOSSORENSE, 2003, p. 02).

O *meeting* acima é um recorte de como os industriais salineiros, dispendo dos mecanismos da imprensa na cidade de Mossoró, reuniram-se para retratar as dificuldades encontradas - operários sem empregos, pouco monopólio e contrato inconstitucional - para o presidente da República. Logo, esse quadro não mudaria com esse gesto, e os já conhecidos “problemas da seca” surgiram para complementar o cenário de preocupações. Outro telegrama foi dirigido para o presidente da República feito pela comissão composta do Dr. Almeida Castro, Tiberio Burlamaqui, Rodolpho Fernanades, Antonio Soares e Miguel Evangelista, a maioria, salineiros de Mossoró e Areia Branca. Novamente o teor do telegrama é relacionado ao contrato inconstitucional do Estado do Rio Grande do Norte, à falta de trabalho dos operários e o monopólio do produto pela Empresa Sal e Navegação, mas agora entra um novo argumento no discurso dos dirigentes: os rigores da seca na cidade.

¹⁰² Todas essas informações podem ser encontradas no texto de SOUZA, Itamar de. *O Sal Potiguar na Valha República (1889-1930)*. In: Terra e Sal, Ano III, nº. 3. Natal. Imprensa Universitária, 1985. Nele o autor trás um apanhado desses fatos e notas de documentos ocorridos nesse período. Aliais, foi à única obra bibliográfica que encontramos sobre esse assunto nesse período. Sobre a produção do sal potiguar consular o livro de ANDRADE. Manuel Correia. *O território do Sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte*. Natal, UFRN, 1995.

[...] milhares operários, privados meios subsistência lhes assegurava trabalho proporcionando florescente, futura indústria, lutando trez annos inclemência prolongada sêcca, sem recursos lavoura, imploram V. Exa. Em nome da honestidade administrativa, vês caracteriza, dos sentimentos humanitários commons fazer cessar cruel flagello ameaçador ruína classe desprotegida, laboriosa. (O MOSSOROENSE, 1903, p. 01).

Os salineiros começam a utilizar à seca como um instrumento coercivo em seu discurso para conseguirem contornar a situação da atividade salineira. A partir daqui, a imprensa local, representando os interesses dessa “classe laboriosa” que não seria de fato os operários salineiros, vai assentar suas matérias com o flagelo da seca, produzindo diversos assuntos, como a relação entre retirantes e o trabalho nas salinas, as ações emergenciais, construções de obras públicas e ferrovias, tudo isso passará a compor os jogos de interesses dessas autoridades - salineiros e autoridades - para que ocorressem mudanças na estrutura política e econômica na cidade de Mossoró.¹⁰³

A imprensa – *O Mossoroense* e *Commercio de Mossoró* – começaram a divulgar em suas matérias o desejo de “reconstituir” a indústria salineira, fosse trazendo de volta seus operários que estavam deixando as empresas por falta de trabalho (questão salarial?), ou aproveitando-se da mão-de-obra retirante, abundante naquele momento na cidade. Em uma dessas matérias intitulada, “O Remédio,” o diagnóstico para curar as “escrófulas” do imposto marinho sobre a exportação do sal seria a apropriação desses retirantes para o labor nas salinas da cidade de Mossoró.

[...] outra medida de grande importância para localização de uma parte da população flagelada é a resultante da liberdade de commercio para o sal marinho. Só as salinas da comarca de Mossoró dão trabalho para 2.500 operarios. Calculando cada operário com uma medida de 6 pessoas de família, temos uma população de quinze mil indivíduos, fixados ao solo da pátria e vivendo satisfeitos do fructo dos seus trabalhos. Para isto, porém, é necessário a ação conjuncta dos governos Federal e

¹⁰³ Todo esse quadro em torno dos operários como da própria indústria salineira demonstra as “raízes” dos problemas sociais e econômicos que viriam ocorrer nessas primeiras décadas do século XX sobre essa atividade no Estado. Contudo essa experiência acumulada dos trabalhadores ao longo do tempo – insalubridade no trabalho, baixos salários, greves, etc. – irão, a partir da década de 1920, encontrar na sindicalização sua expressão de resistência e organização na cidade de Mossoró e região salineira. Sobre essa temática ver os livros, ALCÂNTRA, Meine Siomara. *Sindicato do Garrancho: um ideal nunca morre*. Natal: Santos Reis, 2000. FERREIRA, Brasília Carlos. *O Sindicato do Garrancho*. 2º Ed. Mossoró: Depto. Estadual de Imprensa, 2000. Coleção Mossoroense, Série C, v. 1014. SOUZA, Francisco Carlos de Oliveira. *Das salinas ao sindicato: a trajetória da utopia salineira*. Natal: editora do CEFET-RN, 2008, 212p.

Estadual no sentido de facilitarem aos industriais que sentem-se coagidos na exploração da sua indústria, a precisa liberdade de commercio. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 01).

A crise salineira e a seca de 1903, nesses primeiros anos do século XX em Mossoró, compõem a “crise” que a cidade estava enfrentando no seu espaço: os efeitos da seca prejudicam o comércio e causa tensões sociais no espaço urbano, enquanto os problemas da indústria salineira eram os impostos altíssimos na exportação marítima, monopólio do produto e falta de mão-de-obra. Tudo isso interage de alguma forma na construção, aos poucos, de um corpo social de sujeitos, costumes, eventos, traços culturais e identitários, de acordo com as relações internas e externas, possíveis e determinadas pelo próprio espaço social¹⁰⁴. Sem perder o foco da questão do trabalho nesse capítulo, essa era uma grande preocupação da propaganda jornalística, não conformada ao desperdício de braços ociosos na cidade de Mossoró, “[...] haja vista quanto trabalho não estaria encontrando o povo que aqui chega pedindo, e ara aqui vem sem trazer nada, nessas salinas que povoam as margens do rio Apody”. Em seguida, sempre acompanhada da verdadeira responsável, “e se não encontram, a culpa não é da bem vinda secca de 1903, é do phenomeno que se está aqui presenciando: uma mulher só engordando a custa de muitos homens; e o que mais é, contra a vontade do Governo!” (O MOSSOROENSE, 1903, SP). Não demoraria muito para a própria imagem da República ser atacada pelo jornal local, afinal, nessa seca, não havia até agora nenhum trabalho particular ou gastos do Governo para a cidade de Mossoró como a imprensa alegava.

[...] trabalho dos particulares não há, e do Governo nem esperanças podem ter [...] A produção dos nossos gêneros desaparece com as seccas, em quanto que a dos industrias escasseia e tende a desaparecer com o graveme dos impostos, e do monopólio, concedido pelos favores administrativos, prodigalisados aos felizes, aos validos dos paços, que se multiplicaram com a República do povo pelo povo, mas que nada dá para o povo, e tudo do povo tira. (O MOSSOROENSE, 1903, SP).

Não encontrar na cidade ou em seu território algum serviço nessa seca não era uma verdade absoluta. Temos que lembrar que o jogo de imagens da miséria da cidade de Mossoró nessa estiagem é também uma estratégia política para os setores da elite pressionar o Governo

¹⁰⁴ Para saber mais sobre essa “crise” na cidade de Mossoró, isto é, a relação da seca, problemas do imposto do sal e trabalhadores ver, MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *Filhos do Sal: operários e camponeses frente à crise econômica em Mossoró (1900-1906)*. In: MENDES, F. F.; FONTELES NETO, F. L.; LIINS, L. F. T. S. *História Social e História Cultural de Mossoró: Métodos e Possibilidades*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Coleção Mossoroense, Serie C; v.1556.2009.

acerca da situação da crise salineira na região, e ao mesmo tempo, angariar verbas para construção de grandes obras que mobilizassem o comércio e o espaço urbano, como uma estrada de ferro, saindo do porto de Areia Branca até o rio São Francisco. Para esta última parte,

[...] tem a industria salineira necessidade de um elemento indispensável para seu completo desenvolvimento e riqueza: uma estrada de ferro de penetração, que partindo deste porto de Mossoró condusa o nosso sal até os centros de Minas pelo Rio S. Francisco. Sal e estrada de ferro serão dous elementos que viverão ao lado um do outro, assegurando-se reciprocamente vida prospera e feliz: o sal por esse meio de fácil transporte que evitará que fique ahi accumulado em verdadeiras serras de uns para os outros annos; a estrada de ferro por ter no sal mais que garantidos os juros do seu capital, porque o irá amortizando com vantagem prevista e caculada. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 01).

A cidade de Mossoró queria expandir seus domínios pelo território nacional. Privada desse meio de transporte, moderno e útil, ao escoamento de pessoas e mercadorias, as autoridades locais vão investir em todo vapor até sobre o discurso da seca na região para que Santa Luzia tenha sua Maria fumaça. Assim, parecia que os melhoramentos materiais urbanos não eram os únicos itens almejados via recursos federais nessa seca de 1903, era preciso implantar novos sistemas técnicos voltados à agricultura (açudes) e rotas de comunicação (ferrovias) no território mossoroense. Desse modo, esses objetos fixos, pensados ao combate das secas, não eram apenas “restritos” ao espaço de Santa Luzia, pelo contrário, surgem como uma “ordem social”, ou estrutura de significados, que vai caracterizar as representações do espaço da seca (espaço concebido) em muitos estados do Norte, fato evidente na própria mensagem do governador do estado, Alberto Maranhão.

De fato, logo que se declarou a secca, dirige-me ao governo federal, noticiando a manifestação do flagelo e solicitando as medidas praticas indispensáveis para attenuar seus efeitos no futuro e amparar no momento as victimas immediatas da calamidade. O Exm. Presidente da República, no telegramma a que alludi, affirmou que mandaria executar os trabalhos requeridos, de accordo com meu telegramma, solicitando para isso do Congresso Nacional as consignações necessárias na lei de orçamento, para socorrer com utilidade os flagelados e beneficiar o Estado com algumas obras de interesse geral e de sabidos resultados econômicos, como a construção de açudes, poços e estradas, nos termos do pedido formulado. E essa promessa do eminente brasileiro, que tão dignamente governa a República, está cumprida. O talentoso e ilustre profissional dr. Sampaio Correia, delegado do Ministro da Indústria, como chefe da comissão de engenheiros ultimamente chegada a este Estado para realizar as obras de salvação projectadas pelo governo, é a

garantia maior da seriedade desse cometimento de interesse vital para o Rio Grande do Norte (MENSAGEM APRESENTADA..., 1904, p. 15-16).

Essas obras não chegaram a concretizaram-se na cidade de Mossoró durante essa seca de 1903, apenas foram feitos alguns estudos prévios pelo engenheiro Sampaio Correia e sua comissão técnica, acerca do trajeto da estrada de ferro¹⁰⁵. Mas alguma medida foi deliberada para resolver o problema da migração de retirantes na cidade de Santa Luzia, e esta foi abrir “pequenos créditos para passagens de emigrantes voluntários que não pudessem encontrar trabalhos no Estado e para a construção de pequenas obras de auxílios aos indigentes” (MENSAGEM APRESENTADA..., 1904, p. 16). Voltando a questão da produção dos elementos fixos na dinâmica espacial da malha urbana encontramos poucas informações na documentação utilizada, uma delas é referência breve sobre o mercado público, que “tem soffrido bom reparo o Mercado publico, que está sendo devidamente asseiado. No caso foi construído um galpão, e uma (ilegível) para serventia do mesmo mercado” (O MOSSOROENSE, 1904, SP). Por essa fonte, não sabemos se foi o mercado custeado pelas verbas dos socorros e quais foram seus construtores, pois, voltamos a esclarecer que nessa seca de 1903, a partir das matérias da imprensa, percebe-se, majetoriamente, notícias referentes à fome, miséria, caridade particular, emigração, estrada de ferro e crise salineira. Como mostram os fragmentos a seguir:

EMIGRAÇÃO FORÇADA: Como as aves de arribação que deixam os ninhos, estão indo embora os nossos patrícios, filhos do Rio Grande do Norte, que vão procurar em outras paragens mais felizes a vida que aqui lhes recua a natureza ingrata [...]. *PELOS POBRES*: A distribuição effectuou-se em nickel para tocar a maior numero de indigentes, que nos foi impossível contar, tal era sua aglomeração. Bem haja aquelles que, ainda nas maiores preocupações dos negócios que reclamam sua atenção e actividade, não esquecem os pobres e os indigentes [...]. *A FOME*: Esteve em nosso escriptório o sr. Luiz Firmino Rebouças [...] nos referiu que no lugar Picada, 2 horas de viagem desta cidade que o povo pobre esta se alimentando com as carnes dos gados e criações que morrem de fome ou de doença! [...] nos referiu mais que duas filhas da infeliz Joaquina da Conceição e uma vizinha desta, morreram de fome e que é indiscriptivel o estado de miséria a que está redusido o povo daquele lugar. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 02,04, e 02).

¹⁰⁵ Sobre a passagem do engenheiro em Mossoró ver RODRIGUES, Wagner do Nascimento. O Planejamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte: A disputa entre Mossoró e Natal. In: *Dos Caminhos de Água aos Caminhos de Ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820 – 1920)*. Natal, RN, 2006, 180p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006, p. 102-13.

Por essas três matérias temos um feixe de luz dos fatos da seca de 1903 na cidade de Mossoró. Parece que a urbe recebeu pouquíssima espécie de “melhoramento das secas” nesses dois anos, seja da União ou estado. A filantropia e caridade particular talvez fossem algumas das ações paliativas evidenciadas nesse momento de crise aos pobres e miseráveis na cidade de Mossoró, enquanto a migração para outras regiões do Brasil, essa sim, foi aprovada e custeada entre particulares com a União¹⁰⁶. Na matéria “Soccoros Publicos” de 1904 do jornal o *Commercio de Mossoró* aparece algumas outras referências de trabalhos no espaço da cidade por meio das verbas dos socorros do Governo, na contramão, esse último era um dos grandes influenciadores da emigração dos retirantes na cidade para alhures.

O Exm. Governador do Estado nomeou uma comissão composta dos Drs. Dionysio Filgueira, Almeida Castro e Sebastião Fernandes para distribuir, a troco de serviço, a quantia de 10:000\$000 de uma verba de 50 contos que lhe mandou o Governo da União para ir entretendo o povo até a vinda de vapores que o devem transportar para o norte ou para o sul. [...] foi resolvido uma barragem no rio Mossoró, próximo a cidade e desde segunda feira ultima que o povo está trabalhando nesse serviço. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 01-02).

O trabalho retirante, que na seca de 1877 foi uma peça fundamental nas transformações dos elementos fixos do espaço mossoroense, impulsionado pelo poder monárquico e municipal, nessa seca de 1903 as práticas do labor na cidade seriam apenas “distração”, um engodo, enquanto os vapores e navios não atracassem nos portos da Ilha e Areia Branca, para embarcarem milhares de sertanejos para o Norte e Sul do país. Como Neves delineia, as obras “têm a função não só de tentar evitar a chegada dos retirantes à cidade, como também de tentar esvaziar a cidade do excesso de retirantes que pressionam seus equipamentos e – por que não dizer? – a paciência de seus habitantes” (NEVES, 2000, p. 81). Sobre a construção dessa barragem no rio Mossoró, próximo à cidade, pouco se teve notícia ou registro, talvez fosse um dos poucos serviços destinados aos retirantes pelo Governo e estado do Rio Grande do Norte. Porém, através da formação de uma comissão de socorros particulares, a cidade de Mossoró conseguiu reunir cerca de “Rs. 15: 097: 600”, oriundos também de outras “Praças do Paiz”, do qual foi aplicado na

¹⁰⁶ Sobre a filantropia e migração para o extremo Norte do país durante a seca de 1903 na cidade de Mossoró, iremos aprofundar esses aspectos no último capítulo da dissertação.

[...] construção de um collegio para educação e amparo de meninas pobres, sendo o próprio material nele empregado, tijolo, cal, etc., fabricado pelos indigentes afim de dar-lhes trabalho e ocupação pelo maior espaço de tempo possível. O serviço era módico e suave, e nelle se empregaram homens, mulheres e meninos, tendo também os velhos, os enfermos e aleijados asua diária, e fornecendo lhes até remédios. Demorando-se o auxilio do governo, tornou-se forçoso suspender o serviço antes mesmo de acabar-se o dinheiro que ficou sendo distribuído em esmolos publicas, de dous em dous dias (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 04).

Essa fonte é significativa, pois revela novamente que eram os próprios sertanejos (homens, mulheres e crianças) que produziam, a partir de suas “técnicas”, os materiais necessários para a construção das obras públicas da cidade de Mossoró, que nesse fragmento específico, era novamente um elemento fixo de caráter laico (colégio para meninas) do espaço urbano. Porém, diante das “circunstâncias” do auxílio do Governo nessa seca, essa edificação teve que parar nesse período. Desse modo, parecia que migração sertaneja salta-se como a “medida” mais efetivada no espaço social da cidade de Mossoró, já que não havia trabalhos públicos ou particulares duráveis que arregimentassem a mão-de-obra retirante nessa estiagem. Porém, temos nossas interrogações.

Uma parcela dos retirantes provavelmente conseguiu trabalho na atividade salineira, mesmo sendo na empresa *Sal e Navegação*, que como vimos anteriormente, reunia o monopólio local. O problema é que as matérias da imprensa combatiam os contratos e a imagem da própria empresa, utilizando-se da seca e miséria dos sertanejos na cidade para chamar a atenção do Governo. Por outro lado, se os outros industriais não conseguiam manter seus operários mais afeitos ao serviço, talvez pela diminuição dos salários e outros fatores, a mão-de-obra barata desses retirantes não seria um problema, pois nessas secas, muitos dos serviços eram pagos através dos gêneros alimentícios ou míseros réis aos sertanejos, além de todos (homens, mulheres e crianças) participarem dessas obras. Temos que compreender que, mesmo na ausência de informações específicas sobre a seca na documentação, as alternativas e estratégias do espaço vivido que esses sertanejos estavam inseridos, não é uma simples opção ou válvula de escape, mas importantes chances de mostrarem que são *usadores* das muitas possibilidades inerentes desse espaço social, mesmo quando seus caminhos possam parecer limitados¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Sobre a inserção do trabalho retirante na atividade salineira e obras públicas durante as secas na cidade de Mossoró (1877-1920) ver a monografia MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *Da Seca ao Balaio: o retirante e sua inserção ao trabalho salineiro e obras públicas na cidade de Mossoró (1877-1920)*. Mossoró, Rio Grande do

Mesmo numa seca de dois anos, a cidade de Mossoró conseguiu exportar produtos como o algodão para muitas praças do país, superando a capital e outros portos do Estado. Numa estatística do jornal do *Comércio de Mossoró* a cidade exportou mais algodão do que os “Estados do Maranhão, Piauí e Alagoas, e em 1903, mais do que todos os outros portos do Estado reunidos – Macau e Assú, Natal e Macaíba” (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 02). No jornal, Mossoró no corrente, chegou a exportar 31.325kg de algodão, enquanto Natal apenas 13.832. Desse modo, a cidade, mesmo vivenciando uma seca, uma parte de seu comércio ainda mostrava-se ativa frente aos problemas locais como da indústria salineira. Portanto, nessa seca de 1903, a cidade não encontrou muitas “mudanças” nos seus aspectos fixos do espaço através do trabalho retirante, mas apenas entraves como da crise salineira e da própria política de socorros do Governo e estado do Rio Grande do Norte, ambos preocupados mais em emigrar essa população adventícia, cortando, assim, os gastos pesados com essa seca, além de desafogar a cidade com esses indivíduos e sua miséria. Adiante avançaremos alguns anos até a seca de 1915 na cidade de Mossoró. Um pouco diferente da seca de 1903, nessa encontramos alguns serviços através da mão-de-obra retirante no espaço citadino na documentação, apesar da demora do mesmo pela União.

Integrante da comissão dos socorros na cidade nessa seca de 1915, o padre Manoel de Almeida Barretô, escreveu para o jornal *O Mossoroense* na década de 1940, algumas memórias daquele episódio na cidade. Ele relata que o Governo Federal ordenou “abrir serviços de emergência para os que se opunham seguir. Primeiro vieram os engenheiros. Um escritório cheio de empregados caros. Depois, autorização para início de reconstrução do açude do Saco e barragens no rio Mossoró ou Apodi” (BARRÊTO, 1980, p. 14). Felipe Guerra, também na década de 1940, escreveu uma crônica documentada sobre a seca de 1915, quando o mesmo exercia o cargo de juiz de direito do município, além de membro da comissão de socorros na cidade, que traz informações relevantes acerca do ocorrido. Em seus apontamentos ele mostra sua indignação pelo descaso do Governo à cidade de Mossoró naquela seca, principalmente ao atraso dos serviços no lugar e aos poucos recursos destinados. Ele conta que nessa seca de 1915 foi criada a repartição de “Obras Novas Contra as Secas” pelo Governo Federal, confiada a direção ao engenheiro Dr. Aarão Reis. Essa repartição, através de um segundo crédito aberto pelo Governo, fez algumas obras no estado do Rio Grande do Norte, como informa o relatório de Aarão Reis, apresentado por Guerra, “deliberou

o Governo a iniciar mais as seguintes obras no Estado do Rio Grande do Norte: o açude do Saco e a estrada de rodagem de Mossoró a Alexandria” (ROSADO, 1985, p. 19).

O problema narrado na crônica seria de que esses serviços chegaram atrasados (apenas no início de 1916), além de não trazerem “benefícios esperados” ao socorro desses retirantes na cidade. O autor cita pedaços do relatório do Dr. Aarão Reis, apresentado antes de deixar a comissão de Obras Novas, em meados de 1918, no que constam as obras no Rio Grande do Norte.

[...] nesse Estado foram iniciadas e concluídas as obras dos açudes Pessoa, no município de S. Miguel e 24 de março, no município de Pau dos Ferros, e Saco, no município de Mossoró, iniciadas, mas não concluídas, as do açude Arapuá, no município de Luiz Gomes, e as da estrada de rodagem de Mossoró a Alexandria e as do açude Serra Vermelha. Entrementes, executou a própria Inspetoria de Obras Contra as Secas, outras obras, entre as quais as das barragens submersíveis do Mossoró. (ROSADO, 1985, p. 21)

Felipe Guerra comenta que dessas obras, o açude “Serra Vermelha, no município de Areia Branca, pouco se sabe. Nunca mais se ouviu falar nessa obra, então iniciada”. E sobre as barragens submersíveis do rio Mossoró, “tratava-se de reparar ou reconstruir barragens de poucos anos construídas, e logo arruinadas”. Desse modo, esses eram para o memorialista os “insignificantes incompletos serviços que Mossoró teve para dar socorro às vítimas da seca de 1915, e que foram iniciados em 1916” (GUERRA, 1985, p. 21). Na matéria “Em roda dos factos” do *O Mossoroense* de 1916, encontra-se a indignação acerca desses socorros, “[...] vinte contos e alguns serviços de barragens são gottas dagua que não saciam a fome de mais de seis mil pessoas! Milhares de homens ahi estão a pedir pelo amor de deus um trabalho durante o dia, para ao menos a noite, ter com que mate a fome de sua família” (*O MOSSOROENSE*, 1916, p.01). Observamos nesses fragmentos que as inspetorias responsáveis pelas secas, criadas pelo o Governo¹⁰⁸, vinham desenvolvendo atividades em alguns estados da federação e o Rio Grande do Norte, incluindo aqui, a cidade de Mossoró, já tinham sido escolhidas para estudos e obras ao combate da seca na região. Por outro lado,

¹⁰⁸ O órgão do Governo que vinha atuando desde 1909 era a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Nessa seca de 1915, como Felipe Guerra discorre, foi criado a Inspetoria de Obras Novas Contra as Secas. No ano de 1919, o antigo IOCS, torna-se IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), ampliando ainda mais seus estudos e influência na região Nordeste. Para uma discussão do pensamento e progresso técnico-científico da atuação do ICOS na região Norte consultar MORAES, Kleiton de Sousa. *O sertão descoberto aos olhos do progresso: A Inspetoria de Obras Contra às Secas (1909-1918)*. Rio de Janeiro, RJ, 2010, 187f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social - UFRJ/ IFCS, Rio de Janeiro, 2010.

Guerra não achava que essa intervenção fosse capaz de atenuar ou vencer os transtornos que as longas secas trazem a Santa Luzia. Sobre essas obras federais, encontramos uma fonte sobre o açude do Saco, escrito pelo próprio Phelippe Guerra no ano de 1917, quando o serviço estava praticamente concluído.

[...] O açude apresenta belo aspecto de terras cobertas d'água em regular extensão: calculo em cerca de três quilômetros, com algumas centenas de metros de largura. Como açude publico é de pequena importância, pois sendo de pouca profundidade, dizem me que a maxima profundidade é de três metros, não resiste a grande estiagem; é, porem, capaz de ser aproveitado como um dos bons açudes particulares do sertão. [...] O açude do Saco está com sua parede bem conservada. Seria muito conveniente o serviço para reparar as pedras arrancadas a juzante de sangradouro; serviço que com o orçamento de trezentos mil reis poderá ser feito, deixando lucro ao empreiteiro. Oferece o açude ótimas terras para vazantes; não estão sendo regulamente aproveitadas. Existem cercados de proprietários marginais, com terras "refrescados". Dizem-me que alguns destes tratam de cultiva-las. (ROSADO, 1990, p. 04, 06 e 07).

Observamos na citação que o açude era mais uma obra pública para fins particulares. Sua edificação mostrava-se conservada, precisando apenas de pequenos melhoramentos, além de possuir alguns proprietários locais, já beneficiados por tal obra. Porém, Guerra destaca que sua utilidade pública seria ínfima, principalmente nas grandes secas, pois sua capacidade de armazenamento era baixa para resistir a longo período de estio. Sobre esses ditos serviços federais de combate a seca encontramos algumas informações na mensagem do governador Ferreira Chaves sobre a cidade de Mossoró no ano de 1916.

A reconstrução dos açudes, "Sacco, no de Mossoró". [...] Reconstrução de barragens submersíveis, "Saco" e "Ausentes", está muito adeantadas a reconstrução da barragem equal typo "Inga", e iniciada a construção da barragem "Barrocas", todas do rio Mossoró. [...] nos municípios de Mossoró, Santa-Cruz, Touros, S. José de Mipibú e canguaretama vai em regular adeantamento e perfuração de cinco poços, a cargo da secção da Inspectoria de Seccas. [...] destinados a incrementar a vida econômica dos valles do Assú e do Mossoró, estão em construção duas importantes estradas de rodagem. (MENSAGEM APRESENTADA..., 1916, p. 11-12).

Um dado curioso era o desgosto e empatia na imprensa local sobre os ditos serviços federais contra as secas. De um lado o *Commercio de Mossoró* noticiou em 22 de janeiro de 1916 que "acha-se entre nós o ilustre engenheiro Dr. Guilherme Browne, em comissão do Governo para direção do serviço de barragens", mas, que esse pequeno serviço, "atacada cada

barragem uma por uma, dando trabalho apenas a trinta ou quarenta operários, nenhuma influencia teve no estado de penúria dos flagelados” (ROSADO, 1985, p. 35), e dias depois publicava a seguinte matéria.

Graças ao patriotismo e aos esforços conjugados do Exmo. Governador do Estado Dr. Ferreira Chaves, e do Exmo. Ministro da Viação Dr. Tavares de Lyra, acaba de chegar a esta cidade uma comissão de engenheiros que vem construir algumas obras de utilidade neste Município. Além das barragens que estão sendo feitas no rio Mossoró pelo competente engenheiro Dr. Guilherme Browne, vamos ter a reconstrução do açude do Saco, a construção do açude Serra Vermelha, em Areia Branca, e a estrada de rodagem para Alexandria. [...] A Comissão é chefiada pelo Dr. Brito Amorim, a quem apresentamos votos de boas vindas de par com a confiança que depositemos no seu trabalho e execução das obras (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1916, p. 01).

Esses serviços já destacados anteriormente surgem apenas no início de 1916, mas que ainda conseguiu arregimentar alguns retirantes para tais obras públicas. Entretanto o que eles não esperavam é que essas obras dos açudes do Saco e Serra Vermelha, chefiada pelo engenheiro Dr. Brito Amorim, acabariam tornando-se verdadeiros tormentos no espaço vivido da seca de Mossoró, mas sobre esse episódio veremos apenas no último capítulo. Destarte foram esses os serviços (elementos fixos), insignificantes ou não, das Obras Novas na cidade de Mossoró – construção e melhoramentos de estradas de rodagem e açudes para a região – que provavelmente arregimentou uma parcela dos retirantes para esses trabalhos, mesmo sobre o grande atraso inicial. Desse modo, os “pequenos trabalhos da seca” no espaço físico da cidade, já não eram tão importantes como outrora, sua elite sonhava com novas obras e uma delas era o prolongamento da estrada de ferro nessa seca de 1915, coisa que não ocorreu nesse momento, “o único meio de protegermos a população flagelada era o prolongamento da estrada de ferro de Mossoró á Souza, atacando o serviço em vários pontos, disseminando, assim, a população” (O MOSSOROENSE, 1916, p. 01). Assim, os grandes açudes e ferrovias vão compor os principais instrumentos de combate a seca na região Nordeste, e o Rio Grande do Norte não estava segregado dessa política de implantação desses dois elementos em seu território nesse período¹⁰⁹. Todavia algumas medidas de caráter emergencial na cidade de

¹⁰⁹ Para saber mais sobre os discursos e práticas de inserção desses dois aspectos no caso potiguar e no Nordeste, além da cultura técnica sobre as secas, ver os artigos, DANTAS, George A. F; FERREIRA, Angela Lúcia A.; FARIAS, Hélio T. Maciel. *Pensar e agir sobre o território das secas: planejamento e cultura técnica no Brasil (1870-1920)*. In: ENCONTRO DA ANPUR, 2007. Anais Eletrônicos. Belém: UFPA, 2007. P 1-21, FERREIRA, Angela Lúcia A.; DANTAS, George A. F; FARIAS. Hélio Takashi. *Adentrando Sertões: considerações sobre a delimitação do território das secas*. Scripta Nova. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1 ago. 2006, v. 10, n.

Mossoró foram efetuadas, pelo menos no final de 1915, antes da chegada das obras federais contra as secas, e essas estavam relacionadas diretamente ao arranjo urbano.

No final de 1915 foi enviada uma quantia de vinte contos de réis para amparar a situação dos retirantes na cidade de Santa Luzia. Os telegramas mostram o ocorrido:

[...] ainda no fim do ano, a população continuava em absoluto abandono. Foi-nos transmitido o telegrama: “Rio – 23 – novembro 1915. Senhor Presidente República vai providenciar remessa auxilio. Em nova mensagem enviada ontem congresso solicitou novas autorizações socorrer Estados flagelados. Saudações. Tavares de Lira. Ministro da Viação”. A 24 do mesmo mês recebemos telegrama de Natal: “Juiz Direito. Mossoró. Por ato hoje fostes nomeado membro comissão encarregado receber vinte contos destinados pelo Presidente República assistência flagelados nessa cidade. Espero aceitardes penosa missão. Atenciosas saudações. Ferreira Chaves. Governador”. (ROSADO, 1985, p. 26).

A partir desse recurso a comissão municipal empregou serviços em obras públicas na cidade, para não deixar milhares de sertanejos na ociosidade e caridade pública. Talvez essas sejam as principais transformações na malha urbana da cidade e território de Mossoró durante essa seca de 1915.

Os serviços realizados, nesse período dos vinte contos, foram, segundo relatório: Aterros de areia nas praças e ruas da cidade, a fim de evitar águas estagnadas e pântanos, na estação das chuvas. Limpeza geral da cidade. Concertos e pequenos serviços de pedra, cal e cimento, em três becos da “Praça da Redenção”, e em uma sarjeta da “Travessa dos Cavalcantes”, a fim de facilitar o escoamento das águas, na estação chuvosa. Cavação de alicerces e carreto de areia para um edifício da Intendência Municipal. Carreto de tijolos e areia para uma obra da Sociedade de S. Vicente de Paula. Pequeno trabalho para aguada na Serra de Mossoró. Pequeno serviço de terra à margem do rio, a fim de evitar escavações. Calçamento da passagem do “Riacho do Saco”, feita de pedra e cal, para evitar grande lamaçal na estrada, perigosa a passagem de comboios na estação chuvosa. Carreto de pedras para serviço igual em um outro ponto da estrada, não concluído. Carreto de pedra, necessário para a construção da barragem das “Barocas”, serviço que continuou, alguns dias como preparo dos alicerces, à cargo do major Jerônimo Rosado, além do dia 8. Trabalho de roçagens, destacamento, remoção de pedras, pequenos aterros feitos em onze quilômetros da estrada do Panema, uma das que ligam Mossoró ao Sertão. Serviços na arborização da cidade. (ROSADO, 1985, p. 29).

218 (62). Disponível em: <[HTTP://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-62.htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-62.htm)>. SILVA, Adriano Wagner da; MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *A Integração do Território do Rio Grande do Norte Pelos Açudes e Estradas de Ferro (1889-1953)*. Revista Fazendo História. UFRN, 01 de janeiro de 2008, v. 01, nº 01. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/fazendohistoria/edicao1.php>>.

Nesse fragmento podemos perceber alguma produção de elementos fixos da cidade de Mossoró, através do trabalho retirante (fluxo) nessa seca de 1915. A primeira delas corresponde que muitos dos serviços foram dedicados a sanar outro problema socioclimático da cidade: os grandes invernos. Muitos melhoramentos materiais (estradas, aterros, barragens...) eram centrados nessa finalidade, “evitar águas estagnadas”. Não era para tanto, pois dois anos depois a cidade encontrou problemas com uma grave enchente em seus logradouros públicos¹¹⁰. As estradas e barragens do município também tiveram um cuidado especial, como a construída no lugar (Barrocas), e o calçamento da passagem do açude do Saco.

Até uma igreja teve sua construção iniciada nessa seca – *Sociedade de São Vicente de Paula* – na cidade de Mossoró. O memorialista e pesquisador Raimundo Soares de Brito conta que a idéia de sua construção “surgiu mais ou menos no ano de 1915, no seio das confrarias vicentinas, então existentes”. O construtor, foi o arquiteto Francisco Paulino, e o lançamento da pedra fundamental verificou-se a 3 de outubro de 1915, “em ato oficiado pelo padre Elesbão Gurgel, e a inauguração solene, a 20 de julho de 1919”. Ele lembra que os serviços da construção do templo “serviram para amenizar o sofrimento das numerosas levas de retirantes que aqui chegavam tangidos pelo flagelo da grande estiagem” (BRITO, 1991, p. 24-25).

¹¹⁰ No relato do padre Almeida Barrêto sobre esse ano de grande inverno de 1917 se têm uma idéia da situação na cidade. “O rio estava cheio, cobrindo a barragem. Mas, ninguém havia de supor tamanho volume d’água que vinha, de um alto ao outro, levando tudo de arrasto, despejando famílias, inundando todo o carnaubal das margens, carregando arvores, animais, gente, casas, deixando tudo sem nada! Uma coisa parecida com a seca. A cidade de Mossoró sofreu” (BARRÊTO, 1980, p. 24).



Figura 7 – Igreja São Vicente de Paula em Mossoró na década de 1920.
Fonte: Acervo do Museu Histórico Lauro da Escóssia de Mossoró.

A igreja de São Vicente de Paula, existente até hoje, é uma grande obra dos elementos fixos do espaço sagrado da cidade de Mossoró, construída pelos retirantes nessa seca de 1915, sendo interessante apontar, que a memória desses trabalhadores surge através das palavras do professor Barreto, no livro de Raimundo Soares de Brito.

[...] aquele templo é uma dádiva de suor, sangue e lágrimas, dos retirantes de 1915 [...]. Se há monumentos ao soldado desconhecido, deve haver um templo de culto aos flagelados da sorte de 1915. E esse templo é a igreja de São Vicente de Paula, de Mossoró. Cada tijolo está amassado com suor dos retirantes de 1915. Assim, a cal, para o conjunto de todo o material [...] curvemo-nos antes aqueles hebreus – sob o jugo de outro faraó – a seca de 1915! (BRITO, 1991, p. 25).

Portanto, as construções e melhoramentos na cidade de Mossoró nessa seca de 1915 efetuaram-se através desses vinte contos de réis e da comissão das Obras Novas Contra as

Secas. Desses serviços podemos observar que o trabalho retirante (fluxo) foi essencial para a produção dos elementos fixos da dinâmica espacial da cidade e de seu território, ou seja, construções de açudes (Saco), estradas de rodagem e barragens no rio Mossoró, além de obras públicas voltadas para a própria malha urbana, como a igreja São Vicente de Paula e calçamento das ruas e praças. Contudo, muitos desses serviços efetuados não encontramos nas fontes registros da quantidade de trabalhadores, apenas sua menção no labor de tais obras públicas, os dados que encontramos deixaremos para apresentar no último capítulo, quando abordaremos as formas de ações e usos do espaço vivido da secas pelos retirantes. No mais a própria indústria salineira, antes dos serviços federais de 1916, também arregimentou mão-de-obra retirante nessa seca, “[...] desde maio, o número de flagelados de Mossoró era aumentado por levadas de retirantes, vindos do sertão, procurando trabalhos nas salinas, onde muitos passaram à seca, e trabalhos na cidade, que não eram encontrados” (ROSADO, 1985, p. 15). Lembrando que os problemas com o monopólio e impostos exorbitantes do sal, cessaram com a anulação dos contratos com a Companhia Sal e Navegação no governo de Ferreira Chaves em 1914, abrindo, assim, a livre concorrência e desenvolvimento local¹¹¹. Destarte, essas foram às transformações materiais ocorridas na cidade de Mossoró durante a seca de 1915, a partir do trabalho retirante nesses serviços de socorros do Governo. Adiante discutiremos a relação dessas três secas com a produção do espaço urbano mossoroense, retomando alguns pontos desse capítulo.

O geógrafo José Lacerda Alves Felipe delineou que Mossoró começou a organizar seu espaço urbano e regional através das atividades agro-pastoris desde a primeira metade do século XIX. Essa economia “sempre teve importância no processo de crescimento da cidade, quer seja pelo aspecto político-social ou pelo aspecto econômico, de vez que Mossoró nunca deixou de ativar seu espaço com essas atividades” (1980, p. 07). Desse modo, ele afirma que a seca de 1877 seria o terceiro marco histórico da ascensão da cidade como *empório comercial* da província¹¹². Acompanhamos anteriormente que a cidade de Mossoró em 1877,

¹¹¹ O jornal “O Mossoroense” divulgou em 1916 a seguinte matéria, [...] De certo tempo a esta parte se vem cada dia accentuando o progresso desta futura industria do Rio Grande do Norte para cujo completo triumpho ousamos esperar o valioso patrocínio dos poderes públicos do Estado. E assim é que desde o começo de 1915 até a presente data foram montados, tanto neste município como no de Areia Branca 6 poderosos moinhos de vento de fabricação americana, elemento capaz de augmentar consideravelmente a produção do sal fabricado no Rio Grande do Norte” (O MOSSOROENSE, 1916, p. 01). Observa-se que a indústria salineira estava, cada vez mais, se desenvolvendo pelas condições oferecidas pelo estado do Rio Grande do Norte.

¹¹² Para o geógrafo, a ascensão de Mossoró à *empório comercial* efetivou-se a partir da chegada em 1857 dos navios da Cia Pernambucana de Navegação Costeira, motivando a chegada de novos comerciantes e firmas à vila mossoroense. O segundo marco seria seu “aspecto locacional”, isto é, Mossoró tinha um “lugar privilegiado”, pois estava sentada numa área de transição entre a economia do litoral e do sertão. Dessa forma, tornava-se o

“concentrou os recursos governamentais para a seca na sua região” e será nesse “contexto de concentração de capitais e de população que o comércio de Mossoró acumula suas riquezas” (FELIPE, 1980, p. 10). Assim, para o autor, a cidade se tornou empório comercial, graças a “sua geografia, o seu aspecto locacional, o lugar de troca de mercadorias entre o sertão e o litoral, a seca de 1877 e principalmente a sua ideologia mercantilista” (FELIPE, 1980, p. 12). Portanto, a aquisição e melhoramento dos novos elementos fixos do espaço mossoroense, por meio do trabalho retirante nessa seca, mostram-se fundamentais no processo de urbanização e solidificação da cidade como empório comercial nesse período. Porém, a cidade viria a mudar paulatinamente esse título nas primeiras décadas do século XX.

A organização espacial da cidade através de seu empório comercial começa a entrar em mudanças no final da década de 1920. Essas transformações são ocasionadas pelos setores da elite burguesa da cidade, que “começou a reorganizar o seu espaço social e econômico, pois os capitais gerados pelo comércio, que ainda permaneciam na terra mais os capitais ligados às salinas garantiam a participação de Mossoró nessa divisão inter-regional do trabalho” (FELIPE, 1982, p. 63). É nesse período, portanto, que vão surgir às primeiras agroindústrias e a inserção da cidade nesse novo mercado capitalista no país, concentrado na região sudeste, logo, essa “nova especialização impunha uma nova reorganização do espaço e relações sociais diferentes das anteriores” (FELIPE, 1982, p. 64).

Desses apontamentos de Felipe, podemos discorrer que as “possíveis” transformações do espaço físico mossoroense, nessas duas secas do início do século XX, estavam voltadas para o discurso de serviços e obras públicas que favorecessem esse mercado agroindustrial no espaço citadino. Por isso as investidas na imprensa local e dos setores da elite sobre a prolongação da estrada de ferro (1915) e ao combate a crise salineira na região (1903). Dois aspectos fundamentais para a reorganização do espaço mossoroense a partir da década de 1920. Porém, os trabalhos realizados nessas secas não criaram os “efeitos desejados” como a própria crônica de Felipe Guerra e os jornais registraram nesses episódios. Mas é interessante ressaltarmos que pelo menos na seca de 1915, alguma parcela dos retirantes encontrou “meios” de subsistência na atividade salineira local, como em trabalhos nas obras públicas, através dos vinte contos de réis ou dos serviços da *Inspetoria das Obras Novas Contra as Secas* na cidade. Dessa forma, a produção de elementos fixos e fluxos do arranjo espacial de Mossoró (prédios, estradas, mercado público, barragens, igrejas...) ainda se fizeram presentes, a partir do trabalho sertanejo nessas duas secas no início do século XX.

“lugar de troca”, recebia mercadorias de outras praças do país e exterior, além de embarcar pelo seu porto, “a produção regional” (FELIPE, 1980, p. 08-09).

No próximo capítulo estabeleceremos as interfaces entre a *ordem distante e próxima* nessas secas periódicas (1877, 1903 e 1915) da cidade de Mossoró. Desse modo, analisaremos as tentativas de *controle/disciplina* e *ordenamento espacial* durante essas secas, pelo setor político-administrativo da cidade, estado e União, ao mesmo tempo as formas de *resistências* e *apropriações* dos retirantes para construção de seus possíveis *territórios alternativos*, ou contra-espacos na própria cidade de Santa Luzia nessas estiagens.

Capítulo 3. Espaço de representação e representação do espaço das Secas em Mossoró (1877-1903-1915).

3.1. Cotidiano, Território Alternativo, Ordem Próxima e Distante: abordagens conceituais e método.

Nesse último capítulo iremos analisar o espaço social da cidade de Mossoró, a partir das relações frontais e clandestinas da vida cotidiana, entre a interface de uma ordem próxima e distante nas esferas do concebido e vivido desse espaço durante as secas de 1877-1903-1915. Logo questões como: ordenamento e controle espacial das autoridades através das práticas de deslocamento, trabalho e filantropia sobre os retirantes, quanto às resistências a essas ações pelos últimos, na tentativa de impor e apropriar-se de um território alternativo, são elementos capitais nesse momento. Contudo é necessário instrumentalizar alguns conceitos para que as idéias e pontos levantados possam tecer melhor nossa narrativa. Desse modo esses elementos são: a vida cotidiana, territórios alternativos, ordem próxima e distante.

A vida cotidiana apresenta-se como a vida de todo homem (HELLER, 2008). Mas do homem “inteiro”, isto é, aquele que coloca no cotidiano em funcionamento, mas não em sua plena intensidade, os traços de sua individualidade, personalidade, sentimentos, habilidades, paixões e ideologias (HELLER, 2008). No entanto a vida cotidiana possui uma espécie de estrutura, ou melhor, “organicidade”, que compõem e lhe dá dinâmica, tanto nos comportamentos como pensamentos que a constitui. Podemos dizer que ela é ao mesmo curso “heterogênia”, “hierárquica”, “espontânea”, “possibilidade” e “mimese”. Todas essas formas e significações “têm em comum o fato de serem necessários para que o homem seja capaz de viver na cotidianidade” (HELLER, 2008, p. 55). Porém esses aspectos reduzem sua mobilidade quando cristalizam-se em formas “absolutas”, emergindo desse estado a “alienação” e as tentativas de “ordenação” dessa cotidianidade (HELLER, 2008).

Por outro lado é necessária uma crítica a essa vida cotidiana no seu conjunto social, e nas estratégias dos conhecimentos e ações que ela conduz (LEFEBVRE, 1991). Dessa forma esse método de análise sobre o cotidiano trata-se de definir suas “transformações e suas perspectivas, retendo, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos” (LEFEBVRE, 1991, p. 35). Através dessa crítica a vida cotidiana apresenta-se como um lugar social de *feedbacks* (equilíbrio momentâneo, provisório). Um lugar subestimado e decisivo, que aparece sob um duplo aspecto: “é *resíduo* (de todas as

atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e *produto* do conjunto social”, onde também “se manifestam os desequilíbrios ameaçadores” (LEFEBVRE, 1991, p. 39). Assim é fundamental expormos historicamente a constituição e a formação dessa cotidianidade, evidenciando suas “cisões, rupturas e inserções” nas relações de (re) produção da sociedade (LEFEBVRE, 1991). Portanto estamos preocupados aqui em analisar a organicidade (pensamentos e comportamentos) da vida cotidiana nesses momentos de seca na cidade de Mossoró, e compreender como esse lugar torna-se uma mediação, ou *feedbacks*, para que os homens (re) produzam suas vidas e espaços. Entretanto essas relações cotidianas desembocam em disputas de poder sobre um território, onde grupos sociais são cada vez mais dominados e excluídos no ordenamento espacial da sociedade. É nessa perspectiva que utilizaremos a concepção de *territórios alternativos*. Mas antes é operoso tratar o que seria *território*.

O historiador Jacques Ravel esclarece que essa categoria espacial é construída através de uma “série de práticas e de representações que se inscrevem em durações diferentes, que obedecem a dinâmicas heterogêneas e, por vezes, contraditórias” (1990, p. 102). O geógrafo Rogério Haesbaert pensa esse conceito ligado a qualquer manifestação de poder, não apenas o “tradicional” poder político, mas “tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder mais implícito ou simbólico, de apropriação” (2006, p. 20-21). Para ele o território é percebido enquanto relação de “dominação e apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004: 95-96). Outro autor da geografia que aborda essa temática é Claude Raffestin. Nele o território é produto “vivenciado” e “consumido” pelos atores sociais, que sem haverem contribuído para sua elaboração diretamente, o utilizam como “meio”. Assim numa perspectiva “relacional” o território para Raffestin seria um processo “quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias” (1993, p. 08).

Partindo do pressuposto que essa categoria espacial é constituída através de relações de poder, numa determinada sociedade e temporalidade, que abrange intrinsecamente um espaço concreto, dominante, produto e instrumento de controle e exploração, como também um espaço apropriado, produto dos símbolos, das identidades e das subjetividades, podemos agora inscrever a noção de *alternativo*. Esta se constrói no sentido da crítica aos “espaços hegemônicos”, que se alia à “esperança por uma “alternativa” que, literal e metaforicamente,

permite a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos de todas as matizes” (HAESBAERT, 2006, p. 11). Estamos falando aqui das “contra-racionalidades” (SANTOS, 2009) que surgem nas fimbrias contraditórias dos sistemas, isto é, configurações de “contra-espços” dentro das “ordens sociais majoritárias”. Essas devem ser analisadas, “seja na escala mínima das relações cotidianas, seja em escalas amplas, pois é nesse jogo de contraposições que pode ser divisado e incentivado um novo arranjo espacial” (HAESBAERT, 2006, p.15). Portanto, abordaremos nesse capítulo, o território “alternativo” de milhares de retirantes, que nessas três secas viram-se na segregação, exploração e dominação do espaço concebido, porém, não deixaram de mostrar na cotidianidade, outras formas de apropriação do âmbito vivido desse espaço social da seca. Contudo perceber a dialética existente dessas configurações sociais é preciso compreender o movimento entre uma “ordem próxima e distante”.

Para essa parte do tópico explicaremos a articulação (ou método) empregada para os conceitos – cotidiano e territórios alternativos – a partir da noção de *ordem próxima e distante* na perspectiva de Henri Lefebvre. Primeiramente, deve-se deixar claro que o próximo e o distante para o autor referem-se a “qualidades”, ou seja, qualidades que “expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re) produção do espaço social” (LIMONAD, 2003, p. 22). Assim, nesse jogo de interposições e de escalas da realidade social, a ordem próxima interage ao “cotidiano”, pois “a vida cotidiana traduz-se na vida de todo homem”. Desse modo, é na interface entre a reprodução do cotidiano e da totalidade que podemos “encontrar os primeiros traços da correlação entre uma ordem próxima, e uma distante, que interagem, entre si” (LIMONAD, 2003, p. 23). Desta forma essa inter-relação engendrada pelo “enfretamento” dessas ordens, apresenta-se como instrumentos metodológicos para a “compreensão do processo de espacialização, isto é, da produção do espaço” (LIMONAD, 2003, p. 25).

Quando articulamos as concepções de “territórios alternativos” ou “contra-espços” no processo de produção das espacializações durante as secas em Mossoró, percebemos claramente o movimento inter-escalar de uma ordem próxima, relacionada a um lugar, isto é, relações de proximidade e cotidiano compartilhado, sejam na resistência como na solidariedade diária, enfim, “um feixe de relações que se organiza no espaço vivido”. Por outro lado, a ordem distante, corresponde à organização e racionalidade de um espaço-território, da força de trabalho e dos meios de produção, que na linguagem de Henri Lefebvre seria uma ordem mediada pelo “espaço percebido” e regida pelas “representações do espaço”. Porém existe um vetor que transpassa essas duas polaridades. Esse objeto é a própria *cidade*.

Para o filósofo a cidade seria uma mediação para essas duas ordens e movimentos. A ordem próxima é “aquela do campo circundante que a cidade domina, organiza, explora extorquindo-lhe sobretrabalho”. A ordem distante é “a da sociedade no seu conjunto (escravista, feudal, capitalista etc.)”. Assim, enquanto mediação, a cidade é o “local onde as contradições da sociedade considerada se manifestam, como, por exemplo, aqueles entre o poder político e os diferentes grupos sobre os quais esse poder se estabelece” (LEFEVBRE, p. 82). Portanto é no espaço urbano mossoroense que encontraremos as manifestações dessas duas ordens e suas interfaces entre o vivido e concebido desse espaço social. Desse modo é bom deixar claro que o espaço social é atravessado por múltiplas ordens, que se “emblematicizam” nas extremidades da ordem próxima e distante. Portanto, ordens “intermediárias” sempre vão existir e atuar no jogo de interposições da (re) produção social. Assim o próximo e o distante

[...] *provisória e freqüentemente* convergem a ponto de se (con)fundirem. Em certo plano, convergência e divergência representam o próximo e o distante em “estado latente”, são virtuais, potenciais. Consubstanciam-se em situações “impuras” – próximas ou distantes ou próximas e distantes – devido à interferência da dimensão social. Trata-se de considerar ao mesmo tempo os contrários, os antípodas, em termos de qualidades e diferenças, que se manifestam seja na política do corpo, da reprodução biofisiológica dos homens, seja na política de reprodução da totalidade, no confronto entre o dito e o não dito (o silêncio). O que conduz inevitavelmente ao confronto de distintas práticas espaciais, do concebido frente ao vivido, que deve se traduzir em uma luta geral pela construção de um espaço diferencial, um espaço que emerja da diferença e fundamente a transformação social. (LIMONAD, 2003, p. 31-32).

Para concluirmos esse tópico é importante esclarecer novamente a idéia de “representação do espaço” e “espaço de representação”. Quando Henri Lefebvre articulou sua análise sobre a produção do espaço social, principalmente na sociedade capitalista (espaço abstrato), ele compreendeu esse processo, a partir de três níveis dessa produção espacial, isto é, os espaços percebido, concebido e vivido (LEFEVBRE, 2006). Logo os dois últimos possuem papéis centrais nesse último capítulo, pois estamos tratando da interface de dimensões que contemplam as relações cotidianas, dominadas, simbólicas e apropriadas dos “homens simples”, como também relações de controle, ordenamento, dominação e representação que gestam uma determinada sociedade. Portanto nosso objetivo é compreender o processo intrínseco dessas duas dimensões, re-produzindo o espaço social da seca da cidade de Mossoró (1877-1904-1915), através das relações cotidianas (apropriação, resistência, etc.) como das tentativas de controle e ordenamento. Dessa forma, o espaço social da seca não

apresenta-se como “algo dado” ou “pré-concebido”, mas um conjunto de relações sociais, contíguas e independentes, próximas e distantes, que criam a própria dinâmica desse espaço-tempo em Santa Luzia.

3.2 Os Espaços de Representações da Seca de 1877 na Cidade de Mossoró.

Na vizinha cidade de Assú o jornal *Brado Conservador* imprimia em suas páginas sombras do cotidiano da seca de 1877. Uma das primeiras matérias era a denúncia dos maus serviços da comissão de socorros públicos desta cidade sobre a direção de Manoel Lins Caldas, a “proteção escandalosa aos compadres e a falta de distribuição pelos verdadeiros necessitados são, segundo nos consta, praticas alli em grande escala” (BRADO CONSERVADOR, 1877, SP). Parecia que os gêneros alimentícios destinados aos retirantes estavam exclusivamente na descrição de Manoel Caldas, enquanto o “povo morre no desespero da fome”. Frisando que a vida cotidiana é o lugar de *feedbacks* do conjunto social, logo, espaços dos desequilíbrios e contradições como aponta Lefebvre, não há muitos dias que “um pequeno grupo de mulheres famintas tentou violentar a porta da casa que serve de armazém, dirigindo nessa ocasião ao Sr. Manoel Caldas diversas argüições sobre o negócios de farinha”. O relevante dessa passagem, além das ações diretas das mulheres, ao lugar e responsável dos socorros públicos, são as possíveis argumentações sobre os “negócios de farinha” praticados por Manoel Caldas. Mas a descrição desse episódio não encerra-se. Contamos que Caldas apenas começou a “ouvir aquelle kalendario, chamou a mulher que o argüia e metteu-lhe na mão um nikel pedindo-lhe que calasse a boca e apparecesse outro dia. Temeria ouvir alguma verdade, ou que se descobrisse alguma muamba?” (BRADO CONSERVADOR, 1877, SP). As ações e estratégias dos indivíduos nesse cotidiano da seca tornam-se elementos fundamentais para a produção do espaço social, principalmente no que refere-se ao âmbito vivido. Assim como na cidade de Assú, Mossoró também vai compartilhar na sua vida diária essas novas relações do conjunto social, desencadeadas pela chagada da seca de 1877 no seu espaço urbano.

Anteriormente explicamos que na cidade de Mossoró durante a passagem da seca (1877-1880) não estava circulando periódicos, pois o prelo do jornal *O Mossoroense* foi vendido em 1876 para a cidade de Assú, do qual imprimia as páginas do seu *Brado*

Conservador. Contudo esse último não deixava de registrar os fatos marcantes do cotidiano da seca na terra de Santa Luzia, em suas matérias como a “De Mossoró nos dizem”.

[...] Na noite de hontem para hoje os habitantes de S. Antonio accometteram uma barça que chega a aquelle porto com gêneros do Governo da Parahyba, e a poderam-se a fortiori de quarenta e quatro saccas com farinha, dez das quaes foram tomadas hoje pela madrugada pelo Theodomiro com quatro retirantes que agora pela manha acabaram de chegar a esta cidade, trasendo presos e escoltados trez dos salteadores (BRADO CONSERVADOR, 1877, p. 03).

Podemos dizer que uma das primeiras manifestações em massa dos sertanejos no espaço urbano foram os “saques”. Os historiadores como E. P. Thompson e George Rúde, ao longo de seus estudos sobre o campesinato na Inglaterra e França nos séculos XVIII e XIX, preocuparam-se em analisar culturalmente as ações da multidão camponesa durante os motins da fome e outras ações em massa, sendo que ambos, fugindo das explicações e interpretações “econômico-reducionistas” sobre esses eventos, discutem que essas práticas são formas de ações políticas coletivas, racionalizadas e que respondem a certos “protocolos” de organização desses grupos, que, diante a quebra de valores e costumes consuetudinários, pelas novas formas de relação do mercado advindos do capitalismo, esses sujeitos, por meio de uma “Economia Moral” (Thompson) ou de uma “Taxação Popular” (Rúde), estariam defendendo seus costumes (às vezes paternalistas) e estabelecendo preços justos sobre o trigo ou próprio pão nesses episódios¹¹³.

O historiador Frederico de Castro Neves estudou essas ações coletivas da multidão, durante as longas secas no Estado do Ceará, como um processo da formação de um “sujeito coletivo”. Assim os sertanejos consolidaram uma tradição de luta e organização ao longo das experiências vividas das grandes secas (1877-1980). Dessa forma na tentativa

[...] de apreender a constituição da multidão como um sujeito político [...] foi necessário examinar o processo histórico de formação dos conflitos que lhe deram origem, até que se estabelecesse uma tradição de ações diretas como mecanismos de pressão política, por parte dos trabalhadores rurais que se deslocam de suas terras

¹¹³ Ver os livros THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 e RUDÉ, George, F. E. *A Multidão na História: estudos dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

durante as secas, os retirantes, para obtenção de reivindicações e conquistas específicas (NEVES, 2000, p. 20).

Nessa mesma linha, Glênio de Azevedo Alves, também estudou as ações coletivas dos sertanejos durante as secas de 1877 e 1958 no Rio Grande do Norte, como práticas de um sujeito social coletivo, influenciada por uma espécie de “Economia Moral” das secas. Desse modo, uma “tradição” de negociações com as autoridades potiguares foi desenvolvida pelos sertanejos a partir do final do século XIX, até adquirirem uma prática consolidada na seca de 1958, porém, com outras formas de códigos e linguagens, como cartas e bilhetes as autoridades. Assim, “nesse ritual de poucas palavras, a economia moral da multidão continua o seu processo de formação submetendo os poderes públicos á Moral Popular” (ALVES, 2012, p. 41-42).

Dessa forma, interpretaremos essa prática da multidão durante as secas como uma espécie de “apropriação” do espaço social pelos retirantes e setores da população, pois, essas ações desencadeavam-se no âmbito vivido do espaço social, isto é, reúne elementos da vida cotidiana e da ordem próxima, além de funcionar, como os historiadores anteriores concebem como formas de diálogo, negociação, defesas de costumes (economia moral) e mecanismos de pressão política dos sertanejos sobre as autoridades e instituições, diante dos problemas acarretados pelas secas, como a falta de alimento e assistência pública.

Voltando matéria do saque do jornal *Brado Conservador* fica difícil afirmar que todos os sujeitos que participavam eram retirantes. Mossoró não era uma cidade pequena para os padrões da época como já foi apresentado nos demais capítulos. Desse modo, seus “habitantes”, sobretudo aqueles menos abastados, também experimentaram o drama da fome e da morte no cotidiano local. O fragmento do periódico descreve uma cena riquíssima da mobilidade desses indivíduos no seu espaço vivido e dela tiramos as seguintes leituras: Primeiro é um dos locais para onde os gêneros chegavam à própria cidade: o porto de Santo Antonio. Lembrando-nos que o rio Mossoró, boa parte de seu trajeto era navegável. Assim, a cidade possuía ainda dois portos secundários, responsáveis na circulação das mercadorias, entre o espaço urbano e porto central em Areia Branca. Esses eram o *porto da Ilha* e o *porto de S. Antonio* (LIMA, 1982). O porto da Ilha ficava a “margem esquerda do município de Mossoró, na ilha de Dentro e direita da cidade em uma légua” (SOUZA ET ALL, 1999, p. 02). Já o porto de Santo Antonio localizava-se “à margem esquerda do rio Mossoró e para oeste, em frente do porto da Ilha, é a povoação que se originou da fazenda de gados S.

Antonio, do Tenente-Coronel João Joaquim Guilherme” (LIMA, 1982, p. 22). Desse modo essa povoação era a primeira que tinha contato imediato com as mercadorias que chegavam de alhures para a cidade pela rede fluvial-marítima – deve-se recordar que com essa seca os transportes internos estavam prejudicados pela falta de animais de cargas – portanto, numa situação de escassez e pauperismo, não era de estranhar-se que as manifestações da multidão desenrolassem nesse lugar e seu porto, levando ainda em conta a difícil apoderação dos gêneros alimentícios, quando estivessem armazenados na própria cidade.

Devemos perceber como essa “ordem próxima” estava permeada de relações de poder na esfera cotidiana de seus sujeitos, ou seja, enquanto uns tentam ordenar as relações sociais no território citadino, utilizando-se dos mecanismos de dominação direta (normas, leis, economia, etc.), outros apropriam-se através das resistências e desequilíbrios gerados por essa organização majoritária do território citadino, criando os chamados “contra-espacos”, ou que poderíamos também chamar de “contrateatro”¹¹⁴ das relações sociais entre “dominantes” e “dominados” nas sociedades (THOMPSON, 2001). Outro detalhe importante dessa ordem próxima é a “repressão” local. O policiamento da cidade mostra nessa cena que não poderia conter sozinho a multidão de retirantes e habitantes, logo o remanejamento dos presos para cidades e vilas vizinhas era um fator existente nesse contexto. Mossoró foi uma cidade que mais concentrou retirantes em seu território nessa passagem da seca de 1877, contudo não possuía uma cadeia “adequada” para os fins da segurança pública e particular como vimos no Capítulo 2. Portanto podemos interpretar que a circulação de presos para outros lugares foi uma prática comum do cotidiano da cidade, como também um dos aspectos das relações sociais da ordem próxima (espaço vivido) nessa seca.

As notícias impressas do *Brado Conservador*, mesmo não sendo da cidade de Mossoró, nos oferecem feixes de luz do conjunto social existente naquele lugar, como da própria mobilidade da sua vida cotidiana. Assim outros aspectos presentes nesse quadro eram pintados pelo jornal, “a fome continua aqui a mesma intensidade que de antes. Felicamente o flagello da varíola está quase extinto, não temos mais inimigo á combater”. Além da fome e doenças recorrentes a moralidade era também estrangida pelos andrajos dos retirantes, “rapariguinhas de 12 e 15 annos vagueião pelas ruas da cidade esmolando o pão envolvidas em farrapos que mal amparam uma ou outra parte do corpo! A miséria imporá! (BRADO CONSERVADOR, 1879, p. 02). Quase no final da seca, Mossoró ainda vivenciava a

¹¹⁴ O contrateatro para o historiador inglês seria a relação entre que os “donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam seu contrateatro, ocupando as ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo” (THOMPSON, 2001, p. 249).

intensidade da fome, doença e pauperismo em seu meio social, e muitas dessas cenas concentravam-se num arranjo específico mostrado pela fonte: as ruas¹¹⁵. Elemento fluxo que acomoda tanto as ações como os objetos dos homens no seu espaço, esses microcosmos da vida “fazem parte da própria memória do mundo, abrigando tanto os grandes acontecimentos como os pequenos incidentes do cotidiano” (PESAVENTO, 1992, p. 08). Mesmo a rua sendo *locus* de passagem do espaço público, ela conforma duplamente nesse fragmento histórico, tanto as práticas urbanas de alguns sujeitos (esmola) como a moral da sociedade letrada de Mossoró, pois mesmo sobre essa seca era “preciso dar aos cidadãos o seu lugar na urbe e normatizar a vida” (PESAVENTO, 1992, p. 38).

As epidemias, como foram anteriormente citadas, foi um fator constante no cotidiano da seca na cidade, inclusive pela população pobre. Um dos seus primeiros registros ocorreu na câmara municipal na sessão de 16 de agosto de 1877. Esta dizia que há cerca de dois meses que se tem “desenvolvido com alguma intensidade nesta cidade e seus subúrbios, febres intermitentes e biliosas, gastro-enterites angina de diversos graus de interites ulcerosa tendo esta ultima moléstia vitimado um crescido numero de crianças” (OLIVEIRA, 1991, p. 70). Por essa situação a câmara resolve através de uma sessão extraordinária chamar a atenção do presidente da província para tomar medidas cabíveis. Uma delas era a contratação do farmacêutico Manuel Arthur Cesar de Azevedo, que já vinha assistindo essa localidade há algum tempo.

Existe nesta cidade, há sete annos um farmacêutico com título científico, o qual possui uma botica suficientemente provida de medicamentos em ótimo estado, a ele recorre a população sofredora em suas necessidades, já pedindo-lhe remédios e já consultando-os na falta de médico, sobre o incomodo, no que não são sempre atendidos gratuitamente, e, isto não é d' agora. Ele portanto, é apto para incubir-se não só do fornecimento dos remédios como para administrá-los. Esta Câmara espera que V. Excia. Tomando em consideração o que vem de expender, habilita-la a contratar o referido farmacêutico, senhor Manoel Arthur Cesar de Azevedo, mediante razoável gratificação que V. Excia. poderá arbitrar, para este encarrega-se do tratamento dos miseráveis acometidos dos males reinantes nesta localidade (OLIVEIRA, 1991, p. 71).

As epidemias já estavam na cidade e subúrbios de Santa Luzia nesse primeiro ano da seca de 1877, e ceifava suas primeiras vítimas (as crianças) como mostra a primeira citação.

¹¹⁵ A historiadora Sandra Jathay Pesavento discute que a rua passou por várias transformações durante o século XIX, graças ao impacto do capitalismo e seus agentes nesse período. Assim a rua fez parte de um novo imaginário social e segmento do espaço público em muitas cidades brasileiras no final do XIX e início XX (PESAVENTO, 1992).

Por outro lado, no segundo fragmento, encontramos aspectos relevantes acerca das ações encontradas diante desse quadro calamitoso. Sem ainda amparos de médicos locais, a população e retirantes acabavam dirigindo-se para os socorros do farmacêutico Manoel Azevedo, que parecia estar atendendo aos enfermos da cidade. Contudo, sem uma ajuda sistemática da província sobre a higienização pública, o farmacêutico não poderia tratar adequadamente as doenças e epidemias do lugar. Essa preocupação da câmara municipal com a salubridade pública não deixa de registrar ao mesmo curso, que as relações entre os atores sociais baseavam-se também numa espécie de “solidariedade” nesse espaço, ou seja, que a “cooperação e conflito são a base da vida comum” (SANTOS, 2009, p. 332). Assim a ordem próxima apresenta-se também nessa seca como *lócus* da solidariedade local, ou elemento da horizontalidade¹¹⁶ do conjunto social desse espaço mossoroense. Logo o presidente da Província remeteu para a cidade uma “ambulância com as precisas instruções medicas” e colocou a disposição da comissão dos socorros públicos “uma quantia de 300\$000 para a alimentação dos enfermos” (FALLA COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1877, p. 30). Porém o farmacêutico não aceitou o encargo, levando a comissão escolher outro para tal responsabilidade. Vemos assim uma das primeiras ações do espaço concebido da seca de 1877, ou seja, organizar unidades médicas para tratar dos enfermos que começavam a surgir na cidade de Mossoró. Contudo o discurso e prática da salubridade pública, vão adquirir, paulatinamente, outras funções na organização do espaço da seca como veremos adiante.

Na sessão de três de maio de 1879, Cazimiro Jácome Cavalcante, secretário da câmara municipal de Mossoró, escreveu a ata do dia que atendia a questão da salubridade pública que se encontrava a cidade, que desde a grande enchente de colonos, por causa da grande seca que lavra os sertões desta Província a câmara municipal atendendo o bem público “[...] entendeu que um dos grandes males que há concorrido para o desenvolvimento de muitas epidemias que aqui tem feito grande coisa na humanidade, *seria* (grifo nosso) o descurado matador do gado vacum que morre para consumo publico”. Por conseguinte, foi nomeada uma comissão de três membros, estes sendo Antonio Pereira Borges, Reinaldo Francisco da Costa e Alexandre Soares do Couto para que “nos subúrbios desta cidade e ao poente dele escolherem um lugar que oferecesse boas proporções para a construção de um

¹¹⁶ Para Milton Santos o espaço apresenta-se com segmentações e arranjos próprios, mas interligados, que define seus fluxos e mobilidade. Esses são as horizontalidades e verticalidades. Enquanto essa última representa os pontos do espaço que “separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”, as horizontalidades seriam os pontos que se agregam sem descontinuidades, isto é, são tanto o “lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente geradora”. Elas são o “teatro de um cotidiano conforme, mas não conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (SANTOS, 2009, p. 284 e 286).

curral e ao pé deste um matadouro de gado de tal sorte que não ficasse de aborda vento a cidade”. A resolução ainda não parou por aí. Olhando para a salubridade pública o fiscal da cidade ficou encarregado de retirar da frente do comércio público um “avultado número de casas, cabanas e mapalhas, feitas em colunas de Paus e cobertas de esteiras que por uma abulava prática os retirantes e alguns da cidade tinham plantado naqueles patos com o fim de ali comprarem e venderem”. Aquele espaço apropriado do comércio público pelos populares, como registra Cazimiro na sessão municipal, estava apenas servindo “não só da impaxamento e obstrução, donde pode nascer miasmas e outros males endêmicos do País, como também serve de um deslustre e decoração à cidade”. Não satisfeitos com aquela situação a câmara aproveitou o mesmo ensejo para instruir o servidor, que aos modos mais civis e de menos prejuízo ao patrimônio quanto à salubridade pública, mandasse arrancar as mapalhas que se lucravam “perpetuamente no chão e converte-las em toldas moveiças a maneira que se usam nas grandes feiras [...] e que para isto o fiscal anunciasse por um edital instrutivo, marcando dois dias para que se convertessem as cabanas e mapalhas em toldas moveiças” (OLIVEIRA, BATISTA NETO, 2000, p. 20).

Nesse fragmento encontramos muitas informações relevantes sobre a relação administrativa da cidade de Mossoró e sua preocupação com a salubridade pública, depois da chegada dos retirantes naquela urbe. Os mesmo, acompanhados de alguns cidadãos, penetraram e burlaram as leis de petições para abrirem casas, pontos de comércio ou coisas do gênero próximas ao mercado público (nessa mesma sessão não para de chegar petições de licença para abrirem casas e estabelecimentos na cidade). Construindo habitações com paus e esteiras de palhas, os retirantes buscavam não apenas estarem pertos do centro econômico (mercado público) ou administrativo da cidade, onde se encontraria gêneros alimentícios ou a caridade particular, mas um lugar do qual pudessem inserir-se e participar, mesmo que “ilegalmente”, nas atividades comerciais ou outras práticas de sociabilidades, como qualquer outro cidadão residente de Santa Luzia. Porém não demorou muito para que as autoridades agissem sobre as práticas econômicas ilícitas e as habitações dos retirantes no centro da cidade, ou seja, o discurso da salubridade pública (miasmas e outros males endêmicos do País) e estético (deslustre a decoração da cidade) foram instrumentos eficazes para essa gestão da ordem próxima e espaço concebido. Todavia apenas uma coisa ficou mais ou menos “resolvida” nesse episódio: o local do matadouro e de seu curral, que deveriam ser construídos nos subúrbios da cidade e ao seu poente, num lugar que não ficasse de aborda vento ao olfato de Santa Luzia. Dias depois a comissão achou um local “por detrás da Rua da Boa Vista, desta cidade, no cabeço de gruta que margeia com o Rio, no poço denominado

Barbosa. Foi aprovado pela Câmara, sendo o local do curral em um lugar aliamino (OLIVEIRA, BATISTA NETO, 2000, p. 26). Enquanto ao grupo de retirantes e cidadãos alojados perto do mercado público, deveria estes procurar espaços no subúrbio para a confecção de suas palhoças e habitações durante essa seca de 1877.

Sobre as condições de habitações dos sertanejos nessa seca a historiadora Ana Garcia discorre que ao “pensar as construções de palhas é compreender os processos das diversas experiências dos retirantes no ambiente urbano” (2006, p. 70-71). Desse modo, a interface entre os espaços concebido e vivido dessa seca acabavam condicionando as condições de moradia e de vida dos retirantes da cidade de Mossoró, pois muitas das áreas “escolhidas” para as habitações estavam nos limítrofes do espaço urbano, e isso “coincidentemente”, atendia aos “interesses e desejos do poder público, cujas pretensões eram o ordenamento do espaço urbano e o afastamento da população emigrante do convívio com os cidadãos” (GARCIA, 2006, p. 72). Porém, a grande questão era que esse “afastamento social” criava efeitos colaterais nos “lugares” de moradia dos retirantes, pois vivendo apinhados e em condições insalubres, tornavam-se alvos fáceis para doenças e possíveis acidentes, como registra o jornal *Brado Conservador* em 9 de maio de 1879, sobre as questões da salubridade pública da cidade de Mossoró, “[...] existindo apenas o mau de inchação, proveniente sem duvida da falta de agasalho em que vive a maior parte dos emigrantes, que ficaram expostos ao sol e chuva depois do incêndio que devorou as 130 choupanas que lhes serviam de abrigo” (BRADO CONSERVADOR, 1879, p. 01). Na documentação trabalhada não encontramos indicação dos “locais” dessas choupanas no território citadino, contudo no decorrer do texto é visível que alguns desses lugares estavam afastados do centro urbano, como nas povoações da Barra de Mossoró e S. Antonio.

Todavia esse ordenamento também era uma preocupação pelos presidentes da província do Rio Grande do Norte, e uma das formas encontradas para ordenar essa população *outsiders*, e que trazia ainda maiores rendimentos, era o regime de *trabalho*. O trabalho foi uma das principais estratégias encontradas nessas três secas para controlar as ações coletivas no território da cidade. Diferente do Capítulo 2, onde esse aspecto tornou-se vital para o aformoseamento (objetos e aspectos fixos do espaço) e agente produtor do espaço percebido da cidade de Mossoró, aqui ele emerge como representação e prática gestora do território citadino, ou melhor, das investidas frontais do espaço concebido sobre os retirantes e população em sua vida cotidiana na cidade e subúrbios.

Suas primeiras manifestações ocorreram em meados de 1878, sobre a égide de que a caridade particular e os socorros públicos da província não poderiam assistir ou nutrir a

ociosidade de muitos retirantes na cidade de Santa Luzia. Assim no relatório de 4 de dezembro do presidente Bezerra Montenegro, encontra-se registrado que a “população vive sobressaltada com o máo procedimento dos emigrantes, depois que fiz cessar a distribuição de gêneros com os ociosos, levando estes á mal, que o socorro seja exclusivamente para cegos, aleijados e doentes”. Essa medida tomada pelo presidente vai continuar até o final da seca em 1880 em Mossoró, porém, como mostram as fontes, ela ocasionara “resistências” pelos retirantes e segmento da população. Desse modo essa deliberação, “cujos serviços seriam pagos com aquelles gêneros, o que por certo não agradou a quem os recebia generosa e profusamente, sem trabalhar” (RELATORIO COM QUE SE INSTALLOU..., 1879, p. 05), será ao mesmo tempo, mecanismo de controle da ordem próxima e distante (espaço concebido) como também gatilho das ações e apropriações do espaço pelos retirantes e setores da população da cidade de Mossoró nessa seca de 1877.

É interessante comentar que a própria câmara municipal em 1878 estava ciente das possíveis manifestações e confrontos, se fossem efetuadas essas medidas pelo presidente da Província. Devemos compreender também que essas “ordens” possuem suas tensões e atritos no exercício de suas funções. Fato que ocorreu na sessão de 25 de novembro do corrente.

Ofício nº. 65 – Ao Exmo. Sr. Concelheiro Dr. Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário dos Negócios do Império. “Havendo chegado ao nosso conhecimento que o Governo provincial resolvera, em observância ao Ev. Cir. Desse Ministério, datado de 14 de Outubro ultimamente findo, suspender a remessa de gêneros alimentícios para os indigentes desta localidade, flagelados pelas seca, e não devendo esta Câmara mostra-se surda e indiferente aos repetidos clamores de tantos mil infelizes a quem a execução de semelhante providencia trará como consequência inevitável o desespero e morte, vem com o devido acatamento, em nome dessa porção da humanidade desvalida, trazer a respeitável presença de V. Excia. O quadro tétrico e angustiador que se desenha as vistas dos mossoroenses e daqueles a quem os rigores de uma esterilidade de vinte e nove meses arremessara para este lugar, no empenho extremo de salvar suas vidas e de suas desditosas famílias (OLIVEIRA, 1992, p. 34).

Nesse mesmo ofício a câmara não cessa de descrever o quadro social da cidade naquele momento. Desse modo a fome, nudez, epidemias e migração são os aspectos presentes utilizados pela câmara para “sensibilizar” e possivelmente impedir essa ação do Governo Imperial.

A fome e a nudez foram-lhes companheiras inseparáveis nesse caminhar de longos e penosos dias. Dos centros desta Província, Paraíba, Ceará e Pernambuco milhares de indigentes aqui vieram amparar-se sob a mão protetora do Governo, que, com efeito até hoje não lhe tem recusado os socorros possíveis e indispensáveis a conservação de suas substancias. A acumulação dessa aultada massa de pessoas que já haviam estragado a saúde pelo uso de uma alimentação irracional e insalubre, colhida nas raízes e frutas do mato, produziu, como naturalmente se devia prever a propagação e rápido desenvolvimento de formidáveis epidemias, como a beribéri, a febre, o sarampo e posteriormente, a bexiga, ceifando diariamnete centenas de vidas, segundo atestam as respectivas estatísticas. Até esta data não se há mudado a face deste quadro, que infelizmente se ostenta com todos os seus cortejos de desgraças e horrores. (OLIVEIRA, 1992, p. 35).

Todavia essas não eram as únicas preocupações. As revoltas e ações em massa estavam também tirando o sono das autoridades e comerciantes locais, que se viam ameaçadas pelos retirantes e populares nessa seca de 1877. Desse modo a “ordem pública” era um elemento capital da vida cotidiana durante essa seca da cidade.

A Câmara Municipal desta Cidade pode, sem exagerar, asseverar a V. Excia. que enquanto não cessarem as causas que permanecem atualmente, Mossoró continuará a ser o receptáculo de todos esses perseguidos de sorte; assim como atreve-se também a afirmar a V. Excia. que se o Governo retirar-lhes os socorros ter-se-á como infalível o parecimento de muitos á fome e a revolta dos que foram resistindo aos seus efeitos, perigando destarte a vida e propriedade de alheias. Graves e funestas perturbações na ordem pública serão em suma outras tantas desgraças a que ninguém escapará. Grupos de salteadores se organizarão com maior rapidez e novos males virão agravar os já existentes. Os pequenos ensaios de tumultos e ameaças se hão manifestado depois que soube-se do alvitre tomado pelo Governo, tem alarmado a população pacífica: os comerciantes e os proprietários, principalmente, presumem-se ameaçados e sem eficazes garantias para suas pessoas e fortunas, porque em caso tal seria insuficiente o concurso da força publica para acudir a todos os pontos atacados e restabelecer a ordem e o socêgo (OLIVEIRA, 1992, p. 35-36).

Mesmo com os pedidos da câmara de Mossoró os socorros públicos acabaram destinados apenas aos doentes e inválidos, levando a uma grande diminuição dos gêneros alimentícios para os retirantes naquele lugar. Os Presidentes estavam cientes de que nesses três anos de longo estio, os regimes dos socorros públicos teriam suas falhas administrativas em muitas localidades da província, oferecendo oportunidades (já vistos nesse trabalho), que muitos lucrassem através desses cargos imperiais. Bezerra Montenegro em seu relatório de 1878, acerca das comissões de socorros, escreve que algumas desempenharam “por modo digno de apreço tão espinhosa tarefa”, outras, porém procederam tão erradamente, “que foi melhor supprimil-as, parecendo em taes casos mais conveniente abandonar tantos infelizes à fome”, do que deixar passar, “que homens sem consciência, especulando com a miséria de

nossos semelhantes e abusando da confiança do governo convertessem a caridade em fraudulenta ganacia”. Assim para o presidente foi “mister limitar os socorros a alguns lugares do litoral, sendo que ultimamente só há distribuição gratuita com cegos e doentes nas cidades de Macau e Mossoró” (RELATORIO COM QUE SE INSTALLOU, 1879, p. 12).

Apesar dessa tentativa de controle (econômica e social) pela Província, a partir dos gêneros alimentícios e melhoramentos materiais, essas cidades acabaram vivenciando episódios, onde as resistências dos sertanejos mostram que o espaço social é antes de tudo um “lugar político”, da disputa entre o valor de uso (apropriação) e o valor de troca (dominação-propriedade), da interface entre o vivido e concebido das relações humanas. Portanto é somente no cotidiano que compreenderemos essa “contradição uso-troca (valores)” (LEFEBVRE, 2006) nesse contexto da seca de 1877 em Mossoró. Desse modo, sendo o “uso político do espaço que restitui ao máximo o valor de uso: recursos, situações espaciais, estratégias” (LEFEBVRE, 2006), é que poderemos enxergar essas ações dos retirantes como formas de “apropriação” do espaço social nessas secas.

Com essa redução dos socorros públicos não demoraria muito para as primeiras manifestações ganhassem longas páginas nos registro oficiais, como mostra o tópico “Tranqüilidade Pública” do relatório de Marcondes Machado de 1878.

[...] Chegando alli por ultimo um carregamento de farinha, milho e arroz, o povo em massa apoderou-se daquella e apesar de alguma resistência, empregada por cidadãos mais ou menos importantes, commetteu os maiores excessos, levando sua fúria ao ponto de destruir quase completamente um grande armazém alli existente e destinado as distribuições. O 2º escriptuario da Alfandega Antonio Cypriano de Araujo Silva, que para alli mandei como administrador interino da meza de rendas geraes, sabendo do ocorrido, tomou algumas cautellas na barra, afim de por em segurança 440 saccas com farinha, que encontrou, requisitando o auxilio de um destacamento de linha, que alli estava de passagem, e, como reconhecesse a insuficiência, fez convidar alguns particulares de confiança, para se premunir contra igual attentado (RELATORIO COM QUE SE INSTALLOU..., 1878, p. 05)

É interessante frisar que os principais lugares das ações da multidão no território da cidade, encontravam-se nas localidades da *Barra* e *S. Antonio*, ambos, portos secundários que ligavam Mossoró ao de Areia Branca. Esse trecho nos oferece a chance de entendermos que essa manifestação da multidão – saque e depredação – não é apenas uma “quebra” da ordem pública nessa seca de 1877, como alude os dirigentes nos registros oficiais, mas uma forma de “protesto” encontrado - mesmo que ainda não organizado sistematicamente¹¹⁷ - pelos

¹¹⁷ Ver NEVES, Frederico de Castro. Op. Cit.

populares, contra as medidas efetuadas do Governo sobre os gêneros alimentícios, para que esses não fossem destinados exclusivamente a parcelas da população carente dessa seca. Assim no dia 31 de outubro, numa distribuição em favor dos doentes,

[...] aglomerou-se tanto povo as portas do armazém, tamanho foi o tumulto, que não poudes continuar e foi preciso fechar as ditas portas. Foram estas quebradas pela multidão que a ellas se arrojou e maior estrago teria feito na farinha, se aquelle administrador não usasse de dizer, que ia officiar a esta presidência para não remetter mais gêneros. No dia seguinte conseguiram os emigrantes penetrar nos armazéns, dando começo a um saque desenfreadamente, o qual só cessou com o apparecimento das praças, que se achavam fora (RELATORIO COM QUE SE INSTALLOU..., 1878, p. 05).

Podemos achar que essas ações em massa, perdiam seu “efeito” quando os saques dissipavam-se nesses episódios. Pelo contrário, esse tipo de manifestação fez com que as autoridades e responsáveis pelos socorros, pressionados por esses atos corriqueiros, chegassem ao ponto de distribuir mais gêneros para a população da cidade de Mossoró. É claro que o medo e a tensão criados davam essa chance única de “negociação” com os dirigentes, embora sempre acompanhada pela repressão policial, e às vezes o ônus da morte e feridos. Os retirantes e setores da população estavam cientes de que esse sistema de distribuição dos gêneros iria sofrer uma grande redução e conversão em forma de salário nos trabalhos dos melhoramentos materiais da Província. Mesmo a câmara municipal em 25 de novembro ter precavido ao presidente da situação que poderia acontecer, principalmente do caráter de ordem pública, os retirantes começavam a mostrar suas “contrariedades” a essas novas leis.

[...] O povo não acredita nas ordens ultimamente remettidas, e diz alto e bom som, ou farinha ou revolução! Em data de 17 de novembro, véspera da distribuição ali, nada existia, nem do governo, nem dos particulares. O commercio ou antes alguns negociantes já resolveram não abrir mais seus estabelecimentos nos dias de distribuição e muitas famílias já tem suas portas fechadas, há muito tempo. A cada momento se espera um assalto aos estabelecimentos particulares, correndo boatos horríveis a tal respeito. Os retirantes já andam com armas de fogo preparadas nos lugares de distribuição: a faca e o cacete campeam pelas ruas publicamente á despeito mesmo dos esforços do alferes commandante do destacamento, que já tem tomado grande numero de taes armas. A população esta aterrada, e seja não tem havido muita desgraças, deve-se á distinctos cavalleiros, a quem o povo ainda vai attendendo. Ali tudo faz crer, que a explosão será inevitável, se não continuarem as remessas dos socorros em grande escala. Diante de semelhante actualidade, sem que tenham cessado essas remessas, como ainda não há muitos dias seguiram duas barcaças, conduzindo mais de duas mil saccas com farinha, tomei a resolução mandar um carregamento de mais de quatro mil e cem barricas de bolaxa, deliberando mandar o Dr. Chefe de polícia, de cujo tino espero com segurança e pacificação dos habitantes daquella cidade e o restabelecimento da ordem pública

que tão necessária se faz a sociedade em geral e aos comerciantes que se mostram sobressaltados (RELATORIO COM QUE SE INTALLOU..., 1879, p. 11).

Essa cena é interessante pela expressão que é descrita no relatório do presidente Bezerra Montenegro. Muitos elementos da vida cotidiana naquele momento de tensão que a cidade vivia por causa da seca são revelados nesse fragmento. O primeiro seria que os comerciantes locais não abriam mais seus estabelecimentos nos dias da distribuição, com medo das ações da multidão naquele espaço urbano. Não era para tanto, pois a força policial em Mossoró era composta de 28 praças oficialmente¹¹⁸. Outro aspecto é que as ruas da cidade e os pontos de distribuição são novamente os lugares escolhidos pelos retirantes para “apropriar-se” do espaço citadino, isto é, reivindicam assistências as autoridades, sejam essas do Governo ou particulares, criando nesse jogo de relações de poder, seus “territórios alternativos” e “contra-espacos” dentro das tentativas de ordenamento social estabelecidas naquele cenário. Assim as pressões populares acabaram fazendo com que novas remessas (bolachas) chegassem àqueles locais na cidade de Santa Luzia. Outro aspecto da fonte é que os retirantes também mantinham uma “espécie” de acordo e negociação com alguns indivíduos (distintos cavalheiros), levando-os a não excederem-se por completo diante das tensões presentes. A vida cotidiana como recorda Henri Lefebvre é ao mesmo tempo esse lugar decisivo e desdenhado, que residem tanto parcelas das práticas sociais quanto seu produto no conjunto social, pois é assim que a dinâmica do cotidiano não revoga e completa-se.

No mesmo relatório de 1878 consta que a cidade de Mossoró era o “receptaculo maior das diversas torrentes de miseraveis, que vem do centro, contem uma população nunca inferior a 80 mil almas”. E entre esse apinhamento pode-se afirmar, “sem medo de errar que 20 mil pelo menos são velhos, crianças, e inválidos de todas as idades, que habitam, por assim dizer, no campo, nus e famintos” (RELATORIO COM QUE SE INSTALLOU..., 1879, p. 11). Esse número, apesar de expressivo e talvez exagerado, mostra que a multidão de retirantes em Santa Luzia representava uma potência significativa, sendo tarefa difícil controlar e ordenar essa população no território citadino. A fonte até expõe que muitos habitavam os campos e arrabaldes da própria cidade. Observemos o caso de Areia Branca nessa seca de 1877, onde abrigou elevado número de retirantes, que a procura de alimentos

¹¹⁸ Ver tópico *Força Pública*, Anexo: In: Relatório com que Installou a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878 o 1º Vice-Presidente, o Exm. Sr. Dr. Manoel Tenório Bezerra Montenegro. Pernambuco. Typografia do Jornal do Recife, 1879. p. 10.

“encontrados nas piscosas águas da maré e do mar [...], muitas famílias procedentes do alto sertão fixaram – se no povoado e completaram o desmatamento da ilha construindo casas de palhas e de taipa” (MEDEIROS, 1979, p. 28). O memorialista Francisco Fausto de Souza, quase coetâneo ao evento, escreve que “a seca de 1877 a 1879 levou a Ilha (localidade da cidade de Mossoró próximo a Areia Branca) um grande número de retirantes que destruíram totalmente a mata existente na ilha, construindo palhoças”, sendo que o próprio governo da província, mandou “distribuir viveres as mesma, tendo construídos hospitais e lazaretos (improvisações) na Barra de Mossoró, afim de serem atendidos os mais necessitados” (MEDEIROS, 1979, p. 28).

Essa “organização” dos retirantes no território do município ilustra bem a difícil tarefa de controlar e ordenar essa multidão pelas autoridades competentes, pois mesmos alguns habitando os arredores e locais inadequados, muitos tinham ainda as chances de apropriar-se das ruas, mercado público e lugares de distribuição de socorros na Santa Luzia. Embora algumas dessas tentativas de ordenamento não tivessem pleno êxito, outras mostram que as “representações do espaço” estavam gerindo essa seca de 1877. Um fato ilustre foi na vizinha cidade de Assú como mostra o seu jornal *Brado Conservador*.

A comissão arrolou as pessoas indigentes por mapas, tendo estes as seguintes casas: nomes, cores, idades, e observações, contendo nestas a quantidade de socorro alimentício que cada um recebeu, e a declaração da residência dos retirantes. O serviço da distribuição foi feito por 7 quarteirões, os quaes são denominados da seguinte forma: Arraial e Tabatinga = Chambá e Tabatinha = Olho D'água = Sacco = Rosario = Curralinho = Oficinas; e cada quarteirão teve seu mappa especial. As 196 famílias compõe-se de 1:120 pessoas, inclusive 12 famílias de retirantes com 72 pessoas; sendo: 2 famílias do Rio do peixe = 1 do Catolé do Rocha da província da Parahiba do Norte = 4 do Seridó = 2 de Pão dos Ferros = 1 de Caraubas de Santa Anna do Mattos e = 1 da Serra do Martins desta Província (BRADO CONSERVADOR, 1877, p. 04).

A organização da comissão de socorros de Assú mostra uma das práticas encontradas no ordenamento espacial dos retirantes nessa seca de 1877, ou seja, a utilização de mapas e inventários, com dados de cada sertanejo na vizinha cidade. E não parou por ai. O próprio território citadino foi dividido em sete quarteirões para melhor distribuir, como também evitar, possíveis aglomerações. Enquanto essa fonte revela aspectos minuciosos do “espaço concebido” da seca em Assú, na cidade de Mossoró, não encontramos documento igual, que apresentasse tais elementos dessa “sistematização” do espaço vivido da seca. Apenas um

registro do memorialista Felipe Guerra deixa-nos com uma idéia curiosa da “organização” da comissão dos socorros de Mossoró no início do ano de 1878.

Um “mapa demonstrativo das pessoas a quem a comissão de socorros públicos da cidade de Mossoró, distribuiu gêneros alimentícios, na primeira quinzena de janeiro de 1878” mostra que foram socorridos 24.094 indivíduos, sendo de Pernambuco 4, do Ceará 1.154, da Paraíba 5.040, do Rio Grande do Norte 17.889. Para todos esses socorridos foram distribuídos 1.718 sacos de farinha e de arroz. Logo na primeira quinzena de fevereiro do mesmo ano, o número de retirantes socorridos elevou-se a 32.163, sendo do Ceará 1.142, da Paraíba 12.850, do Rio Grande do Norte 18.392. (GUERRA, 2011, p. 454).

Todavia é bom frisar que Mossoró e Assú são duas realidades distintas. Enquanto uma possuía 196 famílias (número não insignificante), a outra abrigava aproximadamente 40 mil pessoas¹¹⁹ no final dessa seca, tornando quase impossível mapear meticulosamente essa multidão de retirantes. Contudo isso não representa que era ineficaz o espaço concebido da cidade de Mossoró, pelo contrário, ele vai apresentar diferentes formas de gestão da produção desse espaço social. Uma delas foi o deslocamento de parcelas dos retirantes para a capital da província do Ceará através de embarcações e navios.

[...] de balde como é, consultar-se mais a intelligencia humana um meio efficaz, ou uma medida feliz, que possa salvar as centenas de desvalidos, que enchem o quadro desta cidade com grito espavorido da fome, da nuêza, e da nenhuma esperança de remirem a própria vida, lembrou-se no meio desta confusão, deste alarido horrível, que melancolicamente attribulava o animo de todos, o mui distincto cavaleiro Francisco Tertuliano de Albuquerque, alem das esmolos diárias que não cessas de fazer, de manter levar na cidade do Ceará em uma de suas embarcações o numero de cento e sessenta miseráveis retirantes, fornecendo não só o transporte desde o porto da Ilha desta cidade até aquela Capital como os recursos alimentícios em larga quantidade, sendo apenas auxiliado por um numero limitado daqueles, que observavão a boa intenção de sua idéia (BRADO CONSERVADOR, 1877, p. 04).

A prática de deslocamento foi um dos elementos mais fortes encontrado pelo “espaço concebido” nessas secas em Mossoró. Ponto interessante do fragmento é que o próprio “Porto da Ilha”, lugar de outras manifestações nesse cotidiano da seca de 1877, também torna-se lócus estratégico dos dirigentes para ordenar esse espaço social. Esse meio “feliz” e “eficaz”,

¹¹⁹Ver o *Relatório com que o exmo, Sr. Doutor Rodrigo Lobato Marcondes Machado passou a administração da Província ao seu sucessor, o Exm. Sr. Dr. Alarico José Furtado em 1º de maio de 1880*. Rio Grande do Norte. Typographia do Correio de Natal, 1880.

exercido pelo comerciante, Francisco Tertuliano de Albuquerque, apresenta-se no jornal como uma solução para a fome e miséria reinante, porém, não elimina a chance da própria cidade “desafogar-se” da multidão forasteira, pelo que parece, não deixava de comparecer, “e do numero de pobres retirantes exportados para o Ceará na barcaça natalense propriedade do Sr. Francisco Tertuliano, não fez a menor diferença no movimento afflictivo dessa cidade”, do qual chega constantemente “bandos e bandos de pedintes do centro da Parahyba, sendo a força mais notável do Catolé do Rocha e cidade de Souza” (BRADO CONSERVADOR, 1877, p.04). Assim o deslocamento não é apenas uma prática política localizada de Mossoró, ele mostra-se como uma tessitura ampla ligando outras realidades do Norte Imperial. Desse modo, as embarcações foram fundamentais na mobilidade de mercadorias como também de famílias de retirantes nesses espaços da seca daquele contexto.

Devemos apontar que os trabalhos nas obras públicas durante a seca de 1877, também fazem parte das práticas de deslocamento, pois os sertanejos que estavam nesses serviços – cemitério, rio, casa de câmara e cadeia, etc. – eram inseridos sobre um regime de controle e ordenamento no território citadino. Logo sua atuação nesse espaço social, via-se facilmente reduzida, principalmente quando os socorros eram convertidos em espécie de “salário”, intimidando possíveis manifestações populares. Entretanto alguns desses lugares de labor acabavam tornando-se “contra-espços”. Assim foi o caso que ocorreu na localidade “Barra de Mossoró” da povoação de Areia Branca (porto de Mossoró), envolvendo retirantes, comissão de socorros e força pública no início de 1879.

No relatório do presidente Rodrigo Lobato Marcondes Machado do dia 13 de março de 1879 no tópico “Socorros Públicos” encontra-se a seguinte declaração.

Os últimos acontecimentos, que tanto enlutaram a cidade de Mossoró, dão a medida do mau systema de distribuição dos socorros dessa localidade, que, deixando de ser feita por uma comissão criteriosa, se achava a cargo de um só individuo, que para isto era estipendiado pelos cofres públicos, vencendo uma gratificação de trezentos mil RS. Mensaes [...]. Em virtude de autorisação transmitida, por telegramma, a está presidência pelo Exm. Ministro do Imperio, solicitei da casa commercial de Amorim Irmãos & C^a, que para ali fossem directamente remetidos cinco mil saccos com farinha, cincoenta barricas com bacalháo, duzentos armados de carne, cincoenta saccos com feijão e cincoenta ditos com milho para sementes; pois, é de suppor, que nada mais exista dos gêneros que daqui foram enviados por um dos meus antecessores e pelo Exm. Presidente do Ceará, logo após o lamentável incidente, de que consta haver resultado a morte de um official de policia, duas praças do destacamento a seu cargo e algumas pessoas do povo. A tal respeito são bem deficientes as peças officiais que encontrei na secretaria, e aguardo informações mais circunstanciadas do Dr. Chefe de policia, que terá providenciado, no sentido de serem punidos os verdadeiros criminosos (RELATORIO COM QUE O EXMO. SR. DOUTOR..., 1879, p. 01-03).

Esse incidente que o relatório registra é parcela e resultado da atmosfera social que a cidade estava vivenciando naquela seca. As resoluções provinciais nos fins de 1878, sobre a diminuição dos socorros e melhoramentos materiais, fizeram com que as tensões sociais chegassem ao seu ápice em Santa Luzia. Motivo que fez o presidente Marcondes Machado desfazer a antiga comissão responsável (um membro), além do ato de distribuir mais gêneros alimentícios na cidade no caso de novas revoltas. Sobre esse episódio da povoação de Areia Branca e localidade Barra de Mossoró, teceremos os fatos, a partir das fontes do Relatório do Chefe de Polícia, do jornal *Brado Conservador*, e da memória local. Assim perceberemos como as relações humanas existentes no âmbito vivido e concebido da seca de 1877 da cidade de Mossoró, re- produzem um espaço social marcado pelas tensões, confrontos, acordos e solidariedades cotidianas, num extremo jogo de dominação e apropriação desse mesmo espaço pelos atores sociais envolvidos na trama.

Francisco Fausto de Souza escreveu que no dia 27 de janeiro de 1879 que na povoação de Areia Branca, da cidade de Mossoró, “verificou-se verdadeiro hecatombe entre a força pública comandada pelo Alferes e Delegado Manoel Rodrigues Pessoa e o Alferes Francisco Moreira de Carvalho que ali se apresentara à frente de um grande número de retirantes” (2011, p. 117). Sobre o ocorrido ele comenta:

[...] Havendo divergência entre membros da comissão de socorros públicos de Mossoró e daquela povoação contra o referido Alferes Moreira de Carvalho, referente a distribuição de gêneros aos indigentes e temendo aqueles Moreira, dada a popularidade que o mesmo possuía junto aos retirantes, resolveram os membros da Comissão mandar prender o mesmo Alferes. (SOUZA, 2011, p. 117).

No relatório do chefe de polícia encontram-se dados complementares como quem era Francisco Moreira de Carvalho, e o que ele estava fazendo em Areia Branca.

Antonio Cyrino de Araujo e Silva, que então dirigia a mesa de rendas gerais de Mossoró, incubira a Francisco Moreira de Carvalho a construção de um pequeno açude, com o trabalho de retirantes, e mediante uma gratificação de 18 litros de farinha, quantidade posteriormente aumentada pelo administrador da mesa, João Avelino Pereira de Vasconcellos. E apesar de ocorrer a falta de gêneros para os socorros públicos, queria Moreira de Carvalho que lhe fossem prestados, e neste intuito mandou pelas mulheres retirantes, no dia 23 de janeiro, cerca a casa do

administrador João Avelino, na ausência deste, cuja família se pretendia reduzir à fome. Mas a pedido de diversos cidadãos foi levantado o cerco, depois de ultrajada a mesma família pelas pessoas que a sitiavam. Ciente do ocorrido, o administrador enviou 50 sacas de farinha que pode comprar em Mossoró, onde se achava doente (RELATORIO APRESENTADO..., 1879, p. 10).

Citamos anteriormente que esse evento estava relacionado aos regimes de trabalho da seca de 1877, e como esses lugares, pensados também para o ordenamento e controle dos retirantes, poderiam torna-se “contra-espços”, ou melhor, “territórios alternativos”, a partir do instante que seus usuários não sujeitasse completamente a organização majoritária dos agentes do espaço concebido, mas apropriassem “politicamente” (no sentido de criar estratégias, reivindicações e valores de uso) desse espaço. Assim Francisco Moreira de Carvalho era o responsável direto na construção de um pequeno açude, do qual contava com trabalho da mão-de-obra retirante, sendo essa paga em forma de 18 litros de farinha, mas não havendo gêneros para a distribuição entre os trabalhadores, resolveu mandar um grupo de mulheres retirantes “reclamarem” na casa de João Avelino, responsável da mesa de rendas da localidade.

Um aspecto relevante é destacar o papel central das mulheres retirantes, sejam nas organizações coletivas diretas (como vimos na vizinha cidade de Assú) ou em formas de protesto contra a falta de gêneros alimentícios, pois elas surgem na fonte como escolhidas pelo próprio Alferes Moreira para sitiar a casa de João Avelino. Logo mostra a total participação e organização desses homens e mulheres na construção de seu espaço ou “território alternativo”. No entanto, o desentendimento gerado pelo grupo de mulheres com os familiares de João Avelino, como outros aspectos do episódio, é mais pormenorizado nas páginas do jornal *Brado Conservador*.

[...] Achava-se o capm. João Avelino encarregado dos socorros públicos naquelle ponto; mas, ou por que não encontrasse bons auxiliares para ajudarem no serviço da distribuição, ou porque entendesse que esta devia ser feita somente na cidade de Mossoró, o que é verdade é que tomou a deliberação de retirar-se para aquella cidade, sem deixar na Areia Branca alguém que o substituísse. Vendo-se assim o povo aperreado pela fome, procurou Moreira, que por seu gênio popular servia alli de protecção a muitos emigrantes, com o fim de servir-lhe de mediadeiro. Na ausência do campo. Avelino lembrou-se Moreira de ir ou mandar alguém entender-se com a senra. Daquelle Avelino, reclamando providencias no sentido de mandar abrir o armazém para que se acalmasse o animo do povo que, no desespero da fome, já começava a sublevar-se, ao que Ella rasoavelmente se recusou, dizendo que, não tendo seu marido deixado ordem alguma a respeito das providencias que lhe eram pedidas, nada podia fazer. Isto, porem, foi bastante para que o povo entendesse que devia tomar uma vindictado do encarregado da distribuição na pessoa de sua mulher,

sitiando-lhe a casa, e dirigindo-lhe palavras insultuosas. (BRADO CONSERVADOR, 1879, p. 02).

Francisco Moreira é retratado pelo jornal como um sujeito mediador das causas populares nessa seca de 1877. Entretanto, João Avelino, mostra-se como “inexperiente” na administração dos socorros públicos em Areia Branca, sem ao menos ter deixado alguém em seu exercício naquele lugar. Desse modo notamos que os retirantes, como o próprio Moreira, estavam conscientes de que deveriam agir sobre a situação da falta de gêneros alimentícios, principalmente para os trabalhadores do pequeno açude. Assim, sem as providências cabíveis dos responsáveis, acabou o povo sitiando a mulher de Avelino em sua residência, e provavelmente, iniciado as tensões. Logo, tanto a popularidade de Moreira com os retirantes, quanto seus desentendimentos com as autoridades, cresceram depois dos acontecimentos. Não demorou muito para que os últimos tomassem alguma medida de “ordem pública”, como descreve o Relatório do Chefe de Polícia a seguir:

[...] Chegando à Areia Branca o alferes Pessoa, afim de manter a ordem publica, soube de diversos fatos criminosos e da marcha de Moreira, que pretendia atacalo, á frente de um grupo armado. Depois de reunir o destacamento e dar outras providencias, o alferes Pessoa foi ao encontro de Moreira, que resistiu à ordem de prisão. Foi então que um grupo de mulheres investio contra aquelle official que empurrou-as com um bacamarte, recebendo dos sequezes de Moreira um tiro, que o prostou moribundo. Travou-se a luta, de que resultou ficarem feridas as praças do destacamento e morreram três soldados, um homem do grupo e posteriormente mais dois, sendo um no mesmo dia e outro dias depois. Tão repentino foi o conflito que os soldados não puderam disparar as armas, que se encontravam carregadas. Um filho de Moreira, de nome Remegio mandou matar a cacete um dos soldados que fugia para o quartel; mas uma das testemunhas intercedeu por ele. Também verificou-se que a força repelira, na forma de lei, o grupo resistente, que se achava armado de facas, espingardas e cacetes, sendo capitaneado por Moreira de Carvalho, que golpeou com a espada o alferes moribundo. Depois do conflito, entendeu-se Moreira com o farmacêutico Herculano Montenegro, a cujo pedido consetio que fossem conduzidos os cadáveres do alferes Pessoa e dos soldados para Mossoró, exigindo, porém, que daquela cidade o mesmo farmacêutico remetesse farinha (RELATORIO APRESENTADO..., 1879, p. 11-12).

Novamente a figura feminina aparece na documentação como participante das investidas e ações rápidas dos retirantes nessa seca de 1877, agora contra a oficialidade responsável pela “ordem” do lugar. Sobre o confronto do dia 27 de janeiro Francisco Fausto de Souza discorre outros traços dessa cena.

[...] partiu de Mossoró, na manhã do mesmo dia, o Alferes Manuel Rodrigues à frente de trinta praças, para a povoação de Areia Branca, aonde chegou por volta do meio dia. Sabedor Moreira do intuito do comandante da força pública e estando ali o farmacêutico Herculano Montenegro, um dos encarregados da distribuição dos gêneros, resolvera Moreira ir a presença do mesmo acompanhado de grande número de retirantes a fim de interceder em favor dos famintos. Nessa sua trajetória encontra-se com a força pública que vinha ao seu encontro e de cujo comandante, o Alferes Pessoa, recebeu Moreira ordem de fazer alto. A essa intimação respondeu Moreira que seu intuito era apresentar os que o acompanhavam ao farmacêutico Montenegro, resultando daí trocas de palavras entre os dois comandantes dos dois grupos que já se encontravam mais próximos. O alferes Pessoa deu voz de prisão a Moreira que não obedeceu, originando-se tiros seguidos por uma descarga da força pública. O povo investiu com força, tomando-lhe as armas. A soldadesca fez uma fuga precipitada, ficando, porém muitos estendidos no chão, mortos e feridos. O mesmo aconteceu da parte popular. (SOUZA, 2011, p. 118).

Temos nas duas fontes dados que se complementam sobre esse episódio. Um deles é a presença do farmacêutico Herculano Montenegro, membro da comissão de socorros da cidade de Mossoró, sendo o mesmo instigado por Francisco Moreira que intercedia pelos retirantes da localidade da Barra. Outra seria a divergências que Moreira possuía com os membros das ditas comissões de Mossoró e Areia Branca, possivelmente pelo último fato ocorrido na casa de João Avelino. Contudo as descrições e motivos do confronto são diferentes. No relatório de polícia o tiro disparado parte do povo, quando o alferes Pessoa empurra as mulheres que investiram contra ele, isto é, o “real” estopim recai sobre a ação de “defesa” do alferes sobre as retirantes, quanto na segunda fonte, fica confuso, pois não sabe-se ao certo quem começa a atirar, força pública ou retirantes, além do fato que o motivo do conflito surgiu através das “troca de palavras” e “aproximações” entre Moreira e Montenegro, e não das ações do alferes Pessoa e das mulheres. Porém, uma coisa é exata, não deixam de ter nexos quanto aos mortos e feridos do episódio¹²⁰.

Entretanto, ambas as fontes deixa-nos uma cena riquíssima, quando juntamos cada segmento e versão de um mesmo fato, ou seja, Moreira e Montenegro poderiam ter se confrontado verbalmente enquanto os dois grupos se aproximavam, aumentando a tensão geral a partir da voz de prisão pelo alferes Rodrigues Pessoa a Francisco Moreira, que logo não agradou a um grupo de mulheres do povo, ocasionando a investida destas sobre o oficial e

¹²⁰ Os mortos e feridos foram: “Alferes Manuel Rodrigues Pessoa, praças Francisco de Paula Silva, José Antonio Correia, saindo feridos mais Francisco Felix da Silva, Francisco Eugenio, José Joaquim do Nascimento, Francisco Dantas, Francisco Henrique de Agomar, Manuel de Souza Alves e os grandes nacionais Ricardo Pereira de Lima, Manuel Francisco Pereira de Lima, Manuel Francisco de Queiroz, José e Joaquim Gomes da Silva. Do lado do povo de Moreira morreram diversos e outros feridos ficaram constatados” (SOUZA, 2011, p. 118).

sua rápida contra-ação, gerando talvez desse momento o tiro catalisador do conflito. Contudo não interessa-nos aqui quem puxou o gatilho primeiro, todavia, o jornal *Brado Conservador* escreve que “partiu dentre o povo um tiro tam certoiro que produziu a morte quase instatenea do mesmo alferes, seguindo-se dahi um renhido combate que acabou a ferro frio” (BRADO CONSERVADOR, 1879, p.02). Mas o destaque desse episódio singular do cotidiano da seca de 1877 foi às conseqüências geradas do confronto. O jornal escreve,

Consta-nos que o capm. Avelino, em conseqüência de taes ocorrências, sahira fugitivo da cidade de Mossoró em companhia do ilustre medico, dr. Câmara, sahindo também o pharmaceutico, dr. H. Montenegro, Ricardo de Sant Anna e outros, não havendo alli uma só autoridade, pois que a vara de direito achava-se em mão do ultimo suplente de vereador. Faltava o ultimo dos flagellos para completar o negro quadro da trindade maldita que se apellida – peste, fome e guerra. (BRADO CONSERVADOR, 1879, p. 02).

Francisco Fausto também registrou o impacto desse episódio quando as notícias chegaram à cidade de Mossoró no mesmo dia 27 de janeiro.

No dia imediato entraram em Mossoró os cadáveres do Alferes e soldados, bem assim os feridos, causando esse fato uma geral sensação não somente na cidade como em toda Província. Nesse mesmo dia, retiram-se de Mossoró para o Ceará, receosos de qualquer ataque por parte dos retirantes, o Presidente da comissão de socorros, capitão João Avelino Pereira de Vasconcelos e o médico Dr. Henrique Leopoldo Soares da Câmara, indo também para Natal o farmacêutico Montenegro e Ricardo Pereira de Santana. (SOUZA, 2011, p. 119).

O medo da multidão de retirantes e de seu representante, o alferes Francisco Moreira de Carvalho, causou pânico nas autoridades locais de Mossoró e Areia Branca, que não viram alternativa, se não deixar a cidade em busca de proteção na capital Natal. Fato esse que no dia de 27 de janeiro de 1879, na Câmara de Mossoró, não ocorreu nenhuma reunião como afirma o secretário da câmara, Manoel Bazílio de Brito Guerra e o próprio porteiro, Inácio do Vale “certificamos que hoje não compareceu Vereador algum no paço da Câmara Municipal onde estivemos até as duas horas da tarde do que damos fé” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL, 2000, p. 08). O ocorrido ganha logo repercussão na província do Rio Grande do Norte. Desse modo não demoraria que medidas da ordem distante fossem tomadas para controlar essa

massa de retirantes perigosas pelos órgãos superiores do Império. E foi assim que sucedeu. Chegando a notícia

[...] dessa hecatombe a capital da Província, o vice-Presidente em exercício Matias Afonso da Fonseca Morato fez seguir para aquela povoação o Dr. Joaquim Tavares da Costa, chefe de polícia provincial, acompanhado de 100 praças, tendo pedido auxílio aos presidentes do Ceará e Pernambuco, de onde viriam para Areia Branca fortes contingentes do Exército. Ao chegar o chefe de polícia ao povoado de Areia Branca, Moreira se entrega sem opor resistência. Depois das formalidades do inquérito segue o mesmo preso para a capital bem assim outros implicados¹²¹ nos sucessos do dia 27. Em 4 de dezembro desse mesmo ano (1879), Francisco Moreira de Carvalho é submetido em julgamento em Mossoró, onde é absolvido. (SOUZA, 2011, p. 119).

O jornal *Brado Conservador* também relata essa passagem do desfecho do confronto de Areia Branca. As notícias chegadas ultimamente de

[...] Mossoró – dão como vendido e entregue à prisão o alt. Honorário do exército, Francisco Moreira de Carvalho, chefe da sedição que rebentara na – Areia Branca – no dia 27 do passado, de que damos ciência [...]. Apenas chegará o facto ao conhecimento, que então já era o Sr. dr. Morato, este por telegrama requisitou ao presidente de Pernambuco um reforço de 100 praças que não se fez esperar no lugar do conflicto, sendo acompanhado pelo dr. Chefe de policia desta província, o Sr. dr. Couta Miranda, que também trouxe da capital as praças que allí se achavam disponíveis. Ao chegar a força do governo na – Areia Branca – nenhuma resistência lhe oppoz o sobredito Moreira, entregando-se voluntariamente à prisão para que de antemão já se achava preparado. (BRADO CONSERVADOR, 1879, p. 03).

Interessante é sabermos que Francisco Moreira, “outrora residente na povoação de S. Miguel, termo de Páu dos Ferros” (BRADO CONSERVADOR, 1879, p. 02), escolhe “agir” pelas causas da população sertaneja, mesmo ciente das conseqüências de seus atos nessa seca de 1877. Porém sabemos muito pouco sobre esse indivíduo. O que temos a discorrer sobre ele

¹²¹ Os acusados desse processo foram: Francisco Moreira de Carvalho, Ludgero Bernado de Souza, Francisco Cavalcanti da Silva, Cypriano Rangel de Araujo, João Cardoso de Mello, Manoel Francisco Borges, Antonio Ferreira Maia, Maria Alves de Jesus, Regemiro de tal, Brandão de tal, José Antonio, Salvino de tal, José Pereira, Delfino Costa, Jeronymo de tal, Maximiano de tal, Agostinho Saborá, um velho cujo nome se ignora e a complice Maria Francisca do Nascimento. *Relatório apresentado á assembléia geral legislativa na segunda sessão da décima sétima legislatura pelo ministro e secretário de estado nos negócios da justiça Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira*. Rio de Janeiro. Typographia Pernovernça, 1879, p. 13.

é breves notas do memorialista Raimundo Nonato, a partir de seu livro *Os Revoltosos em São Miguel - 1926*¹²².

Rebentado a Guerra do Paraguai e organizados os contingentes potiguares, sabe-se que esse micalense reuniu sessenta valorosos amigos e, apresentados para a defesa da Pátria, tomou a iniciativa de oferecer-se na Corte como soldado. Concedeu-lhe, mais tarde, o Governo Imperial a patente de Alferes. As proclamações abolicionistas de 1883 em Acarape (Rendenção), no Ceará, e em Mossoró (30-9-83), neste Estado, também o levaram a ser entusiasta e propagandista da idéia libertadora, empolgado pelo surto patriótico reboantes do verbo de Almino Afonso, naqueles dois centros (NONATO, 2009, p. 19).

Agora está explicado o porquê da patente do exército a Francisco Moreira, citado pelo jornal da cidade de Assú. Assim esse sujeito surge na escrita de Nonato como uma personagem “ativa” entre os movimentos populares do Império – Guerra do Paraguai, Abolição – ganhando outros matizes a inserir-se no episódio da seca de 1877 em Mossoró. Desse modo, provavelmente experiente sobre questões militares e de segurança pública do Império, sua ação de entregar-se a polícia, depois do confronto de 27 de janeiro, acabou sendo sua melhor escolha, para não haver mais derramamento de sangue e graves represálias, ou até mesmo numa aposta de sua absorção no julgamento, fato concretizado na própria cidade de Mossoró no dia 4 de dezembro do corrente, como a fonte registrou.

Assim a contra-ação das autoridades provinciais sobre Moreira e os retirantes, revelamos aspectos da dinâmica social, entre a ordem próxima e distante da cidade de Mossoró nessa seca de 1877, pois, partindo de um fato específico do cotidiano que acarretou outras “dimensões”, demonstra que aquele espaço social da seca não é “estático”, mas repleto de sentidos e mobilidades, quando relacionado com a totalidade social daquele contexto específico. Enquanto Francisco Moreira e os retirantes representam uma parcela do espaço vivido, isto é, são “usadores” – através do valor de uso do costume, do tempo, etc. – do espaço social, as autoridades (comissão, polícia, comerciantes, etc.) mostram-se como indivíduos que criam e gestão os códigos do espaço concebido da seca de 1877. Isso não define que os últimos são “separados” do espaço vivido, mas que suas relações apresentam outras estratégias, padrões de deferências e formas de apropriação do espaço social (muitas vezes via dominação burocrática, propriedade, violência, etc.). Afinal, essas dimensões são

¹²² NONATO, Raimundo. *Os Revoltosos em São Miguel – 1926*. 3º ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Coleção Mossoroense, Série “C”, v. 1567, 2009, 134p.

intercaladas, tendo sentido quando vistas de maneira relacional na atuação de seu conjunto. Desse modo, acompanhamos no episódio de Areia Branca e Mossoró, como os retirantes puderam confrontar no cotidiano (ordem próxima) as representações do espaço (trabalho e deslocamento), desenvolvendo paulatinamente configurações de “contra-espacos” e “territórios alternativos” nessa seca, mesmo quando esse episódio vai ganhando dimensões amplas (ordem distante) em seu desfecho.

Porém no final de 1879, as reações do espaço concebido sobre os mesmos crescem com a presença do presidente da Província na cidade de Mossoró. Veremos adiante como procedeu a sua visita em Santa Luzia.

[...] Em novembro transportei-me para Mossoró com o fim de fazer regressar os retirantes aos lugares de sua procedência. Aproximava-se o inverno e era preciso que elles fossem esperá-lo com a terra preparada para receber as sementes. Apressei esta providencia, pela necessidade que havia de acabar-se com o maior sorvedouro de dinheiro do Estado, onde era impossivel pelo grande numero que recebiam os socorros, regularisou-se a distribuição e impedir-se inteiramente os abusos; resultados daí que as despezas ia além das necessidades reaes. Nem a comissão podia empregar toda sua energia, para evitar esses abusos, porque receava a repetição dos conflitos, a que serviram de causa medidas econômicas, applicadas sem muita reflexão e critério. Cheguei a Mossoró no dia 12 de novembro, e regresssei a 3 de dezembro, deixando a cidade com menos três partes da população emigrante. O distincto dr. Manuel Hemetrio Raposo de Mello, então único encarregado dos socorros, completou a obra, fazendo regressar os que ficaram. O regresso operou-se pacificamente, apesar da má vontade com que foi recebida a ordem dada para esse fim; e acredito que muito concorreo para isso uma força de 100 praças que conservei aquartellada durante o tempo que já estive. Para a viagem receberam os retirantes, gêneros sufficientes, e attendendo ao estado de nudez a que se achavam reduzidos, mandei-lhes dar algodãozinho para roupa. Em seguida providenciei sobre a compra de sementes, e em janeiro foram remetidas para todas as localidades do sertão (RELATORIO COM QUE SE INSTALLOU..., 1880, p. 09-10).

O discurso e ação direta do presidente Marcondes Machado era de fazer regressar a população adventícia da cidade de Mossoró, conter os gastos dos socorros e preparar a lavoura com a chegada do inverno em 1880. Claro que essa resolução só veio concretizar-se graças à força pública (100 praças) e com os dispêndios com roupas e sementes para plantio aos sertanejos. Por outro lado, o discurso e prática latente do presidente evidenciam que a presença da população adventícia (pobres e miseráveis) não era “adequada” aquela cidade e seus aparelhos públicos. Todavia, na 6ª sessão da câmara municipal de Mossoró na sua 6ª sessão do dia 13 de janeiro de 1880, resolve officiar ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império, sobre as últimas ações do presidente Marcondes Machado acerca dessa seca na cidade.

[...] esses miseráveis que se deslocaram de diversas procedências, vencendo distancias numerosas, e sofrendo as maiores privações em procura dos socorros são agora mandados de volta a seus lugares ainda secos pelo Exmo. Sr. presidente da Província, que a pouco aqui esteve. A humilhante medida que se pode qualificar de pouco humanitária, produziu, como era de prever-se, os desgraçados efeitos: crianças macilentas e velhos, que mal se arrastavam pelos caminhos, pereceram vítimas da sede e da fome: o resto da população que permanece aqui digo, nesta Cidade está também morrendo de fome, porque, tendo seu único arrimo os socorros do Governo, foram estes consideravelmente tão diminuídos de modo que é impossível que possam escapar á morte, se por ventura continuar o mesmo sistema de distribuição dos socorros (OLIVEIRA, BATISTA NETO, 2000, p. 82-83).

Não é a primeira vez que vemos tensões entre as “ordens” do espaço social da seca na cidade de Mossoró. A atitude de Marcondes Machado, nesse início de 1880, era justamente corta os gastos da Província com essa seca, que se estendia já há três anos, e sua medida de expulsar “amigavelmente” esses retirantes, mediante as roupas e sementes, pelo visto, não foi a mais “humanitária” aprovada pela câmara municipal como mostra a fonte. Além do mais tinha a questão das autoridades mossoroenses “suportarem” sozinhas o restante desses retirantes, sem o amparo dos recursos da Província, fato que parecia não agradar ou mudar o destino desses remanescentes. Assim o espaço concebido da seca de 1877 traça um elemento presente para refletir-se nas outras secas de 1903 e 1915 da cidade de Mossoró, isto é, a questão do “direito a cidade” (LEFEBVRE: 2006), ou melhor, o direito a um espaço mais igualitário, plural e do valor de uso, ao invés dos processos políticos e sociais de segregação de pessoas no espaço urbano e alhures, como efetuaram-se muitas vezes no Nordeste¹²³. Como Lefebvre discorre esse “direito a cidade” seria o “direito a liberdade, á individualização na socialização, ao habitat e habitar. O direito à obra (à atividade participante) e ao direito de apropriação (bem distinto do direito de propriedade)” (LEFEBVRE, 2006, p. 135). Contudo, vimos até aqui, que o espaço social da seca de 1877 estava longe de concretizar essa prática de “direito”, ao contrário, tentou na medida do possível, ordenar os retirantes e população pobre para longe dessa “cidade”, além de apropriar-se da força de trabalho desses sujeitos para benefícios e interesses próprios. Logo, nesse contexto da passagem do século XIX ao XX, “motivar e impelir para o trabalho, dentro do controle social, disciplinar e reprimir, se necessário for, para que a pobreza seja útil, desde que mantida nos lugares que lhe são

¹²³ Ver RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza-CE: Museu do Ceará e Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001, como o artigo de NEVES, Frederico de Castro. *Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)*. S. Paulo: Rev. Bras. de Hist., v. 15, n° 29, 1995, p. 93-122.

destinados, com o comportamento moral que os valores burgueses exigem”, esses são os “códigos que parecem prevalecer” sobre a pobreza e miseráveis do espaço urbano, nessa nova “reprodução do sistema, que sob controle, não é para gerar tensões nem constituir ameaça” (LAPA, 2008, p. 18). Porém, existiram contra-reações as essas imposições no próprio arranjo social. Assim as resistências e estratégias mostradas nesse primeiro tópico, configuram uma parcela das diferentes “apropriações” dos sujeitos no espaço da seca em Santa Luzia.

Nas últimas partes do capítulo entraremos novamente em alguns desses pontos – ordenamento social, resistência e práticas de deslocamentos – agora sobre o contexto das secas de 1903 e 1915. Diferente do impacto da seca de 1877, essas outras mostraram que a cidade de Mossoró terá outros “mecanismos” de controle socioespacial no seu cotidiano, embora encontre “reações” aos mesmos aparelhos, pelos retirantes e segmento das autoridades. Passaremos agora para o século XX do estado do Rio Grande do Norte e de Santa Luzia da República.

3. 3. *Migração ou Fome? : A Seca de 1903 na Cidade de Mossoró.*

O jornal *Commercio de Mossoró* em quatro de dezembro de 1904 publicava a matéria “Infelizes esposos”. Camillo Antonio de Albuquerque “compreendera que a vida jamais lhe poderia correr leda e feliz sem que tivesse ao seu lado, compartilhando de sua sorte e vivendo sobre o mesmo tecto, a Ignacia Thereza da Conceição”. Meses depois Ignacia sentiu os “primeiros indícios de maternidade, e Camillo mais que dantes compreendeu a necessidade de desvelar-se por sua família e procurar, pelo trabalho, os meios de poder rodeal-a de todo conforto possível”. Assim, pela primeira vez, “atravessou-lhe o espírito a lembrança do Amazonas”. Não foi por acaso, pois sua terra era pobre, “e agora que se achava a braços com o flagello da secca, não tem sequer trabalho ou ocupação útil em que o pobre possa ganhar honestamente o salario indispensável a sua subsistencia”. Não teve outro jeito e Camillo partiu para o Norte. Foi uma “dessas scenas quotidianamente realizadas na vida de milhares de Rio Grandenses do Norte que têm emigrado, deixando os lares desertos e a terra vazia”. Chegou o tempo da maternidade e Ignacia teve uma linda criança, notícia que chegou a Camillo que “redobrou os golpes á seringueira que lhe pagava em borracha as agruras das saudades que sentia dos seus”. Porém um dia amanheceu doente, sem vigor. “Era a malária que lhe tinha invadido o espírito e antes que acabassi ali aquella existência apressou-se em tomar passagem

para sua terra”. Dias depois Camillo chegará ao porto de desembarque da sua viagem marítima, “mas em tal estado de abatimento e fraqueza que não pode emprender a viagem terrestre que o devia conduzir a casa”. Sua esposa corre ao seu encontro para mostra-lhe o fruto de seu amor. Contudo, em “meio do caminho soube que já não vivia o esposo amado, e a dor, o pranto, a viuvez e o lucto retrataram-se-lhe no semblante”. Camillo era filho legítimo de Antonio Francisco Evangelista e D. Maria Thereza, “naturaes de Campo Grande, casou-se a 29 de Setembro do anno passado, seguiu para o norte em Abril deste anno e falleceu na Villa de Areia Branca à 27 de Outubro ultimo”. O mesmo encontra-se sepultado no “pequeno cemitério da Povoação de Grossos. Infelizes Esposos” (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 01-02).

Não serão poucas as matérias da imprensa sobre a migração para o Norte do país e das cenas de miséria nessa seca de 1903¹²⁴. Todavia existe um fator relevante nessas notícias. Quando na grande seca de 1877 a “imagem” dos miseráveis da cidade¹²⁵ não foi (re) produzida, pormenorizadamente, pela falta de um órgão de publicidade, nessa seca de 1903, tanto o *Commercio de Mossoró* como *O Mossoroense*, deixaram registrados os dramas, nomes e casos de dezenas de famílias que estavam vivendo o problema da seca no seu meio social. Destarte esses dois jornais vão dividir a tarefa de descrever aquela seca no espaço de Santa Luzia. Enquanto o primeiro explora matérias como a migração e filantropia, o segundo imprime páginas de casos de famílias e retirantes que estavam morrendo de fome nas ruas do centro e subúrbios de Mossoró. Dessa forma a imprensa será fundamental para analisarmos a vida cotidiana, as ações de ordenamento, as possíveis resistências e apropriações do espaço social da seca de 1903 na cidade de Mossoró.

No Capítulo 2 acompanhamos que não “existiram” trabalhos emergenciais para a grande parcela dos retirantes pelo estado e Governo nessa seca de 1903 em Santa Luzia. A única “solução” encontrada pelo Congresso foi distribuir passagens e contratar navios para transportar os retirantes para os serviços nos seringais do Amazonas e Pará. Logo os ataques sobre essa medida da União através da imprensa serão constantes nesse período.

[...] Essa emigração faz-se obrigada pelas condições de depauperamento a que ficou reduzida a fortuna particular do Rio Grande do Norte, victima de seccas sucessivas que ainda se prolongam na vigencia deste novo anno de 1904. [...] Emissários dos

¹²⁴ Essa seca de 1903 prolonga seus efeitos até o ano de 1904.

¹²⁵ Sobre a “construção” da imagem dos retirantes pela imprensa, consultar a dissertação de, BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *Famintos do Ceará: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP, 2004.

Estados do norte, sabedores da calamidade da secca que é propicia aos seus planos, estão vindo aqui dar caça, escolhendo pelos mais robustos, aos rapazes do povo, que são contratados e seguem aos bandos para os seringueiras da Amazonia. O Governo da União, por sua vez, concedeu duas mil passagens nos vapores do Lleyd do Porto de Natal para Belém, do Pará, e quanto exgottadas essas passagens é provável que outras e outra mais. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 01).

O jornal era sabedor da existência de uma política de migração que contava com o amparo dos agentes dos estados do Norte nas terras potiguares, mas a preocupação maior era sua “legalização” e “aprimoramento” através do Governo Federal nessa seca de 1903. As críticas crescem sobre essa deliberação na proporção do desamparo dos recursos da União para com essa estiagem. A matéria “Emigração Forçada” do *Commercio de Mossoró* traz uma cena cotidiana desse contexto.

No domingo último, 10 do corrente, atravessaram esta cidade em viagem de emigração para o Norte um grupo de 40 homens, chefiados por um preto que cavalgava na frente, indo os demais a pés. Passavam agitados os lenços e os chapéus em signal de despedida. Dentre elles um tocava harmonium e alguns caminhavam em passo cadenciado como quem dançava acompanhando as notas do instrumento. [...] Ironia atirada ás faces dos que ficamos sem meios e desalentados de fazer valer o nosso direito á assistencia da União no infortunio que nos toca e faz a infelicidade do povo; ironia atirada aos governos que nos abandonam à sorte e deixam ao desamparo dos recursos ordenados pela constituição!!! Uns vinte daquelles homens foram arrebanhados pela ribeira do Upanema, antigo município do Campo Grande; outros o foram neste município de Mossoró. O preto que os conduzia chamava-se Antonio Mathias e vem especialmente do Marajo, no Amazonas, para contractar colonnos no Rio Grande do Norte, contando previamente com o feliz êxito da empreza devido a confiança depositada nos seus bons auxiliares que são a secca e o abandono oficial a que está a população. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 01).

Existe uma historiografia recente que analisa os motivos e redes de interesses em torno dos processos migratórios, principalmente em períodos registrados de grandes secas, como no caso do estado do Ceará para o Amazonas, voltados na perspectiva do próprio migrante e de sua relação com o contexto vivido¹²⁶. Desse modo, é importante frisar a relevância de inserir os migrantes enquanto “participes na conformação dos deslocamentos”, levando em conta também as “implicações de suas ações, em diálogo com a variedade de outros fatores

¹²⁶ Duas dissertações que trabalham nessa linha, CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. *Nem Sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Fortaleza/Ceará, 2011, 244f. Dissertação (Mestrado) – UFC, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2011. MORAIS, Viviane Lima de. *Razões e destinos da migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP, 2003.

conjugados na trama das travessias” (CARDOSO, 2012, p. 72). Logo, salientar que a problemática das secas, as ações do Estado e os interesses capitalistas

[...] não devem ser obliterados em nome das ações migrantes, mas sim entendidos em suas sincronias e diacronias, tendo em conta seus desvãos, tensões, e considerando a pluralidade de fatores que corroboraram com o processo. Buscar ir além do raciocínio das interpretações que apontam com razões das migrações [...] as causas e conseqüências relacionadas às secas, ligadas ao fatalismo da fome e da orquestração estatal da travessia. Isso sem a intenção de desconsiderar tais fatores, mas buscando outros vieses, analisando também o papel das ações dos migrantes (CARDOSO, 2012, p. 72).

Desse modo é muito importante termos em mente a função das ações dos migrantes no processo de deslocamento nessa seca de 1903 da cidade de Mossoró, pois assim não estaremos esvaziando-os de sentidos, escolhas, acertos, erros e decisões na formação de sua própria história, como também de suas formas de apropriação do espaço vivido, que aliais, estão intimamente ligadas as tessituras e tramas da travessia. A migração para o Norte já era uma realidade do estado do Rio Grande do Norte desde o final do século XIX¹²⁷. Assim não podemos concluir que sua existência tenha relação direta com os efeitos das estiagens e políticas públicas, pois ainda temos a questão da crise salineira na região, elevando a taxa de desemprego e monopólio da cabotagem do produto, visto no capítulo anterior, mas por outro lado, temos que compreender que os espaços sociais (re) produzidos nessa seca de 1903, acabam “assegurando” de alguma forma esse processo migratório, seja na vida de milhares de famílias atingidas diretamente no espaço vivido, ou através das estratégias políticas de “coerção” da migração no conjunto social, desencadeadas nesse momento pelo espaço concebido. Portanto, não podemos de deixar de apontar esses fatores que são importantes na análise do processo de re-produção do espaço da seca na cidade de Mossoró. Dessa forma, os 40 homens da citação, tinham suas tessituras de motivações, pois, mesmo que “ludibriados” para deixarem sua terra natal, a escolha e chance de mobilidade social era uma alternativa e mérito próprio a conquistar. Contudo o jornal continua a divulgar as matérias sobre a “migração forçada” da cidade de Mossoró, justificando a seca e a falta de trabalhos como seus principais condutores.

¹²⁷ As estatísticas da migração do Estado entre os anos de 1895 a 1909 são: 1895 (594 pessoas), 1896 (1.017), 1897 (3.352), 1898 (3.833), 1899 (3.936), 1900 (3.360), 1901 (2.266), 1902 (1.037), 1903 (1.782), 1904 (12.082), 1905 (3.400), 1906 (2.148), 1907 (4.564), 1908 (2.394), 1909 (4.345). Total: 50.109 (LIMA, TAKEYA, 1987, p. 34).

[...] Pelo vapor passado seguiram 17 desses emigrantes; para o próximo costeiro esperado amanhã dos portos do norte já estão requisitados mais de 300 passagens para homens, mulheres e meninos, famílias pobres que seguem ao acaso, tangidas pela clemência da secca e falta absoluta de trabalho. Tem sido um Deus nos acuda as despedidas desse povo das gentes suas que ficam, para seguirem, talvez, depois a igual destino. Com lágrimas dos olhos tem vindo muitas ao nosso escriptório trazer-nos suas despedidas. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 02).

As passagens, pelo visto, não pararam de chegar nesse ano de 1904. Mas o destaque da fonte é o registro de que muitas pessoas procuraram o *Commercio de Mossoró* para deixarem suas “despedidas” aos familiares. Fato esse que veio produzir algumas matérias intituladas “Fructos da Emigração” nesse mesmo periódico. Com o escopo de mostrar as “conseqüências” da migração dessa seca, principalmente para os parentes que ficaram na cidade de Mossoró, o jornal divulga os nomes de familiares que faleceram ou estão em situação de enfermidade no Amazonas e Pará. Vejamos a seguir algumas dessas matérias:

Motivos de prantos e de lágrima tem os parentes que aqui ficaram das victimas da secca que lá se foram, toda vez que chega mala do correio nesta cidade. Ora são as noticias de uma situação afflictiva e penosa; ora de fallecimentos de pessoas de família que nunca mais verão. A Snra. Maria do Valle, popular e conhecidíssima parteira nesta cidade, teve o desgosto de receber notícias do falecimento de sua filha Anna Miranda e achar-se o seu neto Manoel Miranda, filho desta gravemente doente e de haver enlouquecido a mulher do mesmo Manuel Miranda que foi recolhida ao asylo em Manáos. Falleceram também o Sr. Antonio da Costa, que exercia a profissão de mestre de barçaça em Areia Branca, sua mulher, uma filha e dois netos. No Pará falleceu o Snr. Francisco Pacó e em Manáos duas filhas do Snr. Cincinata Gomes Brazil, ficando este gravemente enfermo. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 03).

Apesar de o jornal chamar os migrantes de “vítimas das secas”, pode-se perceber que muitos dos sujeitos migrados foram para essas novas terras com alguns de seus parentes mais próximos, como a falecida Anna Miranda e Antonio Costa. Assim, mesmo sobre os “rigores” dessa seca de 1903, podemos conjecturar que foram muitas as escolhas e interesses nas decisões de deslocamento desses sujeitos, pois nenhum deles na fonte partiu sozinho ou deixaram mulheres, maridos e filhos. O próprio Antonio Costa, mestre de barçaça de Areia Branca, poderia ter escolhido migrar com sua família justamente para conquistar melhor salário ou emprego frente à crise salineira que envolvia problemas na cabotagem marítima. Todavia, as notícias dos dramas de parentes não param de chegar ao correio municipal e no

jornal da cidade. Se na citação anterior temos pessoas conhecidas da municipalidade (parteira e mestre de barça) nos outros números não mudaria esse aspecto, dos quais “famílias respeitadas” e suas condições de vida nesses lugares distantes eram expostas pela imprensa nas primeiras páginas, como mostra a matéria dos “Fructos da Emigração Forçada”.
Chegaram do Pará o jovem

[...] Cincinato Wanderley e o Snr. Capitão José Lopes Bastos, que trouxe em sua companhia dous sobrinhos orphãos de desventurada mãe que chegou ao extremo infortúnio de suicídio. Falleceu naquela cidade a menor Izabel, fila do Snr. João de Souza Cavalcante. No Amazonas falleceram duas netas do major Galdino, uma filha do Snr. Julio Praxedes e outra do Srn. Francisco das Chagas que tinham seguido em companhia de sua avó dona Benta Bella Benevides. Faleceram em Manáos a mulher e um filho do Snr. Cincinato Gomes Brazil, continuando este gravemente enfermo. [...] É – nos impossível publicar, á falta de espaço, a extensa lista dos mortos da emigração forçada, entre os quaes se contam as Exmas. Snras. D. Benta Bella Benevides, viúva do Major Galdino, e D. Joanna Dantas pertencentes a respeitáveis famílias de Caraúbas e Patú. [...] As primeiras notícias de fallecimentos de famílias inteiras de enloquecimentos de mulheres cujo os maridos enfermaram, de suicídio de mães que perderam os filhos, de raptos e seducções de donzelas, os portos ficaram desertos e os vapores contractados para o transporte de emigrantes não encontram, em sua terceira viagem, mais victimas para a malaria das regiões inóspitas. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 3).

Nessa citação observamos como a maioria dos falecidos eram mulheres e filhos, vítimas muitas vezes das doenças da região como a malária. Um fato curioso são os casos de “enlouquecimentos” de esposas pela condição de vida que estavam suportando nesses lugares, muitas, inclusive sozinhas e viúvas. Mas o que se destaca na fonte é a própria situação dos portos de Mossoró, ou seja, ficaram “vazios” para as outras viagens. Desse modo, apesar de ser uma estratégia (coerção) do espaço concebido e da ordem próxima e distante sobre essa seca de 1903, além de uma imprensa local divulgando matérias contra tais práticas, a escolha de migrar ou aonde desembarcar, estava presente entre populares e retirantes como mostra o telegrama enviado da localidade de Areia Branca e registrado no jornal *Commercio de Mossoró*, “totalidade emigrantes alistados numero superior oitocentos, modo nenhum seguirá Sul. Tão infelizes povo deve ter ao menos liberdade de escolher lugar sua expatriação” (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p.03). Desse modo, esses sujeitos deveriam ter suas razões de não desejarem desembarcar na região Sul, e apostar na vida no extremo Norte do país, logo, suas motivações e anseios são aspectos presentes nesse processo da migração rumo a alhures, apesar de serem “obscurecidos” pelos discursos oficiais. Contudo, através daquele momento específico, isto é, a crise salineira, a migração (já presente) e a seca de 1903, todos

esses fatores em seu conjunto poderiam criar certas “incertezas” no espaço vivido, criando um quadro de “insegurança estrutural”¹²⁸ que influenciaria nas escolhas e motivações no processo de deslocamento desses homens e mulheres para outros estados do Norte do país.

Todavia o *Commercio de Mossoró* só mostrou uma mínima parte das faces e nomes das pessoas migradas, que em sua maioria, eram conhecidas na municipalidade. Enquanto os retirantes residentes em Santa Luzia nessa seca de 1903 sobraram apenas às cifras dos embarcados como mostra o jornal da matéria “Emigração Forçada” de 1904.

[...] Para aquelle total de 6.564 emigrados contribuiu o porto de Mossoró com cerca de 2.000 retirantes que embarcaram para Natal nos vapores costeiros da Companhia Pernambucana a saber: S. Francisco 16 de Fevereiro de 1904, 18. Jaboatão 3 de Março 394, Uma 18 de março 320, Jaboatão 1 de Abril 277, S. Francisco 15 de Abril 473, Beberibe 2 de maio 430. Total: 1.912. Pelo Itaqui, que zarpou de Areia Branca no dia 24 do corrente, pelas 4 e meia horas da tarde, seguiram para Belem e Manaos 1.100 infelizes emigrantes, completando assim o numero de 3.012 retirantes que tem sahido pelo porto de Mossoró. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 01-02).

Muitos dos navios e vapores eram fretados pelo Governo Federal, como o Itaqui, “um dos trez vapores da Companhia Lage & Irmão, do Rio de Janeiro”. Esses vapores, próprios para cargas pesadas, acabavam não servindo adequadamente para os transportes de passageiros, fato que obrigou ao “Comité Patriótico” de Mossoró e a comissão de socorros, mandarem uma comissão examinarem o “vapor Itaqui, que foi armado no Rio de Janeiro de modo a prestar se bem para o serviço de transporte de emigrantes” (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 03). Esse vapor nos outros meses continuou a cumprir seu pronto dever no porto de Santa Luzia, isto é, transportar retirantes para o Norte, “pelo Itaqui, que zarpou para o norte (Belem e Manaos) no dia 22 de junho ultimo, seguiram 495 patricios nossos, victimas da secca actual. [...] Eleva-se agora a 3.507 o numero dos expatriados só pelo porto

¹²⁸ Esse termo é utilizado pelo historiador social SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M. SILVA Fernando Teixeira, FORTES, Alexandre. *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2004. Apesar dessa noção está relacionada a outros tipos de “pressões estruturais” sobre a vida de grupos de trabalhadores, ela é interessante na aplicação da questão dos anseios e motivos da migração nessa seca, pois pontua uma urgência de examinarmos a enorme “variedade de táticas” que esses sujeitos podem “escolher para cuidar de seus problemas”, além de olharmos ainda para os “fatores contextuais que explicam a própria carência geral dos trabalhadores em lidar com tal insegurança, conduz a diferentes tipos de resultados culturais e políticos” (SAVAGE, 2004, p. 33-34). Desse modo, a “insegurança estrutural” efetua-se na vida cotidiana, logo nas relações de proximidade, família e habitação, assim, nas próprias decisões tomadas do espaço vivido pelos atores sociais frente às “instabilidades” suportadas.

de Mossoró” (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 02). Sobre esse comitê, criado exclusivamente no contexto da seca de 1903, o jornal local escreve. No domingo último,

[...] 20 do corrente, pelas 5 oras da tarde, houve uma grande reunião de comerciantes e industriaes desta cidade, com assistência de agricultores; artistas e pessoas do povo, na qual foi aclamada uma comissão de sete cidadãos para promover melhoramentos desta terra, estudar suas necessidades e representa-las perante os Governos, Associações dos Commércios, do capital e industriais; tratar dos altos interesses das classes conservadoras, da causa dos indigentes, victimas da secca, e de tudo que disser respeito ao bem estar da população e das conveniências sociaes. Os cidadãos aclamados para este comitê patriótico que bem poderíamos denominar – Septemviato – para indicar a primeira vista a comissão dos sete foram os seguintes: Drs. Francisco Pinheiro de Almeida Castro e João Dionizio Filgueira, Coronéis Miguel Faustino do Monte, Vicente Fernandes, Manoel Galvão e nosso director e redactor chefe Bento Praxedes (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 02).

A formação do “Comitê Patriótico” pode ser interpretada como uma reação da própria ordem local e do espaço concebido e vivido da seca de 1903, pois esse grupo reúne segmentos das autoridades municipais – coronéis e imprensa (redator) – que buscavam representar as classes conservadoras, e seus devidos interesses (econômicos e políticos), além de participar dos assuntos referentes às secas e retirantes. Desse modo, esse grupo é um exemplo de como os sujeitos possuem relações diferentes de “apropriação” do espaço social. Enquanto uns não possuem “vozes” e “presença política” (indigentes, termo da fonte), outros conseguem adquirir essa representatividade (comitê) no espaço. Destarte esse grupo revela que existem muitas “ordens” próximas atuando no conjunto do espaço concebido da seca de 1903, e que as tensões com as “ordens distantes” eram comuns no exercício de re-produção do espaço social. Assim a atuação do comitê no contexto não será indiferente, “tem se reunido regulamente e vae desempenhando do modo mais cabal e completo os altos encargos de que foi investido, o Comité patriótico” (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 02), principalmente com um órgão de imprensa ao seu dispor e regalias.

Acompanhamos até agora como esse jornal registrou os casos da migração de retirantes e citadinos para o extremo Norte do Brasil, e as reações contrárias de alguns grupos (imprensa, industriais...) sobre essa deliberação, além é claro de identificar o “papel” das ações dos migrados nesse deslocamento da seca de 1903. O discurso da seca (seus males e conseqüências) e da falta de trabalho (principalmente da atividade salineira e obras públicas, vistos no Capítulo 2), acabou sendo o pano de fundo das matérias produzidas sobre a

migração da cidade de Mossoró. Logo reforçando a idéia de que essa prática era “coagida” e financiada pelo Governo Federal, ao mesmo tempo em que fechava as portas do amparo público à Santa Luzia. Todavia, esse pano de fundo está mais para uma colcha de retalhos de táticas, interesses e tramas, ou seja, essa prática de deslocamento, muitas vezes era uma estratégia do espaço concebido e da ordem distante, que acabava “incentivando” ou “proporcionando” através das passagens custeadas essa migração em massa no espaço vivido, principalmente com as promessas de “trabalho” e “prosperidade” nesses novos lugares. Assim, estamos diante das ações do espaço concebido e das duas “ordens” da seca de 1903. A União gasta recursos com fretes de navios e vapores para o transporte dos sertanejos, enquanto na cidade organizam-se os passageiros, distribuindo suas passagens e mostrando seus locais de embarque. Desse modo, o “ordenamento” dos sujeitos acaba revelando uma prática e função do espaço social da seca do início do século XX, ou seja, “deslocar os corpos”, isto é, os corpos improdutivos, era a melhor saída para “salvar” esses retirantes como a própria cidade nesse momento de carestia, além de investir no labor e ocupação de terra nos Estados do Amazonas e Pará. O fragmento a seguir do *Commercio de Mossoró*, traz uma mensagem do Governador do Amazonas, Silvério José Nery, que revela aspectos desse “chamariz” da migração para aquele lugar específico.

[...] Durante o anno de 1903 foram expedido 260 titulos definitivos de lotes de terra, comprehendendos uma área de 3058. 128m 54 no valor de 164: 258\$891 e mais 22:500\$ de emolumentos. [...] Em 1903 foram concedidos 11 titulos provisórios, representando uma área de 48. 630.700 metros quadrados, cujo valor, incluindo emolumentos, se revela a 2:190\$842. [...] no anno de 1903 houve 99 contratos commerciaes, representando um capital de reis 1405: 060\$821 e 39 distratos, correspondendo a quantia de 1.469:381\$500. [...] Em relação ao nosso principal producto de exportação – a gomma elástica – transmite-vos as informações que se lêem no relatório do Sr. inspector do Thesouro. No exercicio de 1903 a produção foi de 15. 687 327 kilogrammas, no valor official de 83. 07: 216\$739 e produzido de impostos 16.614: 263\$347. [...] No exercicio de 1904 a arrecadação relativa aos mezes de janeiro e maio se elevou a 11083:572\$482, computada ahi a pertencente ao mesmo estabelecimento de credito. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 03-04).

Os seringais, os títulos de terra e os contratos comerciais são alguns dos itens para criar “motivações” de trabalho e habitação aos indivíduos nesse processo de migração para o Norte do Brasil, principalmente nessa seca de 1903 na cidade de Mossoró. Por outro lado, muitos dos retirantes desembarcados, parecem ter encontrado outros cenários e dramas do

espaço vivido nessas novas terras, como o próprio governador do estado do Amazonas registrou em sua mensagem.

As constantes seccas que ultimamente tem assolado os Estados do Norte acarretam para o Amazonas uma corrente immigratória sempre crescendo e, ao mesmo tempo que braços válidos se dirigem para o interior em busca de emprego na extracção da gomma elástica, indivíduos impossibilitados de prover a sua subsistência pelo trabalho próprio deixando-se ficar na capital, onde se entregam ao mister pouco edificante da mendicidade (MENSAGEM APRESENTADA..., 1904, p. 11).

Parece que essa “corrente migratória”, ou melhor, estratégias da ordem distante e espaço concebido das secas do Norte, estavam também fadados ao deslocamento dos pobres e miseráveis pelo território nacional. Mas a situação dos chamados “braços válidos” não eram também as “melhores” como afirmou o governador do Amazonas, pois o político potiguar, Juvenal Lamartine, reportou ao jornal *O Mossoroense* anos depois à seguinte matéria acerca da “experiência” da migração para os serviços nos estados do Norte.

No norte, os retirantes desembarcados no cais, onde cessava a ação do Governo, e aí contratados (fora melhor dizer comprados) pelos proprietários de seringais do grande rio, era despenhados para os barracões, onde chegavam devendo ao patrão uma quantia que, melhor hipótese, levaria dois anos a pagar (O MOSSOROENSE, 1910, SP).

Assim fica evidente que a “sorte” de muitos homens e mulheres estava “condicionada”, num jogo de poder e interesses, desde a travessia ao desembarque nesses novos lugares. Todavia a imprensa mossoroense achava que o Governo e estado, sobre a questão da migração nessa seca, estavam perdendo recursos e braços potiguares, pois a melhor solução seria investir ao combate da estiagem, construindo poços, estradas de ferro e açudes. Exemplo claro encontra-se na matéria “A Mensagem” de 21 de agosto de 1904 do jornal *Commercio de Mossoró*, que faz referência a uma mensagem do recente governador do estado Augusto de Lyra.

Quem quer que, com o espírito isento e a precisa moderação, leia a mensagem do Governador do Estado na parte referente a – secca, não pode deixar de avaliar até que ponto chega a dehumanidade desse homem que preside os destinos da república

Brasileira!!! [...] foi necessário expedir mais de 4 telegramas, à 12, 13, 20 e 23 do referido mez para o Snr. Presidente dignar-se responder com insinuações sobre a emigração das victimas da secca, única e infeliz medida que a sabedoria administractiva soube empregar para conjurar o flagello, ou antes de parceria com este acabar de aniquilar o Estado!! [...] Só a construcção de açudes, poços, viação férrea e obras de irrigação salvaria o Estado do phenomeno das seccas que periodicamente o assolam; mas isto não nos dá o patriótico e benemérito governo que temos, que está de acordo com o flagello para acabar o Estado, ou despovoando-o pela emigração forçada, ou matando pela fome o ultimo de seus habitantes. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 01-02).

Observamos na fonte como nem todos estavam apoiando as deliberações da migração, como única e exclusiva medida ao “combate” do fenômeno da seca em Mossoró. Porém, era preciso naquele início do século XX, desenvolver a agricultura, indústria e o comércio potiguar, e umas das saídas, seriam investir sobre projetos de açudes, estradas de ferro e obras de irrigação¹²⁹. Devemos frisar que o impacto gerado pela seca de 1877 na esfera política, econômica e sociocultural nas Províncias do Norte, vai desenvolver uma forte campanha contra esse “fenômeno climático” e seus “problemas”. As soluções encontradas para esse “combate” vão abarcar desde construções de grandes açudes a ferrovias. Assim todas as ações “institucionais” sobre as secas vão aglutinar-se nesse contexto, gerando o que poderemos chamar de “discurso da seca”, isto é, um produto histórico de práticas e representações, que rearticula suas imagens e significados ao longo do tempo e espaço, ou seja, um novo objeto “imagético-discursivo”, tomado de saber e poder (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008). Contudo não concordamos completamente a essa premissa, ao achar que foi somente na seca de 1877, que a própria idéia de “seca” torna-se um “problema regional” e “produto histórico” de caráter político e social do Brasil. Pelo contrário, pois partindo da perspectiva da produção do espaço, observamos que outras grandes secas, registradas ainda no período colonial¹³⁰, também (re) produziram relações humanas que se desenrolaram na interface do espaço percebido, concebido e vivido, logo, transformando realidades sociais, num lugar e tempo específico. Assim, Albuquerque Júnior, vem somar sobre a idéia de “representação do espaço

¹²⁹ No ano de 1906, depois dos efeitos da seca de 1903, o jornal *Commercio de Mossoró* começa a imprimir matérias intituladas “Remodelação do Trabalho”, cujo conteúdo era simplesmente a modernização das relações de trabalho sobre o setor algodoeiro, logo, elementos como açudes e ferrovias farão parte desses “desejos” das classes conservadoras da cidade de Mossoró que o próprio jornal “cartografou”, ver MCIEL, Francisco Ramon de M. “*Remodelação do Trabalho pela Imprensa*”: agroindústria, migração e seca na cidade de Mossoró/RN (1906). Natal/RN: Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte, Departamento de História. VI Simpósio Internacional Estados Americanos. Pesquisas Acadêmicas Contemporâneas. 22 a 26 de outubro de 2012.

¹³⁰ ALVES, Joaquim. *História das Secas (Século XVII a XIX)*. Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Farias. Fundação Vingt-Un Rosado/Coleção Mossoroense. 2011. Disponível em <http://colecaomossoroense.org.br/pics/Historia_das_secas.pdf>. Acesso em 28 de Agosto de 2012.

da seca”, ou seja, que no final dos novecentos, todo um novo “conjunto” de saberes, práticas e discursos (muitos de caráter técnico-científico) via poder institucional, vai procurar solucionar esses “problemas das secas” através de obras de infra-estrutura do Norte/Nordeste, viabilizando questões econômicas, políticas e sociais de alguns Estados e capitais da região.

Portanto quando o *Commercio de Mossoró*¹³¹ divulga essas “insatisfações” publicamente, ao mesmo tempo, expõe os rastros do jogo político do estado do Rio Grande do Norte e Governo, pois algumas autoridades potiguares queriam investimentos federais nos setores agrícolas e de viação, inclusive nas cidades como Mossoró e Natal¹³². Fato esse que nos anos de 1903/04, durante a própria seca, surge uma verdadeira rede de sociabilidade e campanha em volta de grupos mossoroenses, para começar os estudos prévios e construção da estrada de ferro de Santa Luzia¹³³. Porém, esse sonho teve que esperar mais alguns anos para concretizar-se. Observamos até agora que a prática de “deslocamentos” da grande parte dos retirantes no espaço citadino era a principal atitude do ordenamento social do espaço concebido da seca, embora não se revoga as expressões e pluralidade de motivos dos próprios migrantes nesses deslocamentos, pois, afinal, estamos analisando uma estratégia de controle e ordenamento do espaço que não está vazia de vida social. Porém estamos preocupados também com outras “formas” de apropriação do espaço vivido da seca de 1903. Não que a migração, suas escolhas e coerções, não possuam uma espécie de “apropriação” pelos sujeitos, porém, acompanhamos que as estratégias socioespaciais da ordem próxima e distante são indissolúveis com o espaço vivido dos homens e mulheres envolvidos nessa trama. Todavia a questão agora é a “resistência” (alternativas) contra as dificuldades vividas do espaço da seca, de quem talvez, num primeiro momento, não sujeitou-se ao processo de deslocamento e ordenamento nesse contexto.

Uma das formas da “apropriação” do espaço social aconteceu através das ações de saque da cidade de Mossoró. Os jornais *Commercio de Mossoró* e *O Mossoroense* registraram alguns desses episódios como veremos a seguir:

¹³¹ Órgão responsável dos grupos conservadores, industriais e comerciantes da cidade de Mossoró como eles registram no seu primeiro número em 1904.

¹³² Para saber sobre as disputas no cenário político-econômico, envolvendo a cidade de Mossoró e Natal, e como está última tornar-se-ia um centro comercial em detrimento de outras aglomerações do Estado, com investidas no setor político e administrativo, através da intervenção do território potiguar pelas vias de transportes, como as estradas de ferro, ver a dissertação, RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Dos Caminhos de Água aos Caminhos de Ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920)*. Natal, RN, 2006, 180p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

¹³³ Sobre a campanha da estrada de ferro de Mossoró ver, LIMA, Alysson Paulo Holanda. Op. Cit.

Pela primeira vez, nesta terra, mesmo na crise actual, o povo infringiu os seus hábitos de reconhecida fieldade e praticou uma acção reprovada e criminos, arrombando uma porta do armazém de cereas em que sociam os Snrs. Vicente Motta & C. e Francisco Antonio M. de Miranda e dali roubando na noite de 11 para 12 do corrente 56 volumes de farinha, milho, arroz e café, únicos que restavam das vendas daquelle dia. Cumpre as autoridades empregar toda a sua actividade e vigilância afim de que não nos falte, em uma cidade policiada as necessárias garantias e segurança ao direito de propriedade. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 03).

O jornal *O Mossoroense* também divulgou a mesma notícia, mas culpa a “República” pela apatia diante da situação da cidade. “Começado a experimentar as conseqüências do indiferentismo do governo da República, que não garante a vida do povo, a quem deixa morrer de fome, e assim autorisa o roubo, e quanta espécie de crimes que se possa imaginar” (O MOSSOROENSE, 1904, p. 03). Passado alguns dias, no próximo número do jornal *Commercio de Mossoró*, novamente ocorrem mais ações da multidão.

Em nosso numero passado tivemos o desgosto de registrar um roubo praticado no armzem de cereas do Snrs. Vicente Motta & C. e agora temos o disprazer de noticiar ataques e investidas de mulheres do povo aos carros de legumes que vem do Porto de S. Antonio para esta cidade. Estes tristes e lamentáveis acontecimentos tem obrigado os donos de armazéns a faze-los vigiar á noite por homens pagos para esse serviço e que de dia mandam em auxilio dos carros de cereaes, ameaçados de depredações no caminho. Sabemos da grande penúria e miséria que acabrunha o nosso povo; sabemos eu a fome tem chegado ao extremo limite; é, porem, necessário que mesmo na suprema desgraça não percamos os hábitos de moderação, de reconhecida honradez que são distinctivos do nosso povo. Um pouco mais de paciência, mais uns dias de estóica resignação e tudo estará salvo. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 01).

A municipalidade não poderia deixar que esses atos contra a propriedade continuassem a ocorrer livremente no espaço urbano. Assim como medida de controle e ordem pública foi aberto outro entreposto policial no centro da cidade.

O activo Sr. Delegado de Polícia, attendendo a que o quartel do destacamento fica num bairro muito afastado resolveu abrir um Entreposto policial no centro desta cidade para mais promptamente ser attendido o serviço de policiamento desta Praça. Applaudimos este acto da zelosa autoridade, que deve mandar exercer maior actividade e vigilância depois das 11 horas da noite, quando desertas e silenciosas as ruas, mais facilmente poderão ser escalados os armasens de viveres como já aconteceu. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 03).

Os saques nos armazéns e carros de cereais acabaram fazendo parte das ações diretas e rápidas que retirantes e populares encontraram como forma de mitigar a fome e pressionarem os dirigentes sobre a questão dos socorros na cidade. Todavia essa prática da multidão possuía uma espécie de “legitimação” para efetivar-se no espaço social. O historiador E. P. Thompson escreve sobre essa noção legitimadora.

[...] Através do conceito de legitimação, pretendo afirmar que os homens e as mulheres da multidão acreditavam está a defender direitos ou costumes tradicionais e, em geral, ter apoio de um amplo consenso comunitário. Em determinadas ocasiões, este consenso popular era confirmado por algum tipo de resolução da parte das autoridades. Mas frequentemente, porém, o consenso era de tal modo forte que se sobrepuja a sentimentos de medo e deferência (THOMPSON, 2008, p. 24).

Desse modo, vemos novamente essa prática como uma espécie de “apropriação” do espaço social da seca, pois estamos diante de um contexto que poucos poderiam comprar gêneros alimentícios na cidade de Mossoró. Assim o dinheiro passa a ser a principal forma de “valor de troca”, uma troca não apenas econômica, mas também social e cultural que (re) produz esses espaços da seca. Enquanto aos despossuídos desse “valor”, seguiam para outro tipo de apropriação do espaço, o “valor de uso”, isto é, aquele ligado aos costumes e a força do tempo, ao reino do simbólico (LEFEBVRE, 2006). A ideia de costume é fundamental no processo de legitimação e apropriação dos retirantes no espaço social da seca, pois como Thompson aponta é nas interfaces das práticas vividas, normas, leis e tolerâncias sociológicas que ele existe e vigora-se. “O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei” (THOMPSON, 2008, p. 86). Contudo, não era difícil “reconhecer os direitos costumeiros dos pobres e, ao mesmo tempo, criar obstáculos a seu exercício” (THOMPSON, 2008, p. 89).

Todavia as reações da ordem próxima e do espaço concebido da seca, contra as ações da multidão, foram logo acionadas na forma de segurança pública (policimento) e da imprensa local. Como o historiador E. P. Thompson discorre, num certo sentido, “os governantes e a multidão precisavam uns dos outros, vigiavam-se mutuamente, representavam o teatro e contrateatro um no auditório do outro, moderavam o comportamento político uns dos outros (2010, p. 68). Entretanto a “estóica resignação” e “paciência” imposta aos retirantes, muitas vezes curtas pela miséria enfrentada, punçionavam e legitimavam essas ações populares, que poderiam pelo menos intimidar as autoridades locais, levando-as a

pressionarem o estado e Governo Federal, acerca dos socorros públicos, ou até mesmo “incentivar” a filantropia da própria cidade.

Acompanhamos que os recursos federais dos socorros acabaram servindo para fretes de vapores e passagens para a migração no extremo Norte do país. Por outro lado, os retirantes que ficaram, procuraram na filantropia, “meios” de subsistir na seca de 1903 em Mossoró. Vejamos uma fonte sobre esse aspecto.

No dia 18 do corrente notou-se extraordinario ajuntamento de povo, na Rua do Graff desta Cidade. É que procedia-se a distribuição pelos pobres da importância de 447:400, remetida pelos seguintes cavalheiros: Francisco Lopez Ferraz, 100:000 Francisco Pereira Ferraz, 100:000 Barão de Ladario 50\$:000, estes residentes do Rio de Janeiro, o Coronel Sólton, dos Grossos, 50\$:000, Mocidade Catholica desta cidade 117:400, Tertuliano Fernandes & C. 30:000. [...] A distribuição teve a mais publica notoriedade e era de ver a satisfação e o reconhecimento que se manifestavam no semblante de cada um dos pobrezinhos – velhos, mulheres, criancinas, ao receberem a esmola que lhes mandavam aqueles prestantes cidadãos. [...] Depois da distribuição e aproveitando o ensejo da grande reunião do povo, lhes dirigiram a palavra os Drs. Almeida Castro e Euclides Fernandes, Coronel Antonio Gomes, e nosso director e redactor chefe capitão Bento Praxedes [...]. Todos os oradores censuraram acemente o roubo há dias praticados em um armase de viveres; reprehenderam as investida feitas aos carros de cereaes que vem para esta cidade e aconselharam ao povo a soffrer com paciência as agruras da fome por mais alguns dias enquanto se realizam as promessas que nos fazem os governos da União e do Estado. Dissolveu-se a reunião na maior ordem. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 03).

Esse documento revela informações importantes da filantropia da cidade de Mossoró. Notamos que pessoas de outros lugares e membros “respeitáveis” da municipalidade (industriais, imprensa, igreja), contribuíram em prol das vítimas da fome. Mas essa atitude também guarda certo “grau” de ordem pública e deferência sobre o próprio povo, pois na medida em que ganham socorros pelos particulares, ao mesmo tempo são censuradas as práticas de ações em massa efetuadas dias atrás, mostrando que não se podem “quebrar” certos padrões de respeito e convivência da vida urbana, entre pobres e cidadãos. Assim, numa espécie de “acordo”, via mão única, à população deve resistir à fome, enquanto os governos realizam suas promessas de amparo da seca. Devemos apontar que o “filantropo”, como discorre José Roberto do Amaral Lapa, ao fazer a caridade pública,

[...] objetiva muitas vezes a sua projeção social, o que se consegue através da imprensa e de seu registro em sermões, discursos, lápides e placas, nomes de ruas e praças, incensando a vaidade, independentemente do gênero, i.e., se homem ou

mulher. A filantropia, por sua vez, é identificada como peculiaridade da sociedade local, cujo espírito cristão preside as iniciativas nesse terreno. Ambas as significações motivam naturalmente outros seguirem o exemplo. (LAPA, 2008, p. 28).

Desse modo não é estranho, que numa realidade como a de Mossoró, encontrasse reunido em volta da filantropia “cidadãos” que buscassem uma forma de “alpinismo social”, ganhando notoriedade e proeminência nas questões de “ordem” da seca de 1903, e que ao mesmo tempo, praticassem o antigo costume cristão na própria cidade. Todavia essas “significações” tiveram seu efeito multiplicador do “exemplo a se seguido” no meio social.

[...] Vendo tanta fome e tanta necessidade na pobreza, tanta indigência e tanta miséria, um grupo de moças, da melhor sociedade Mossoroense, em um movimento espontâneo e nobre dos seus corações bem formados, resolveu dar uma representação em benefício dos pobres [...]. O salão nobre do Clube dramático Familiar Mossoroense viu-se repleto de espectadores e mais uma vez a caridade foi publicamente praticada nesta cidade. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 02).

A caridade foi um traço presente do cotidiano e espaço vivido da seca de 1903 em Mossoró. Grupos que geralmente não a praticavam acabaram juntando-se aos já existentes, como as “sociedades de S. Vicente de Paulo e do Sagrado Coração de Jesus”, a primeira “composta de homens de bons corações e a segunda de senhora e cavalheiros da nossa elite social”. Um dado relevante é que geralmente as matérias sobre a filantropia, acabavam também, como forma de crítica da ausência de medidas do Governo da União e Estado pela imprensa, “façam ellas o que não podem fazer os nossos governos, e que reconhecemos a attenuante da preocupação de graves e sérios problemas da nossa vida de nacionalidade” (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 02).

Pensar a filantropia como prática do ordenamento social e deslocamento é uma perspectiva a tomar-se na análise do espaço social da seca, pois geralmente, a distribuição ocorria num certo “lugar” específico do espaço urbano. Esse lócus na maioria das vezes era a Rua *Ulrich Graf*. Essa rua apresentou certa vez “homens aos cento e centos de mulheres, entremeiados de crianças, famintos, cobertos de trapos, alli apinhados, esperavam a escassa esmola, que lhes deviam dispensar aquelles que de recursos, escassos se acham” (O MOSSOREOSNE, 1904, p. 03). Vimos em outro fragmento (página 182) que essa mesma rua foi escolhida para a distribuição dos recursos da caridade, e provavelmente, continuou sendo

ponto de repartição dos socorros entre os retirantes nessa seca. Porém, esse lugar não era exclusivo, como mostra o jornal *O Mossoroense* a seguir:

[...] publicamos um boletim scientificando ao povo a hora designada para a distribuição, na qual, aceitando o nosso convite, bondosamente nos auxiliaram os cavaleiros: Ph. J. Rosado, major Romão Filgueira, Alfredo Mello, Rufino Caldas e Odilon Estigarriga, tendo logar as 4 horas da tarde, no meio de uma compacta multidão, em frente a Pharmacia. (O MOSSOROENSE, 1904, p. 02).

Os industriais parecem também distribuir os recursos aos retirantes em seus armazéns, como registra o *Commercio de Mossoró*, “fomos convidados pelos Snr. M. F. do Monte & C. para assistir a distribuição pelos pobres da importância de 200\$000, que para tal fim lhes remetteram os srs. Loureiro Barbosa & C. de Pernambuco” (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1904, p. 03). Assim esses “lugares da distribuição” mostram-se não apenas como locais “solidários” e “filantrópicos”, mas igualmente instrumentos estratégicos do espaço concebido da seca de 1903, pois reúnem elementos de controle e ordenamento da população pobre e retirante, impondo-lhe regras, horários e solicitações a cumprir na convivência do espaço urbano, afinal, nem todos escolheram migrar nessa seca como acompanhamos ate agora. Como Amaral Lapa discorre que esses índices que representam a “população pauperizada” exigiram “sempre dos aparelhos de Estado um sistema de controle social, que se distribuía por agencias governamentais, sem contar com a malha de instituições privadas” (2008, p. 28). Logo, esse controle social, entre Estado e particulares, efetuou-se muito bem, apesar dos “atritos” no seu exercício na cidade de Mossoró durante a seca de 1903.

Para concluirmos nossa análise sobre os traços do cotidiano e espaço vivido da seca de 1903, o jornal *O Mossoroense* começa a divulgar as vítimas da fome da cidade de Mossoró. Se o *Commercio de Mossoró* divulgou os nomes dos mortos e enfermos que arriscaram a migração para o extremo Norte do país, esse outro periódico vai registrar os casos e sujeitos que estavam vivendo o drama da fome e miséria na cidade.

Precisaos publicar os nomes dos chefes de família e o numero de pessoas, que daqui se foram retirando, pela secca; e por isso pedimos aos cidadãos o obsequio de nos transmitirem as precisas informações. Falleceu nesta cidade no dia 22 do cadente o ancião Francisco José de Luz avô do Sr. Raymundo Rubira. Nossos pezames. (O MOSSOROENSE, 1903, p. 04).

E a cada novo número vão surgindo novos casos de homens e mulheres vítimas da fome na cidade de Mossoró nessa seca de 1903.

No mez de Setembro passado morreram de fome: Pedro Cadeira, que foi sepultado nas mattas da Serra de Mossoró, por falta de conductores, e Francisca, moça filha de Francisco Sebastião, que foi sepultada nesta cidade. No Riacho Grande o Sr. Raymundo Bola encontrou a Antonia de castro Lima, cahida e para morrer de fome, deu-lhe logo algum alimento, e o fazendeiro Genuíno Alves de Souza continua a trata-la. Nesta cidade e seus subúrbios diversas famílias estão sendo alimentadas pela caridade particular, que não cessa de esforçar-se. (O MOSSOROENSE, 1903, p. 04).

Um dado importante do fragmento é indicar os possíveis “lugares da fome” do espaço urbano e território municipal, isto é, os subúrbios e limites da cidade. A área suburbana estava dividida em 5 Bairros, além de 2 Povoados como mostra o código de postura do ano de 1908.

1º - Bairro dos Macacos: Rua dos Sertanejos, antigo Matadouro, Alto da conceição, Sítios de Manoel Maria e Joaquim Soares a margem esquerda do Rio Mossoró. 2º - Bairro das Barocas: Açude do Caetaninho, Rua dos Paredoes, Avenida das Barocas até a casa dos herdeiros de Herculano Soares. 3º - Bairro do Sacco: Toda a área compreendida entre o sítio de Manoel das Neves e Delmiro Rocha até a Pitombeira dos Nunes e proximidades da vereda dos buracos, comprhendendo todos os terrenos banhados pelo açude do Sacco, á margem esquerda do Rio Mossoró. 4º - Bairro do Pinto: Lagoa da Sororoca, sítio Boa Vista até a linha telegraphica do sítio Pombas, a margem direita do rio Mossoró. 5º - Bairro do Marcollino: Da linha telegraphica no sítio Pombas até a barragem do Ingá, a margem direita do rio Mossoró. Art. 4º - O Perímetro do Povoado de S. Sebastião é limitado pelo terreno que comprehende as ruas alli existentes. Art. 5º - O Perímetro do Povoado do Porto de S. Antonio é limitado pelo terreno que comprehende as ruas alli existentes. (FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO, 2002, p. 59).

A área suburbana de Mossoró do código de postura de 1908 evidencia muito bem os bairros e ruas do arranjo urbano no início de século XX. Os sítios, as margens do rio Mossoró e os antigos lugares, ou “rugosidades” da cidade na linguagem de Milton Santos, conformam esse território citadino. Dessa forma não é estranho que a própria população carente, concentrada nos subúrbios, experimentava a miséria em suas casas nessa seca de 1903, como a “viúva de Francisco Simão e oito filhos estão morrendo de fome, alli nas Barocas”, onde

dias depois, “deu alma a Deus [...]. Seus oito filhinhos restam na orfanidade e na miséria, e já teriam tido o mesmo destino, se não fosse a extrema bondade do caridoso – Capm. Trajano Filgueira” (O MOSSOROENSE, 1903, p. 03). Assim, a miséria provavelmente já existia na cidade de Mossoró, mas com a chegada dessa seca e seus efeitos no espaço vivido dos pobres, tornavam eles visíveis para aquela sociedade, pois é no palco urbano que se “acirra o contraste entre a miséria e a riqueza, graças á concentração demográfica espacial” (LAPA, 2008, p. 24).

Outro caso de vítima da fome foi a de uma retirante, que amanheceu morta, “completamente abandonada no casebre onde residia na povoação de S. Antonio, victima da fome, uma moça cujo nome ignoramos e que apenas sabemos ter chegado há dias das praias (O MOSSOROENSE, 1903, p. 04). Assim esses locais do subúrbio mossoroense, “cartografado” pelas matérias do jornal, representam os possíveis “lugares da fome”, que a população pobre e retirante, estavam habitando e resistindo a seca de 1903. O sociólogo José de Souza Martins delinea que o olhar que “decorre do vivido no subúrbio é instruído pela experiência das rupturas inauguradas pela fábrica, pelos acidentes, pelas tensões e pelos confrontos, inevitáveis de todos os dias”, logo, é um olhar que “revela outras dimensões da vida urbana, por que é o outro imaginário de que faz parte” (MARTINS, 1993, p. 18). Destarte, esse subúrbio da seca de Mossoró, que apresenta-se fragmentado e vazio de sentido pela imprensa, configura uma outra esfera da vida urbana, com suas próprias rupturas, tensões, experiências e imaginário social, mas que não esconde seu momento de tragédia e sofrimento vivenciados nessa seca de 1903.

Mas o centro da cidade também apresentava cenas de fome e miséria da população pobre, como apresenta o periódico local, “cahio de fome nas portas de nossas officinas o ganhador Raulino de tal, [...] também no dia 13, cahiu de fome no armazém dos srs. Carvalho & Irmão, desta praça, uma mulher do povo, alli achava-se rodeada de grande numero de filhos pequenos” (O MOSSOROENSE, 1904, p. 04). Devemos lembrar que muitos retirantes não possuíam “casas” na cidade, logo, as ruas centrais, como a do comércio (praça), eram uma opção, seja pela caridade próxima ou mesmo um lugar para sobreviver e ser notado. Um fato disso ocorreu quando dois trabalhadores de armazéns encontraram atrás de uma casa da rua do rio, “uma criança, do sexo feminino, ainda ligada a pedaços de placenta, e inteiramente abandonada. [...] É, sem dúvida, filha e alguma dessas infelizes retirantes que, de dia, aqui vagam pelas ruas, e, a noite, dormem ao relento” (O MOSSOROENSE, 1904, p. 04). Assim podemos refletir que são muitos os lugares e sujeitos da fome em Mossoró – subúrbio e centro urbano – nessa seca de 1903. Claro que nossa análise não contempla a dimensão espacial

desse quadro proposto, mas é necessária a identificação da possível mobilidade e lugares da miséria nesse contexto, na busca de percebermos continuidades e descontinuidades no processo da re-produção do espaço social das secas em Santa Luzia.

Adiante iremos analisar a interface entre o espaço vivido e concebido da seca de 1915 da cidade de Mossoró. Diferente da anterior que mostrou aspectos do ordenamento e controle social, a partir do deslocamento em massa de pessoas e da filantropia, em 1915, o regime de trabalho em obras públicas (municipal e federal), vai ser outro veículo de organização do espaço concebido. Porém, esse mesmo elemento, (re) produzirá momentos de resistência e apropriação do espaço vivido dos sertanejos na cidade de Mossoró.

3.4. “Os Flagelados de Gravata”: Trabalho, Lugar e Revolta na Seca de 1915 na cidade de Mossoró.

O padre Manoel de Almeida Barrêto chegou à cidade de Mossoró em meados de fevereiro de 1913, com a missão de administrar o Colégio Diocesano Santa Luzia. Logo afluíram novas matrículas e o estabelecimento iniciou suas atividades educacionais. Porém surge a seca de 1915, e aquele lugar específico, juntamente com as ações de seu diretor e autoridades municipais, revelam-nos um conjunto de experiência e expressão do espaço vivido e concebido daquela seca. Assim foi logo organizada uma comissão para distribuir os socorros enviados pelas praças comerciais do sul do país, como também dos recursos do Governo Federal. Entre os membros do grupo estavam o padre Barrêto, o juiz de direito Felipe Guerra e o promotor público Dr. Silvério Soares, entre outras autoridades. Com a chegada dos problemas sociais dessa seca, a frequência do Colégio baixara, em consequência da atenção de seu diretor para com os milhares de retirantes espalhados na cidade, e acolhidos também no próprio pátio do Diocesano (BARRÊTO, 1980).

Nessa última parte do capítulo iremos trabalhar basicamente com 4 documentos que abordam a seca de 1915 da cidade de Mossoró. Esses são: o jornal *O Mossoroense* de 1915, uma crônica do juiz de direito Felipe Guerra (1940), as memórias do padre Barrêto, impressas pelo mesmo jornal (1946/47), e o recente jornal *O Nordeste* (1916). As mesmas oferecem-nos um panorama de como as dimensões do espaço social relacionam-se, ou seja, como os homens re-produzem suas relações na interface do espaço vivido e concebido, criando assim a própria dinâmica do espaço da seca em Mossoró. Desse modo, vamos acompanhar os seguintes pontos: as relações de trabalho dos retirantes, principalmente no açude do Saco,

sendo parte do ordenamento e controle social dessa seca, e como o próprio açude e Colégio Diocesano, tornam-se ao mesmo tempo, lugar de experiências e entreposto do espaço concebido da seca de 1915. Todavia identificamos momentos de “resistências” (contra-espacos) e “apropriação” dos retirantes na cidade de Mossoró para “conseguir” seu lugar naquele contexto específico.

Primeiramente queremos utilizar nesse tópico o conceito de *lugar*¹³⁴ trabalhado pela geografia humanista, principalmente pelo geógrafo Yi-Fu Tuan em seu livro, “Espaço e Lugar”. Para o autor essas duas categorias são intimamente relacionadas, e mediadas pela experiência humana (do sentimento primário a concepção explícita). Assim o que começa como “espaço indiferenciado transforma-se em lugar á medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983, p. 06). Para o autor o espaço (algo mais abstrato) permite o movimento das relações, logo, o “lugar” é uma pausa dessa mobilidade, da qual permite “que uma localidade se torne um centro de reconhecido valor” (TUAN, 1983, p. 153). Portanto, o “lugar” é uma “concreção de valor”, isto é, quando adquire definição e significado para os indivíduos e grupos específicos. Esses apontamentos ajudam-nos perceber na fonte utilizada como o Colégio Diocesano e açude do Saco, tornam-se essa “pausa” e “objeto” do espaço social da seca de 1915, que adquire valores e significados, a partir das tramas dos sujeitos envolvidos nesses locais.

Vimos no capítulo anterior que foi criada a repartição das *Obras Novas Contra as Secas* pelo Governo Federal no ano de 1916, e com está veio um investimento de vinte contos de réis para serviços no açude do Saco, Serra Vermelha e estrada de rodagem de Mossoró-Alexandria. Desses trabalhos, as relações humanas em volta do primeiro açude ganham visibilidade na descrição do padre Barrêto. Certa vez ele descreve o drama que assistiu no povoado de S. Sebastião, local próximo dos serviços do açude do Saco no início de 1916.

Uma mulher caminhava a passos perdidos, soluçando aos ventos a elegia dos infinitamente tristes. – Que há, minha velha? Disse-lhe. – Sei dizer que, ali, debaixo daquela quixabeira, perdi marido, filhos todos, somente eu fiquei para sofrer... – E para onde vai? – Sosinha, sigo para minha terra Pau dos Ferros. Chuveu lá. Perdi tudo, porém, lá tenho parentes e está chovido, é o que basta. Chuva em minha terra, nada falta. Mas, ali debaixo daquela quixabeira de meus pecados, perdi e deixo a minha alma! ... Sinto febre, estou à morte, não sei se alcançarei Pau dos Ferros. Estou por tudo, pois a vida, que tenho, está ali enterrada, perto, disse, daquela quixabeira. Algumas palavras de conforto e alguns tostões caíram naquela alma que

¹³⁴ Sobre o conceito de “lugar” nos estudos geográficos ver o artigo, WERTHER, Holzer. *O Conceito de Lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a Geografia Contemporânea*. Rio de Janeiro. Rev. GEOgraphia, Ano V, nº 10, 2003, pp. 113-123.

saiu em pranto, cambaleando, ao farfalhar da brisa nordestina, sem esperança de chegar à terra, donde emigrou forçada. E cenas, como esta, muitas houve, inéditas, porém testemunhadas por quem estas linhas escreve (BARRÊTO, 1980, p. 22).

O açude do Saco localizava-se afastado do centro urbano (povoação de S. Sebastião), logo já era uma estratégia para “proteger” e “amenizar” a cidade dos problemas da seca como o apinhamento, doenças e ações em massa. Assim o relato do padre traz uma dupla experiência vivida no açude nesse cotidiano da seca de 1915, demonstrando que esse local específico, possuía valores e significados, sejam esses de sofrimento, perdas e esperanças.

Barrêto também comenta que com a chegada do inverno de 1916, os retirantes localizados na cidade de Mossoró, “residiam sob a copa verde dos joazeiros e quixabeiras. Foi um sofrer em conta”. As chuvas logo encheram “os barreiros, focos de endemias. A febre veio, dizimando criaturas indefesas [...]. Um terço, pelo menos, ficou inhúmado” (BARRÊTO, 1980, p. 21). A flora do território mossoroense mostra-se como um lugar de sobrevivência para os retirantes durante essa seca, porém, não eram adequadas as condições de vida e moradia em longo prazo. Assim o medo de epidemias e concentração de sertanejos na cidade começava a ganhar destaque na imprensa, como mostra o jornal, “o mal passar, os imundos andrajos, os intectos tugúrios ou palhoças não menos higienicos, e tudo mais que se pode avaliar e que se tem visto em épocas idênticas, nos fez crer que estamos em vésperas de uma crise epidêmica” (O MOSSOROENSE, 1916, p.01). Os casebres e palhoças improvisadas pelos retirantes tornam-se alvos do periódico, revestida do discurso e prática sanitaria do período.

O pesquisador Gilberto Hochman discorre em seu livro¹³⁵ que a década de 1910 significou uma “inflexão no processo de constituição de poder na área de saúde pública” (1998, p. 102). Desse modo, muitos setores da sociedade, como os órgãos de comunicação, serão fundamentais na re-produção desse novo imaginário sobre a doença e salubridade pública. Como o autor escreve, essa política nacional de saúde pública foi possível e viável graças ao “encontro da consciência das elites com seus interesses, e suas bases foram estabelecidas a partir de uma negociação entre os estados e o poder central, tendo o federalismo como moldura político-institucional” (HOCHMAN, 1998, p. 16). Não demorou muito para que novas matérias fossem publicadas, no intuito de alertar os cidadãos e

¹³⁵ HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*. As bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1998.

autoridades, principalmente com a vinda dos recursos e serviços para os retirantes em Santa Luzia nessa seca de 1915.

É conveniente se deixarem todos estes retirantes, aqui, amontoados como gados em curral? Não será uma ocasião para uma infecção; de maneira a desenvolver-se uma epidemia, sobretudo prejudicial á nossa urbs, cujo estado sanitário é mais ou menos lisonjeiro? [...] é evidente que, havendo serviço de protecção aos famintos em Mossoró, a corrente de immigrants será constante e tanto mais densa quanto mais tempo se passar. Será um perigo para o estado sanitário e para a segurança pública. Isto deve ser um ponto capital que merece a atenção especial do Governo e dos mossoroenses que pesam a contingência da situação. Ao nosso ver, a medida mais certa era de se conseguir do Governo passagens para umas duas mil pessoas ao menos, e mais, conforme o aumento, para natal, por enquanto o governo iria localizando estes pobres sertanejos em vários municípios do agreste, sem descrecimento da população do nosso Estado, ou então, daria um destino que lhe conviesse. Eis a nossa opinião franca, e deve ser tomada a serio. Ou fazemos isto ou concorremos para maiores tormentos (O MOSSOROENSE, 1916, p. 01).

A migração para outros lugares era uma “saída” encontrada pelo jornal acerca da “corrente de immigrants” e seus “problemas” sobre a cidade de Mossoró. Contudo não podemos afirmar ao certo que ela “realmente” efetuou-se, como na seca de 1903, financiada pelo próprio Governo Federal. Todavia encontramos nas fontes algumas informações sobre essa questão, embora existam divergências. A primeira delas foi através dos escritos do padre Barrêto para o jornal *O Mossoroense* na década de 1940.

[...] O governo fornecia passagens aos retirantes, no porto de Natal, destino aos seringais da Amazônia ou á agricultura do São Paulo. Então, era preciso descongestionar a praça de Mossoró. e resolveu-se fornecer víveres e suggestionar os retirantes, no sentido de aceitarem a emigração. E lá se foram centenas de famílias, rumo a Natal. Em navios negreiros, seguiam os retirantes, condenados a degrêdo enquanto isso, o Governo Federal ordenava abrir serviços de emergência para os que se opunham seguir (BARRÊTO, 1980, p. 13).

Já na crônica de Felipe Guerra também encontramos referência a essa migração de retirantes da cidade de Mossoró. O juiz de direito reproduz telegramas dirigidos ao Senador Eptácio Pessoa em 23 de dezembro de 1915.

Exmo. Senador Eptácio Pessoa. Além população adventícia municípios rio-grandenses acham-se famintos abrigados Mossoró mais de dois mil paraibanos.

Imploramos vosso valimento socorrer tristíssima condições flagelados, enviar auxílios ou passagens vapores. Felipe Guerra, Presidente Defesa do Nordeste (ROSADO, 1985, p. 30).

A resposta foi demorada, chegando apenas em 1916, “Felipe Guerra. Prefeito de Mossoró. Petrópolis – 14 – Janeiro. Calógeras deu ordem especial Loide passagens. Epitácio (ROSADO, 1985, p. 31). Contudo essas passagens não vieram como afirma Guerra em sua crônica documentada. A fonte acima traz um aspecto específico da seca de 1915 em Mossoró. A criação de outra entidade pelas autoridades locais. Essa chamada agora de “Defesa do Nordeste”. *O Mossoroense* registra algumas atividades dessa sociedade¹³⁶, como sua preocupação com as “condições” dos locais que os retirantes estavam sendo acolhidos, principalmente no “Estado do Amazonas” (O MOSSOROENSE, 1915, p. 01). Logo um telegrama do dia 20 de novembro do governo do Amazonas é despachado ao presidente desse grupo, Felipe Guerra.

[...] Respondendo a officio que V. Excia. em data de 4 do mês próximo passado dirigio-me, acompanhado dos Estatutos dessa patriótica e humanitária sociedade, cabe-me informar a V. Excia. que todos os immigrants que aqui aportam são immediatamente amparados pelo “Comité pro-flajelados”, com assistência completa e prompta collocação na agricultura ou industria extractiva, conforme a aptidão e desejo dos mesmos. (O MOSSOROENSE, 1915, p. 02).

É relevante destacarmos o surgimento das “sociedades da seca” – Defesa do Nordeste, Comité pro-flajelados e Comitê Patriótico (visto no tópico anterior) – como entidades de caráter político-econômico, mas com ações e correntes de sociabilidades amplas de organização, e que acabaram sendo agentes do espaço concebido e da ordem próxima e distante da seca de 1915. Assim não podemos afirmar com clareza quantos retirantes migraram da cidade de Mossoró. Todavia o governador do estado do Rio Grande do Norte, Ferreira Chaves, no ano de 1916, escreveu na sua “Mensagem” ao Senado Federal, que não precisava “repetir quanto me foi doloroso assistir o êxodo de 6.507 conterraneos, na sua quase totalidade utilidades produtoras de que o trabalho agrícola do Estado agora tanto se está

¹³⁶ A sociedade Defesa do Nordeste foi fundada com seu estatuto em 11 de julho de 1915. Ela reunia autoridades locais, tendo Felipe Guerra como seu Presidente. Essa entidade utilizava-se dos veículos de comunicação (telegramas e jornais) e da política para tratar de assuntos envolvendo a seca e agricultura, principalmente no Rio Grande do Norte, e cidade de Mossoró. Para ver alguns artigos publicados dessa sociedade consultar, GUERRA, Otto (Et. all.). *Felipe Guerra*, o Jornalista Guerreiro na Defesa do Semi-Árido. Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de faria. Fundação Vingt-Un Rosado. (Coleção Mossoroense). 2011.

resentindo” (MENSAGEM APRESENTADA..., 1916, p. 10). Porém pelo que foi exposto até agora, essa prática de ordenamento ainda era uma “alternativa” do espaço concebido da seca, mas não comparado ao ano de 1903, que migrou cerca de 12 mil sertanejos, e pelo menos metade deles do porto de Mossoró. Voltemos a tratar dos relatos do padre Barrêto sobre a construção do açude do Saco.

O sacerdote descreve como foi a chegada dos serviços das *Obras Novas Contra as Secas* na cidade.

Primeiro vieram os engenheiros. Um escritório cheio de empregados caros. Depois, autorização para início de reconstrução do açude do Saco e barragens no rio Mossoró ou Apodí. Quando havia verba, não havia lastro e quando havia este não havia ordem de pagamento. Milhares de trabalhadores no serviço ficavam presos ao barracão de fornecimento, torpe exploração de usura por parte dos senhores do barracão. Sobre isso, suspensão de fornecimento, pois os barracões sentiam logo a suspensão de pagamento. Era o imperativo da desconfiança. (BARRÊTO, 1980, p. 14).

A escrita do padre não poupa esforços na descrição do regime de exploração dos serviços do açude do Saco, sobretudo aos que estavam “presos” aos barracões e ordens de seus “senhores”. Se por um lado o açude oferecia trabalho a uma parcela dos retirantes da cidade de Mossoró, por outra abusava da paciência e dos corpos desses trabalhadores. Todavia essa situação germinava também uma “contra-ação” do espaço social da seca, que em nossa linguagem chamamos de “território alternativo”, isto é, ações e práticas sociais (literais e metaforicamente) do âmbito vivido contra a imposição “hegemônica” da ordem espacial sobre os sujeitos. Assim o diretor do Colégio Diocesano Santa Luzia deixa-nos um feixe de luz das manifestações ocorridas desse espaço vivido da seca de 1915.

[...] Certos dias, os retirantes se revoltaram. Passeavam na rua, era a marcha da fome. O comércio suspeitava um assalto. Havia um diretor dos serviços de emergências. Muito vermelho, franzino, ficava tonto sem poder dar jeito. O José Gomes apelidava-o de Cristo de Latão. E o pobre do engenheiro seria o sacrificado, pois numa hora de desespero dissera certa inconveniência, acusando as autoridades locais. Valeu-lhe apenas a autoridade moral e judiciária do Dr. Felipe Guerra, á justiça feito homem. Aquele juiz passou a noite montando guarda ao Cristo de latão, pois este não era o culpado de o governo não mandar pagamento aos famintos. [...] não raro se verificavam levantes, pacificados ex-vi da ação conciliadora dos maiores da terra. (BARRÊTO, 1980, p. 14 e 18).

Esse fragmento é importante, pois mostra que as ações dos retirantes contra a má organização dos serviços do Governo eram frequentes, inclusive pelo não pagamento dos “salários”. Fato curioso seria a “marcha da fome” nas ruas da cidade, que em nossa leitura, não era uma “exposição” da fome como atenta o sacerdote, mas uma forma de “pressionar” e “intimidar” as autoridades, localizadas na própria cidade, pela situação existente nos serviços da seca de 1915. Desse modo, enquanto o açude do Saco, afastado do centro urbano, conforma uma multiplicidade de relações (exploração, trabalho, solidariedade, ordenamento, etc.), as ruas da cidade tornam-se ao mesmo tempo, lugar e processo de conquista de um “território alternativo”, pois configura elementos do contra-espço e contrateatro, experienciado no cotidiano de milhares de sujeitos, indignados contra essa gestão espacial da seca, mesmo quando essas manifestações acabavam “pacificadas” pelas autoridades locais. Escrevemos “pacificadas” no sentido de como as negociações, entre os retirantes e autoridades, terminavam “conquistando”, ao menos parcialmente, os interesses de ambas às partes.

Os saques também continuaram a acontecer nesse contexto, “Mulheres hoje aglomeradas tentaram atacar carro estação estrada de ferro, romperam sacos de farinha. Comparecendo delegado Policia ordem imediatamente restabelecida” (ROSADO, 1985, p. 35). É interessante destacar as três características da ação popular pensadas pelo historiador E. P. Thompson sobre os motins da fome na Inglaterra do século XVIII, isto é: a tradição anônima, o contrateatro e ação direta rápida. A primeira corresponde a ameaças anônimas e atos terroristas individuais, praticados na deferência simulada. A segunda, já tratada aqui, seria que as algumas ações populares asseguram sua presença numa espécie de teatro de ameaça e sedição. A última característica é que existe uma maior segurança na participação anônima em motins e levante populares, do que numa organização continuada, fadada a expor-se e sofrer represálias (THOMPSON, 2008). Assim essas mulheres do povo, encontravam nas ações rápidas e no anonimato, as chances de conseguir efetuarem o saque nos carros da estação ferroviária, mesmo sobre a segurança reforçada desse local. Novamente devemos compreender que a fome não determinava as formas de agir dessa multidão no espaço social da seca, embora seja um de seus motivos. Existiam outros protocolos racionais e condições externas que implicavam nessas práticas. Uma delas surge nessa seca de 1915: o trem e estrada de ferro de Santa Luzia.

O primeiro ponto da estrada de ferro de Mossoró (Porto Franco) inaugurou no início do corrente. Se em períodos anteriores o tráfico de mercadorias, entre o porto de Areia Branca e Mossoró, era praticamente feito através de animais (estradas) e pranchas (rio), agora o

comércio poderia contar com a ajuda do trem de ferro, fazendo esse trajeto mais rápido e seguro dos produtos. Portanto, se outrora vimos os portos secundários da cidade (Ilha e Santo Antônio) sendo os locais da prática de saque durante as secas, a estação e ramal da estrada de ferro, tornavam-se um “obstáculo” maior a essa ação consuetudinária do cotidiano da seca, pois sua segurança e vigília eram freqüentes. Porém, tornava-se um chamariz de retirantes para o centro comercial da cidade na espreita de uma oportunidade como vimos no fragmento anterior.

Fato interessante são as memórias de um antigo trabalhador ferroviário cearense, Pedro Leopoldo, que acabou registrando em seu livro¹³⁷ (década de 1950) relatos de quando assumiu o cargo de “Agente da Estação Inicial em Porto Franco” no ano de 1915, do qual exerceu com seu “costumado esforço”. Afirma-o ter voltado suas atenções para a fiscalização do trapiche, “desde a atracação das barcaças até a descarga pelo guindaste, e a mercadoria sobre as pranchas para que os larapios não a roubassem”. A seca multiplicava os seus horrores, e “dezenas de flagelados afluíam para apanhar os farelos que se derramavam sobre os carros de descarga, mas não consentia que ninguém levasse uma mão-cheia; mandava aproveitar tudo, punha dentro dos sacos dilacerados, e mandava costurar”. Décadas depois, aposentado e sentindo “remorsos” de seu rigor na profissão, escreve em suas reminiscências que afinal, “aquela mercadoria pertencia a comerciante ricos que não interessavam aquelas migalhas, mas de qualquer forma acima de tudo, estavam os meus escrúpulos que vinham da consciência” (LEOPOLDO, 1991, p. 16-17). Esse trecho deixa claro que nesse novo lugar de fluxo e concentração de mercadorias, veio também trazer mudanças quanto ao deslocamento da pobreza e outras formas de apropriação do espaço social da seca em Mossoró.

¹³⁷LEOPOLDO, Pedro. *Minhas Memórias da Estrada de Ferro de Mossoró (1959)*. Coleção Mossoroense. Série B, nº 1115, 1991.



Figura 8 - Trapiche da estação de Porto Franco no ano de 1915.
Fonte: Acervo do Museu Histórico Lauro da Escóssia de Mossoró.

Porém os saques não foram às únicas manifestações da multidão nessa seca de 1915, pois quando iniciou-se as *Obras Novas Contra as Secas* do Governo na cidade, logo em seguida surgem problemas de maus tratos, salários e fome entre os trabalhadores dos serviços, desencadeando a partir disso manifestações organizadas no espaço urbano, seguidas de protestos contra o engenheiro chefe, Dr. Amorim, através das páginas do recente jornal *O Nordeste*¹³⁸.

Hoje, pela 11 oras do dia, compareceram em nossa Redação mais de 100 trabalhadores do “Açude de Serra Vermelha” que aqui vieram trazer suas queixas, motivadas pelo modo contraproducente e machiavelico do Dr. Amorim, chefe dessas Obras Contra as Seccas, neste município, e de Areia Branca. Reclamaram o pagamento de 3 mezes de atrazo, a paralisação dos trabalhos desde o dia 14 deste e a subseqüente suspensão dos suprimentos! (O NORDESTE, 1916, SP).

Essa fonte deixa-nos uma idéia de como esses trabalhadores começavam a utilizar outros “mecanismos” de pressões contra as irregularidades dos serviços, ou seja, através da

¹³⁸ O Nordeste, dito “Orgão de Interesses de Propaganda Gerais” começa a circular em meados de 1916, tendo seu proprietário o “jornalista José Martins de Vasconcelos e o poeta Raul Caldas redator secretário”. O periódico contava também com a colaboração de figuras públicas como “Felipe Guerra, Silvério Soares, Benício Filho, padre Manuel Barreto, João Gondim e Tércio Rosado”. (DANTAS, 2002, p. 37-38).

própria imprensa local. Porém é importante destacar que esse jornal específico foi o que mais fez críticas contra a má administração dessas obras federais, além de deixar registrada a “presença” e “vozes” dos operários retirantes nesse cotidiano e espaço vivido da seca em Santa Luzia. Exemplo claro foi sua outra matéria intitulada “Allegações Justas”.

Diversas pessoas, trabalhadores e empregados das Obras Novas, nos trabalhos de S. Vermelha e Rodagem, teem vindo a esta Redação, queixar de que estão sendo lesados em seus pagamentos e outras pela cobrança de material sumidos naquelles trabalhos. Importâncias até 99 mil réis tem sido miseravelmente estorquidos dos pobres funcionários e trabalhadores, sem que esses possam dar jeito dividido as imunidades que gosam os defraudadores da riqueza pública! (O NORDESTE, 1916, SP.)

Esses dois fragmentos históricos mostram que na relação entre a produção do espaço social da seca, isto é, na interface entre uma prática espacial (construções das obras federais) e espaço concebido (leis, normas, saber técnico-científico), é a dimensão vivida que proporciona visualizarmos as contradições sociais existentes. Desse modo, pelo que foi exposto até agora nessa dissertação, tratando-se das relações humanas na re-produção de seu espaço social das secas, a exploração, dominação e coerção do espaço concebido sobre o vivido, estava cada vez mais “consolidada” como uma prática comum nesses episódios, embora, não anula-se completamente as contra-racionalidades (SANTOS, 2009) da última, como os trabalhadores e imprensa local demonstraram. Mas não parou por aí. *O Nordeste* começa a noticiar a administração do engenheiro Dr. Amorim, sobre os salários e suprimentos dos trabalhadores das *Obras Contra as Secas*.

O povo sabia que o Dr. Amorim, que ficará na memória dos mossoroenses, fazia o fornecimento aos operários, e tão exorbitantemente caro, que vendia um litro de feijão por 500rs., enquanto em qualquer taverna o trabalhador podia comprar o mesmo litro de feijão por 200rs. Eis ahi leitores, a diferença assombrosa de 150% em um litro de feijão para um operário que recebe 1\$300 diários! E nessa proporção eram vendidos todos os gêneros alimentícios! O operário do legendário “Sacco” não era só escravo e victima da fome, mas também do fornecimento do Dr. Amorim. (O NORDESTE, 1916, SP).

A especulação sobre a fome dos trabalhadores mostrava-se novamente como um dos componentes da re-produção da seca de Santa Luzia. No Capítulo 2 vimos sobre a formação

de um comércio local abastecido pelos recursos dos socorros e das livres transações no período do Império, e nessa seca de 1915, parecia que essa “prática comum” não estava totalmente esquecida. Porém é interessante sabermos que ela estava sendo efetuado pelo responsável direto das *Obras Contra as Secas* na cidade de Mossoró, ou seja, o próprio engenheiro Dr. Amorim. O jornal *Commercio de Mossoró* mostra detalhadamente sobre esses “problemas”, a partir de uma nota de esclarecimento do presidente da “Defesa do Nordeste”, Felipe Guerra, acerca dos fatos ocorridos nesses primeiros meses de 1916.

Desde o início das obras acima citadas, a Directoria punha-se a partir de diferentes queixas: demora no início dos trabalhos, admissão de pequeno numero de trabalhadores em relação ao pessoal flagelado, defficultdades para recebimento de salários, exigiüidade destes, quase nenhuma andamento nos serviços, excesso de importação de “flagelados de gavata”, pagamentos feitos em gêneros por um único fornecedor, não pagamento de saldos a operários que deixaram o serviço, etc. como se vê são numerosas as reclamações. Mas esta directoria, bem conhecendo a facilidade com que se formulão accusações, e confiando na honorabilidade do digno engenheiro chefe da comissão, não podia “pegar” em todas. Duas eram reconhecidamente verdadeiras (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1916, p. 01).

O juiz de direito e presidente da sociedade “Defesa do Nordeste” parecia não querer entrar diretamente nesse conflito sobre os serviços federais e da pessoa de seu administrador. Porém, ele não poderia ceder às pressões dos trabalhadores no cotidiano, tendo que reconhecer, entre o mar de problemas citados, duas queixas que mereciam sua interrogação como representante dos interesses gerais das secas na cidade. E essas foram às seguintes:

[...] salário – 1\$300, em epocha que os gêneros eram caríssimos: e fornecimento em gêneros diariamente até o valor de mil réis, sendo os tresentos restantes pagos depois, em ajustes de contas, descontos, etc. O salário de 1\$300 seria regular, apesar da carestia dos gêneros, attendendo os serviços que se poderia exigir de flagellados depauperados e incapazes de umserviço esforçado, se fosse pago a dinheiro diariamente, como alias seria fáclimo attendendo a enorme quantidade de dineiro miúdom de nickel que circula nesta cidade. quanto ao pagamento de quase a totalidade do salário em gêneros por um só fornecedor, o que é claramente proibido pelas “Instrucções” sobre a organização dos serviços vindos da Repartição Central, poderia ter uma justificação: todos presenciamos que algumas vezes uma simples demora de vapores, um retardamento na sua descarga, occasionam injustificadas e grandes altas de gêneros produzidos por alguns que então únicos vendedores se aproveitavam dessa occasião. E assim era de esperar que um fornecimento regular collocasse o trabalhador a salvo dessa especulação. Entretanto ao chegar de uma viagem de quase um mez, fomos informados de que o fornecimento continuava a cargo de um sô, sendo esse fornecedor um empregado da Commissão, sem relações comerciais nesta Praça; que em vista do barateamento de gêneros no sertão o commercio daqui havia, para evitarem maiores prejuízos, resolvido forçar a venda de certos gêneros em deposito aqui a grandes diminuições nos preços. [...] O fornecedor dos flagellados, porem, continuava com os primeiros preços, altos. Alem disso, informaram os trabalhadores estavam sem receber seus pequenos saldos de

três tostões diários que não lhes eram pagos durante o mez de Abril. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1916, p. 01)

Assim, com salários baixos e atrasados, além de um fornecimento de gêneros que não favorecia aos operários e comércio local, pelos altos custos especulados, essas duas queixas eram suficientes para brotar atritos e relações espinhosas entre autoridades mossoroenses, retirantes e comissão das *Obras Contra as Secas*. Diferente da seca de 1877, que os comerciantes viveram na “livre” transação e especulação de suas mercadorias, agora eles viram-se obrigados a reduzir os preços de mercado para evitarem maiores prejuízos aos seus cômodos, diferente do único fornecedor da Comissão das *Obras Novas Contra as Secas* que estava lavando dinheiro à custa da especulação dos gêneros e das verbas federais. Assim não demorou muito para criar uma onda de insatisfações e ações dos trabalhadores sobre esse quadro como mostra a fonte a seguir.

Pensavamos em fallar primeiramente ao Dr. Amorim, e no caso de insuccesso levar depois esses factos ao conhecimento dos outros chefes do serviço e dos Poderes Competentes, já tendo nesse sentido conversado com alguns membros da “Defeza do Nordeste”, quando nos procurou o empregado nos trabalhos da comissão, o Snr. Miguel do Nascimento, com um telegramma a enviar aos Exmo. Ministro da Viação, Aarão Reis, Governador do Estado, aos jornaes do Rio e Natal, contendo varias queixas e reclamações sobre os factos apontados. Esse telegramma vinha assignado por elle que era fiscal geral, e por onze outros empregados nos serviços. O telegrama foi enviado nos primeiros dias deste mez, e até agora consta-nos que obteve dous resultados: augmento do salário dos trabalhadores de 1\$300 para 1\$500, e immediata demissão dos pobres empregados que tiveram coragem de fazer ouvir suas queixas (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1916, p. 01).

Esse fragmento é relevante no aspecto de visualizarmos o processo de organização dos trabalhadores no espaço vivido, ou seja, mandar um telegrama contendo as queixas e reclamações dos serviços das *Obras Novas Contra as Secas* para as autoridades competentes e imprensa (Rio e Natal), além de procurar a sociedade “Defesa do Nordeste”, representante direta dos “interesses” gerais sobre as secas na cidade. Mesmo que essas ações levaram a demissão de alguns empregados dos ditos serviços, pelo menos teve uma pressão no aumento dos salários aos trabalhadores nessa seca de 1915. Interessante sabermos na fonte que os retirantes e populares estavam cientes dos elevados gastos dos serviços com outras “finalidades”, e que não eram diretamente os salários dos trabalhadores, a principal delas acabou apelidada entre os últimos como “flagelados de gravata”.

Quanto a acusação de importação de exagerado numero de “flagelados de gravata” denominação que o povo tem dado aos empregados subalternos dessas commissoes e que desde o Rio, Bahia, Natal, etc., acompanham as mesmas, nada se pode fazer. A organização dos serviços permite esse numero: e os chefes tem seos protegidos. Muitas vezes esses protegidos são pessoas desconhecidas para os próprios chefes dos serviços. (COMMERCIO DE MOSSORÓ, 1916, p. 01).

Parecia que Felipe Guerra achava “impróprio” as acusações de contratação desses subalternos, além de sua possível diminuição nos serviços de *Obras Contrás as Secas*, pois esses “flagelados de gravatas” eram “protegidos” por uma teia de interesses e sujeitos, ligada a essas comissões federais. Assim, vimos até agora, como outras “formas” de resistências entraram no arsenal de manifestação dos retirantes no espaço social, ou seja, a organização dos trabalhadores através de suas queixas pelos serviços na imprensa (*O Nordeste*), e telegrama dirigido as autoridades e imprensa das capitais (Natal e Rio) sobre os fatos ocorridos na cidade de Mossoró. Portanto, as ações diretas da multidão (saques), não eram mais as únicas formas de “apropriação” do espaço vivido da seca, embora não deixassem de existir naquele momento, o que temos é a utilização de outros mecanismos e protocolos “legais” na pressão dos governantes, ou seja, a égide do discurso e prática do trabalho era agora apropriada pelos retirantes na conquista de sua assistência, afinal, eles não estavam na ociosidade, mas trabalhando nas obras públicas enviadas pelo Governo. Como Frederico de Castro Neves discorre aos poucos os retirantes logo aprenderam que, antes de reivindicar comida “devem exigir “serviço”; aprendem, sobretudo, a interpretar os movimentos da política naquilo em que ela se refere à assistência aos pobres”, assim, isso significava saber quando “reivindicar trabalho e quando pedir auxílios diretos, de acordo com a tendência dos governantes, no momento da seca” (NEVES, 2000, p. 96). Desse modo, é perceptível que na interface entre a produção do espaço concebido e vivido da seca de 1915, o primeiro não exclui completamente a expressão do segundo, pois mesmos sobre as operações majoritárias de ordenamento espacial, sempre existem brechas para formas de usos alternativas do espaço (território) social. Adiante analisaremos a organização e ordenamento dos trabalhadores sertanejos no Colégio Diocesano Santa Luzia, e como esse lugar específico, configura-se ao mesmo tempo num aparelho do espaço concebido e vivido da seca de 1915.

No Capítulo 2 acompanhamos que outros trabalhos foram feitos pelos retirantes nesse período. Esses chegaram primeiro e correspondiam a obras de pequeno caráter municipal

(melhoramentos de estradas, ruas, remoção de terra, etc.), dos quais ocupavam uma parcela dos sertanejos, até a chegada dos trabalhos das *Obras Novas Contra as Secas*. Logo formou-se uma comissão para tais serviços. Entre os membros estavam o presidente da Intendência, o juiz de direito Felipe Guerra e Dr. Almeida Castro. A crônica de Guerra mostra detalhadamente como a comissão organizou os trabalhos da cidade de Mossoró nessa seca.

[...] a comissão resolveu organizar turmas de trabalhadores entre o pessoal ainda com alguma relativa validez para trabalhos leves, e fazendo distribuição de esmolas aos incapazes, velhos, crianças, mulheres. Seria um meio de manter uma certa disciplina e organização, com insignificantes salários, o que em última análise não era mais do que uma disfarçada distribuição de esmolas. Foi o que se fez. Recomendou-se aos chefes de turmas não serem exigentes nos serviços dos operários. Alguns desses pediam para levar os meninos, filhos, para ajudá-los nos trabalhos, evitando que ficassem “soltos” vagando pelas ruas. As mulheres eram distribuídas pequenas esmolas. Essa população toda passou dias de completa subalimentação, diga-se mesmo de fome com salários que não eram superiores aquele referido pelo Governador do Ceará, e do qual já fizemos menção, isto é, mil réis. Em alguns dias oitocentos réis. E isso em época de gêneros caríssimos. Muitos desses “operários” faziam seu almoço no lugar do trabalho, pondo a ferver água em uma lata qualquer, na qual era adicionado um pouco de banha, e com um pouco de farinha preparavam um pirão, que era engolido com pequeno pedaço de rapadura ou algumas gramas de açúcar bruto! (ROSADO, 1985, p. 27).

Essa citação, apesar de extensa, traz todo um conjunto de especificidades do cotidiano dos retirantes em seus lugares de trabalho (alimentação, por exemplo), e a própria preocupação com o ordenamento social através dos serviços pela comissão responsável. Assim o trabalho é novamente um meio encontrado para “ocupar” e “controlar” essa população “adventícia”, além de trazer alguns benefícios materiais para a cidade de Mossoró. Estamos diante de um exercício claro do espaço concebido da seca de 1915, e que ganha maior “sistematização” quando aprofundamos nossa análise sobre a documentação utilizada. Para expor minuciosamente essa “organização” do espaço concebido da seca, temos a seguir dados da distribuição e movimentação dos vinte contos de réis, quanto aos números de trabalhadores nos ditos serviços.

Dia 23 de dezembro:	
822 homens de trabalho a \$800.....	657\$600.
148 meninos de trabalho a \$400.....	59\$200.
15 homens de trabalho a 1\$000.....	15\$000.
36 chefes de turmas a 1\$4000.....	50\$000.
2 encarregados de serviço a 2\$000.....	4\$00.
3 pedreiros a 3\$000.....	9\$000.

5 meninos a \$300.....	1\$500.
Total. 1.031 operários.....	796\$000.
Dia 24 (Véspera do Natal):	
846 homens de trabalho a \$800.....	676\$800.
18 homens a 1\$000.....	18\$000.
144 meninos a \$400.....	56\$600.
37 chefes de turmas a 1\$500.....	51\$800.
2 pedreiros a 3\$000.....	6\$000.
1 pedreiro a.....	4\$000.
2 auxiliares da assistência a 2\$00 (5 d.).....	20\$000.
1 encarregado serviço nas “Barrocas” (5d).....	10\$000.
2 chefes de turmas mesmo serviço a 2\$000.....	4\$000.
Total. 1.053 pessoas.....	874\$200.

(ROSADO, 1985, p. 27 e 28).

Os vinte contos foram distribuídos da seguinte forma pela comissão da cidade.

Pagamento ao pessoal dos trabalhadores.....	12: 239\$300.
Auxílio para viagens de retorno, retiradas.....	2: 309\$100.
Esmolas.....	4: 316\$500.
Medicamentos.....	369\$600.
Dietas e Doentes.....	345\$300.
Material, ferramentas, objetos comprados.....	293\$700.
Telegramas.....	126\$500.

(ROSADO, 1985, p. 29).

A partir desses dados temos uma “visualização” parcial de quem eram esses trabalhadores retirantes (homens e meninos), quantos estavam nos serviços entre os meses de novembro e dezembro de 1915 (1.031/1.053) e suas respectivas funções (operários, chefes de turmas, encarregados de serviço, auxiliares e pedreiros), além de compreendermos a possível “lógica” dos gastos efetuados pela comissão nessa seca (telegramas, medicamentos, viagens, material etc.). Assim, a cidade de Mossoró como a de Fortaleza no estado do Ceará, claro que em suas devidas proporções, procurava adquirir uma “racionalidade na assistência pública e controle dos comportamentos considerados “desviantes” foram, portanto, as preocupações que orientaram as medidas de socorros em 1915 e que presidiam o relacionamento entre os pobres e os habitantes da cidade” (NEVES, 2000, p. 83). Contudo para “concretizar” esse ordenamento e relacionamento, a comissão dos socorros utilizou-se de lugares específicos da cidade para poder conseguir administrar esse espaço concebido da seca de 1915. Como já foi frisado, o Colégio Diocesano foi escolhido como entreposto do ordenamento dos retirantes nesse momento de seca. O padre Barrêto cita em suas anotações que às “16 horas, as ditas turmas entravam para a área descoberta e interna do SANTA LUZIA, para receberem a ração

do dia: carne de xarque, farinha, feijão, etc. e alguns tostões para o açúcar e querozene” (BARRÊTO, 1980, p. 15). O diretor continua a contar a rotina daqueles retirantes no Colégio e como esse lugar serviu de veículo ordenador durante essa seca.

Em um dos pavilhões do Santa Luzia, era feito o arrolamento dos famintos, cuja ficha seria apresentada ao armazém distribuidor, confiado a gente idônea. A comissão organizou perto de 13 mil retirantes. [...] A tarde a área interna e descoberta do Santa Luzia enchia-se de retirantes oitocentos a mil, chefes de famílias a receberem a ração, magro salário de serviços na limpeza pública, terra-planagem, reparos em estradas carroçáveis, pretexto, apenas, para matar o tempo ocioso daquela gente que a fome reduzira á dura sorte de humilhações tantas! (BARRÊTO, 1980, p. 17 e 19).

Notamos como as fichas de levantamentos dos retirantes para a distribuição dos gêneros e a própria área interna e descoberta do Colégio, tornavam-se instrumentos para essa tentativa de organização dos sujeitos no espaço urbano mossoroense. Na crônica de Felipe Guerra também encontramos referencias sobre a utilização do Colégio, que parecia ser usado exclusivamente para a distribuição de esmolos e pagamentos aos trabalhadores. Quanto à distribuição das esmolos dos dias 23 e 24 de dezembro de 1915 temos as seguintes cifras:

Dia 23 de dezembro:	
Esmolas no Colégio a 1.170 mulheres e 73 homens.....	441\$200.
Esmolas avulsas.....	4\$900.
Dietas.....	7\$500.
Total.....	453\$600.
Dia 24 de dezembro:	
Esmolas no Colégio a 1.092 mulheres e 85 homens.....	403\$000.
Esmolas avulsas.....	6\$700.
Dietas.....	8\$100.
Total.....	417\$800.

(ROSADO, 1985, p. 28).

Podemos notar que mais de mil mulheres e cerca de 100 homens (talvez inválidos) receberam esmolos no final de dezembro de 1915, recurso procedente daqueles vinte contos de réis e avulsos. A distribuição “era feita pela manhã, no pátio do ‘Colégio Santa Luzia’ para tal fim, cedido pelo diretor. Continuaram esmolos para casos urgentes, para enterros, mortalidades, etc” (ROSADO, 1985, p. 29). Desse modo, o Colégio reunia ao mesmo tempo, tanto as mulheres e homens que não poderiam trabalhar como os operários dos serviços

públicos da cidade de Mossoró. Sobre os últimos Felipe Guerra comenta com mais detalhes a seguir:

O pagamento do pessoal do trabalho era feito diariamente, entre as 16 e 18 horas, no Colégio. O pessoal trabalhava dividido em turmas de 20 a 30 homens, cada turma dirigida por um chefe. Na hora do pagamento cada chefe fazia a chamada da sua turma, que era então paga por indivíduo. E assim foram distribuídos os minguados vinte contos. (ROSADO, 1985, p. 30).

Cumprir horários, normas e obedecer a certos indivíduos, poderia muitas vezes ser uma tarefa difícil a desempenhar pelos retirantes, mas como sua sobrevivência dependia desses serviços públicos, uma saída era entrar no jogo de interesses políticos, consubstanciados em torno dos trabalhos da seca de 1915. Assim, o Colégio Santa Luzia e os serviços das *Obras Contra as Secas*, serviram tanto como “lugares” re-produtores de experiências quanto a objetos do ordenamento social. Logo, revelando que as relações humanas são construídas na interface entre as representações do espaço e os espaços de representação da seca. Como Yi-Fu Tuan discorre, os “lugares” podem fazer-se visíveis de várias maneiras, como na “rivalidade ou conflito com outros lugares, proeminência visual e o poder evocativo da arte, arquitetura, cerimônias e ritos”. Assim refletindo-se sobre os lócus analisados (açudes do Saco e Serra Vermelha, Colégio e ruas da cidade), esses alcançam a “identidade do lugar pela dramatização das aspirações, necessidades e ritmos funcionais da vida pessoal e dos grupos” (TUAN, 1983, p. 197). Em suma, vimos nesse tópico como os serviços das obras públicas arregimentaram uma parcela dos retirantes ao longo dos anos de 1915 e 1916, e como algumas imposições do ordenamento sobre o espaço vivido dos sertanejos, fez surgir formas de apropriação do espaço social contra essa “administração” da cidade de Mossoró.

Acompanhamos nesse capítulo o processo de re-produção do espaço social da seca em Mossoró (1877-1903-1915), na interface entre os espaços de representação e representação do espaço. Logo, vimos como foi essencial, em cada uma dessas secas, desenvolver a partir de seus contextos específicos, uma espécie de ordenamento e controle social (deslocamento, regime de trabalho, filantropia, etc.) pelos dirigentes e órgãos competentes, criando um conjunto de signos, representações e práticas espaciais que gestam o espaço concebido das secas nessa cidade. Por outro lado, surgem na esfera cotidiana e espaço vivido resistências contra algumas imposições das representações do espaço pelos retirantes e populares, que

puderam mostrar em certos episódios, formas de apropriação do espaço social, a partir das ações diretas e organizadas da multidão (economia moral) e estratégias de sobrevivência naqueles contextos de grandes secas.

Considerações Finais.

Tentamos evidenciar com essa dissertação que o espaço social é produto das relações entre os homens, logo, não é um quadro branco ou uma paisagem morta da qual os sujeitos (in) escrevem suas histórias, desejos e sentimentos, sem levar em consideração as expressões, significados e contornos de seu próprio *locus* social. Seria aceitar assim, antecipadamente, uma história da produção do espaço “estática”, sem “vida”, “simulacro” das relações dos homens, sem identificação e influência das mudanças e ritmos sociais, ou ainda, conceber esse espaço como apenas uma “representação” das relações humanas em sociedade. O espaço é mais que uma simples representação, ele tem um caráter *abstrato-concreto*, isto é, não têm uma “existência” a não ser através da “permutabilidade” de seus “componentes”, e é “concreto”, pois é “socialmente” real e localizado. Assim, uma análise sobre a produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró, implicou numa abordagem “indissociável” de suas partes, ou seja, o percebido, o concebido e o vivido, pois essa equação foi uma decisão a tomar, para não identificar ou idealizarmos uma dimensão em detrimento e apreços de outra. Entretanto, depois dessa longa jornada na compreensão da re-produção do espaço social da seca na cidade de Mossoró (1877-1903-1915), temos algumas considerações a tratar sobre essa problemática levantada na dissertação.

A primeira corresponde à questão do *espaço abstrato* que seria o “pano de fundo” da produção do espaço social nesse recorte temporal, ou seja, a passagem do século XIX ao XX. Desse modo, acompanhamos no decorrer do trabalho como a cidade de Mossoró e província/estado do Rio Grande do Norte, estavam inseridas nas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais do capitalismo em curso nesse contexto, ou seja, vários foram os agentes e instituições sociais que influenciaram na produção do espaço abstrato ao longo da experiência dessas três secas. Podemos citar as casas comerciais (nacionais e estrangeiras), a indústria salineira, a imprensa local, as autoridades (câmara municipal, presidentes da província, governadores do estado) e instituições (comitê patriótico, defesa do nordeste, obras novas contra as secas), que através de suas “competências” ligadas ao âmbito das representações do espaço, acabaram demonstrando aspectos constitutivos desse espaço abstrato, como a violência direta e indireta (saber), um “Estado” político institucional, e inserção da “trindade” capitalista (terra-trabalho-capital) nas relações sociais de produção,

etc.. Todavia vimos também como esse espaço é ao mesmo tempo “homogêneo” (meta e objetivo) e “fragmentado”, pois não consegue “lidar” com suas “contradições” inerentes do espaço vivido (fome, mortes, pressões populares, etc.) e procura a “homogeneização” dessas partes na totalidade de sua atuação (trabalho, deslocamento, segregação urbana, etc.).

Assim, depois de entender esse espaço-tempo, foi fundamental compreender o processo de re-produção do *espaço social* da seca na cidade de Mossoró. Logo, identificamos aspectos importantes como da “reprodução das relações de produção”, um espaço “político instrumental”, “meio” e “suporte” das relações humanas, do qual apresenta um conjunto de “simbolismos, signos e representações” (institucionais e ideológicas), como ainda contém “virtualidades” (desejos e utopias) e práticas de “contra-espços”. Logo as características analisadas no texto foram muitas, por exemplo, a atuação do comércio mossoroense, as formas de gestão e organização dos retirantes pelas autoridades no espaço urbano, as redes de sociabilidades entre a ordem próxima e distante, a contiguidade de representações e simbolismos através da imprensa e dos elementos fixos e fluxos, além das resistências dos retirantes sobre certas imposições do espaço dominante. Todavia, alguns desses elementos citados, que compõe o espaço social da seca de Mossoró, estiveram relacionados diretamente, porém indissociáveis, aos três níveis da produção do espaço, ou seja, o espaço percebido, concebido e vivido.

Desse modo tentamos evidenciar, principalmente nos Capítulos 2 e 3, como essas dimensões, cada qual com suas particularidades e atributos, contribuíram na produção de espaços sociais nos episódios de secas. Assim, analisamos como o trabalho dos retirantes e atividades comerciais acabaram tornando-se formas de *prática espacial* das secas, pois ofereciam certa “coesão” e “coerência”, além da relação dos indivíduos e grupos com seu próprio espaço. Logo, ao mesmo tempo, percebemos que em torno das relações de trabalho, deslocamento e segregação, estavam também à preocupação das autoridades com o controle/ordenamento dos pobres, e isso gerou contra-ações e desmandos dos últimos sobre essas imposições, portanto, uma interface entre as *representações do espaço* e *espaço de representação*. Também foi nossa preocupação manter uma análise relacional dos níveis da produção do espaço, que em linhas gerais, concretizou-se no Capítulo 1, a partir das descrições e narrativas dos intelectuais que registraram a experiência da seca de 1877 no espaço urbano e província do Rio Grande do Norte. Desse modo vimos algumas práticas de resistências e aprendizados dos sertanejos potiguares com seu meio natural no espaço vivido, identificamos um espaço percebido através das transformações socioeconômicas da

vila/cidade de Mossoró, como ainda um conjunto de signos e representações que (re) inventaram a imagem de Santa Luzia, a partir dessa experiência aterradora da seca de 1877.

Para concluirmos nossos argumentos de maneira que deixe abertas as questões propostas, queremos discorrer que esse processo de re-produção do espaço social da seca de Mossoró (1877, 1903-1915), apresentou-se em cada contexto específico como relações sociais que ultrapassam os efeitos climáticos, tornando-se um lugar social que se insere no campo político e econômico, social e cultural da trama e drama de seus participantes. Assim, a produção espacial da seca em Santa Luzia, revelou-se nas esferas das relações e transformações político-econômicas e socioculturais, indissociavelmente, que dava contornos e mobilidade aquele próprio espaço, ou melhor, relações humanas. Portanto, essa “produção do flagelo”, título escolhido do trabalho, não é sobre a “seca” em si, mas se relaciona a especulação da fome, morte, ganância, segregação, dominação, controle social, formas de resistência e apropriação das relações humanas, desencadeadas no processo de re-produção do espaço social das secas da cidade de Mossoró, fatores esses que não queremos (pessoalmente) que se fortaleça nessa seca atual ou futura, embora as contradições sociais no espaço vivido tenham demonstrado o contrário até agora.

Referências.

Fontes.

1.1 Fontes Impressas e Obras.

AMORIM, Ari Pinheiro; CARMO Filho, Francisco do. *Dados meteorológicos de Mossoró (janeiro de 1898 a junho de 1981)*. Mossoró: ESAM/FGD, 1981.

BARRÊTO, Manoel de Almeida. *Capítulos de História Mossoroense*. 2ªed. Mossoró: Coleção Mossoroense, vol. CXXVIII, 1980.

BRITO, Raimundo Soares de (org.). *Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1873-1876)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, vol. CXCVIII, 1985.

_____. *Casarões e Monumentos Contam a História*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “B”, nº 1085, 1991.

COLEÇÃO MOSSOROENSE. *O Comércio de Mossoró*: n. 01-17. 01.1904 a n. 98-28. 01.1906 – Série E – n. 08. Mossoró. Ed Fac-similar, 2002.

COLEÇÃO MOSSOROENSE. *O Comércio de Mossoró – Série E – n. 10*. Mossoró. Ed Fac-similar, 2003.

COLEÇÃO MOSSOROENSE. *O Mossoroense*: n. 13-16. 12.1902 a n. 102-12.05.1906 – série E – n. 08. Mossoró. Ed. Fac-similar, 2002.

DANTAS, Manoel. *Homens de Outrora*. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO. *Códigos de Postura do Município de Mossoró: 1855, 1881, 1888, 1908 e 1940*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série C, Nº 1192, julho de 2002.

FUNDAÇÃO GUIMARÕES DUQUE. *Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte (1874 a 1882)*. NATAL: Coleção Mossoroense, Serie “G.” Nº6. 2001.

ESCÓSSIA, Lauro. *Cronologias Mossoroenses*. 2º Ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Coleção Mossoroense, 2010, 305p.

LIMA, Nestor dos Santos. *Três Estudos Mossoroense*. Mossoró: Coleção Mossoroense/Fundação Guimarães Duque, Vol. CXC, 1982.

NONATO, Raimundo. *Negociantes & Mercadores: Mossoró e suas velhas firmas*. Natal: Sebo Vermelho, 2010.

_____. *A evolução urbanística de Mossoró*. Mossoró: Coleção Mossoroense, vol. 248. S.A.

_____. *Os Revoltosos em São Miguel – 1926*. 3º ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Coleção Mossoroense, Série “C”, v. 1567, 2009, 134p.

GUERRA, Otto. *A Verdadeira Transnordestina*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “A”, nº 87, 1996.

GUERRA, Otto (ET ALL.). *Felipe Guerra, o Jornalista Guerreiro na Defesa do Semi-Árido*. Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Fundação Vingt-Un Rosado. (Coleção Mossoroense). 2011.

GUERRA, Phelipe; GUERRA, Theophilo. *Seccas Contra a Secca*. Seccas e invernos. Açudagem, irrigação, vida, costumes sertanejos. 4º Ed. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 1203, 2001.

_____. *Açude do Saco*. 1º edição de 1917. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “B”, nº 777, 1990.

_____. *A Seca de 1915*. In. ROSADO, Vingt-Un (Org.). 11º Livro das Secas. Natal: Coleção Mossoroense; Editora Universitária, Vol. CCCV. 1985.

LEOPOLDO, Pedro. *Minhas Memórias da Estrada de Ferro de Mossoró (1959)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série B, nº 1115, 1991.

NOBRE, Manoel Ferreira. Mossoró em 1876. In: *Breve Notícia sobre o Rio Grande do Norte: baseada nas leis, informações e fatos considerados na História Antiga e Moderna*. 2º Ed. Porgetti: Rio de Janeiro, 1971. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “B”, Vol. 438, 1986.

OLIVEIRA, A. M; BATISTA NETO, Joaquim. (orgs.) *Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1879-1880)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 1.130, 2000.

OLIVEIRA, A. M.(org.) *Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1877)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 709, 1991.

_____. *Atas da Câmara Municipal de Mossoró (1878)*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “B”, Vol. 1175, 1992.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues; SOUZA, Francisco Fausto de. *A hecatombe de Areia Branca em 1879*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “B”, nº 785, 1990.

ROSADO, Vingt-Un; ROSADO, América. *Livro das Secas*. Edição especial para acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria. 22 v. (22 volumes). Disponível em: < <http://www.colecaomossoroense.org.br>>. Acesso em: 12 de mar. de 2011.

SOUZA, Francisco Fausto de. *História de Mossoró*. Edição Especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em: < site. www.colecaomossoroense.org.br>. Acesso em: 13 de mar. 2011.

VASCONCELLOS, José Martins de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. 04, 1956.

1.2 Jornais.

O Mossoroense de 1903, 1904, 1915 e 1916.

O Brado Conservador de 1877, 1878 e 1879.

Commercio de Mossoró de 1903, 1904 e 1916.

O Nordeste de 1916.

1.3 Atas da Câmara Municipal de Mossoró.

Sessão extraordinária em 9 de maio de 1903.

Sessão extraordinária em 17 de setembro de 1903.

Sessão extraordinária em 27 de novembro de 1915.

1.4 Falas, Relatórios e Mensagens dos Presidentes e Governadores da Província e Estado do Rio Grande do Norte e Amazonas.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio dos Passos Miranda passou no dia 18 de Abril de 1877 a administração da Província do Rio Grande do Norte ao Exmo. Sr. Dr. José Nicoláo Tolentino de Carvalho. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1877.

Falla com que o Exmo. Sr. Doutor José Nicoláo Tolentino de Carvalho abriu a 2ª sessão da 21ª Legislatura da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte em 18 de Outubro de 1877. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1877.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. José Nicoláo Tolentino de Carvalho, Presidente da Província, passou a administração della, ao 1º Vice-Presidente, Exm. Sr. Dr. Manoel Jenuario Bezerra Montenegro, em 1878. Rio Grande do Norte: Typ. do Correio de Natal, 1878.

Relatório com que se Installou a Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de Dezembro de 1878 o 1º Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife, 1879.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Vicente Ignacio Pereira 1º Vice-Presidente da Província, passou a Administração della ao seu Sucessor, O Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes, em 13 de Março de 1879. Rio Grande do Norte: Typ. do Correio de Natal, 1879.

Falla com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Machado, Presidente da Província, Abrío a 2ª Sessão da Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 27 de Outubro de 1879. Natal: Typ. do Correio de Natal, 1880.

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado Passou a Administração da Província ao seu Sucessor, o Exmo. Sr. Dr. Alarico José Furtado em 1º de maio de 1880. Rio Grande do Norte: Typ. do Correio de Natal, 1880.

Mensagem apresentada pelo Governador Alberto Maranhão ao passar o Governo do Estado ao Dr. Augusto Tavares de Lyra no dia 25 de Março de 1904. Natal. Rio Grande do Norte: Typ. A República. 1904.

Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes por ocasião da Abertura da 1ª Sessão Ordinário da 5ª Legislatura, pelo Governador do Estado Exmo. Sr. Dr. Silverio José Nery em 10 de Julho de 1904, acompanhada dos relatórios dos chefes das repartições do Estado. Manáos. Amazonas: Typographia do Amazonas. 1905.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Primeira Sessão da Nona legislatura em 1º de Novembro de 1916, pelo Governador Desembargador Joaquim Ferreira Chaves. Natal, 1916.

Mensagem lida perante a Assembléia Legislativa na abertura da Primeira Sessão Ordinária da Nona Legislatura pelo Exmo. Sr. Jonathas de Freitas Pedrosa, Governador do Estado a 10 de Julho de 1916. Manáos. Amazonas: Secção de Obras da Imprensa Pública, 1916.

Bibliografia.

1.1 Artigos.

DANTAS, George A. F; FERREIRA, Angela Lúcia A.; FARIAS, Hélio T. Maciel. *Pensar e agir sobre o território das secas: planejamento e cultura técnica no Brasil (1870-1920). Vivência (artigos e papers)*. Natal: UFRN n. 34º, 2008, p. 41-62. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/34/PDF%20para%20INTERNET_34/04_Angela_George_H%C3%A9lio.pdf>. Acesso em: 13 de ago. de 2011.

FERNANDES, Guilherme Vilela. *Tributação e escravidão: o imposto de meia siza sobre o comércio de São Paulo (1809-1950)*. São Paulo: Almanack Braziliense, nº 2, 2005, 102-113p. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S180881392005000200008&scrip=sci_arttext> Acesso em 4 de Novembro de 2012.

FERREIRA, Angela Lúcia A.; DANTAS, George A. F; FARIAS, Hélio Takashi. *Adentrando Sertões: considerações sobre a delimitação do território das secas*. Scripta Nova. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1 ago. 2006, v. 10, n. 218 (62). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-62.htm>>. Acesso em: 13 de ago. de 2011.

FERREIA, Angela Lúcia de Araújo; DANTAS, George A. F. *Os “indesejáveis” na Cidade: as representações do retirante da seca (Natal, 1890-1930)*. Scripta Nova. Universidade de Barcelona, 01 de agosto de 2001, nº 94 (96). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-96.htm>>. Acesso em: 13 de ago. de 2011.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *O Trabalho Sob Contrato: a lei de 1879*. São Paulo. Ver. Bras. de Hist. V 6, nº 12, 1986, p. 101-124.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *“Phelippe Guerra Contra as Secas”*: Instrução sertaneja e açudagem nas crônicas de um potiguar. Campina Grande. II Seminário Nacional fontes e documentais e pesquisa histórica: sociedade e cultura de 07 a 10 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/iisnfdph/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=38>. Acesso em: 25 de dez. de 2011.

_____. *“Remodelação do Trabalho pela Imprensa”*: agroindústria, migração e seca na cidade de Mossoró/RN (1906). Natal/RN: Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte, Departamento de História. VI Simpósio Internacional Estados Americanos. Pesquisas Acadêmicas Contemporâneas. 22 a 26 de outubro de 2012.

MACIEL, Laura Antunes. *Cultura e Tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil*. São Paulo: Ver. Bras. de Hist., V. 1, nº 41, 2001, p. 127-144.

NEVES, Frederico de Castro. A Miséria na Literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. *Tempo*: Niterói, v. 11, n. 22, 2007, pp. 80-97. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v11n22a05.pdf> Acesso em 16 de mai. de 2009.

PESAVENTO, Sandra Jathay. Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Rev. bras. Hist.* vol.19 n.37. São Paulo. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 de mai. de 2008.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. Vol.27 n.53 São Paulo jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 de mai. de 2008.

SEVCENKO, Nicolau. Perfis Urbanos Terríveis em Edgar Allan Poe. São Paulo. *Revista Brasileira de História*. V. 5º, nº8/9, 1985, p. 69-83. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1908>. Acesso em: 25 de jun. de 2011.

SILVA, Adriano Wagner da; MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de. *A Integração do Território do Rio Grande do Norte Pelos Açudes e Estradas de Ferro (1889-1953)*. Revista Fazendo História. UFRN, 01 de janeiro de 2008, v. 01, nº 01. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/fazendohistoria/edicao1.php>>. Acesso em: 14 de ago. de 2011.

SILVA, Jeovah Lucas. *Retirante e Trabalho: a seca de 1877-79 e o ideário de civilidade no Ceará*. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, V. 7º, nº 1, 2001, p 109-122.

SOUZA, Itamar de. O Sal Potiguar na Valha República (1889-1930). In: *Terra e Sal*, Ano III, nº. 3. Natal. Imprensa Universitária, 1985.

TAYLOR. Miles. *As Guinadas Lingüísticas na História Social Britânica*. Campinas-SP, nº5, 1998, p.77-90.

SILVA, Lemuel Rodrigues da. *O papel da Coleção Mossoroense na cidade de Mossoró: política, história e sociologia*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. XII Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 07 a 11 de agosto, 2006.

WERTHER, Holzer. *O Conceito de Lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a Geografia Contemporânea*. Rio de Janeiro. Rev. GEOgraphia, Ano V, nº 10, 2003, pp. 113-123.

1.2 Monografias, Dissertações e Teses.

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “*Falas de Astúcias e de Angustia*”: a seca no imaginário nordestino - de problema a solução (1877- 1922). Campinas, São Paulo, 1988, 449f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Capinas, 1988.

ALVES, Ítala Raiane Trajano. *Sociabilidades Transgressoras: Álcool, jogos e vadiagem em Mossoró na Primeira República (1880-1920)*. Mossoró, Rio Grande do Norte, 2010, 63f. Monografia (Graduação em História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte), Mossoró, 2010.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *Famintos do Ceará: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP, 2004.

BEZERRA, José Tanísio Vieira. *Quando a ambição vira projeto: Fortaleza, entre o progresso e o caos*. Dissertação de Mestrado: PUC- SP, 2000.

FERNANDES, Paula Rejane. *Mossoró: uma cidade impressa nas páginas de O Mossoroense (1872-1930)*. Campina Grande, Paraíba, 2009, 150f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

GARCIA, Ana Karine Martins. *A Sombra da Pobreza na Cidade do Sol: o ordenamento dos retirantes em Fortaleza na segunda metade do século XIX*. São Paulo, 2006, 208f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.

LIMA, Alysso Paulo Holanda. *Entre trilhos e Tramas: A campanha em favor da Estrada de Ferro de Mossoró*. Mossoró, Rio Grande do Norte, 2012, 57f. Monografia (Graduação em História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte). Mossoró, 2012.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *Da Seca ao Balaio: o retirante e sua inserção ao trabalho salineiro e obras públicas na cidade de Mossoró (1877-1920)*. Mossoró, Rio Grande do Norte, 2010, 82f. Monografia (Graduação em História na Universidade Estadual do Estado do Rio Grande do Norte), Mossoró, 2010.

MATTOS, Maria Regina M. Furtado. *Vila do Príncipe-1850/1890 Sertão do Seridó – Um estudo de caso da pobreza*. 1985. 247f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

MOTA, Felipe Ronner Pinheiro Imalau. *Progresso, calamidade e trabalho: confrontos entre cidade e sertão em fins dos oitocentos*. (Fortaleza/1850-1880). Dissertação de Mestrado: PUC-SP 2000.

MORAIS, Viviane Lima de. *Razões e destinos da migração: trabalhadores e emigrantes cearenses pelo Brasil no final do século XIX*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP, 2003.

MORAES, Kleiton de Sousa. *O sertão descoberto aos olhos do progresso: A Inspetoria de Obras Contra às Secas (1909-1918)*. Rio de Janeiro, RJ, 2010, 187f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social - UFRJ/ IFCS, Rio de Janeiro, 2010.

NÓBREGA, Alessandro Teixeira. *A coleção mossoroense e a construção dos mitos: Dix-Sept Rosado o herói imolado*. Natal/RN, 2007, 93f. Dissertação (Mestrado). UFRN/PPGH, 2007.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Dos Caminhos de Água aos Caminhos de Ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820 – 1920)*. Natal, RN, 2006, 180f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

ROLIM, Leonardo Cândido. *Tempo das carnes no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati (c. 1690-c. 1802)*. João Pessoa/PB, 2012, 245f. Dissertação (Mestrado) na UFPB/CCHLA, 2012.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. *O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó*. Séculos XIX e XX. Goiás, 2011. 301f. Tese (Doutorado) em História UFGO, 2011.

SILVA, Jeovah Lucas. *As bênçãos de Deus: a seca como elemento educador para o trabalho (1877-1880)*. Dissertação de Mestrado: UFC-CE, 2003.

1.3 Livros e Capítulos de Livros.

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. In: *Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife. Bagaço. 2008, p. 229-245.

_____. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana, São Paulo, Cortez, 1999.

ALVES, Joaquim. *História das Secas (Século XVII a XIX)*. Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Farias. Fundação Vingt-Un Rosado/Coleção Mossoroense. 2011.

Disponível em <http://colegaomossoroense.org.br/pics/Historia_das_secas.pdf>. Acesso em 28 de Agosto de 2012.

ALONSON, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002, 392 pp.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O território do Sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte*. Natal, UFRN, 1995.

_____. *A Produção do Espaço Norte-Rio-Grandense*. Natal: UFRN, Ed. Universitária, 1981.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

AZEVEDO, Cecília Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Assim na Morte como na Vida: Arte e Sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915)*: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 5º Ed. São Paulo. Brasiliense, 1989.

BURKE, Peter. *Consumo Conspícuo e Capital Simbólico*. In. História e Teoria Social. Trad. Klaus B. Gerhardt, Roneide V. Majer. São Paulo: UNESP, 2002, p. 97-100.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da Seca: Sertanejos, Retirantes e Operários (1877-1880)*. Fortaleza, Museu do Ceará, 2005.

CASTRO, Hebe M. M. de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro, pão ou aço*. 10º Ed. Rio de Janeiro. Antares, 1984.

CASCUDO, Luís da Câmara. A Abolição da Escravatura em Mossoró. In. *Notas e Documento para a História de Mossoró*. Edição Especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em < site. www.colegaomossoroense.org.br>. Acesso em: 21 de jul. 2011.

CATROGA, Fernando. *O Céu da Memória: cemitério e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CHAVES, José O. de Sousa. *Fortaleza e os retirantes da seca de 1877-1879: o real de um imaginário dominante*. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 1995.
- CHALOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- CHALOUB, Sidney. PEREIRA, Leonardo A. de M. (Orgs.) *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Coleção História do Brasil, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: O Olfato e o Imaginário Social nos Séculos VXIII e XIX*. Trad. Lúcia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras. 1987, 367p.
- DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____. *Cidade de Quartzzo: escavando o futuro em Los Angeles*. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: Scritta Editora, 1993.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L.; *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Trad. Vera Ribeiro; Trad. do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224 p.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, Vol. 1 e 2. Trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.
- EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas; Editora da UNICAM, 1989.
- _____. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Campinas: Unicamp, 1977.
- FALCÃO, Márcilio Lima. O espetáculo da miséria: Mossoró e a seca de 1877-1879. In MENDES, Fabiano; FONTELES NETO, F. Linhares; LINS, Lindercy (orgs.). *História Social e História Cultural de Mossoró: métodos e possibilidades*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2009, p. 159-171.

FELIPE, José Lacerda Alves. *Mossoró: um espaço em questão*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Vol. CXLI, 1980.

_____. *Organização do espaço urbano de Mossoró*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, Série “C” – vol. ccxxxvi, 1982.

_____. *A (re) invenção o lugar: os Rosados e o “país de Mossoró”*. João Pessoa-PB: Grafset, 2001.

FERNANDES, Luiz. *A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908*. 2º Ed. Natal: Fundação José Augusto, Sebo Vermelho, 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3 edº. São Paulo: Kairós, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 35º ed. Petrópolis: Vozes, 2008, 288p.

FONTELES NETO, F. L. Crime, Violência e Sociabilidades: Mossoró nas últimas décadas do Império. In: MENDES, F.F.; FONTELES NETO, F.L.; LIINS, L.F. T. S. *Historia Social e História Cultural de Mossoró: Métodos e Possibilidades*. Mossoró, Fundação Vingt-Un Rosado, Coleção Mossoroense, Serie “C”; v.1556, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder. 8º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, 124p.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento*. As bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LEFEVBRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Grupo “As (Im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4ª Ed. Paris: Anthropos, 2000). Primeira versão: Fev. 2006, no prelo.

_____. *A Cidade Capital*. 2º Ed. Rio de Janeiro. DP&A Editora. 2001.

_____. *La Presencia y La Ausencia: contribucion a La teoria de las representaciones*. Trad. Óscar Barahona, Uxo Doyhamboure. México: Fundo de Cultura Economica, 1980.

_____. *O Direito à Cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *A Revolução Urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *Espaço e Política*. Trad. Margarida M. de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, 192p.

_____. *Reprodução: as relações de produção*. 1º ed. Porto: Publicações Escorpião, (Cadernos O Homem e a Sociedade), 1973, 115p.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. “Travels in Brazil”. Trad. Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Editora Brasileira, Série 5º, V. 221, 1942.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. *Os Excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

LIMONARD, Ester (Org.) *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuição a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: UFF/GECEL, 2003.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. *Filhos do Sal: operários e camponeses frente à crise econômica em Mossoró (1900-1906)*. In: MENDES, F. F.; FONTELES NETO, F. L.; LIINS, L. F. T. S. *Historia Social e História Cultural de Mossoró: Métodos e Possibilidades*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Coleção Mossoroense, Serie C; v.1556.2009.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal/RN: Editora Sebo Vermelho, 2005, 230p.

MATTOSO, K. M. Q. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MARTINS, José de Souza (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, (Coleção Ciências Sociais 37).

MELLO, Evaldo Cabral. *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MELOSI, Dario. PAVARINI, Massimo. *Cárcere e Fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Revan, 2006, 272p.

MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento Militar e construção do Estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte, MG, Argvmentvm, 2010.

- MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do poder*. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX.
- MONTEIRO, Denise Mattos. *Terra e Trabalho: estudos sobre o Rio Grande do Norte*. Natal, EDUFRN, 2007.
- _____. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. 3º Ed. Natal/RN. EDUFRN, 2007, 218p.
- NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- ONOFRE JÚNIOR, Manoel (ET ALL.) *400 Nomes de Natal*. Natal: Prefeitura de Natal, 2000.
- PERICÁS, Luiz Bernado. *Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma Outra Cidade: O Mundo dos Excluídos no Final do Século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- _____. *O Imaginário da Cidade: Visões literárias do urbano – Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- _____. *História & História Cultural*. 2º Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- _____. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: UFRGS, Prefeitura Municipal, 1992.
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- _____. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In. ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 2º, PP. 95-141.
- RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza-CE: Museu do Ceará e Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.
- ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII-XIX*. Rio de Janeiro. Rocco. 2000.

- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.
- ROSADO, Cid A. da Escossia. *Síntese Histórica de O Mossoroense*. Mossoró: Coleção Mossoroense, Série “B”, nº 1224, 1992.
- RUDÉ, George, F. E. *A Multidão na História: estudos dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1991.
- SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- _____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*. 5º Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização Ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SCHAMA. Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Trad. Sandra Regina G. Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 133p.
- SOUZA, Itamar de. *A república velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930*. Natal/RN: EDUFRN, 2008, 370p.
- TAKEYA, Denise Monteiro. LIMA, Hermano. M. Ferreira. *História política- administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte (1982-1930)*. Natal: Editora Universitária UFRN.
- TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal/RN:UFRN. Ed. Universitária,1995, 202p.
- _____. *Um Outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza, BNB. ETENE, 1985.
- TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. *O Poder Municipal e as Casa de Câmara e Cadeia: semelhanças e especificidades do caso potiguar*. Natal: EDUFRN, 2012, 274p.
- _____. *Da Cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana*. Natal/RN: EDUFRN, 2009, p. 532.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo. Companhia das Letras. 2010.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros* (Uma crítica ao Pensamento de Althusser) Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981.

_____. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VILLA, Marcos Antonio. *Vida e Morte no Sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo. Ática. 2000.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. ZAHAR, 1979.

1.4 Sites.

www.anpuh.org

www.colecaomossoroense.org.br

www.cchla.ufrn.br

www.crl.edu/brazil/provincial

www.historia.uff.br/tempo/artigos

www.jornaldehoje.com.br

www.riograndedonorte.net

www.scielo.br

www.sosnoticiasdorn.com

www.ub.es/geocrit/sn

www.ufcg.edu.br